

THIAGO CHAGAS DE ALMEIDA

**POTENCIALIDADES DE COPROMOVER O DESENVOLVIMENTO
LOCAL SUSTENTÁVEL POR MEIO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
TERRITORIAL:
uma análise do Turismo de Base Comunitária de Paraty/RJ (Brasil)**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer

Coorientadores: Lénia Marques
Marcos Eduardo C. G. Knupp

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

A447p
2024
Almeida, Thiago Chagas de, 1995-
Potencialidades de copromover o desenvolvimento local
sustentável por meio da governança pública territorial: uma
análise do turismo de base comunitária de Paraty/RJ (Brasil) /
Thiago Chagas de Almeida. – Viçosa, MG, 2024.
1 tese eletrônica (222 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Administração e Contabilidade, 2024.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.354>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Governança pública - Paraty (RJ). 2. Turismo sustentável
- Paraty (RJ). 3. Desenvolvimento urbano sustentável - Paraty
(RJ). 4. Sustentabilidade. I. Emmendoerfer, Magnus Luiz, 1978-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 351.8153

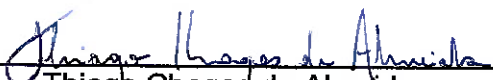
THIAGO CHAGAS DE ALMEIDA

**POTENCIALIDADES DE COPROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL: uma
análise do Turismo de Base Comunitária de Paraty/RJ (Brasil)**

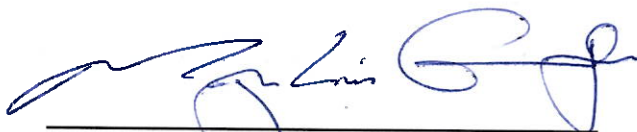
Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 20 de junho de 2024.

Assentimento:



Thiago Chagas de Almeida
Autor



Magnus Luiz Emmendoerfer
Orientador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui e sempre estar comigo, independentemente de qualquer coisa. Agradeço aos meus pais, Josivania e Rui, por terem acreditado em mim e me apoiarem nos meus desafios e escolhas pessoais e profissionais. Agradeço também a minha irmã, Lohana, pelo auxílio e estímulo nesse período.

Ao professor Magnus, que me orientou durante o doutorado, agradeço imensamente pelos direcionamentos e parceria, sendo um dos principais responsáveis pelo meu constante e permanente amadurecimento na vida acadêmica. Também agradeço aos meus coorientadores, os professores Marcos e Lénia, pelo apoio e contribuições durante essa minha trajetória. Deixo também meus agradecimentos aos membros da minha Banca de Tese, os professores Armindo Teodósio, Hugo e Ricardo, por terem acompanhado este trabalho desde a sua fase de projeto e darem apontamentos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Destaco a minha gratidão aos colegas do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) pelas trocas, não apenas de conhecimento, mas também de amizade. Sou grato aos amigos que fiz durante o curso e aos demais colegas que tive a satisfação de conhecer e estudar junto. A todos os professores e técnicos que integram o Programa de Pós-Graduação em Administração da UFV, deixo os meus agradecimentos pelo aprendizado e suporte que me deram durante o meu percurso no programa. Além disso, agradeço à UFV de modo geral, que me proporcionou uma estrutura e ensino de qualidade.

Gostaria de fazer meus agradecimentos a todos os atores comunitários do turismo de Paraty que participaram da pesquisa, bem como à Prefeitura, especialmente por meio das suas Secretarias de Turismo e Cultura – que foram muito receptivos e possibilitaram a realização deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio: da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq) – Processos 404606/2021-0, 04193/2022-6, 20194/2022-3, 312764/2022-7 e 403139/2022-8; do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) – Processo 404193/2022-6; e da

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) –
Processo APQ-04471-22. Assim, deixo meu agradecimento a todas essas
instituições de fomento, que foram fundamentais para concretização do estudo.

*“Paraty, um poema de amor
O ouro reluziu em seu caminho
Nos olhos a ambição do invasor
Êêêê, bate o sino da capela
Por ruas e vielas a cobiça espalhou
Gira nêgo a moenda, num doce sabor
Eu sou cultura que brotou desse chão
Na arte esculpida pelas mãos”*

Fabiano Tennor, Henrique Silva, Kuka Monteiro e Magoo – Samba-Enredo da
Acadêmicos do Tatuapé 2023

RESUMO

ALMEIDA, Thiago Chagas de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2024. **Potencialidades de copromover o Desenvolvimento Local Sustentável por meio da Governança Pública Territorial: uma análise do Turismo de Base Comunitária de Paraty/RJ (Brasil)**. Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer. Coorientadores: Lénia Marques e Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp.

Por todos os seus princípios, o Turismo de Base Comunitária (TBC) é considerado como uma prática que pode impulsionar o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). Contudo, o fomento do TBC ao DLS não é algo meramente orgânico, mas que é favorecido pela sua interação adequada com outros atores territoriais, para estabelecer as prioridades de questões públicas e articular esforços coletivos. Ou seja, favorecido pela sua inserção em uma Governança Pública Territorial (GPT) bem estruturada. A partir dessa problemática e da consideração de que é necessária uma discussão teórica mais profunda sobre o tema, este trabalho objetiva analisar como a GPT pode auxiliar o TBC a copromover o DLS. Tal pesquisa é realizada por um estudo de caso crucial em Paraty/RJ, por esse território ter um TBC consolidado e com mecanismos de governança abertos aos seus representantes. A coleta dos dados ocorreu por revisões da literatura, levantamentos documentais, questionários semiestruturados e observações diretas. Já a interpretação dos dados foi oriunda da técnica análise de conteúdo do tipo temática. Os resultados indicaram que, apesar dos desafios que o TBC enfrenta para realizar práticas compatíveis com os seus princípios endógenos-sustentáveis e dos elementos a serem melhorados nos mecanismos de gestão coletiva do território, a GPT tem sido fundamental para potencializar as ações desses modos de gestão das atividades de visitação associadas ao DLS. Assim, a Tese contribui teoricamente para compreender como a GPT pode potencializar os benefícios do TBC para o DLS, que é uma lacuna da literatura. Como implicações à prática da administração pública, este trabalho mostra a importância da participação qualificada de representantes do TBC nos espaços de governança – tendo em vista seus benefícios para uma perspectiva de desenvolvimento autodeterminado e equilibrado.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Desenvolvimento Local Sustentável. Governança Pública Territorial. Sustentabilidade Territorial. Paraty/RJ.

ABSTRACT

ALMEIDA, Thiago Chagas de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2024. **potentialities for co-promoting Sustainable Local Development through Territorial Public Governance: an analysis of Community-Based Tourism in Paraty/RJ (Brazil)**. Adviser: Magnus Luiz Emmendoerfer. Co-advisers: Lénia Marques and Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp.

For all its principles, Community-Based Tourism (CBT) is considered a practice that can boost Sustainable Local Development (SLD). However, the TBC's promotion of SLD is not something merely organic, but is favored by its adequate interaction with other territorial actors, to establish the priorities of public issues and articulate collective efforts. In other words, favored by its inclusion in a well-structured Territorial Public Governance (TPG). Based on this issue and the consideration that a deeper theoretical discussion on the topic is necessary, this work aims to analyze how TPG can help CBT to co-promote SLD. This research is carried out through a crucial case study in Paraty/RJ, as this territory has a consolidated CBT and governance mechanisms open to its representatives. Data collection occurred through literature reviews, documentary surveys, semi-structured questionnaires and direct observations. The interpretation of the data came from the thematic content analysis technique. The results indicated that, despite the challenges that the CBT faces in carrying out practices compatible with its endogenous-sustainable principles and the elements to be improved in the territory's collective management mechanisms, the TPG has been fundamental in enhancing the actions of these modes of managing visitation activities associated with SLD. In this way, the Thesis theoretically contribute to understanding how TPG can potentialize the benefits of CBT for SLD, which is a gap in the literature. As implications for the practice of public administration, this work shows the importance of qualified participation of CBT representatives in governance spaces – considering its benefits for a perspective of self-determined and balanced development.

Keywords: Community-Based Tourism. Sustainable Local Development. Territorial Public Governance. Territorial Sustainability. Paraty/RJ.

RESUMEN

ALMEIDA, Thiago Chagas de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junio de 2024. **Potencialidades de copromoción del Desarrollo Local Sostenible a través de la Gobernanza Pública Territorial: un análisis del Turismo de Base Comunitária en Paraty/RJ (Brasil)**. Asesor: Magnus Luiz Emmendoerfer. Co-asesor: Lénia Marques y Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp.

Por todos sus principios, el Turismo de Base Comunitaria (TBC) es considerado una práctica que puede impulsar el Desarrollo Local Sostenible (DLS). Sin embargo, la promoción del DLS por parte del TBC no es algo meramente orgánico, sino que se ve favorecida por su adecuada interacción con otros actores territoriales, para establecer las prioridades de los asuntos públicos y articular esfuerzos colectivos. Es decir, favorecida por su inclusión en una Gobernanza Pública Territorial (GPT) bien estructurada. Con base en esta cuestión y en la consideración de que es necesaria una discusión teórica más profunda sobre el tema, este trabajo tiene como objetivo analizar cómo GPT puede ayudar a TBC a copromover DLS. Esta investigación se realiza a través de un estudio de caso crucial en Paraty/RJ, ya que este territorio cuenta con una CBT consolidada y mecanismos de gobernanza abiertos a sus representantes. La recolección de datos se produjo a través de revisiones de literatura, encuestas documentales, cuestionarios semiestructurados y observaciones directas. La interpretación de los datos provino de la técnica de análisis de contenido temático. Los resultados indicaron que, a pesar de los desafíos que enfrenta el TBC en la realización de prácticas compatibles con sus principios endógenos-sostenibles y los elementos a mejorar en los mecanismos de gestión colectiva del territorio, el GPT ha sido fundamental para potenciar las acciones de estos métodos de gestión de las actividades de visitas asociadas al DLS. De esta manera, la Tesis contribuye teóricamente a comprender cómo GPT puede mejorar los beneficios de TBC para DLS, que es un vacío en la literatura. Como implicaciones para la práctica de la administración pública, este trabajo muestra la importancia de la participación calificada de representantes de TBC en los espacios de gobernanza, considerando sus beneficios para una perspectiva de desarrollo autodeterminado y equilibrado.

Palabras clave: Turismo de Base Comunitaria. Desarrollo Local Sostenible. Gobernanza Pública Territorial. Sostenibilidad. Territorial. Paraty/RJ.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

APRESENTAÇÃO DA TESE

Quadro 1.....	32
Figura 1	41
Figura 2	43
Figura 3	44
Figura 4	45
Figura 5	47
Quadro 2.....	54
Figura 6	56
Figura 7	57

ARTIGO I

Quadro 1.....	78
Tabela 1	80
Quadro 2.....	81
Figura 1	82

ARTIGO II

Quadro 1.....	96
Tabela 1	100
Quadro 2.....	100
Quadro 3.....	101
Figura 1	102

ARTIGO III

Quadro 1.....	119
Figura 1	122
Figura 2	123
Quadro 2.....	125

Quadro 3.....	127
Quadro 4.....	128
Quadro 5.....	129
Quadro 6.....	130

ARTIGO IV

Quadro 1.....	141
Figura 1	145
Quadro 2.....	147
Quadro 3.....	149
Quadro 4.....	150
Quadro 5.....	152
Quadro 6.....	154
Quadro 7.....	156

ARTIGO V

Figura 1	171
----------------	-----

INTERRELAÇÕES DOS ARTIGOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Figura 1	187
----------------	-----

SIGLAS

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CMPC – Conselho Municipal de Política Cultural

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

DLS – Desenvolvimento Local Sustentável

FCT – Fórum de Comunidades Tradicionais

GDTeC – Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos

GPT – Governança Pública Territorial

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MTur – Ministério do Turismo

OE – Objetivos Específicos

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGs – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PPGAdm – Programa de Pós-Graduação em Administração

TBC – Turismo de Base Comunitária

TCU – Tribunal de Contas da União

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UFV – Universidade Federal de Viçosa

WCDE – World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA TESE

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. Objetivo Geral	19
1.2. Objetivos Específicos	19
1.3. Justificativa	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1. Turismo de Base Comunitária	21
2.1.1. Surgimento do Turismo de Base Comunitária	21
2.1.2. Diferenças entre o Turismo de Base Comunitária, o Turismo Comunitário e o Turismo Massificado Convencional	24
2.1.3. Conceito de Turismo de Base Comunitária.....	26
2.2. Desenvolvimento Local Sustentável.....	28
2.2.1. Particularidades do Desenvolvimento Local	29
2.2.2. Particularidades do Desenvolvimento Sustentável	30
2.2.3. Conceito de Desenvolvimento Local Sustentável	33
2.3. Governança Pública Territorial	35
2.3.1. Surgimento da Governança	35
2.3.2. Governança Pública.....	36
2.3.3. Conceito de Governança Pública Territorial.....	38
2.3.4. Concepção de Boa Governança Pública Territorial	39
2.4. Contexto Socio-Histórico do Território de Paraty/RJ Associado ao Turismo	40
2.4.1. Origem e dinâmica inicial do território	40
2.4.2. Patrimônio cultural e natural como atrativos turísticos de Paraty	43
2.4.3. Consolidação do Turismo de Base Comunitária no território	45
3. METODOLOGIA	49
3.1. Tipo de Pesquisa.....	49
3.2. Delimitação do Caso	50
3.3. Coleta dos Dados.....	51
3.4. Análise dos Dados.....	53
4. EXPECTATIVAS DE RESULTADOS E TESE PROPOSTA.....	56
5. DELINEAMENTO DA PESQUISA	57
6. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA TESE	59
REFERÊNCIAS.....	61

ARTIGO I

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

1. INTRODUÇÃO	72
----------------------------	-----------

2. CARACTERÍSTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	74
3. CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	76
4. METODOLOGIA	79
5. RESULTADOS.....	81
5.1. Contribuição Econômica.....	83
5.2. Contribuição Ecológica.....	83
5.3. Contribuição Social.....	84
5.4. Contribuição Cultural	85
5.5. Contribuição Política.....	86
6. CONCLUSÕES	86
REFERÊNCIAS.....	87

ARTIGO II

BOA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: uma análise dos seus principais atributos

1. INTRODUÇÃO	93
2. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	95
3. BOA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL.....	97
4. METODOLOGIA	99
5. RESULTADOS.....	101
5.1. Acesso aos mecanismos de governança	103
5.2. Engajamento dos atores locais para a governança.....	103
5.3. Representatividade local na governança.....	104
5.4. Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança	104
5.5. Responsabilidade sustentável da governança	105
5.6. Eficácia da governança	106
6. CONCLUSÕES	106
REFERÊNCIAS.....	107

ARTIGO III

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SEUS DESAFIOS: uma análise a partir do caso do território de Paraty/RJ

1. INTRODUÇÃO	114
2. CARACTERÍSTICAS TERRITORIAIS ENDÓGENO-SUSTENTÁVEIS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	116
3. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SUAS DIMENSÕES RELACIONADAS AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	118

4. METODOLOGIA	120
5. RESULTADOS.....	121
5.1. Dimensão cultural.....	124
5.2. Dimensão ecológica	125
5.3. Dimensão econômica	127
5.4. Dimensão política.....	128
5.5. Dimensão social	130
6. CONCLUSÕES	131
REFERÊNCIAS.....	132

ARTIGO IV

INSERÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL: um estudo em Paraty/RJ considerando atributos que a qualifica

1. INTRODUÇÃO	136
2. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A IMPORTÂNCIA DA SUA INTERAÇÃO COM OUTROS ATORES TERRITORIAIS.....	138
3. GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL E OS PRINCIPAIS ATRIBUTOS QUE A QUALIFICA	140
4. METODOLOGIA	142
5. RESULTADOS.....	144
5.1. Acesso aos mecanismos de governança	145
5.2. Engajamento dos atores locais para a governança.....	148
5.3. Representatividade local na governança.....	149
5.4. Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança	150
5.5. Responsabilidade sustentável da governança	152
5.6. Eficácia da governança	155
6. CONCLUSÕES.....	156
REFERÊNCIAS.....	157

ARTIGO V

CAPACIDADE DA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL DE ENVOLVER O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: uma análise do caso de Paraty/RJ

1. INTRODUÇÃO	162
2. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: SUA ORIGEM NO CONTEXTO ESTUDADO E DEFINIÇÃO DA LITERATURA	164

3. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SUA RELEVÂNCIA EM PAÍSES EMERGENTES	166
4. GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS	167
5. METODOLOGIA	168
6. RESULTADOS.....	170
6.1. Conecessidade.....	172
6.2. Copotencialidade.....	173
6.3. Coefetividade	174
6.4. Colegitimidade.....	175
7. CONCLUSÕES	176
REFERÊNCIAS.....	177

INTERRELAÇÕES DOS ARTIGOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

1. ARTICULAÇÃO DOS RESULTADOS DOS ARTIGOS.....	182
2. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE.....	188
REFERÊNCIAS.....	189

APÊNDICES

APÊNDICE I – Roteiro da Revisão Integrativa da Literatura.....	191
APÊNDICE II – Roteiro da Pesquisa Documental	192
APÊNDICE III – Roteiro do Questionário Semiestruturado.....	194
APÊNDICE IV – Roteiro da Observação Direta	198

ANEXOS

ANEXO I – Lei nº 2.341 de 27 de dezembro de 2021	200
ANEXO II – Lei nº 1.997 de 21 de maio de 2015	204
ANEXO III – Diretrizes do Fórum de Comunidades Tradicionais	213
ANEXO IV – Regimento Interno COMTUR Paraty	214

APRESENTAÇÃO DA TESE

1. INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) consiste em modos de gestão das atividades de visitação que buscam valorizar a cultura local, dar um maior protagonismo aos povos tradicionais, conscientizar sobre a importância de preservar o meio ambiente e gerar ganhos econômicos coletivos (Almeida; Emmendoefer, 2023). Devido a todos esses seus princípios, o TBC é considerado por muitos autores como uma prática que impulsiona o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), a exemplo de Almeida e Emmendoefer (2023), Burgos e Mertens (2015), Gómez *et al.* (2015), Graciano e Holanda (2020), Maldonado (2009) e Pinheiro (2016).

Segundo Paula (2008), esse tipo de desenvolvimento é voltado a fortalecer o poder decisório da população, estimular o crescimento econômico, conservar os recursos naturais e melhorar o bem-estar da sociedade, a partir das características do local. O DLS se diferencia de outras perspectivas desenvolvimentistas por ser um processo contínuo de interação e mobilização de atores que têm determinados vínculos com um território e querem melhorá-lo de alguma maneira (Kronemberger; Costa, 2016).

Nesse sentido, o DLS é considerado como um desenvolvimento territorial, por ser estabelecido de relações socioterritoriais (Franco, 2002; Kronemberger; Costa, 2016; Silveira, 2010). Contudo, o DLS é um desenvolvimento territorial que parte dos elementos mais específicos de um determinado lugar, equilibrando diferentes dimensões territoriais endogenamente (García *et al.*, 2019; Kronemberger; Costa, 2016), como a cultural, a econômica e a ambiental. Em vista disso, acredita-se que o TBC pode contribuir para o DLS, por firmar laços territoriais-locais, sendo orientado a realizar uma gestão do turismo socialmente mais justa.

Vale ressaltar que a inserção do TBC no processo de DLS não é algo casual, mas que necessita de instrumentos para essa articulação, como os mecanismos de Governança Pública Territorial (GPT) – que são iniciativas, compostas por diferentes representantes, para gerir os assuntos públicos de um território (Dallabrida, 2011). Conforme Graciano e Holanda (2020), os mecanismos de governança pública são

essenciais para que o TBC consiga alcançar seus objetivos. Estas autoras indicam que, em muitos casos, é a dificuldade de interagir adequadamente com outros atores territoriais – isto é, a inexistência e fragilidade da GPT – que impede que seus benefícios sejam gerados amplamente.

Portanto, observa-se que não basta haver interação entre os atores territoriais para a promoção do DLS, pois o esforço coletivo precisa ser consolidado e conduzido satisfatoriamente. Por isso, a governança não deve apenas existir, mas precisa também ser estabelecida por um conjunto de atributos que a qualifique, ou seja, ela necessita ser “boa”. Segundo Pires *et al.* (2011), a Boa GPT acontece quando as pretensões dos mecanismos são alcançadas, tanto em relação aos resultados como a sua forma de gestão.

Em geral, a governança pública se caracteriza como boa quando há uma alocação de recursos eficiente, responsiva, legítima e transparente (Vieira; Barreto, 2019). A ideia de governança pública estruturada (ou boa) se alinha à proposta de bem-estar social, por fazer com que os serviços públicos sejam humanizados e oriundos da participação cidadã representativa (Ramos; Lourenço; Abreu, 2023). Neste trabalho, a Boa GPT é analisada por meio dos mecanismos que podem promover o DLS, sendo eles qualificados por certos atributos, que serão apresentados e discutidos no subtópico “2.3.4. Conceito de Boa Governança Pública Territorial”.

Apesar de muitos estudos identificarem que a governança bem estabelecida é fundamental para o atingimento dos objetivos do TBC (aderentes à perspectiva do DLS), a literatura tem discutido pouco como isso ocorre ou poderia ser evidenciado na prática (Dangi; Petrick, 2021; Graciano; Holanda, 2020; Lindström, 2020). Além disso, é preciso se aprofundar mais nas implicações do TBC para o DLS por determinados instrumentos de gestão (Dangi; Petrick, 2021; Lindström, 2020; Pinheiro, 2016). A partir dessa problemática, esta Tese faz o seguinte questionamento: **De que maneira a GPT pode contribuir para que o TBC copromova o DLS?**

Essa pergunta foi investigada por um estudo no território de Paraty/RJ, que analisou como a GPT pode auxiliar (ou tem auxiliado) o TBC a copromover o DLS. A escolha de Paraty é devido a esse município ter iniciativas de TBC sólidas e

atuantes (Barros; Rodrigues, 2019; Cardoso, 2016), com espaços para participar da gestão pública do território local. Paraty está situada em uma das maiores áreas brasileiras de Mata Atlântica remanescente (Barros; Rodrigues, 2019), ocupada por povos tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras, que atuam no TBC (Mendonça *et al.*, 2017).

Em relação ao principal mecanismo de governança pública de Paraty/RJ que possibilita a interação entre os atores do TBC e do governo municipal, identificou-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Assim, indica-se que Paraty tem espaços de discussão social coletiva que podem representar mecanismos de governança pública que interconecta o TBC ao DLS.

Também é um necessário destacar que Paraty foi estudado como um território, enxergando-o como um espaço apropriado, por meio das relações sociais que acontecem nele o transforma continuamente (Dallabrida; Becker, 2003; Santos; Silveira, 2001). A partir do que ocorre no território de Paraty, analisou-se as potencialidades da GPT de auxiliar o TBC a copromover o DLS.

Tal pesquisa se fundamentou na abordagem qualitativa, que enxerga o objeto de estudo de maneira subjetiva (Flick, 2007). Já a estratégia de investigação foi um estudo de caso crucial do tipo caminho, que consiste em descrever como as relações teóricas concebidas previamente se apresentam em um determinado cenário (Gerring, 2007).

Em vista disso, a base lógica da pesquisa foi dedutiva. A lógica dedutiva é aquela que se fundamenta de concepções teóricas gerais, a fim de compreender como elas se manifestam em experiências situadas (Bryman, 2016; Gil, 2008). Desse modo, considera-se que a Boa GPT ajuda o TBC a copromover o DLS, tendo este estudo a pretensão de descrever teoricamente como essa relação se evidencia no caso do território de Paraty/RJ.

A coleta dos dados foi feita através de revisões da literatura, levantamentos documentais, questionários semiestruturados e observações diretas. Tais técnicas de coleta foram relacionadas a cada objetivo específico, conforme detalhado no tópico “3.3. Coleta dos dados” da “3. METODOLOGIA”. Já a interpretação dos dados partiu da técnica análise de conteúdo do tipo temática. Essa técnica identifica, dos

registros dos dados, os núcleos de sentido relevantes para os objetivos da pesquisa (Bardin, 2018), que estão expressos a seguir.

1.1. Objetivo Geral

Analisar, a partir do caso de Paraty/RJ, como a GPT pode auxiliar o TBC a copromover o DLS.

1.2. Objetivos Específicos

- a) Identificar as possíveis contribuições do TBC para o DLS;
- b) Verificar os principais atributos que caracterizam uma Boa GPT para o DLS;
- c) Descrever práticas do TBC do território de Paraty/RJ que se articulam ao DLS e seus desafios nesse processo;
- d) Mostrar a maneira que os representantes do TBC do território de Paraty/RJ têm participado da GPT, considerando os principais atributos que a qualifica;
- e) Explicar, com base no caso de Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS.

1.3. Justificativa

Em relação ao objetivo específico a), ele é necessário para sustentar e esclarecer, com base em uma literatura seminal e atual sobre o tema, a relação entre o TBC e o DLS – que consecutivamente foi investigada a partir do caso de Paraty/RJ (pelo objetivo específico c)). O b), que também se efetiva através de uma revisão da literatura, é importante para indicar, de forma mais geral, os elementos centrais da “Boa GPT para o DLS”, resultando em focos analíticos para o objetivo específico d).

O objetivo c), que tem um caráter teórico-empírico contextualizado em Paraty, é essencial para mostrar como o TBC do território tem contribuído para o DLS e as suas dificuldades nesse processo. Já o objetivo específico d), tem a justificativa de revelar a forma que o TBC de Paraty tem se inserido nos espaços de GPT, destacando os gargalos para uma participação qualificada.

Por fim, o objetivo específico e) é significativo por indicar, com base no caso estudado, a capacidade da governança de impulsionar o alcance das pretensões de caráter endógeno-sustentável do TBC. De modo mais amplo, a Tese a ser desenvolvida avançará teoricamente na compreensão de como a GPT ajuda a alavancar o alcance dos objetivos do TBC (alinhados à perspectiva do DLS), que segundo Dangi e Petrick (2021), Graciano e Holanda (2020) e Lindström (2020) é algo que a literatura precisa explorar mais. O estudo também contribui no entendimento dos efeitos do TBC para o DLS por um determinado instrumento de gestão (mecanismos de GPT), que de acordo Dangi e Petrick (2021), Lindström (2020) e Pinheiro (2016) é uma questão que deve ser progressivamente debatida.

No que tange as suas implicações para a prática da administração pública, este trabalho mostrará a importância da presença de atores do TBC nos mecanismos de GPT – tendo em vista os benefícios que os princípios desse modelo de turismo podem gerar a uma perspectiva desenvolvimentista autossustentável territorialmente (Graciano; Holanda, 2020).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo, os principais conceitos e temas articulados à Tese são discutidos articuladamente, a fim de trazer uma melhor compreensão dos seus problemas e objetivos. Destarte, este referencial teórico conta com os seguintes tópicos: Turismo de Base Comunitária, explicando como ele surgiu, suas diferenças para o turismo massificado convencional e o comunitário e seus elementos conceituais; Desenvolvimento Local Sustentável, que apresenta a definição dessa perspectiva desenvolvimentista, a partir das concepções de desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável; Governança Pública Territorial, que trata do surgimento da governança, do seu uso na gestão pública dos territórios e dos elementos associados a sua qualificação; e Contexto Socio-Histórico do Território de Paraty/RJ Associado ao Turismo, que aborda sobre a origem do território, os atrativos do seu patrimônio cultural e natural e a consolidação do TBC nele.

2.1. Turismo de Base Comunitária

Nesta parte do referencial teórico é apresentado o conceito de TBC que esta pesquisa se fundamenta. Só que antes dessa conceituação, discute-se como essa prática de gestão das atividades da visitação surgiu e quais as suas principais singularidades face ao turismo massificado convencional e ao turismo comunitário – que muitas vezes é mencionado como sinônimo de TBC, porém, trata-se de algo distinto.

2.1.1. Surgimento do Turismo de Base Comunitária

Para discutir as características que fundamentam a concepção de TBC, cabe entender como essa abordagem de gestão das atividades de visitação apareceu e tem se tornado cada vez mais evidente. Desde o final do século XX, vem sendo discutido na Europa a necessidade de um turismo mais responsável, que amenize os impactos sociais negativos do turismo de massa e que se alinhe às diretrizes do desenvolvimento sustentável (Fabrino, 2013).

Segundo Araújo (2011), o TBC emerge dessa perspectiva crítica, propondo realizar práticas de turismo socialmente mais justas, que traz um maior protagonismo aos povos tradicionais e reduz os impactos ambientais oriundos das

atividades de visitação. Dessa forma, o TBC se baseia nas prerrogativas do turismo responsável. Para Nascimento e Lanzarini (2023), o turismo responsável, que repensa e contrapõe à visão meramente mercadológica pregada convencionalmente nas atividades de visitação, relaciona-se:

(...) a termos como sustentabilidade, desenvolvimento, meio ambiente e comportamento, apresentando multiplicidade do conceito que abarca as partes envolvidas do trade turístico, sugerindo, ainda, a necessidade de maior aprofundamento teórico para uma prática efetiva, tanto sobre o olhar dos setores públicos e privados, dos turistas e das comunidades locais (p. 62).

Além disso, o TBC é aderente à proposta do turismo cultural, considerando a importância de valorizar e reproduzir a cultura do território por meio de atividades de visitação. O movimento do turismo cultural tem destacado a importância de preservar o patrimônio cultural dos lugares, enaltecendo os costumes de povos originários (como indígenas), bem como seus recursos tangíveis e intangíveis (Richards, 2018, 2021).

Apesar do TBC reforçar um movimento crítico ao turismo massificado, mobilizado inicialmente na Europa, suas primeiras aparições enquanto prática foram identificadas na América Latina, especificamente em áreas rurais. Obviamente, que podem haver registros de práticas associadas ao TBC desde os tempos mais remotos, em diferentes lugares do mundo, inclusive antes mesmo da sua delimitação conceitual. Por conta disso, não é possível afirmar convictamente como o TBC surgiu, apenas indicar quais expressões serviram de base para a sua delimitação conceitual.

Segundo Maldonado (2009), iniciativas turísticas com uma abordagem de base comunitária foram sendo percebidas inicialmente nos meados da década de 1980, em comunidades isoladas da América Latina. Este autor acredita que a evidência dessas iniciativas se deve a quatro fatores explicativos, que perpassam o campo político, cultural, econômico e social. O primeiro deles se refere às pressões mercadológicas mundiais para um turismo cultural e de natureza. Com isso, muitas Organizações não Governamentais (ONGs) acabaram encorajando comunidades tradicionais a receberem turistas, desenvolvendo atividades de visitação com um retorno econômico importante e ao mesmo tempo compatíveis à preservação dos patrimônios culturais e naturais (Maldonado, 2009).

Dessa forma, a demanda mercadológica por um turismo de natureza e cultural acabou servindo como oportunidade para a superação dos problemas socioeconômicos de comunidades latino-americanas. Muitos povos tradicionais latino-americanos, devido a diversos motivos, estavam enfrentando altos níveis de pobreza e por isso precisavam buscar alternativas para geração de renda (Maldonado, 2009) – sendo este o segundo grande fator explicativo da origem do TBC.

O terceiro fator se deve ao fortalecimento das micro e pequenas empresas e a sua importância para desenvolvimento econômico local, por diversificar e movimentar o mercado interno dos países latino-americanos (Maldonado, 2009). Observou-se, portanto, que os pequenos empreendimentos de turismo, a partir de uma gestão comunitária, poderia desempenhar um papel relevante para melhorar a economia desses países.

O quarto e último grande fator indicado por Maldonado (2009), é a estratégia política dos povos tradicionais latino-americanos, que viram a necessidade de se fortalecer politicamente para manter viva sua identidade cultural e sentimento de pertencimento ao território. Esses grupos sociais passaram a buscar autonomia na gestão do turismo, ao identificarem os riscos que um turismo protagonizado por atores externos e que prezam interesses mais globais poderiam trazer a sua cultura e apropriação territorial.

No Brasil especificamente, o TBC ganhou um destaque prático maior só no início do século XXI (Neuhaus; Silva, 2006), mesmo sendo debatido na academia desde os anos de 1990 (Graciano; Holanda, 2020). Neuhaus e Silva (2006) indicam como causa desse maior interesse pelo TBC a elaboração de uma Declaração no V Fórum Social Mundial, que ocorreu em Porto Alegre no ano 2005. Tal Declaração expôs a necessidade de estimular práticas turísticas que contrapõem a uma gestão centralizada e divergente dos interesses e demandas das populações locais.

Já na Região da Serra da Bocaina (Brasil), que engloba o território do caso estudado que é Paraty/RJ, o TBC passou a ser mobilizado também no início do século XXI. Um marco importante para esse processo foi a criação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), no ano de 2007 (Mendonça *et al.*, 2017).

O objetivo desse Fórum é fortalecer e articular os povos tradicionais da Serra da Bocaina, visando um maior protagonismo deles em relação ao território, por meio da atuação no turismo, pesca, educação, cultura, etc. (Mendonça *et al.*, 2017). Com isso, o TBC da região – que envolve povos indígenas, caiçaras e quilombolas de Paraty/RJ, Angra dos Reis/RJ e Ubatuba/SP – passou a ser visto como um elemento estratégico para apropriação territorial da comunidade local que se viu ameaçada pela lógica do turismo massificado convencional (Mendonça *et al.*, 2017).

2.1.2. Diferenças entre o Turismo de Base Comunitária, o Turismo Comunitário e o Turismo Massificado Convencional

A partir do que foi discutido até aqui, observa-se que o TBC é uma prática alternativa ao turismo convencional de massa. Por isso, ao conceituar o TBC, é muito importante apresentar suas divergências a outras formas de realizar e gerir o turismo. De acordo com Moraes, Irving e Mendonça (2018), o TBC é contra os efeitos agressivos da especulação imobiliária, que quase sempre são frutos de projetos urbanísticos baseados em interesses meramente mercadológicos. O TBC também se opõe à privatização de espaços que devem ser públicos, como a construção de hotéis luxuosos que ocupam faixas de areia das praias (Coriolano, 2009).

Convém destacar, que ações com essas podem gentrificar os lugares. O conceito de gentrificação (ou *gentrification*, em inglês) foi apresentado inicialmente em 1964, pela socióloga britânica Ruth Glass (Rangel, 2015; Ribeiro, 2018). De modo geral, Glass (1964) traz que a gentrificação ocorre quando determinados lugares deixam de ser ocupados por moradores mais pobres, tendo o seu custo de vida condicionado a pessoas mais ricas.

Leite (2008) também explica que a gentrificação é um processo urbano que faz com que a população mais vulnerável economicamente não consiga morar e até acessar determinados espaços. Esse processo pode acontecer tanto por uma privatização mais abrupta dos espaços (a exemplo dos hotéis citados), como pela excessiva especulação imobiliária, que aumenta o valor do lugar e o seu padrão de consumo (Leite, 2007), fazendo com que pessoas mais pobres não consigam residir e utilizar o local.

O TBC vai na contramão dessa lógica por buscar benefícios sociais mais amplos para a comunidade, não priorizando apenas os interesses financeiros e de um pequeno grupo de investidores (Gómez *et al.*, 2015). Outra distinção sua para o turismo convencional, é que o TBC é direcionado a poucas pessoas e proporciona aos turistas um maior contato com a cultura dos povos tradicionais, que em muitos casos são representados pelos próprios guias (Maldonado, 2009).

Além do turismo de massa, há autores que entendem que TBC é diferente do turismo comunitário, mesmo muitas vezes eles sendo tratados como sinônimos. Para Graciano e Holanda (2020) o turismo comunitário, assim como o TBC, ocorre por um contato mais direto com os povos tradicionais, sendo também desenvolvido nas comunidades. Entretanto, estas autoras acreditam que o turismo comunitário se assemelha ao massificado convencional e diverge do TBC em três fatores principais.

O primeiro deles, é pelo turismo comunitário, assim como o massificado convencional, ser comercializado por empresas de turismo não especializadas nas peculiaridades comunitárias. O segundo fator é pela população local não ser protagonista da gestão das atividades de visitação, mesmo a compondo de alguma forma. J a o terceiro fator diferencial mencionado por Graciano e Holanda (2020), é que a renda gerada pelo turismo comunitário não   distribuída amplamente na comunidade, como é no TBC.

Alves (2013) e Silva, Malta e S a (2016) defendem que o principal elemento que distingue o TBC das outras práticas de turismo é o protagonismo da comunidade na gestão. Pondera-se, no entanto, que muitos trabalhos, como os de Coriolano (2009), Fabrino, Costa e Nascimento (2012) e Maldonado (2009), utilizam o termo "turismo comunitário" como sin nimo de TBC, tendo nessa defini o também o elemento da autogestão comunitária. Por isso, este referencial considera os estudos que também utilizaram a expressão "turismo comunitário", desde que eles indiquem que a autogestão é uma das suas características.

Ademais, é importante ressaltar que as diretrizes do TBC podem ser contempladas parcialmente por outras práticas de gestão das atividades de visita o. Isso não faz com que essas práticas se tornem automaticamente manifesta es do TBC, até porque   necessário seguir determinados princípios básicos para serem denominadas como tal (que serão apresentados no próximo subtópico). Mas mostra que cada um dos seus princípios, isoladamente, pode

compor o turismo massificado convencional, o turismo comunitário – segundo o entendimento de Graciano e Holanda (2020) – ou qualquer outra abordagem distinta na sua totalidade do TBC.

Claro que há atributos que se sobrepõem, como: a autogestão comunitária a uma gestão delimitada a um pequeno grupo de investidores; os interesses mais equilibrados, que se preocupam também com impactos sociais e ambientais, a interesses predominantemente mercadológicos; a valorização da cultura local à mera reprodução da cultura global. Contudo, é possível pensar em formas de gestão das atividades de visitação que, mesmo que não sejam classificadas como iniciativas de TBC, defendam princípios sustentáveis semelhantes.

Dessa forma, acredita-se que o desenvolvimento sustentável fomentado pelo turismo não é algo exclusivo do TBC. Mas que se entrelaça muito a sua proposta, principalmente quando o desenvolvimento sustentável parte de vínculos socioterritoriais de natureza local (Almeida; Emmendoerfer, 2023; Burgos; Mertens, 2015; Gómez *et al.*, 2015; Graciano; Holanda, 2020; Maldonado, 2009; Pinheiro, 2016), o que é denominado aqui de DLS.

Portanto, este trabalho não visa condenar as demais formas de produzir turismo, até porque diferentes lógicas de turismo precisam coexistir, por terem enfoques e importâncias distintas. Apenas reforça a necessidade de se pensar em um turismo mais sustentável, considerando especificamente as potencialidades dos princípios defendidos pelo TBC.

2.1.3. Conceito de Turismo de Base Comunitária

O presente tópico apresenta os diferentes conceitos da literatura e o que este trabalho entende como TBC. Segundo Bursztyn e Bartholo (2009), o TBC são modos de realizar atividades de visitação bem particulares, não sendo um segmento mercadológico do turismo, como os definidos pelo Ministério do Turismo – MTur (2010b): Turismo Náutico; Turismo Cultural; Ecoturismo; Turismo Rural; Turismo de Aventura; Turismos de Esportes; etc.

Isso se deve ao fato do TBC não ser simplesmente um produto de mercado, em que são oferecidas experiências exóticas pelos povos tradicionais (Irving, 2009), mas ser, sobretudo, uma abordagem de gestão do turismo protagonizada e voltada

a gerar benefícios à comunidade (Bursztyn; Bartholo, 2009). Similarmente, Coriolano (2009) indica que o TBC consiste em arranjos produtivos locais voltados ao turismo e constituídos, associativamente, por atores comunitários.

Para entender o que é TBC, é fundamental definir o que são comunidades. A comunidade pode ser entendida como um grupo de pessoas que têm laços territoriais comuns, visando a partir deles estabelecer uma relação de reciprocidade em busca de autonomia política, econômica e social (Fernandes, 1973). Já as comunidades tradicionais são aquelas compostas por povos tradicionais, que são grupos sociais culturalmente diferenciados e que têm conhecimentos e costumes transmitidos pela tradição (Brasil, 2007). É importante ponderar que o TBC são modos de gestão do turismo protagonizados por quaisquer comunidades, não só as tradicionais.

As definições de Fabrino, Costa e Nascimento (2012) e Maldonado (2009) também destacam que o TBC é conduzido pela população local, indicando que ele é uma forma de turismo que pauta a autogestão sustentável. Já segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (2018), o TBC é um modelo de gestão da visitação em que a comunidade é protagonista, mobilizando a valorização da cultura e história da população local, o beneficiamento coletivo dos ganhos econômicos, bem como a utilização responsável dos recursos naturais.

Apesar de variadas, é possível perceber que as definições de TBC seguem um eixo semântico. Ao identificar isso, o MTur (2010a) apresentou alguns elementos comuns das diferentes concepções de TBC, que são: a ênfase e valorização da cultura local; a democratização das oportunidades e ganhos gerados pelo turismo; a colaboração entre os seus atores; a autogestão; e principalmente, o protagonismo da comunidade local nas decisões relacionadas ao turismo, dando a ela uma maior capacidade de intervir e se beneficiar dessa atividade.

A partir desses atributos gerais apresentados por diversos estudos, este trabalho define que TBC são: modos de gestão das atividades de visitação protagonizados por atores comunitários, que visam valorizar a cultura dos povos tradicionais, gerar ganhos econômicos mais coletivos e preservar os recursos naturais – tomando decisões e desenvolvendo ideias coletivamente com base nos interesses da população e recursos da localidade.

Pondera-se que essas características são muito difíceis de serem verificadas e consolidadas na prática. Em vista disso, este trabalho entende que, para as iniciativas turísticas serem consideradas como de base comunitária, não é necessário que todos esses atributos se efetivem – até porque muitos deles não dependem somente do TBC, mas também do Estado e de outros atores territoriais. Todavia, eles devem constar como princípios desses empreendimentos, que são o conjunto de diretrizes que orientam suas ações.

Tal compreensão permite, inclusive, que o TBC não seja visto como algo único e engessado, que ocorre da mesma forma em múltiplos lugares. Mas seja percebido como iniciativas que, mesmo distintas, desenvolvem ou buscam ações orientadas pelos princípios gerais apresentados na sua definição (por isso, “modos de gestão”, representando uma pluralidade de práticas). Essa delimitação também possibilita identificar empiricamente as potencialidades da GPT para ajudar o TBC a copromover o DLS, não apenas se essa relação se efetiva ou não.

Muitos estudos têm mostrado – a exemplo de Almeida e Emmendoerfer (2023), Burgos e Mertens (2015), Maldonado (2009) e Pinheiro (2016) – que os princípios do TBC se articulam à perspectiva do DLS. Porém, isso não é uma relação que ocorre naturalmente, mas que depende de um esforço coletivo contínuo e direcionado, como o que é produzido pelos mecanismos de GPT. Segundo Dangi e Petrick (2021), Graciano e Holanda (2020) e Lindström (2020), apesar da literatura considerar amplamente a essencialidade da governança para o alcance dos objetivos do TBC, ela ainda carece de trabalhos que mostram como isso ocorre ou poderia ocorrer caso os atores do TBC se inserissem nesses espaços.

No próximo tópico, ao apresentar o conceito de DLS, essa articulação poderá ser melhor compreendida. Depois disso é que será discutido o que são os mecanismos de GPT e a importância deles para que os atores do TBC se envolvam diretamente no processo de DLS.

2.2. Desenvolvimento Local Sustentável

O presente trabalho se baseia em um conceito bem próprio de DLS, que é fruto da aglutinação das perspectivas de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável. Por conta disso, este tópico discute como essas duas abordagens

desenvolvimentistas se caracterizam de modo particular e a partir delas, conceitua (em um subtópico separado) o que é DLS.

2.2.1. Particularidades do Desenvolvimento Local

Os conceitos de desenvolvimento são muito vastos, tendo o entendimento mais comum dele ser um movimento voltado a melhorar algo na sociedade (Bresser-Pereira, 2014). Em vista disso, é essencial delimitar que tipo de desenvolvimento está sendo estudado, até para poder identificar suas interseções com o TBC. Este trabalho parte de uma abordagem de desenvolvimento territorial ou geográfico sustentável, considerando especificamente sua natureza local. Nesse sentido, este subtópico se dedica a tratar, exclusivamente, do desenvolvimento local, sendo o próximo voltado às particularidades do desenvolvimento sustentável.

Ao falar sobre desenvolvimento a partir de uma perspectiva territorial – seja local, regional, nacional, etc. – é primordial entender os conceitos de território e territorialidade. Para este trabalho, o território não é simplesmente uma área delimitada geograficamente. Mas é um espaço apropriado, através das relações sociais e de pertencimento que há nele (Dallabrida; Becker, 2003; Santos; Silveira, 2001).

Silveira (2011) reforça que essa concepção de território abriga a ideia de que ele é sempre um espaço humano e socialmente usado, cristalizando práticas do passado, presente e futuro. O entendimento de território de Haesbaert (2006), Saquet (2007) e Sposito (2004) se aproximam desse, considerando-o como um recorte espacial com vínculos sociais de apropriação constantemente construídos, por elementos econômicos, políticos ou culturais.

Já a territorialidade, seria o próprio conteúdo do território, ou seja, aquilo que é gerado nele (Fuini, 2014). Dessa forma, este autor destaca que a territorialidade é estabelecida pelas “relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais” (p. 230). Portanto, pode-se dizer que o território é um espaço socialmente apropriado e a territorialidade é o conteúdo (material e imaterial) dessa apropriação.

Com base nisso, é possível avançar na compreensão do desenvolvimento local, como um desenvolvimento territorial mais específico. Segundo Dallabrida

(2017), o desenvolvimento territorial é um processo contínuo que, através de atributos socioterritoriais, busca melhorar o bem-estar da sociedade. Assim, o desenvolvimento local seria um desenvolvimento territorial, só que não com uma ideia de escala menor, porque suas implicações extrapolam o nível micro. Mas com um sentido de natureza, que parte de relações socioterritoriais mais singulares, isto é, de vínculos identitários locais (Tenório, 2012).

É importante mencionar que o termo “local” pode denotar qualquer território com elementos tangíveis e intangíveis próprios, comparado a outro com características mais globais (Kronemberger; Costa, 2016), como: bairro (local) e município (não local); município (local) e estado (não local); estado (local) e região de um país (não local); etc.

Também vale ponderar que o fato de partir e priorizar os atributos territoriais mais particulares não faz com que o desenvolvimento local seja livre de influências externas ou mais amplas (globais). Nem mesmo, que os benefícios gerados para a sociedade se restrinjam à população que resida ou frequente o território que está sendo considerado como local. O que a abordagem do desenvolvimento local representa e defende não é um insulamento desenvolvimentista, mas um processo que, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, considera prioritariamente os laços e potenciais socioterritoriais mais característicos.

Por isso esse tipo de desenvolvimento deve ser decorrente da capacidade organizativa de diferentes atores locais para produzir ações com impactos positivos, tendo como base seus recursos e necessidades (Buarque, 2002). Logo, pode-se dizer que o desenvolvimento local é um processo endógeno que, fundamentado nas particularidades de um determinado lugar, visa aumentar o bem-estar social para além do seu próprio território.

2.2.2. Particularidades do Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável é um conceito que ganhou uma maior difusão a partir de 1987, com a publicação do Relatório Brundtland, cujo o título é “*Our Common Future*” (em português, “Nosso Futuro Comum”) (Tayra, 2009). Tal relatório trouxe a primeira definição mais amplamente aceita de desenvolvimento sustentável (Baker, 2015), apresentando-o como “(...) o desenvolvimento que atende as

necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras de conhecer suas próprias necessidades” (World Commission on Environment and Development – WCDE, 1987, p. 43, tradução nossa).

Apesar dessa definição ter sido referência para muitos estudos, com o passar dos anos o desenvolvimento sustentável se tornou um conceito bem polissêmico (Feil; Schreiber, 2017). Stepanyan, Littlejohn e Margaryan (2013) explicam que a variedade conceitual do desenvolvimento sustentável se deu por esse termo ter sido aplicado nos mais diversos campos de conhecimento e contextos analíticos. Alguns autores o caracterizam, por exemplo, como um processo para se chegar à sustentabilidade, enquanto outros fazem o contrário, enxergam o desenvolvimento sustentável como um resultado da sustentabilidade (Sartori; Latrônico; Campos, 2014).

Destaca-se que esta pesquisa considera o desenvolvimento como um processo, por se ater a sua dinamicidade para construir e reconstruir um território. Assim, entende-se que o desenvolvimento sustentável é fruto de relações e vínculos socioterritoriais de diferentes momentos da história. De acordo como Lampert e Silveira (2021), o desenvolvimento sustentável é algo que ocorre pela inserção constante de novas ações relacionadas a determinados valores a serem alcançados. O alcance desses valores e intentos almejados pelo processo de desenvolvimento sustentável que é compreendido aqui como sustentabilidade.

Segundo Feil e Schreiber (2017), o desenvolvimento sustentável seria um processo amparado em estratégias para melhorar harmonicamente a qualidade de vida da população. Não que essas estratégias e intentos sejam imutáveis, até porque são metas estabelecidas e reestabelecidas em certo tempo por tomadores de decisão. Mas trata-se de objetivos firmados a serem alcançados, ou seja, onde se quer chegar.

Um exemplo dessas estratégias a nível mundial são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que são metas – definidas de tempo em tempo por tomadores de decisão – voltadas a melhorar o bem-estar da sociedade de forma duradoura e equilibrada. Os 17 ODS atuais foram definidos em 25 de setembro de 2015, por 193 líderes mundiais, compondo a Agenda de 2030 com ações a serem desenvolvidas em 15 anos por

diversas nações do mundo (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, 2022).

Destarte, esta pesquisa entende a sustentabilidade como o resultado do alcance de um conjunto de intentos finais que buscam melhorar plenamente a vida humana. Claro que muitos desses intentos podem ser quase impossíveis de serem atingidos e até utópicos. Todavia, são extremamente necessários, no sentido de repensar, contrapor e combater ações humanas autodestrutivas – sendo eles perseguidos por um processo que é o desenvolvimento sustentável.

Como elemento mais geral das diferentes concepções de desenvolvimento sustentável, pode-se indicar o entendimento de que ele objetiva equilibrar necessidades sociais, econômicas e ambientais (Feil; Schreiber, 2017; Nurwidyaningrum *et al.*, 2022; Rytova; Gutman; Sousa, 2021; Sartori; Latrônico; Campos, 2014). Cabe mencionar, que outros pilares também são citados nos conceitos de desenvolvimento sustentável.

Para Carvalho (2019), por exemplo, o desenvolvimento sustentável, na busca de uma qualidade de vida mais prolongada para a sociedade, deve harmonizar os fatores: sociais; econômicos; ambientais; culturais; históricos; e políticos. Mance (2004) ainda vai além, indicando que o desenvolvimento sustentável procura nivelar onze elementos: o social; o econômico; o ambiental/ecológico; o cultural; o político; o ético; o metodológico; o pedagógico; o territorial; o rítmico; e o de gênero.

Percebe-se que as dimensões a serem equilibradas pelo desenvolvimento sustentável variam muito de acordo com os autores. Neste trabalho, serão analisadas (prioritariamente, não exclusivamente) cinco que, segundo Almeida e Emmendoerfer (2023), articulam-se aos princípios do TBC: a ambiental/ecológica; a cultural; a econômica; a política; e a social. No Quadro 1 abaixo, as características de cada uma dessas dimensões do desenvolvimento sustentável são detalhadas:

Quadro 1 – Dimensões do desenvolvimento sustentável analisadas neste trabalho

Dimensões	Descrição
Cultural	Refere-se ao respeito às diferenças culturais e à valorização dos elementos identitários dos povos tradicionais.
Ecológica	É o uso adequado dos recursos naturais, a fim de não comprometer as gerações futuras.

Econômica	Trata-se do crescimento econômico com benefícios coletivos, como a geração de trabalho e renda para várias pessoas, evitando altos níveis de desigualdade.
Política	Relaciona-se ao fomento à cidadania, à autogestão social e ao protagonismo decisório da população local nos assuntos que as impactarão.
Social	Busca o bem-estar social, relações justas e o respeito à dignidade da pessoa humana, opondo-se às ações de exclusão social.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Almeida e Emmendoerfer (2023).

Apesar deste trabalho analisar essas dimensões, outras poderão ser identificadas durante a análise dos dados, desde que associadas ao potencial contributivo do TBC para o desenvolvimento sustentável. Com isso, a discussão dos principais fatores para o desenvolvimento sustentável apresentados pela literatura acaba sendo apenas um ponto de partida para a pesquisa, não algo taxativo. De modo mais geral, esta pesquisa define o desenvolvimento sustentável como: um processo equilibrado voltado a melhorar a qualidade de vida da população de forma duradoura.

2.2.3. Conceito de Desenvolvimento Local Sustentável

Feitas as demarcações do que se entende aqui como desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável, este tópico apresenta a origem do debate sobre o DLS, sua definição e articulações ao turismo e à governança. Mesmo a discussão sobre desenvolvimento sustentável tendo sido feita desde a década de 1970, a sua associação ao território de natureza local só ocorreu no início dos anos de 1990 (Fernández *et al.*, 2019). Segundo estes autores, o DLS, enquanto uma perspectiva desenvolvimentista, surgiu da consideração de que os atores locais precisariam assumir a responsabilidade e o protagonismo da gestão do desenvolvimento sustentável.

Por muitos anos os modelos de desenvolvimento, inclusive os com ênfase na sustentabilidade, desconsideravam as particularidades locais (Sant'ana; Bento; Pereira, 2022; García *et al.*, 2019). O DLS emerge da necessidade – além de equilibrar os aspectos ambientais, econômicos e sociais – de ponderar a cultura, os recursos e interesses da população local que será impactada diretamente pelas ações do processo de desenvolvimento (Olivera *et al.*, 2020).

Desse modo, os princípios seminais do DLS buscam contemplar prioritariamente as demandas locais, preocupando-se também com o equilíbrio de várias dimensões territoriais por meio de práticas mais sustentáveis (Assis; França; Coelho, 2019; Gómez *et al.*, 2018; Olivera *et al.*, 2020; Sant'ana; Bento; Pereira, 2022). A partir disso, esta pesquisa define o DLS como: um processo endógeno (com base nos recursos e necessidades locais) que visa gerar benefícios duradouros para a sociedade pelo equilíbrio de várias dimensões territoriais, como a cultural, a ecológica, a econômica, a política e a social.

No que tange a sua relação ao turismo, o DLS se solidifica por atividades de visitação que conscientizam e atuam na preservação os recursos naturais locais (Araújo; Abdala; Medina, 2021), diferente do que costuma ocorrer em um turismo massificado que pauta prioritariamente os ganhos econômicos e interesses mais globais. Outros traços importantes de um turismo para o DLS é a geração de renda à população local e a promoção de roteiros que valorizam a cultura das comunidades tradicionais (Álvarez *et al.*, 2020).

Como exemplo desses roteiros, Álvarez *et al.* (2020) citam experiências vinculadas à gastronomia, ao folclore e às festas religiosas, que representam o patrimônio material e imaterial de um território. Com isso, verifica-se um alinhamento entre TBC e DLS – pelo TBC ser modos de gestão do turismo que produzem experiências como essas e ter princípios articulados ao DLS (Almeida; Emmendoerfer, 2023; Burgos; Mertens, 2015; Maldonado, 2009; Pinheiro, 2016), mencionados anteriormente.

Também é importante destacar que este trabalho analisa as implicações do TBC para o DLS a partir da ideia de “promoção”, ou “copromoção” – quando incluída a participação de outros grupos. A copromoção seria o envolvimento de múltiplos atores no processo voltado a gerar DLS. Tal envolvimento pode ocorrer de diferentes maneiras e em distintas etapas, não se restringindo apenas à elaboração coletiva de estratégias para o DLS, mas também se relacionando à implementação e avaliação delas (ou a outras ações que impactam intencionalmente nesse processo).

Essa visão de influência mais ampla está sendo considerada aqui pelas características dos mecanismos de GPT, tendo a capacidade de unir esforços e interagir atores que podem atuar distintamente no processo desenvolvimentista do território (Dallabrida, 2011). Pondera-se que este estudo foca no potencial

contributivo dos representantes do TBC, que têm princípios que se associam ao DLS (Burgos; Mertens 2015; Gómez *et al.*, 2015). O próximo tópico detalha as características da governança, especificamente a pública territorial, visando mostrar o seu uso como um instrumento de gestão para a copromoção do DLS.

2.3. Governança Pública Territorial

Este tópico trata, inicialmente, da origem da governança. A partir do entendimento desse termo mais originário, apresenta-se o que é governança pública. Por fim, indica-se o que esta pesquisa caracteriza como GPT e de que maneira as interações que há nos seus mecanismos podem ser qualificadas.

2.3.1. Surgimento da Governança

A governança é uma prática que ocorre desde os tempos mais remotos (Tribunal de Contas da União – TCU, 2014). Entretanto, ela passou a ter mais notoriedade nos anos de 1930, pelo setor corporativo (Álvares; Giacometti; Gusso, 2008). De acordo com estes autores, o objetivo da governança corporativa foi de criar um espaço de discussão para alinhar as propostas dos proprietários às ações dos gestores, tendo em vista que as organizações passaram a ser geridas cada vez menos pelos próprios donos. Além desse objetivo mais central, a governança foi uma maneira de fazer com que os múltiplos *stakeholders* (grupos de interesses, como fornecedores, governo, clientes, etc.) se posicionassem e fossem ouvidos (Bovaird; Löffler, 2003; Teixeira; Gomes, 2019).

Segundo Jossep (1990), a governança surge da necessidade das organizações de interagir diferentes atores para lidarem com problemas e contextos cada vez mais complexos e multifacetados. Este autor também destaca que a governança propôs ser um mecanismo de gestão contingente, provocando discussões constantes e diversificadas, para solucionar problemas bem específicos. Pereira (2011) apresenta alguns traços básicos das concepções originárias de governança, enquanto um mecanismo de gestão com um uso além do âmbito corporativo:

1) a governança consiste na busca por modelos e práticas capazes de reduzir a complexidade de sistemas de forma que sejam eles congruentes e

relevantes com os objetivos dos atores e instituições envolvidas; 2) a governança consiste no desenvolvimento do aprendizado sobre uma dinâmica social que envolve vários processos causais, diferentes formas de interdependência, atribuições de responsabilidades e possibilidades de coordenação em ambientes complexos e turbulentos; 3) a governança constrói métodos para a coordenação de ações de diferentes forças sociais que têm, igualmente, diversas identidades, interesses, significados e horizontes espaço-temporais de ação; 4) a governança procura estabilizar as orientações, expectativas e regras de ação dos agentes (p. 123).

Apesar de apresentar esses atributos gerais da governança, Pereira (2011) pondera que seus objetos e pretensões peculiares são determinados pelos seus mecanismos e indivíduos condutores. Isso mostra a variedade de interesses e âmbitos de atuação que a governança pode ser estabelecida. Este trabalho foca nos mecanismos de governança voltados a questões territoriais, com um âmbito de atuação público (distinto do corporativo). Dessa forma, o próximo subtópico delimita o que está sendo considerado como governança pública.

2.3.2. Governança Pública

A governança pública se difundiu um pouco depois da corporativa, no final do século XX (TCU, 2014). Segundo Silvestre (2019), ela seria um novo modelo de administração pública, tendo como cerne a participação social e a criação de redes colaborativas para a gestão dos serviços públicos. Dentre outras coisas, o propósito dos mecanismos de governança pública é de prestar informações aos cidadãos e torná-los mais atuantes nas políticas públicas (Bevir, 2011; Bovaird; Löffler, 2003; Silvestre, 2019).

Isso parte da consideração de que a população é a “proprietária” do Estado, não os gestores públicos em si (Teixeira; Gomes, 2019). Assim, observa-se que mesmo distintas, as ideias de governança pública e governança corporativa são similares, por ambas buscarem discutir as ações que serão realizadas com diferentes *stakeholders* e fazer com que os gestores (públicos ou privados) prestem contas do que está sendo feito.

É importante também mencionar que a governança pública é muito utilizada para pensar, coletivamente, em estratégias que lidem com problemas sociais (Buta; Teixeira, 2020; Neto *et al.*, 2019) – tendo em vista que só alguns cidadãos sabem as dificuldades que são enfrentadas e por isso podem indicar os melhores caminhos para superá-las (Lima; Ronconi, 2018).

De acordo com Hendriks (2013) e Lima e Ronconi (2018), a governança pública ocorre por mecanismos de gestão que interagem os atores estatais com os não estatais, para prestação de contas e elaboração de políticas públicas. Essa concepção é muito próxima da mencionada no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, emitido pela Presidência da República do Brasil e que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Este Decreto indica que governança pública é um: “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (Brasil, 2017, p. 1).

A governança pública busca reduzir o distanciamento entre o poder público e os cidadãos, sendo espaços socioparticipativos para discussão e produção de bens e serviços públicos (Neto *et al.* 2019). De maneira similar, Martins e Marine (2014) destacam que a governança pública faz com que a condução das políticas públicas não se restrinja aos atores governamentais, mas passe a envolver, sobretudo, a sociedade, ganhando um caráter mais amplo.

Observa-se, portanto, que a governança pública se articula a uma abordagem multicêntrica de políticas públicas (Neto *et al.* 2019), fazendo com que elas não sejam apenas o que “o governo escolhe ou não fazer” – conforme a clássica definição de Dye (1984, p. 1, tradução nossa). Mas passe a ser as ações e não ações orientadas, desenvolvidas por atores estatais e sociais, voltadas a resolver problemas de caráter público. Isso permite considerar que nem sempre os mecanismos de governança pública são criados pelo governo (por mais que ele tenha a responsabilidade de promover esses espaços), podendo também partir da auto-organização de grupos sociais.

O que faz a governança ser pública é o fato de existir interação entre diferentes atores para gerir assuntos públicos, ou seja, com interesses que envolvam e impacte a sociedade amplamente. Nesse sentido, este trabalho define governança pública como: iniciativas, compostas por diferentes representantes, direcionadas a debater e tomar decisões coletivamente que impliquem em questões públicas.

2.3.3. Conceito de Governança Pública Territorial

A partir dessa definição de governança pública, é possível compreender melhor o que seria GPT. Ressalta-se, novamente, que o caráter público da governança não se restringe às iniciativas compostas pelo Estado, mas às constituídas por quaisquer atores, desde que tratem coletivamente de questões públicas (como explicado no tópico anterior). Ou seja, o público se refere ao assunto, não à participação do “poder público”.

Feita essa delimitação, é possível discorrer mais a fundo o que será considerado aqui como GPT – incorporando também definições que utilizam a terminologia “governança territorial” e que carregam a mesma semântica que esta pesquisa se fundamenta. De acordo com Dallabrida (2003), a governança territorial são iniciativas organizadas para gerir os assuntos públicos de um território, formadas por diversos agentes econômicos, sociais e institucionais.

As concepções de governança territorial de Calvo e Fernández (2021), Jørgensen e Fallov (2022), Pires *et al.* (2018) e Ravagnan, Rossi e Amiriaref (2022) enfatizam bem essa multiplicidade na tomada de decisão, explicando que ela consiste em estratégias coletivas para a compatibilização de interesses em relação a um determinado território. Já Alaoui e Mamoun (2021), acreditam que a governança territorial é “(...) um instrumento de inteligência territorial a favor do desenvolvimento partilhado e harmonioso dos territórios” (p. 1, tradução nossa).

Assim, observa-se que a GPT é uma governança pública voltada a questões de um determinado território. No que tange aos seus benefícios, pode-se indicar a sua capacidade de envolver pessoas com diferentes ideias, a fim de pensar as melhores possibilidades para o desenvolvimento (Lara *et al.*, 2021). Portanto, a GPT é tida, por muitos estudos, como algo necessário para o desenvolvimento social, econômico e político dos territórios regionais e locais (Pires *et al.*, 2018; Weel; Schmitt, 2015).

O desenvolvimento de um território depende da capacidade de vários atores conseguirem se articular politicamente, ponderando interesses e unindo forças para que boas práticas possam ocorrer em contínua e larga escala (Dallabrida; Becker, 2003). Por conta disso, Dallabrida e Becker (2003) e Sant’anna, Neto e Marchi

(2020) acreditam que o desenvolvimento territorial está diretamente relacionado à existência e ao bom desempenho da governança.

Tal consideração também ajuda explicar a observação de Dallabrida (2011), de que os principais mecanismos desse tipo de governança almejam o desenvolvimento territorial. São exemplos deles: os Orçamentos Participativos Regionalizados; as Audiências Públicas (municipais, estaduais, regionais, etc.); os Fóruns de Desenvolvimento Integrado; os Conselhos de Desenvolvimento; ou quaisquer espaços sociais de discussão que tenham caráter decisório e sejam direcionados a um território (Dallabrida, 2011).

Pereira, Salazar e Albuquerque (2020) mostraram que, em geral, o TBC tem tido pouca abertura para participar da governança pública e se articular a outros agentes. Estes autores revelam, assim como Graciano e Holanda (2020), que isso dificulta muito o alcance dos objetivos do TBC que gerariam diversas contribuições para o DLS. Segundo Pereira, Salazar e Albuquerque (2020), o protagonismo decisório que o TBC procura dar às comunidades locais na gestão do turismo só ocorreria significativamente com a introdução desses grupos sociais na governança pública.

2.3.4. Concepção de Boa Governança Pública Territorial

Além da definição de GPT e do exemplo de seus mecanismos, é importante discutir a concepção de Boa GPT. Isso porque, para uma adequada participação dos atores territoriais no processo de DLS, não basta ter mecanismos de discussão e deliberação coletiva. Para tanto, é preciso que esses mecanismos sejam bem geridos. A boa governança pública (territorial ou não) parte dessa ideia, sendo o estabelecimento de uma gestão colaborativa satisfatória e sustentável (Besley; Persson, 2011; Rothstein, 2011, Ostrom, 1990).

A boa governança pública se associa historicamente ao fortalecimento da participação social na produção dos serviços públicos, seguindo diretrizes como a responsividade, a transparência, a legitimidade e a eficiência (Vieira; Barreto, 2019). De acordo com Pires *et al.* (2011), são elementos importantes para a Boa GPT: a transparência; o respeito às regras jurídicas; a orientação ao consenso; e uma gestão equitativa e inclusiva.

Nesse sentido, observa-se que os atributos para uma boa governança, seja ela qual for, dependerá de cada estudo e do que é visto como importante para o contexto analisado (Pires *et al.*, 2011). Martínez (2005), por exemplo, trazem que, para uma boa governança pública, deve-se levar em conta os seguintes aspectos: participação dos atores interessados; transparência das ações desses espaços; *accountability*, que é tida como uma prestação de contas bem ativa e não passiva; eficácia, que seria o alcance das propostas pela organização; e coerência entre os objetivos e a estratégia para o seu alcance.

Já Albuquerque (2016) indica, através do desenvolvimento do Modelo de Análise da Governança do TBC, como fatores importantes: a participação; a eficácia; e a transparência/*accountability*. Neste trabalho, os atributos para uma Boa GPT a serem analisados nas pesquisas teórico-empíricas do objetivos específicos c) e d) são os identificados no ARTIGO II: acesso aos mecanismos de governança; engajamento dos atores locais para a governança; representatividade local na governança; transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança; responsabilidade sustentável da governança; e eficácia da governança. Eles serão analisados por condensarem os principais elementos para uma participação adequada dos atores territoriais em instrumentos decisórios coletivos que visem o desenvolvimento local sustentável.

2.4. Contexto Socio-Histórico do Território de Paraty/RJ Associado ao Turismo

Esta parte da Tese aborda o contexto socio-histórico de Paraty/RJ, relacionado especialmente à composição do turismo no território. Para tanto, discorre-se sobre os marcos e acontecimentos históricos que retratam a origem da cidade. Em um segundo subtópico, são apresentados os patrimônios culturais e naturais de Paraty existentes até os dias atuais, indicando as suas principais atratividades turísticas que têm mobilizado muitos visitantes. Por fim, discute-se a respeito da consolidação do TBC no território.

2.4.1. Origem e dinâmica inicial do território

A colonização do território de Paraty iniciou a partir da descoberta, por parte dos portugueses, da Baía de Ilha Grande, no ano de 1502 (Caponero; Giraldi; Leite,

2019). Nesse período, foram encontrados no território indígenas guaianás, enquanto população originária (They, 2015). A primeira sesmaria em Paraty só ocorreu no ano de 1593, iniciando um povoamento organizado no Morro de Vila Velha, atualmente chamado de Morro do Forte (Caponero; Giraldi; Leite, 2019). Nesse povoamento também foi construída a primeira capela de Paraty, dedicada a São Roque (Caponero; Giraldi; Leite, 2019).

Em 1646, o povoado mudou para o atual local do centro histórico da cidade, sendo as terras uma sesmaria doada por Maria Jacomé de Mello, a partir de duas condições: que os indígenas guaianases não fossem desocupados ou expulsos das intermediações; e que se construísse uma outra capela dedicada à Nossa Senhora dos Remédios (Caponero; Giraldi; Leite, 2019; Paraty/RJ, 2024a). Por volta de 1960, o povoado que pertencia à Angra dos Reis se rebela e passa a exigir autonomia, sob a liderança de Domingo Gonçalves de Abreu (Paraty/RJ, 2024a).

Esse movimento fez com que, no dia 28 de fevereiro de ano de 1667, Afonso V de Portugal assinasse uma Carta Régia fundando a “Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2024; Paraty/RJ, 2024a). Já em 1844, a vila adquiriu o foro de cidade, passando a se chamar de Paraty (Paraty/RJ, 2024a).

Figura 1 – Igreja de Nossa Senhora dos Remédios em Paraty/RJ



Fonte: Paraty/RJ (2024b).

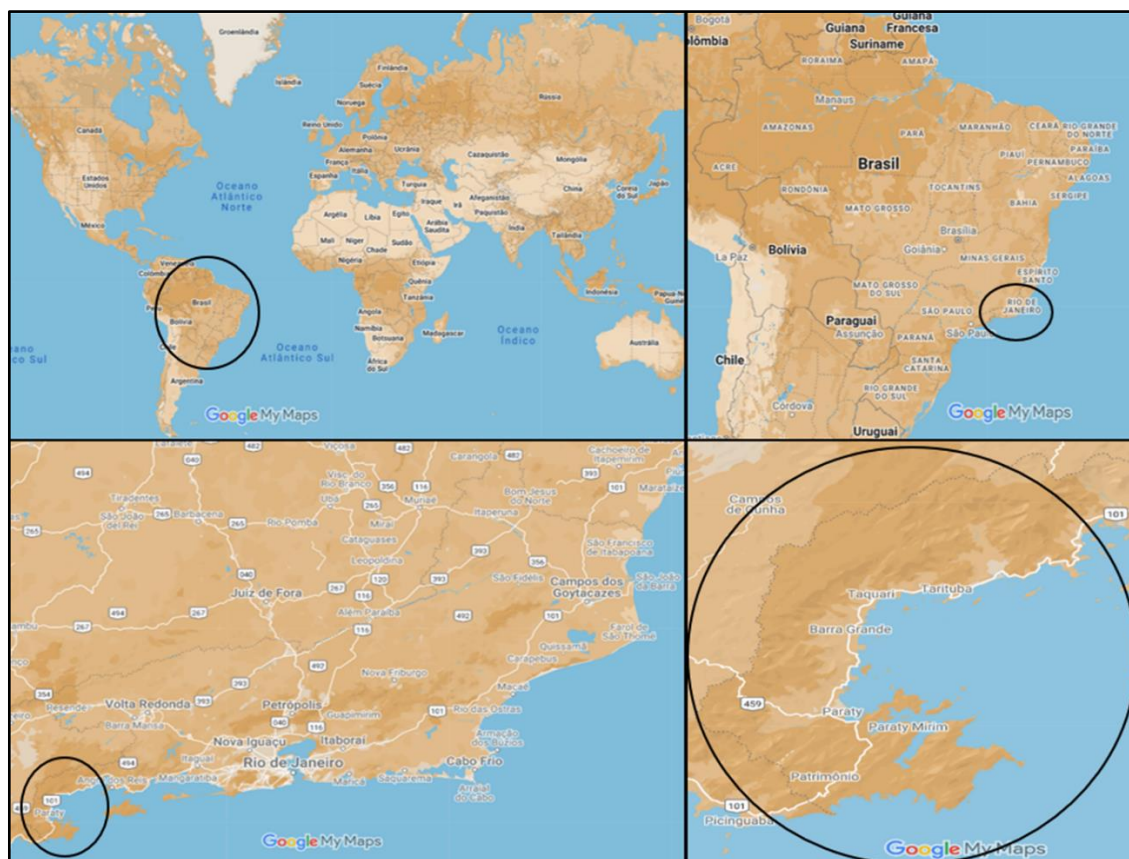
Nos primeiros anos da sua fundação, Paraty foi ganhando destaque econômico na produção de cana-de-açúcar, chegando a ter mais de 250 engenhos e tendo fama pela qualidade da sua aguardente (Paraty/RJ, 2024a). No final do século

XVII, o seu porto passou a ser um dos mais movimentados e de maior fluxo econômico do Brasil (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO, 2024). Nele, o ouro e pedras preciosas produzidos em Minas Gerais, durante o período colonial, era escoado para Portugal (Paraty/RJ, 2024a). Além disso, o porto era o principal ponto de entrada de escravos africanos e ferramentas enviadas para o funcionamento das minas (UNESCO, 2024).

Na primeira metade do século XVIII, foi desenvolvido o caminho novo para um escoamento mais rápido da produção mineral do Brasil, tendo como destino final o porto do Rio de Janeiro (Instituto Estrada Real, 2024). Essa mudança, aliada a outros fatores históricos e à falta de investimento para fazer de Paraty uma cidade mais acessível, fez com que ela passasse por um grande período de isolamento econômico e até mesmo de pessoas (Thery, 2015).

Apesar do isolamento, esse período contribuiu para manter a preservação do patrimônio cultural e natural de Paraty (Paraty/RJ, 2024a; Souza, 2008; Thery, 2015). Após a abertura da estrada que liga Paraty a Cunha e, principalmente, a criação da rodovia Rio-Santos (na década de 1970), a cidade fica mais acessível e – devido as suas belezas naturais e edificações históricas que se mantiveram conservadas – passa a ser um destino cada vez mais procurado por turistas nacionais e internacionais (Paraty/RJ, 2024a). A Figura 2, elaborada a partir da ferramenta *Google My Maps*, mostra a localização do território de Paraty:

Figura 2 – Localização de Paraty/RJ



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *Google My Maps* (2024).

2.4.2. Patrimônio cultural e natural como atrativos turísticos de Paraty

No decorrer dos anos, a cidade foi se tornando uma das mais importantes para a preservação da história do Brasil, por seus patrimônios tangíveis e intangíveis retratarem e manterem vivas as memórias do período colonial (Silva, 2003). Além disso, Paraty é repleto de belezas naturais, por mais que também houvessem algumas perdas ao longo do tempo. O território é composto por uma grande vegetação de mata atlântica, contando com 65 ilhas e mais de 300 praias (Paraty/RJ, 2024c).

Tais atributos fizeram com que em 1945 ela tenha sido declarada Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro (Paraty/RJ, 2024c). Já em 1958, também passou a ser Patrimônio Artístico Nacional e, em 1966, foi convertida a Monumento Nacional (Paraty/RJ, 2024c; They, 2015). Mais recentemente, em 2017, a cidade ganhou o reconhecimento e começou a integrar a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, através da sua gastronomia (Paraty/RJ, 2023).

Em 2019, Paraty, juntamente com a Ilha Grande (que pertence ao município vizinho de Agra dos Reis), tornou-se Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO (Caponero; Giralardi; Leite, 2019; Paraty/RJ, 2024c). O título se deu tanto pelo seu patrimônio cultural como pelo natural, sendo a primeiro e até então único sítio da América Latina com esse título de modo misto (MTur, 2022), além de compor um grupo restrito de 39 no mundo (Rede pelo Patrimônio Mundial, 2024).

Paraty tem uma das maiores áreas de mata atlântica remanescente do país (Barros; Rodrigues, 2019; MTur, 2022), com 6 unidades de conservação e 83% do seu território protegido por leis ambientais (Paraty/RJ, 2024d). A região que Paraty se situa abriga diversas espécies de animais e vegetais fundamentais para a fauna e flora, tendo “(...) 36 espécies vegetais consideradas raras, 29 são endêmicas, ou seja, próprias da região. Existem registros que mostram a presença de mamíferos raros e predadores, como a onça-pintada e o miqui, o maior primata das Américas” (MTur, 2022, p. 1).

No que se refere ao seu patrimônio cultural, a cidade é marcada por ter casarios históricos, além de uma literatura, gastronomia e festejos que a tipificam (Caponero; Giralardi; Leite, 2019) – reproduzindo práticas e produtos tradicionais e que ao mesmo tempo se reinventam, dando espaço ao novo (Souza, 2008). Este trecho da obra de Souza (2008) sintetiza a autenticidade e vitalidade de Paraty:

Além da bela cidadezinha perdida entre o mar e a serra, Paraty tem um rico passado que não só está impregnado em suas construções e festas, mas dá vida ao que num primeiro momento pode parecer distante da realidade presente. Longe de ser um cenário inerte, Paraty tem especial capacidade de adaptação às circunstâncias históricas que envolvem a cidade, e a vitalidade é a principal marca de sua personalidade (p. 16).

Como eventos mais tradicionais da cidade, destaca-se: a Festa do Divino Espírito Santo, que é realizada a mais de três séculos (Paraty/RJ, 2024e) e em 2013 foi registrada pelo IPHAN como patrimônio material e imaterial brasileiro (IPHAN, 2013); e a Festa Literária de Paraty (Flip), que teve sua primeira edição em 2003 e já é considerada um dos principais festivais literários da América do Sul, atraindo diversos turistas para as suas edições anuais (Gaspar, 2014). De modo ilustrativo, as Figuras 3 e 4 a seguir mostram a Festa do Divino e o Saco do Mamanguá, que é uma área de proteção ambiental do território, representando o patrimônio cultural e natural de Paraty.

Figura 3 – Festa do Divino Espírito Santo em Paraty



Fonte: Paraty/RJ (2024e).

Figura 4 – Saco do Mamangá em Paraty



Fonte: Paraty/RJ (2024f).

2.4.3. Consolidação do Turismo de Base Comunitária no território

Ao longo da sua história Paraty foi sendo integrada por diversas comunidades tradicionais de povos indígenas, quilombolas e caiçaras – que, pelos seus modos de vida, tem estabelecido uma relação sustentável com os recursos naturais do local,

através da pesca artesanal, agroecologia e manejo adequado das áreas de vegetação (MTur, 2022). Com o avanço agressivo do turismo no território, a partir da década de 1970, as comunidades tradicionais e a população mais vulnerável economicamente de Paraty foram se sentindo ameaçadas pelo processo de gentrificação que se instaurou (Mendonça; Moraes; Catarcione, 2016).

No centro histórico de Paraty esse processo foi bem marcante, tendo muitos moradores nativos (que outrora suas famílias residiam no local) ido para áreas mais periféricas da cidade (Oliveira, 2009), passando a ser predominante lá empreendimentos do turismo massificado convencional (Mendonça; Moraes; Catarcione, 2016). Em áreas mais afastadas de Paraty com muita especulação imobiliária esse processo também ocorreu. Oliveira (2009) traz como exemplo a Vila de Trindade, composta por uma comunidade caiçara que acabou perdendo espaço para uma empresa que se instalou abruptamente na região, cujas praias são consideradas as mais belas do município.

Além disso, com a expansão das unidades de conservação e uma maior limitação do uso de recursos nesses espaços, muitas comunidades tradicionais acabaram restringido suas fontes de renda oriunda do manejo em áreas de preservação (Mendonça, Moraes e Catarcione, 2016). Nesse contexto de restrição ambiental e de ameaça da especulação imobiliária, o TBC foi sendo vislumbrando como uma alternativa para comunidades de Paraty terem uma importante fonte de renda e ao mesmo tempo fortalecerem seus laços identitários e territoriais (Mendonça, Moraes e Catarcione, 2016; Monteiro, 2015).

De acordo com Monteiro (2015), o TBC tem tornado os atores locais protagonistas no processo desenvolvimento de Paraty a partir do turismo, fazendo com que eles passem a autogerir atividades de visitação que consideram a sua cultura e recursos. Por meio do TBC, as comunidades passam a compartilhar diretamente com visitantes os seus saberes e modos de vida (Monteiro, 2015). A Figura 5 a seguir apresenta uma iniciativa de TBC em Paraty através de um roteiro guiado por comunitários:

Figura 5 – TBC em Paraty

Fonte: Paraty/RJ (2022a).

O TBC em Paraty, como já mencionado anteriormente, começou a ser impulsionado no início do século XXI, tendo como elemento determinante a fundação do FCT em 2007 (Mendonça et al., 2017). O Fórum é um movimento social que surgiu com o objetivo de fortalecer as oportunidades e defender os direitos de comunidades da Serra da Bocaina, vendo o fomento ao TBC como um elemento central para as suas pretensões (Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS, 2018a).

É importante destacar que o FCT foi se tornando uma ampla rede, que mesmo não tendo caráter deliberativo em políticas públicas e integrado diretamente ao Estado, ele conta com a parceria do governo municipal de Paraty e de outros atores estatais, como universidades e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (OTSS, 2018b). Além da sua articulação ao FCT, o TBC de Paraty passou a integrar espaços de GPT, como o COMTUR – que segundo Trentin (2016) é o principal espaço de governança turística do município – e o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Tendo em vista o fortalecimento e articulação política do TBC no território nesses últimos anos, em 16 de novembro de 2022, foi aprovado o Projeto de Lei Municipal nº 45, que instituiu a política municipal de TBC em Paraty (Paraty/RJ, 2022b).

Portanto, observa-se que apesar dos desafios que as comunidades de Paraty ainda enfrentam, suas iniciativas de TBC têm se consolidado e se apresentado

como um caminho fundamental para gerar renda e ao mesmo tempo valorizar sua cultura local – aumentando ainda mais seus vínculos com o território. Isso tem sido favorecido pela interação coletiva, tanto internamente nas próprias comunidades, como com atores externos (poder público, mercado, terceiro setor, etc.). Tais elementos mostram a pertinência de analisar como a GPT pode auxiliar nesse processo e potencializar os efeitos endógenos-sustentáveis do TBC.

3. METODOLOGIA

Este capítulo trata da metodologia da Tese a ser realizada, através dos seguintes itens: tipo de pesquisa, que apresenta a abordagem, a estratégia de investigação e o método lógico do trabalho; delimitação do caso, descrevendo o *locus* da pesquisa e suas características; coleta dos dados, detalhando quais serão as técnicas utilizadas para extrair os dados referentes a cada objetivo específico; e análise dos dados, que descreve a técnica e o que foi analisado particularmente.

3.1. Tipo de Pesquisa

Este trabalho se baseia na abordagem metodológica qualitativa. De acordo com Flick (2007), essa abordagem visa, através de procedimentos metodológicos, analisar um fenômeno social de modo singularizado. Assim, a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador desenvolver teorias que descrevam ou expliquem questões sociais, sem a necessidade de generalização (Flick, 2007). A abordagem qualitativa está de acordo com as pretensões deste trabalho, pelo mesmo estudar um fenômeno social (a promoção do DLS por diferentes atores) visando desenvolver apontamentos teóricos contextualmente.

Já a estratégia de investigação deste trabalho é um estudo de caso. De acordo com Bryman (2016), o estudo de caso é muito utilizado para apurar especificidades (inclusive territoriais) de organizações e comunidades que ainda não estão muito compreensíveis pela literatura. Portanto, ele se caracteriza pela pesquisa de um tema através de cenários mais particulares, gerando novas considerações ou reforçando as ideias teóricas prévias (Bryman, 2016; Eisenhardt; Graebner, 2007; Yin, 2005).

Este trabalho realizará, propriamente, um “estudo de caso crucial”, que é aquele que se fundamenta em concepções teóricas para justificar o *locus* analisado (Eckstein, 1975). Dentre os diferentes tipos de estudo de caso crucial, a presente pesquisa utiliza “o caso caminho” (ou *the pathway case*, em inglês). Gerring (2007) explica que este tipo de estudo de caso crucial tem uma proposta dedutiva, mas não em um sentido de confirmar ou rever uma hipótese e resultado esperado. O que o estudo de caso crucial caminho busca é descrever como as relações teóricas concebidas previamente se evidenciam em um determinado cenário (Gerring, 2007).

Logo, considera-se teoricamente que: a Boa GPT ajuda o TBC a copromover o DLS. Com base nisso, esta pesquisa investiga como essa relação pode ser descrita a partir do caso no território de Paraty/RJ, caracterizando-se, assim, como um estudo de caso crucial do tipo caminho. Nesse sentido, a base lógica da investigação acaba sendo a dedutiva, por iniciar de concepções gerais, visando compreender como elas se manifestam em experiências situadas (Bryman, 2016; Gil, 2008).

Pondera-se que – mesmo quando é dedutivo – o estudo de caso não busca propriamente generalizar seus achados e sim provocar iluminações teóricas que podem ser aplicáveis mais amplamente (Yin, 2005). Por isso, é importante escolher bem o caso estudado, não devendo ele ser incompatível com os elementos mais comuns do objeto que está sendo analisado (Gil, 2007). No próximo tópico, o caso a ser estudado é delimitado, descrevendo e justificando o *locus* desta pesquisa.

3.2. Delimitação do Caso

A análise de como a GPT pode auxiliar o TBC a copromover o DLS, foi investigada a partir das relações que ocorrem no território de Paraty/RJ. Esse *locus* de pesquisa foi selecionado em função de Paraty ter um TBC bem ativo (Cardoso, 2016), autogerido por comunidades locais caiçaras, indígenas e quilombolas (Barros; Rodrigues, 2019).

Além disso, identificou-se que o TBC de Paraty tem oportunidades para participar de mecanismos de GPT e, por meio deles, poderia vir a contribuir com o DLS. O principal mecanismo de GPT identificado em Paraty, que possibilita a interação entre o TBC e o poder público municipal (além de outros *stakeholders*) e que congrega pautas relacionadas ao DLS, é COMTUR. Em vista disso, ele foi um dos *locus* da observação direta realizada.

Outro destaque que se deve fazer é que Paraty é uma cidade criativa (gastronômica) e patrimônio da humanidade reconhecida pela UNESCO. Logo, ela tem o compromisso institucional – mesmo que não imposto legalmente – de interagir diferentes atores para a criação de bens e serviços culturais voltados ao desenvolvimento sustentável (Machado; Braga, 2010; UNESCO, 2021). Dessa

forma, observa-se que o território de Paraty tem características contextuais que permitem analisar como a GPT pode auxiliar o TBC a copromover o DLS.

3.3. Coleta dos Dados

Por partir de uma lógica dedutiva, o estudo de caso crucial caminho precisa ser amparado por concepções teóricas de trabalho anteriores (Gerring, 2007). Desse modo, é importante que ele tenha como ponto de partida revisões da literatura. Além dessa fundamentação em revisões, um estudo de caso pode ocorrer por diferentes técnicas de coleta de dados, como através de levantamentos documentais, questionários e observações (Eisenhardt; Graebner, 2007).

Esta pesquisa se baseia nessas quatro técnicas para a coleta dos dados (revisão da literatura, pesquisa documental, questionário e observação), relacionando-as a cada objetivo específico. Além de detalhar como elas serão empregadas para o alcance dos objetivos, é importante explicar as características centrais das técnicas de coleta, até para justificar os seus respectivos usos.

A revisão da literatura se caracteriza como a investigação de um problema ou tema de pesquisa, a partir de registros de conhecimentos literários preexistentes, como: artigos de jornais e revistas, livros, trabalhos acadêmicos finais (monografias, dissertações e teses) e relatórios (Camargo Júnior *et al.*, 2023). Os tipos de revisão da literatura mais conhecidos são a integrativa, a narrativa e a sistemática (Camargo Júnior *et al.*, 2023).

Esta pesquisa realizou especificamente revisões integrativas da literatura, que são aquelas que buscam sumarizar – de modo analítico, não apenas descritivamente – as concepções de diferentes estudos sobre um determinado assunto (Snyder, 2019). Ela faz isso por meio de procedimentos investigativos estruturados, podendo examinar tanto referências teóricas, como teórico-empíricas e aplicadas (Camargo Júnior *et al.*, 2023).

Os objetivos a) e b) deste trabalho foram alcançados pela revisão integrativa da literatura. Ela foi voltada, especificamente, a artigos das bases *Scopus* e *Web of Science*, acessados pelo o *login* do CAFE no site periódicos CAPES – que habilita o acesso a artigos que ficariam indisponíveis por uma conexão direta. O roteiro dessas pesquisas de revisão consta no APÊNDICE I.

A outra técnica de coleta dos dados utilizada nesta pesquisa foi o levantamento documental, que busca examinar documentos com base nos seus conteúdos e limitações, extraindo dados para os propósitos do estudo (May, 2004). Este autor também indica que os documentos precisam ser analisados não apenas pelas informações que são expressas neles, mas também pela circunstância que eles foram produzidos.

O levantamento documental foi realizado para o alcance dos objetivos específicos c), d) e e). Ele foi direcionado às Atas das reuniões do COMTUR, realizadas nos anos de 2022 e 2023. As Atas do COMTUR foram utilizadas como fontes de dados por registrarem as discussões e deliberações de um mecanismo de GPT que conta com representações do TBC de Paraty, tendo pautas associadas aos DLS. O roteiro da pesquisa documental pode ser visto no APÊNDICE II.

Já os questionários, podem ser definidos como um grupo de perguntas a serem sequencialmente respondidas sem uma interlocução livre (Filippo; Pimentel; Wainer, 2011). Estes autores explicam que as perguntas podem até ser feitas e respondidas oralmente (e algumas dúvidas tiradas). Porém, o conteúdo, a forma com que o assunto é tratado e a ordem do questionamento, são replicados igualmente aos respondentes. O questionário deste estudo é semiestruturado, composto por perguntas abertas (sem respostas predefinidas) e fechadas (com respostas predefinidas), em sua minoria.

O questionário se articula aos objetivos c), d) e e), sendo aplicado de modo *online*, através da plataforma *Google Forms*. O compartilhamento dele ocorreu pela divulgação em *e-mails*, grupos de *whatsapp* e páginas de rede social (*instagram* e *facebook*) de pessoas e empreendimentos de TBC no âmbito local. Vale ressaltar, que seus respondentes são pessoas em caráter individual (não instituições) que de alguma maneira atuam no TBC em Paraty. O seu roteiro consta no APÊNDICE III.

Por fim, a quarta técnica de coleta dos dados utilizada foi a observação direta, voltada também ao alcance dos objetivos c), d) e e). Conforme Filippo, Pimentel e Wainer (2011), essa técnica é aquela que o pesquisador vai até o *locus* de pesquisa e verifica diretamente a ocorrência do fato analisado, sem o intermédio de pessoas ou por registros secundários. A observação é uma técnica importante por fazer com que o pesquisador consiga captar as informações não expostas verbalmente pelos

indivíduos, que muitas vezes se decifram somente por suas expressões faciais e ações (Angrosino, 2007).

Destaca-se que durante a observação não houve uma interação muito grande com o público observado, a fim de não influenciar nas suas ações. Buscou-se obter os dados a partir das interpretações do pesquisador sobre as práticas realizadas. A observação direta ocorreu através de: participações como ouvinte em duas reuniões do COMTUR; idas a órgãos públicos municipais, principalmente nas secretarias de turismo e cultura; caminhadas no centro histórico da cidade; e visitas a comunidades tradicionais locais que trabalham com o TBC. O roteiro da observação está disponível no APÊNDICE IV.

O emprego desses quatro instrumentos de coleta visa diversificar as fontes e trazer uma maior confiabilidade aos dados coletados. Antes do uso deles, cada um foi validado por pesquisadores especialistas, para a testagem e verificação da qualidade dos mesmos. Também é importante mencionar, que o Projeto da Tese foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP/UFV), sendo isso um pré-requisito para assegurar o caráter ético do trabalho.

O número total de artigos analisados, de documentos a serem investigados, de respondentes do questionário e de horas de observação direta a serem feitas, não foram predefinidos. Isso porque, adotou-se o princípio da saturação dos dados. Segundo Gibbs (2009), a saturação dos dados é quando as informações coletadas começam a se repetir semanticamente, parecendo não haver novas expectativas do objeto de estudo em relação às pretensões da pesquisa. Diante desse cenário, a coleta dos dados pode ser interrompida ou finalizada (Gibbs, 2009).

3.4. Análise dos Dados

A técnica de análise dos dados utilizada foi a análise de conteúdo do tipo temática. Essa técnica se caracteriza por identificar nos registros dos dados (que foram os fichamentos das revisões integrativas, os relatórios do levantamento documental, os relatórios do questionário e os diários de campo das observações) os núcleos de sentido expressivos para os objetivos da pesquisa (Bardin, 2018). Tais núcleos serão organizados por códigos e categorias. Os códigos são trechos

dos registros dos dados relevantes para as pretensões do estudo e as categorias são as junções desses códigos de acordo com seus significados comuns (Bardin, 2018).

Esta autora também menciona que na análise de conteúdo temática qualitativa o importante, para fins analíticos, não é quantas vezes um mesmo código aparece e sim o que ele significa para o objeto de estudo. Além disso, cabe delimitar que as categorias serão definidas com base na literatura e nos achados empíricos.

Por conta disso, deve-se explicitar o que foi considerado como categoria em cada objetivo específico, até para a análise dos dados ser transparente nos seus procedimentos. O Quadro 2 apresenta o escopo das categorias dos objetivos específicos, além das técnicas de coleta e análise de cada um deles.

Quadro 2 - Síntese da coleta e análise dos dados para cada objetivo específico

Objetivo Específico	Técnica de Coleta	Técnica de Análise	Escopo das Categorias
a) Identificar as possíveis contribuições do TBC para o DLS	Revisão integrativa da literatura	Análise de conteúdo do tipo temática	As dimensões do DLS que o TBC pode ajudar a gerar, segundo a literatura consultada.
b) Verificar os principais atributos que caracterizam uma Boa GPT para o DLS	Revisão integrativa da literatura	Análise de conteúdo do tipo temática	Os elementos centrais a serem cumpridos para que a GPT voltada ao DLS seja considerada adequada, de acordo com a literatura preexistente.
c) Descrever práticas do TBC do território de Paraty/RJ que se articulam ao DLS e seus desafios nesse processo	Pesquisa documental, questionário semiestruturado e observação direta	Análise de conteúdo do tipo temática	Ações e medidas articuladas ao DLS que o TBC de Paraty tem realizado – relacionadas sobretudo às dimensões territoriais: cultural; ecológica; econômica; política e social.
d) Mostrar a maneira que os representantes do TBC do território de Paraty/RJ têm participado da GPT, considerando os principais atributos que a qualifica	Pesquisa documental, questionário semiestruturado e observação direta	Análise de conteúdo do tipo temática	A participação dos representantes do TBC do território de Paraty/RJ na governança para o DLS – considerando principalmente o que acontece ou pode ser melhorado em relação aos seguintes atributos para uma Boa GPT: acesso aos mecanismos de governança; engajamento dos atores locais para a governança; representatividade local na governança; transparência dos atos produzidos pelos

			mecanismos de governança; responsabilidade sustentável da governança; e eficácia da governança.
e) Explicar, com base no caso de Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS.	Pesquisa documental, questionário semiestruturado e observação direta	Análise de conteúdo do tipo temática	A formas que a GPT envolve o TBC no processo de copromoção do DLS, a partir dos apontamentos e reflexões do caso de Paraty.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que tange ao objetivo específico a), as categorias são as dimensões do DLS que o TBC pode produzir (como a ecológica/ambiental, econômica, social, etc.), segundo a literatura consultada. As categorias do objetivo específico b) são as principais práticas e diretrizes a serem cumpridas para que a GPT voltada ao DLS seja considerada adequada, de acordo com a literatura preexistente.

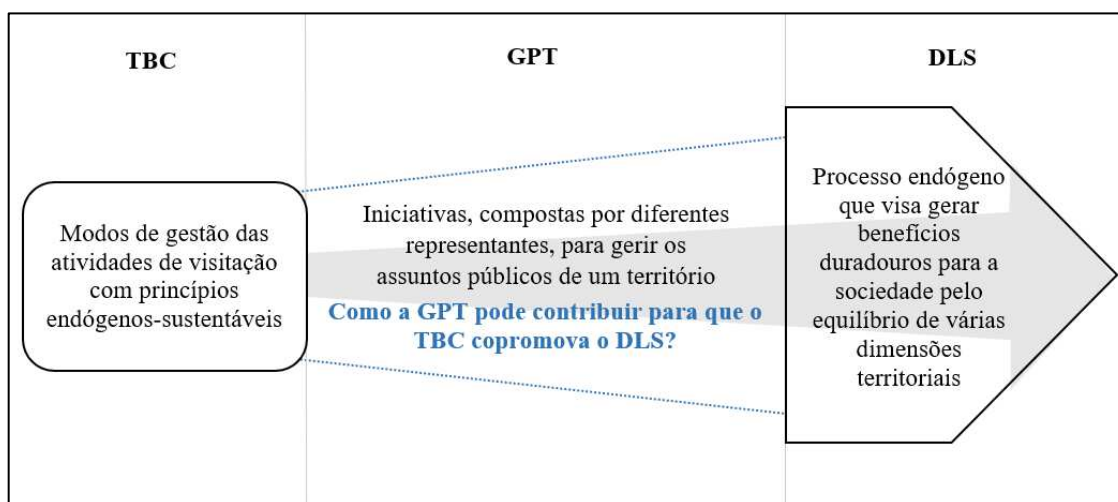
Já as categorias do objetivo específico c), referem-se às ações e medidas associadas ao DLS que o TBC de Paraty tem feito. As do objetivo d) serão as características que representam a participação dos representantes do TBC do território de Paraty/RJ na governança para o DLS, considerando o que acontece ou pode ser melhorado em relação aos atributos que qualificam a GPT. Finalmente, as categorias do objetivo específico e) serão as formas que a GPT envolve o TBC no processo de copromoção do DLS, levando em conta os apontamentos e reflexões do caso de Paraty.

4. EXPECTATIVAS DE RESULTADOS E TESE PROPOSTA

Acredita-se que mesmo com os desafios que poderão ser identificados, a inserção adequada de atores do TBC nos mecanismos de governança territorial impulsiona o alcance dos seus princípios e, conseqüentemente, traz benefícios consideráveis para a copromoção do DLS. Isso colaboraria, inclusive, para o equilíbrio de várias dimensões territoriais no processo de DLS, como a cultural, a ecológica e a econômica.

Dessa forma, este estudo parte da Tese que: **a GPT tem a capacidade de auxiliar o TBC a copromover o DLS, fortalecendo e expandindo suas ações.** Fundamentada nessa premissa, a pesquisa avançará na lacuna da literatura, explicando como isso pode se concretizar (mesmo que potencialmente, ao superar os gargalos identificados), com base no caso do território de Paraty/RJ. O Modelo Teórico Analítico da Figura 6 representa a proposta de teorização desta Tese a ser desenvolvida. Destaca-se que o traço em torno da GPT representa que o seu grau de contribuição para o TBC dependerá de cada contexto, principalmente do quão adequada (ou “Boa”) ela for para fomento ao DLS.

Figura 6 - Modelo Teórico Analítico

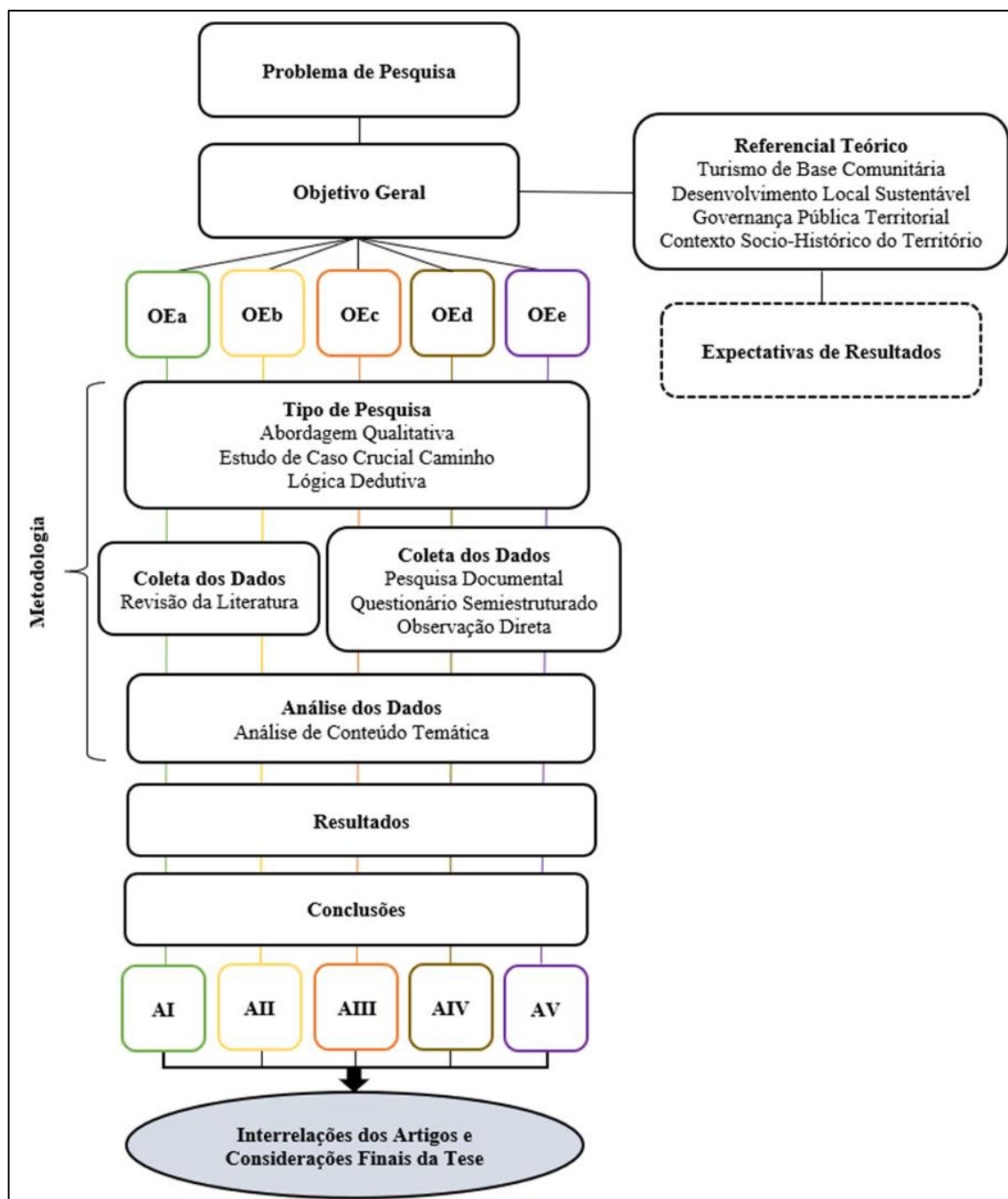


Fonte: Elaborada pelo autor.

5. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Apresentada a contextualização, as pretensões, o referencial teórico, os elementos metodológicos e as expectativas de resultados deste trabalho, cabe compreender como eles se articulam. Nesse sentido, elaborou-se a Figura 7, que representa o delineamento da pesquisa, do seu início ao fim:

Figura 7 - Delineamento da Pesquisa



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 7 indica que primeiro a pesquisa foi problematizada, originando um Objetivo Geral a ser alcançado. Tal objetivo – desmembrado em 5 Objetivos Específicos (OEs) – foi sustentado por um referencial teórico relacionado aos temas Turismo de Base Comunitária (TBC), Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), Governança Pública Territorial (GPT) e Contexto Socio-Histórico do Território de Paraty/RJ Associado ao Turismo. A partir do referencial teórico da pesquisa, vislumbrou-se um modelo teórico prévio com as expectativas de resultados e Tese proposta, ou seja, indicando o que podem revelar de apontamentos. Tais expectativas estão delineadas por uma linha tracejada por poderem ser confirmadas ou não.

A metodologia utilizada para o alcance dos objetivos, ocorreu por meio: da abordagem metodológica qualitativa; da estratégia de investigação estudo de caso crucial caminho; e da lógica dedutiva. A técnica de coleta dos dados utilizada para o alcance do OEa e do OEb foi uma revisão integrativa da literatura. Já os dados para os OEc, OEd e OEe foram coletados por meio de pesquisa documental, questionário semiestruturado e observação direta.

A análise de conteúdo temática foi a técnica utilizada para a interpretação dos dados de todos os OEs. A partir dela, obteve-se os resultados que geraram as conclusões dos cinco diferentes e complementares trabalhos no formato de artigo: AI, AII, AIII, AIV e AV. Por último, esses cinco trabalhos foram relacionados, originando as considerações finais da Tese e o seu conseqüente desfecho.

6. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA TESE

Este capítulo discorre sobre o processo de elaboração da Tese, que iniciou no segundo semestre do ano de 2021, a partir de leituras que, dentre outros assuntos, versavam sobre turismo, desenvolvimento territorial e governança. Tais leituras foram mobilizadas por disciplinas cursadas pelo pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) e participações em encontros do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

As leituras, aliadas a momentos de interação com outros pesquisadores, principalmente durante o período de orientação, originaram a primeira problematização da Tese que passou a tratar dos temas Turismo de Base Comunitária (TBC), Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) e Governança Pública Territorial (GPT). Após a problematização, que ocorreu no primeiro bimestre de 2022, foram elaborados, no decorrer do mesmo ano, os dois primeiros artigos desta Tese (I e II), que realizaram revisões integrativas da literatura.

Paralelamente, mas com prazo de defesa prevista e realizada no primeiro bimestre de 2023, foi elaborado o Projeto da Tese. Após a defesa e a definição do *locus* de estudo (território de Paraty), o Projeto foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP/UFV), no segundo bimestre de 2023. Posteriormente à aprovação, iniciou-se a coleta dos dados teóricos-empíricos, envolvendo pesquisa documental, observação direta e questionário semiestruturado.

Ressalta-se que na versão inicial do Projeto, antes da coleta dos dados, foi prevista a realização de entrevista semiestruturada. Porém, as entrevistas não ocorreram devido a não participação (mesmo em casos que houveram um agendamento) dos possíveis respondentes. Acredita-se que isso se deu por receio dos respondentes serem identificados nos resultados do trabalho, mesmo tendo sido explicado previamente que os dados pessoais não seriam divulgados por questões éticas.

Durante a coleta, que aconteceram ao longo dos últimos quatro bimestres do ano de 2023, os dados da pesquisa teórico-empírica foram organizados e alguns até chegaram a ser analisados. Com isso, foi possível elaborar o artigo III e incluí-lo na

versão do Projeto de Qualificação defendido em dezembro de 2023. Nos três primeiros bimestres de 2024 os dados continuaram sendo analisados e foi possível finalizar os últimos dois artigos da Tese (IV e V).

Ao longo da análise dos dados e elaboração do restante da Tese, entre março e junho de 2024, foi realizada uma etapa de maturação da pesquisa por meio do doutorado-sanduiche na Erasmus School of History, Culture and Communication – Erasmus University Rotterdam. O propósito dessa etapa foi prospectar a teoria da Tese, valendo-se das discussões com pesquisadores internacionais referências na área de estudos culturais e históricos relacionados ao turismo. Com isso, a Tese foi finalizada e entregue aos membros da Banca, sendo defendida no dia 20 de junho de 2024. Após a Defesa, foram incluídos os últimos ajustes com base nas observações da Banca, chegando-se a esta versão final.

REFERÊNCIAS

- ALAOUI, Y; MAMOUN, S. M. The pivotal position of the citizen in the concept of territorial governance. **Journal of North African Research in Business**, v. 2021, p. 1-8, 2021.
- ALBUQUERQUE, M. C. F. **Modelo de Análise da Governança do TBC: Uma proposição adaptativa a partir de diversos olhares**. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2023.
- ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008.
- ÁLVAREZ, W. T. A. *et al.* Link university - company for sustainable local development in tourism Smes. **Revista Universidad y Sociedad**, v. 12, n. 1, p. 350-358, 2020.
- ALVES, K. Turismo de Base Comunitária: fundamento histórico e abordagens conceituais. In: SILVA, F. P. (Org.). **Turismo de base comunitária: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno**. Salvador, BA: EDUNEB, 2013. p. 81-92.
- ANGROSINO, M. **Doing Ethnographic and Observational Research**. London, UK: SAGE Publications Ltd, 2007.
- ARAÚJO, M. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 2, p. 238-276, 2011.
- ARAÚJO, R. N; ABDALA, K. O.; MEDINA, G. S. Impacto ambiental do turismo de pesca: aplicação da Lei da Cota Zero no Rio Araguaia, em Goiás. **Interações**, v. 22, n. 2, p. 597-607, 2021.
- ASSIS, T. R. P.; FRANÇA, A. G. M.; COELHO, A. M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 577-593, 2019.
- BAKER, S. **Sustainable Development**. London, UK: Routledge, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, PT: Edições 70, 2018.
- BARROS, A. L. R.; RODRIGUES, C. G. O. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.
- BESLEY, T.; PERSSON, T. **Pilars of prosperity: state capacity and economic development**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011.
- BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 103-114, 2011.
- BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies. **International Review of Administrative Sciences**, v. 69, n. 3, p. 313-328, 2003.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF, Brasil, 2007.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. **Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm>. Acesso em: 03/04/2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93, p. 33-60, 2014.

BRYMAN, A. **Social research methods**. New York, NY: Oxford, 2016.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 1, p. 57-71, 2015.

BURSZTYN, I.; BARTHOLÓ, R. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLÓ, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

BUTA, B. O.; TEIXEIRA, M. A. C. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organizações & Sociedade**, 2020, v. 27, n. 94, p. 370-395, 2020.

CALVO, P. M. H.; FERNÁNDEZ, J. G. Iniciativas de diálogo, participación e innovación social para mejorar la gobernanza territorial en el medio rural. **Ciudades**, n. 24, p. 45-64, 2021.

CAMARGO JÚNIOR, R. N. C. *et al.* Revisão integrativa, sistemática e narrativa - aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 28, n. 1, p. 1-15, 2023.

CAPONERO M. C.; GIRALDI, R. C.; LEITE, E. Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade. **Revista Confluências Culturais**, v. 8, n. 2, p. 42-53, 2019.

CARDOSO, D. S. Apontamentos sobre o turismo de base comunitária a partir da análise de duas regiões díspares: região do Cariri (Ceará) e região da Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro). In: Seminário da ANPTUR, 13, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos do XIII Seminário da ANPTUR**. São Paulo, SP: ANPTUR, 2016.

CARVALHO, G. O. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 789-792, 2019.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLÓ, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 277-287.

DALLABRIDA, V. R. Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de “concertación público-privada”. **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, v. 1, n. 4, p. 61-94, 2003.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: Circuito de Debates Acadêmicos, 1, 2011, Brasília. **Anais eletrônicos do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2011.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2003.

DANGI, T. B.; PETRICK, J. F. Enhancing the role of tourism governance to improve collaborative participation, responsiveness, representation and inclusion for sustainable community-based tourism: a case study. **International Journal of Tourism Cities**, v. 7, n. 4, p. 1029-1048, 2021.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. 1984.

ECKSTEIN, H. Case studies and theory in political science. In: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY N. W. (Orgs.). **Handbook of political science. Political science: Scope and theory**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975, p. 94-137.

EISENHARDT, K. M.; GRAEBNER, M. E. Theory building from cases: opportunities and challenges. **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 1, p. 25–32, 2007.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 3, p. 546-559, 2012.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo, SP: Nacional, 1973.

FERNÁNDEZ, R. L. *et al.* Epistemological foundations that sustain a research in environmental education for sustainable local development, in the province of El Oro. **Conrado**, v. 15, n. 67, p. 282-287, 2019.

FILIPPO, D.; PIMENTEL, M.; WAINER, J. Metodologia de pesquisa científica em sistemas colaborativos. In: PIMENTEL, M.; FUKS, H. (Orgs.). **Sistemas Colaborativos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 379-404.

FLICK, U. **Managing Quality in Qualitative Research**. London, UK: SAGE Publications Ltd, 2007.

FRANCO, A. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília, DF: Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, 2002.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@ Plural**, v. 8, n. 1, p. 225–249, 2014.

GARCÍA J. M. *et al.* Sustainable Local Development: An Overview of the State of Knowledge. **Resources**, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2019.

GASPAR, H. **História da FLIP – Festa Literária Internacional de Paraty**. Blog de Paraty. 2014. Disponível em: < <https://paraty.com.br/blog/historia-da-flip-festa-literaria-internacional-de-paraty/>>. Acesso em: 03/04/2024.

GERRING, J. Is There a (Viable) Crucial-Case Method? **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 3, p. 231-253, 2007.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GLASS, R. **Aspects of Change**. London, UK: MacGibbon & Kee, 1964.

GÓMEZ, C. P. *et al.* Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 5, p. 1213-1227, 2015.

GÓMEZ, J. A. *et al.* Mountain Biking for Sustainable Development of Local Tourism in Ecuador. **Información tecnológica**, v. 29, n. 5, p. 279-288, 2018.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Bibliometric analysis of scientific literature on community-based tourism from 2013 to 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **ODS**. 2022. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/ods/>>. Acesso em: 03/04/2024.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.

HENDRIKS, F. Understanding good urban governance: essentials, shifts, and values. **Urban Affairs Review**, v. 50, n. 4, p. 553-576, 2013.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Festa do Divino de Paraty – RJ é o mais novo Patrimônio Cultural Brasileiro**. 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/652/festa-do-divino-de-paraty-%E2%80%93-rj-e-o-mais-novo-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 03/04/2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **História – Paraty (RJ)**. 2024. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1510/>>. Acesso em: 03/04/2024.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Caminho Novo**. 2024. Disponível em: <<https://institutoestrada-real.com.br/roteiros-planilhados/caminho-novo/>>. Acesso em: 03/04/2024.

IRVING, M. D. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G., BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

JESSOP, B. **The governance of complexity and the complexity of governance: preliminary remarks on some problems and limits of economic guidance**. Lancaster, UK: Department of Sociology, Lancaster University, 1999.

JØRGENSEN, A.; FALLOV, M. A. Urbanization and the organization of territorial cohesion – results from a comparative Danish case-study on territorial inequality and social cohesion. **Journal of Organizational Ethnography**, v. 11, n. 1, p. 64-78, 2022.

KRONEMBERGER, D.; COSTA, V. G. Desenvolvimento local sustentável e governança ambiental. In: FIGUEIREDO, A. H. (Org.) **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016. p. 359-392.

LAMPERT, A.; SILVEIRA, V. O. Incorporação da Agenda 2030 ao Poder Judiciário Brasileiro: nova meta para 2020. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 13, n. 3, p. 467-484, 2021.

LARA, A. *et al.* Development, urban planning and political decisions. A triad that built territories at risk. **Nat Hazards**, v. 109, p. 1935-1957, 2021.

LEITE, R. P. **Contra- usos da Cidade**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

LIMA, J.; RONCONI, L. F. de A. Coprodução de políticas públicas voltadas aos direitos da mulher: o caso do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis. **Revista dos Estudantes de Públicas**, v. 3, n. 1, p. 8-28, 2018.

LINDSTRÖM, K. N. Ambivalence in the evolution of a community-based tourism sharing concept: a public governance approach. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 20, n. 3, p. 302-315, 2020.

MACHADO, J.; BRAGA, S. **Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil**. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010.

MALDONADO, C. O. Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MANCE, E. A. **Fome Zero e Economia Solidária: Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil**. Curitiba, PR: Editora Gráfica Popular, 2004.

MARTÍNEZ, A. C. La gobernanza hoy: Introducción. In: MARTÍNEZ, A. C. (Org.). **La gobernanza hoy: 10 textos de referencia**. Madrid, ES: Instituto Nacional de Administración Pública, 2005. p. 11-36.

MARTINS, H.; MARINE, C. Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. **Revista do TCU**, v. 130, n. 40, p. 42-53, 2014.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MENDONÇA, T. C. *et al.* Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, 2017.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A.; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de base comunitária na região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTur. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010a.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur. **Paraty (RJ) recebe certificado de patrimônio mundial pela UNESCO**. 2022. Disponível em: <[MINISTÉRIO DO TURISMO – MTur. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010b.](https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/paraty-rj-recebe-certificado-de-patrimonio-mundial-pela-unesco#:~:text=De%20acordo%20o%20lphan%2C%20a,e%20fauna%20%C3%BAnicas%20no%20pa%C3%ADs.>https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/paraty-rj-recebe-certificado-de-patrimonio-mundial-pela-unesco#:~:text=De%20acordo%20o%20lphan%2C%20a,e%20fauna%20%C3%BAnicas%20no%20pa%C3%ADs.>. Acesso em: 03/04/2024.</p></div><div data-bbox=)

MONTEIRO, T. L. Ação política e afirmação territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo, Paraty, Rio de Janeiro. **Espaço e Economia**, v. 4, n. 7, p. 1-8, 2015.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de Base Comunitária na América Latina: Uma Estratégia em Rede. **Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 249-265, 2018.

NASCIMENTO, F. G.; LANZARINI, R. Turismo Responsável: contribuições para uma reflexão conceitual. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v.13, n. 1, p. 62-82, 2023.

NETO, J. A. *et al.* (2019). Governança Pública no Contexto de Implementação das Políticas Públicas. **Razón y palabra**, v. 23, n. 104, p. 459-478, 2019.

NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. **Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico**. Fortaleza, CE: FBOMS/Instituto Terramar, 2006.

NURWIDYANINGRUM, D. *et al.* A human dimension model for the urban vertical housing sustainability through indoor air quality. **Planning Malaysia**, v. 20, n. 21, p. 110-121, 2022.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Fortalecimento do FCT**. 2018a. Disponível em: <<https://www.otss.org.br/fortalecimento-do-fct>>. Acesso em: 03/04/2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Parceir@s e Redes**. 2018b. Disponível em: <<https://www.otss.org.br/parceiros-e-redes>>. Acesso em: 03/04/2024.

OLIVERA, A. C. Turismo e população dos destinos turísticos um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I (Orgs.). **Turismo de base**

comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 319-333.

OLIVERA, C. M. *et al.* Relation between public management and sustainable local development of the cities of Oaxaca, 2000-2017. **Revista iberoamericana de estudios municipales**, n. 22, p. 155-187, 2020.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** New York, NY: Cambridge University Press, 1990.

PARATY/RJ. Prefeitura Municipal de Paraty/RJ. **De Entrepósito Comercial a Patrimônio da Humanidade.** 2024c. Disponível em: <[PARATY/RJ. Prefeitura Municipal de Paraty/RJ. **Estudo do meio no roteiro de turismo de base comunitária nas praias de São Gonçalo e São Gonçalinho.** 2022a. Disponível em: <\[>\]\(https://www.paraty.rj.gov.br/informativo/noticias/estudo-do-meio-no-roteiro-de-turismo-de-base-comunitaria-nas-praias-de-sao-goncalo-e-sao-goncalinho\). Acesso em: 03/04/2024.](https://paraty.com.br/paraty-de-entrepósito-a-patrimônio/#:~:text=Paraty%20foi%20considerada%20Patrim%C3%B4nio%20Estadual,em%20Monumento%20Nacional%20em%201966.>. Acesso em: 03/04/2024.</p></div><div data-bbox=)

PARATY/RJ. Prefeitura Municipal de Paraty/RJ. **Festa do Divino de Paraty.** 2024e. Disponível em: <<https://paraty.com.br/festa-do-divino-de-paraty/>>. Acesso em: 03/04/2024.

PARATY/RJ. Prefeitura Municipal de Paraty/RJ. **Igreja de Nossa Senhora dos Remédios.** 2024b. Disponível em: <<https://paraty.com.br/igreja/igreja-de-nossa-senhora-dos-remedios-matriz/>>. Acesso em: 03/04/2024.

PARATY/RJ. Prefeitura Municipal de Paraty/RJ. **Paraty - Cidade Gastronômica.** 2023. Disponível em: <[>](https://www.paraty.rj.gov.br/paraty-cidade-gastronomica) Acesso em: 03/04/2024.

PARATY/RJ. Prefeitura Municipal de Paraty/RJ. **Parque e Reservas em Paraty.** 2024d. Disponível em: <<https://paraty.com.br/parques-e-reservas/>>. Acesso em: 03/04/2024.

PARATY/RJ. Prefeitura Municipal de Paraty/RJ. **Saco do Mamangá.** 2024f. Disponível em: <<https://paraty.com.br/praias/saco-do-mamangua/>>. Acesso em: 03/04/2024.

PARATY/RJ. Prefeitura Municipal de Paraty/RJ. **Sobre a Cidade.** 2024a. Disponível em: <[>](https://www.paraty.rj.gov.br/a-cidade/sobre). Acesso em: 03/04/2024.

PARATY/RJ. Projeto de Lei Nº 045 de 22 de agosto de 2022. **Institui a política municipal de turismo de base comunitária no âmbito do município de Paraty e dá outras providências.** Paraty, RJ: Câmara Municipal, 2022b. Disponível em: <[>](https://paraty.rj.leg.br/site/wp-content/uploads/2022/11/projeto_lei_045_2022054.pdf). Acesso em: 03/04/2024.

PAULA, J. **Desenvolvimento local: textos selecionados.** Brasília, DF: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, 2008.

PEREIRA, J. G. B.; SALAZAR, V. S.; ALBUQUERQUE, M. C. F. Análise da governança em uma experiência de turismo de base comunitária: Aplicação Do Modelo MAG do TBC à ADESCO. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 85908-85925, 2020.

- PEREIRA, R. R. Governança no Setor Público – origem, teorias, modalidades e aplicações. **Revista do TCU**, n. 122, p. 122-131, 2011.
- PINHEIRO, R. C. S. Turismo de base comunitária como inovação social na gestão do turismo em espaços rurais. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 10, n. 19, p. 146-165, 2016.
- PIRES, E. L. S. *et al.* A governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. **GEOgraphia**, v. 19, n. 41, p. 24-38, 2018.
- PIRES, E. L. S. *et al.* **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro, SP: UNESP – IGCE, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.
- RAMOS, F. C. C.; LOURENÇO, L.; ABREU, W. M. Governança Pública Humanizada: oportunidades para elevar o bem-estar social e a prosperidade sustentável. **Revista Latino-Americana de Governança**, v. 3, n. 1, p. 1-6, 2023.
- RANGEL, N. F. A. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. **Cadernos NAUI**, v. 4, n. 7, p. 39-57, 2015.
- RAVAGNAN, C.; ROSSI, F.; AMIRIAREF, M. Sustainable Mobility and Resilient Urban Spaces in the United Kingdom. Practices and Proposals. **Transportation Research Procedia**, v. 60, p. 164-171, 2022.
- REDE PELO PATRIMÔNIO MUNDIAL. **Patrimônio misto**. 2024. Disponível em: <<https://www.patrimoniomundial.org/c%C3%B3pia-3-patrim%C3%B4nio-natural>>. Acesso em: 03/04/2024.
- RIBEIRO, T. F. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**, v. 10, n. 3, p. 1334-1356, 2018.
- RICHARDS, G. Cultural tourism: A review of recent research and trends. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 36, p. 12-21, 2018.
- RICHARDS, G. **Rethinking cultural tourism**. Edward Elgar, 2021.
- ROTHSTEIN, B. **The quality of government: corruption, social trust and inequality in a comparative perspective**. Chicago, IL: University of Chicago, 2011
- RYTOVA, E.; GUTMAN, S.; SOUSA, C. Regional Inclusive Development: An Assessment of Russian Regions. **Sustainability**, v. 13, n. 11, p. 57-73, 2021.
- SANT'ANA, L. C. F.; BENTO, L. S.; PEREIRA, D. C. Desenvolvimento Local e Sustentável: uma realidade possível e necessária. **Studies in Environmental and Animal Sciences**, v. 3, n. 1, p. 37-51, 2022.
- SANT'ANNA, A.; NETO, E. Q.; MARCHI, J. J. Um ensaio sobre o desenvolvimento local desde a ativação social e a governança pública. **Interações**, v. 21, n. 3, p. 597-613, 2020.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Território e Sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.
- SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2014.

- SILVA, F. F. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Edusp; Peirópolis, 2003.
- SILVA, F. P. S.; MALTA, A. E. R.; SÁ, N. S. C. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno de Estudos e Pesquisas Do Turismo**, v. 16, n. 2, p. 79-92, 2016.
- SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: Dowbor, L.; Pochmann, M. (Orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo – FPA, 2010. p. 41-65.
- SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. **ACTA Geográfica**, p. 151-163, 2011.
- SILVESTRE, H. C. **A (Nova) Governança Pública**. Brasília, DF: ENAP, 2019.
- SNYDER, H. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v.104, p. 333-339, 2019.
- SOUZA, M. M. **Paraty, a cidade e as festas**. Rio de Janeiro, RJ: Ouro Sobre Azul, 2008.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo, SP: Edunesp, 2004.
- STEPANYAN, K.; LITTLEJOHN, A.; MARGARYAN, A. Sustainable e-Learn-ing: Toward a Coherent Body of Knowledge. **Educational Technology & Society**, v. 16, n. 2, p. 91-102, 2013.
- TAYRA, F. **O conceito do desenvolvimento sustentável**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo – USP, 2009.
- TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019.
- TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2012.
- THERY, H. Paraty, vantagens locacionais e valorização do patrimônio histórico. **Via Tourism Review**, v. 7, 2015.
- TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 3, p. 645-658, 2016.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria**. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **What is the Creative Cities Network?** 2021. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creative-cities/content/about-us>>. Acesso em: 03/04/2024.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Paraty and Ilha Grande: culture and biodiversity**. 2024. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1308>>. Acesso em: 03/04/2024.

VIEIRA, J. B.; BARRETO, R. T. S. **Governança, gestão de riscos e integridade**. Brasília, DF: ENAP, 2019.

WELL, L. V.; SCHMITT, P. Understanding territorial governance: conceptual and practical implications. **Europa Regional**, v. 21, n. 4, p. 209-221, 2015.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT - WCED. **Our Common Future**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

ARTIGO I¹

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Resumo: Este trabalho visa identificar as possíveis contribuições do Turismo de Base Comunitária (TBC) para o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). Tal objetivo partiu da noção de TBC como modos de gestão da visitação que busca o equilíbrio dos elementos socioterritoriais de um determinado local. Desse modo, haveria uma certa similaridade entre os princípios do TBC e a perspectiva de DLS, que apesar de ser muito discutida, ainda é pouco detalhada pela literatura. A investigação foi realizada por uma pesquisa exploratória qualitativa, por meio de uma revisão integrativa da literatura com emprego da técnica análise de conteúdo do tipo temática. Os resultados da pesquisa mostraram que o TBC pode contribuir para o DLS gerando benefícios, de caráter endógeno: econômicos, ecológicos, sociais, culturais e políticos. Assim, foi possível contribuir teoricamente para compreender a articulação entre o TBC e o DLS, que é um tema que precisa ser mais aprofundado pela literatura. Além disso, este trabalho reforçou a importância de promover práticas voltadas ao TBC, tendo em vista seus benefícios para o DLS.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Turismo Sustentável; Desenvolvimento Local Sustentável; Desenvolvimento Territorial.

POSSIBLE CONTRIBUTIONS OF COMMUNITY-BASED TOURISM FOR SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT

Abstract: *This work aims to identify the possible contributions of Community-Based Tourism (TBC) to Sustainable Local Development (DLS). This objective came from the notion of TBC as modes of managing visitation that seeks to balance the socio-territorial elements of a given location. In this sense, there would be a certain similarity between the CBT principles and the SLD perspective, which, despite being much discussed, is still poorly detailed in the specialized literature. The investigation was carried out by qualitative exploratory research through an integrative literature review with the support of the thematic content analysis technique. The research results showed that CBT could contribute to SLD generating benefits of an endogenous nature: economic, ecological, social, cultural, and political. Thus, it was possible to theoretically contribute to understanding the articulation between CBT and SLD, a topic that needs further exploration in the literature. In addition, this work reinforced the importance of promoting practices aimed at CBT, given its benefits for SLD.*

Keywords: *Community-Based Tourism; Sustainable Tourism; Sustainable Local Development; Territorial Development.*

¹ Este artigo teve uma versão publicada na Revista de Turismo Contemporâneo: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/29163>

POSIBLES APORTES DEL TURISMO COMUNITARIO AL DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo identificar las posibles contribuciones del Turismo de Base Comunitaria (TBC) al Desarrollo Local Sostenible (DLS). Este objetivo surgió de la noción de CBT como formas de gestionar la visita que busca equilibrar los elementos socioterritoriales de un lugar determinado. De esta forma, existiría cierta similitud entre los principios del TBC y la perspectiva DLS, que a pesar de ser ampliamente discutida, todavía está poco detallada en la literatura. La investigación se realizó a través de una investigación exploratoria cualitativa, mediante una revisión integradora de la literatura utilizando la técnica de análisis de contenido temático. Los resultados de la investigación mostraron que la TBC puede contribuir al DLS generando beneficios endógenos: económicos, ecológicos, sociales, culturales y políticos. De esta manera, fue posible contribuir teóricamente a la comprensión de la articulación entre TBC y DLS, tema que necesita ser más explorado en la literatura. Además, este trabajo reforzó la importancia de promover prácticas dirigidas al TBC, dados sus beneficios para DLS.

Palabras clave: Turismo Comunitario; El turismo sostenible; Desarrollo Local Sostenible; Desarrollo Territorial.

1. INTRODUÇÃO

O TBC são modos de gestão da visitação voltados a valorizar a cultura das comunidades tradicionais, realizar ações socioeducativas de preservação ambiental e estimular o mercado local, pela geração de ganhos econômicos coletivos (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2018). Dessa forma, percebeu-se um alinhamento entre as propostas do TBC e o conceito de DLS (Gómez *et al.*, 2015).

Em geral, o DLS leva em conta fatores institucionais, políticos, econômicos, sociais e ambientais (Kronemberger; Costa, 2016). Esse tipo de desenvolvimento busca fortalecer a capacidade decisória da sociedade civil, estimular o crescimento econômico, promover bem-estar para população e preservar o meio ambiente, considerando as características e recursos locais (Paula, 2008).

Verifica-se assim, que o TBC enquanto prática turística pode colaborar para o DLS, tendo em vista principalmente que o turismo convencional ou de massa causa alguns efeitos negativos – apesar de também ter seus benefícios. Segundo Fabrino, Costa e Nascimento (2012), o turismo de massa acaba reforçando as desigualdades sociais, limitando a população nativa a funções subalternas na prestação dos serviços de visitação.

No turismo massificado, a comunidade local muitas vezes é restrita a trabalhos de baixa remuneração, como de serviços gerais, de jardinagem, de vendedor(a) ambulante, de garçom(nete), etc. (Fabrino; Costa; Nascimento, 2012). Além disso, esse turismo, que é altamente voltado a atender às necessidades do mercado, pode implicar em processos espaciais de gentrificação. Isso ocorre quando a prevalência dos interesses de financeiros acarreta em uma “goumertização” dos bairros tradicionais – vistos como potencialmente turísticos – fazendo com que os moradores vulneráveis economicamente não consigam mais residir no local pelo aumento do custo de vida (Leite, 2007).

Não se trata aqui de abominar qualquer prática do turismo convencional, nem acreditar que ele não pode ser repensado, a fim de reduzir seus impactos negativos. Mas apenas de identificar que o TBC vai na contramão desses impactos e que por conta disso e todas suas diretrizes, pode trazer contribuições para o DLS.

Contudo, essa relação ainda carece de uma ampla discussão, para que se tenha uma melhor compreensão das interseções entre o TBC e o DLS (Pinheiro, 2016). A partir dessa problemática, o presente trabalho questiona: **Como o TBC pode contribuir para o DLS?** Para responder a essa questão, foi realizada uma pesquisa exploratória qualitativa: que busca, qualitativamente, tornar um tema mais compreensível e instigante, visando tanto embasar como estimular novas investigações (Gil, 2007).

Este trabalho também se desenvolveu, metodologicamente, por uma revisão integrativa da literatura, coletando e analisando artigos dos portais de periódicos *Scopus* e *Web of Science*. A análise dos dados se baseou na técnica análise de conteúdo do tipo temática, que identifica os núcleos de sentido relevantes ao objetivo do estudo (Bardin, 2018), que foi de: **identificar as possíveis contribuições do TBC para o DLS**.

Como implicações teóricas, este trabalho trouxe um melhor entendimento da relação entre o TBC e o DLS, que segundo Pinheiro (2016), é um tema que precisa ser mais discutido. Ademais, indicou-se possibilidades para estudos futuros sobre o assunto. Já como implicações práticas, os resultados mostraram a importância do TBC e como o DLS pode ser impulsionado, a partir dessa prática de gestão da visitação.

2. CARACTERÍSTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O movimento para um turismo responsável – que orientou a concepção do TBC – teve início no final do século XX, na Europa. De acordo com Fabrino (2013), este movimento se baseou nas prerrogativas do Desenvolvimento Sustentável (DS) e de uma visão crítica ao turismo de massa. Pode-se dizer, então, que o TBC surgiu de diversos debates acerca da necessidade de se criar um modelo de turismo mais justo e equilibrado, que leve em conta a conservação ambiental e coloque a população local como protagonista do planejamento, execução e controle das atividades turísticas (Araújo, 2011).

No Brasil, o TBC está sendo discutido academicamente desde a década de 1990 (Graciano; Holanda, 2020). Mas o tema só foi ganhar mais destaque com o V Fórum Social Mundial, que ocorreu em 2005 na cidade de Porto Alegre (Neuhaus; Silva, 2006). Esse evento resultou na elaboração de uma Declaração, que apresentou a proposta de um turismo fundamentado na autogestão das comunidades locais, contrapondo modelos centralizadores e socialmente excludentes (Neuhaus; Silva, 2006). Observa-se, assim como Meguis *et al.* (2015) já haviam indicado, que o TBC foi pensado como uma saída para os problemas ocasionados pelo turismo massificado.

Por conta disso, é necessário se aprofundar mais nas características do turismo massificado que o TBC contrapõe, até para poder diferenciá-los. Segundo Moraes, Irving e Mendonça (2018), o TBC é tido como uma estratégia de resistência de comunidades tradicionais frente à atuação agressiva do turismo convencional, de ameaçar o equilíbrio ambiental e sociocultural dos lugares. O TBC se opõe, por exemplo, à pressão global de grandes projetos hoteleiros que têm por consequência uma excessiva especulação imobiliária (Moraes; Irving; Mendonça, 2018) e a privatização de espaços que deveriam ser públicos, como alguns *resorts* que ocupam faixas de areia das praias (Coriolano, 2009).

Leite (2007) identificou que o turismo de massa altera a dinâmica e o uso dos espaços, podendo inclusive estimular processos de gentrificação, que dificulta o acesso e a permanência de moradores mais pobres em áreas supervalorizadas

economicamente. No TBC o processo decisório se baseia na realidade do território local, não em interesses externos centralizados (Gómez *et al.*, 2015).

Além disso, o TBC ocorre em pequena escala, possibilita uma maior convivência entre turistas e guias e preza pela preservação das singularidades do lugar, em relação aos recursos naturais, gastronômicos e culturais – diferente do turismo massificado convencional (Maldonado, 2009). Tais recursos geram aproximações do TBC com formas que agregam valor à experiência turística ofertada e ao desenvolvimento territorial por meio da criatividade como o turismo criativo (Emmendoerfer, 2019; Emmendoerfer; Moraes; Fraga, 2016).

Outra distinção que deve ser feita é entre TBC e turismo comunitário. Muitos trabalhos mencionam TBC como turismo comunitário, mas Graciano e Holanda (2020) indicam que não são a mesma coisa. Segundo estas autoras, ambos buscam a geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida da população local pelo turismo. Entretanto, apenas o TBC traria uma orientação de emancipação comunitária das populações tradicionais, pela autogestão das atividades turísticas. Apesar do turismo comunitário buscar exaltar o modo de vida local, ele ainda é atrelado à lógica de gestão do turismo convencional (Graciano; Holanda, 2020).

Neste trabalho, foram analisados estudos que também utilizaram o termo turismo comunitário, desde que dentro da ideia de emancipação comunitária do TBC, apresentada por Graciano e Holanda (2020). Isso se justifica porque em muitos casos o significado é o mesmo. Para Fabrino, Costa e Nascimento (2012) e Maldonado (2009), por exemplo, o turismo comunitário é basicamente uma forma de organização das atividades turísticas voltadas à autogestão sustentável, por parte das comunidades tradicionais. Se para Coriolano (2009) o TBC são arranjos produtivos locais organizados associativamente pelas comunidades, direcionados às atividades econômicas do turismo – para Antero *et al.* (2022), tal direcionamento englobaria governança e representação. O ICMBio (2018) apresenta um outro conceito de TBC, entendendo-o como:

(...) um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (p. 10).

Observa-se que, apesar de distintas, as definições de TBC apresentam uma certa similaridade semântica. Em vista disso, o Ministério do Turismo (MTur, 2010) brasileiro indicou características comuns das inúmeras perspectivas de TBC, sendo elas: o protagonismo das populações tradicionais e locais na gestão do turismo; o objetivo de trazer benefícios e oportunidades mais amplos para a comunidade; a valorização e regate da cultura local; e o enfoque na colaboração, participação e parceria entre as iniciativas de TBC.

Assim sendo, para fins de delimitação deste estudo e associação ao DLS, esses atributos serão considerados as diretrizes do TBC. Logo, deve-se ponderar que as potenciais contribuições do TBC para o DLS foram fundamentadas nas diretrizes desses modos de gestão das atividades turísticas, não da sua ocorrência na prática. Tal recorte leva em conta que nem todas iniciativas classificadas como de TBC têm os mesmos atributos na prática e, conseqüentemente, não contribuem da mesma forma para o desenvolvimento local.

Além dessa ressalva, é importante mencionar o porquê de se investigar o potencial contributivo do TBC para DLS, ou seja, o que justifica esta pesquisa. Diversos autores – como Burgos e Mertens (2015), Gómez *et al.* (2015), Graciano e Holanda (2020), Maldonado (2009), Okazaki (2008) e Pinheiro (2016) – acreditam que o TBC tem capacidade de promover o DLS. Porém, ainda há a necessidade de apresentar, detalhadamente, como essa relação se estabelece (Pinheiro, 2016).

Diante disso, pretende-se aqui, através dos princípios do TBC e do DLS, traçar conexões mais diretas entre esses dois temas. A princípio, foi visto que, por estimular a preservação ambiental, a cultura dos povos tradicionais e o crescimento econômico do local, o TBC se alinha ao DLS. Mas antes de explicar melhor essa relação, deve-se compreender o que é DLS, que será discutido no próximo tópico.

3. CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento é um termo muito polissêmico, por ser apresentado pelos mais variados significados (Dallabrida, 2017; Lima; Simões, 2010). Neste trabalho, optou-se por uma perspectiva de desenvolvimento geográfico ou territorial sustentável, partindo especificamente da sua natureza local. O desenvolvimento territorial é um processo de mudança contínua, que se situa na história e em

peculiaridades socioterritoriais, a fim de melhorar o modo de vida da população (Dallabrida, 2017).

Para Franco (2002), Kronemberger e Costa (2016) e Silveira (2010), por se definir e redefinir de relações socioterritoriais, o desenvolvimento local também pode ser entendido como um desenvolvimento territorial. Não como se fosse uma escala menor do desenvolvimento territorial (pois suas relações e impactos ultrapassam o nível micro) (Silveira, 2010), mas no sentido de natureza, por ser um desenvolvimento construído pela identidade e pertencimento com o local (Tenório, 2012). Vale destacar, que a delimitação de local pode representar qualquer configuração socioterritorial com atributos materiais e imateriais próprios (Kronemberger; Costa, 2016), como região, município, bairro, etc.

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento local é resultante da capacidade de atores locais se estruturarem e estimularem transformações socialmente positivas, com base na sua cultura e características singulares. Portanto, considera-se que o desenvolvimento local é um processo que objetiva melhorar a qualidade de vida das pessoas, fundamentado em especificidades locais, mas cujas as implicações podem extrapolar suas fronteiras.

Definido o que é desenvolvimento local, é importante explicitar agora como o elemento “sustentável” se insere nessa perspectiva. O conceito de desenvolvimento sustentável passou a ganhar mais relevância após a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, que começou a popularizar a sua primeira grande concepção.

No decorrer dos anos, o desenvolvimento sustentável foi apresentado por inúmeras perspectivas, tendo alguns autores o associado a um processo para o alcance da sustentabilidade, já outros fazendo o inverso (Sartori; Latrônico; Campos, 2014). Neste estudo, optou-se pela perspectiva de desenvolvimento como um processo, considerando sua dinamicidade e que a sustentabilidade teria mais uma ideia de intento final, estabelecido a partir de determinados parâmetros do que se quer alcançar.

Independente do seu caráter processual ou de resultado, o que múltiplos autores indicam é que o desenvolvimento sustentável preconiza o equilíbrio entre os fatores econômicos, ambientais e sociais (Sartori; Latrônico; Campos, 2014). Complementarmente e o compreendendo como um processo, Carvalho (2019)

defende que o desenvolvimento sustentável harmoniza os pilares: econômico; ambiental/ecológico; social; cultural; político; e histórico. Já Mance (2004), traz que o desenvolvimento sustentável deve se preocupar em nivelar questões dos campos: econômico; ecológico; social; cultural; político; ético; pedagógico; metodológico; de gênero; rítmico; e territorial.

Diante das várias dimensões que o desenvolvimento sustentável busca equilibrar (a depender do seu conceito utilizado), cabe delimitar, a partir das características do TBC, quais serão utilizadas como categorias analíticas nesse estudo. Ou seja, as potenciais contribuições do TBC para DLS serão analisadas através de quais dimensões? Assim sendo, pela definição de TBC, observou-se que ele seria importante para equilibrar os aspectos: econômico, ecológico, social, cultural e político.

No tópico “Resultados e Discussão”, a articulação do TBC ao DLS por essas dimensões é mais detalhada. Aqui, como referencial teórico, é apresentado apenas o que significa cada uma delas, conforme o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Dimensões do Desenvolvimento Local Sustentável investigadas

Econômica	Refere-se ao crescimento econômico com equidade distributiva, que gera trabalho e renda para diversos atores locais, não apenas alguns de modo mais concentrado.
Ecológica	Trata-se da preservação dos recursos naturais locais, a ponto de não comprometer a disponibilidade deles para as futuras gerações.
Social	Caracteriza-se pela contraposição a práticas de exclusão social, reforçando a dignidade da pessoa humana e mantendo relações justas entre os diferentes atores locais.
Cultural	É a valorização da cultura popular local e o respeito às diferenças identitárias.
Política	É a promoção da cidadania e da autogestão social, trazendo um maior protagonismo decisório à população local nas ações que a impactam.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mance (2004).

Os fatores que o desenvolvimento sustentável pretende equilibrar são infinitos, a depender do conceito e do que se está estudando. Dessa forma, esta pesquisa parte de uma definição de DLS própria, mas que ao mesmo tempo se prende ao referencial teórico. Nesse sentido, entende-se que o DLS é um processo endógeno (baseado nas peculiaridades locais) que busca melhorar a qualidade de vida da sociedade pelo equilíbrio de múltiplos fatores, como o econômico, o ecológico, o social, o cultural e o político.

Obviamente que, na prática, promover o DLS é algo muito difícil, só que investigar isso não é o enfoque deste trabalho. O que se pretende aqui é analisar de que maneira os princípios do TBC se aproximam da concepção de DLS e por isso, podem ser vistos como modos de gestão da visitação potencialmente contributivos a essa abordagem desenvolvimentista. No próximo tópico são apresentados os procedimentos metodológicos para a realização dessa análise.

4. METODOLOGIA

Este trabalho partiu da abordagem metodológica qualitativa, que enxerga e interpreta o objeto de estudo por uma perspectiva subjetiva (Flick, 2007). Em relação as suas pretensões, esta pesquisa se caracteriza como exploratória, por buscar aprimorar conhecimentos e tornar um tema mais compreensível (Gil, 2007). Segundo este autor, uma maneira muito comum de fazer um estudo exploratório, é realizando pesquisas bibliográficas.

Desse modo, fez-se uma revisão integrativa da literatura, que é um tipo de pesquisa bibliográfica que analisa e sintetiza estudos sobre um mesmo assunto a fim de criar novos quadros teóricos (Snyder, 2019). Além disso, esse tipo de pesquisa tem como princípio a transparência, devendo registrar e relatar os procedimentos metodológicos realizados para se chegar aos resultados (Torraco, 2005). Vale ponderar, que o objetivo da revisão integrativa não é de sintetizar todos os trabalhos que investigam um determinado tema, nem mesmo fazer uma mera análise descritiva, mas sim de avançar no conhecimento teórico pela construção de um novo mapa conceitual que explicita analiticamente as relações entre conceitos ou ideias (Snyder, 2019).

Assim sendo, elaborou-se neste estudo um *framework* (Figura 1) que representa as potenciais contribuições do TBC para o DLS. Tal *framework* foi resultado da análise de artigos com acesso livre que tratam da relação entre o TBC e o desenvolvimento local, podendo a dimensão sustentável ser mais implícita. Foram analisados artigos tanto teóricos como teóricos-empíricos, publicados em qualquer ano. Também não houve restrição em relação à revista e seu fator de impacto. Por selecionar artigos de portais de periódicos renomados, acredita-se que foram atendidos critérios mínimos de qualidade, confirmados durante a leitura.

A coleta dos dados foi feita nos portais de periódicos *Scopus* e *Web of Science*. O acesso a esses portais se deu por um *login* institucional no site Periódicos CAPES, que possibilitou a disponibilidade gratuita de artigos que estariam restritos por um acesso direto aos sites dos portais. Após alguns testes para uma coleta adequada de artigos sobre o tema, foram definidos os seguintes termos de pesquisa: “*community-based tourism*” and “*local development*”; “*community tourism*” and “*local development*”; “*community-based tourism*” and “*territorial development*”; “*community tourism*” and “*territorial development*”.

A pesquisa nos portais foi direcionada aos títulos, resumos e palavras-chaves dos artigos. A Tabela 1 mostra o número de artigos encontrados no *Scopus* e *Web of Science* por termos de pesquisa:

Tabela 1 - Números de artigos encontrados por termos de pesquisa

Termos de pesquisa	Número de artigos encontrados em cada portal de periódicos	
	<i>Scopus</i>	<i>Web of Science</i>
“ <i>community-based tourism</i> ” and “ <i>local development</i> ”	7	5
“ <i>community tourism</i> ” and “ <i>local development</i> ”	3	2
“ <i>community-based tourism</i> ” and “ <i>territorial development</i> ”	1	1
“ <i>community tourism</i> ” and “ <i>territorial development</i> ”	1	0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para a confirmação de compatibilidade com o tema, os resumos dos artigos encontrados foram lidos. É importante mencionar que muitos deles foram encontrados tanto no *Scopus* como no *Web of Science*. Considerando a não repetição, selecionou-se para a análise um total 15 artigos. O processo de coleta e seleção ocorreu entre o dia 28/01/2022 e 02/02/2022. Após essa etapa, os artigos foram lidos na íntegra e analisados.

A análise dos dados se baseou na técnica análise de conteúdo do tipo temática. Segundo Bardin (2018), essa técnica identifica dos registros dos dados (que são os artigos) os núcleos de sentido significativos para as pretensões da pesquisa. Esses núcleos de sentido foram organizados por códigos e categorias. Os códigos são trechos dos artigos relevantes para o objetivo deste trabalho e as categorias são agrupamentos dos códigos de acordo com seus significados comuns (Bardin, 2018).

Logo, as categorias representam como o TBC pode contribuir para o DLS, sendo elas definidas com base no referencial teórico e nos dados da revisão integrativa. No próximo tópico, as categorias são apresentadas e discutidas a partir de seus códigos.

5. RESULTADOS

Esta parte do texto pretende, através dos resultados da revisão integrativa, responder à questão-problema e alcançar o objetivo da pesquisa. Em vista disso, cabe listar os artigos analisados. O Quadro 2 apresenta eles em ordem cronológica decrescente por linha:

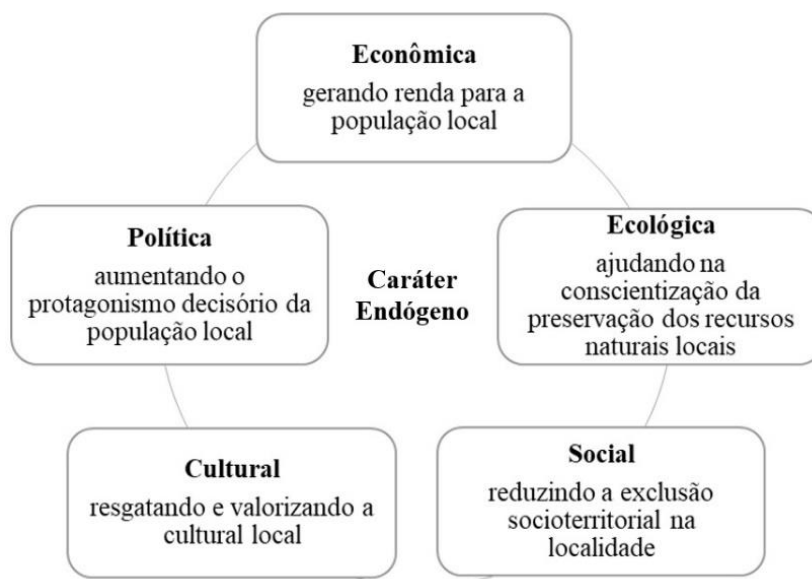
Quadro 2 – Artigos analisados na revisão integrativa

Andries <i>et al.</i> (2021)	Karampela, Andreopoulos e Koutsouris (2021)	Moheno, Coria e Cruz (2021)
Aguilar e Reyes (2020)	González, Echeverría e Ramirez (2020)	Jaramillo <i>et al.</i> (2020)
Mantuano, Olives e Caicedo (2019)	Santos <i>et al.</i> (2019)	Vargas, Ocaña e Chaviano (2017)
Doria (2016)	Kavita e Saarinen (2016)	Rabelo <i>et al.</i> (2015)
Horák, Darkwah e Verter (2014)	Helmsing e Fonseca (2011)	Velázquez <i>et al.</i> (2010)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise dos trabalhos expressos no Quadro 2 resultou em um *framework*. O mesmo é apresentado pela Figura 1, que mostra as categorias e, conseqüentemente, como o TBC (pelas suas diretrizes) pode contribuir para o DLS.

Figura 1 - Contribuições do TBC para o DLS



Fonte: Elaborada pelo autor.

O *framework* da Figura 1 revela que a TBC pode trazer cinco tipos de contribuições para o DLS: econômica; ecológica; social; cultural; e política. Ressalta-se que essas contribuições não devem ser entendidas como os únicos benefícios que o TBC pode gerar, direto ou indiretamente, ao DLS. Como visto no referencial teórico, o conceito de desenvolvimento sustentável varia muito, no sentido de autores apontarem diversos fatores a serem equilibrados no processo de desenvolvimento. Este trabalho apresenta apenas os emergidos na análise dos artigos da revisão integrativa.

Dessa forma, pode-se dizer que a discussão sobre as contribuições do TBC para o DLS não se encerra aqui, porque mais que novas articulações teóricas, é importante compreender como essa relação ocorre na prática. Contudo, acredita-se que este trabalho pode ser um bom ponto de partida para amarrar teoricamente dois temas com princípios similares e assim, estimular estudos futuros.

Observou-se que as dimensões do desenvolvimento sustentável são promovidas pelo TBC endogenamente, considerando os recursos e as necessidades dos atores do local. Por isso, fez mais sentido falar das contribuições do TBC para o DLS e não apenas para o desenvolvimento sustentável, de modo mais genérico. Isso explica também o porquê do elemento “Caráter Endógeno” está no centro das contribuições dimensionais do TBC no *framework*. Nos subtópicos a seguir essas

categorias são discutidas detalhadamente, através de alguns dos seus códigos – considerações dos artigos expressivas para o objetivo deste trabalho.

5.1. Contribuição Econômica

Esta categoria traz que TBC pode melhorar a equidade distributiva no crescimento econômico local, gerando trabalho e renda para comunidades tradicionais, não priorizando apenas os interesses de atores turísticos externos ou com mais capacidade financeira. O TBC se manifesta por pequenas empresas e organizações familiares (Aguilar; Reyes, 2020), ofertando produtos e serviços turísticos com base nos recursos e práticas da localidade (Helmsing; Fonseca, 2011).

Nesse sentido, Aguilar e Reyes (2020) identificaram no seu estudo, em El Castillo (Nicarágua), que o TBC é uma atividade que pode impulsionar o DLS. Isso porque, diferente do turismo de massa, o TBC fortalece de forma endógena a renda de populações mais vulneráveis economicamente (Aguilar; Reyes, 2020). Jaramillo *et al.* (2020) relevaram que o TBC não só contribui na geração de emprego para as comunidades tradicionais, como também ajuda a fortalecer o mercado local, fazendo com que os ganhos econômicos das atividades turísticas não se direcionem a poucos atores e sejam revertidos em gastos mais externos.

Horák, Darkwah e Verter (2014) e Vargas, Ocaña e Chaviano (2017) são outros trabalhos analisados na revisão integrativa que destacam os benefícios econômicos do TBC para o DLS. Segundo estes trabalhos, o TBC oportuniza os povos tradicionais a terem seu autossustento e assim, uma melhor qualidade de vida. Portanto, indica-se que o TBC pode contribuir para promover o pilar econômico do DLS.

5.2. Contribuição Ecológica

A categoria ecológica indica que o TBC pode ajudar na conscientização da preservação dos recursos naturais locais. Um dos estudos que evidenciou essa contribuição foi o de Mantuano, Olives e Caicedo (2019), na província de Manabi no Equador. Esses autores constataram que, dentre outros benefícios ao

desenvolvimento sustentável da província, o TBC fomentou a conservação dos recursos naturais, partindo do seu princípio de defender o respeito ao meio ambiente. Tal constatação coaduna com o que tem sido observado em unidades de conservação (como parques florestais) no Brasil, envolvendo iniciativas de TBC (Moraes; Emmendoerfer; Costa, 2013; Moraes; Emmendoerfer, 2015).

Segundo Moraes, Ribeiro e Emmendoerfer (2013), bem como, Rabelo *et al.* (2015), o TBC é uma ferramenta fundamental para enfatizar o valor do patrimônio ambiental local, pela sua capacidade de disseminar o conhecimento de práticas das comunidades tradicionais. Isso ocorre, por exemplo, pelo TBC ser praticado por povos indígenas (ou extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, etc.), que por todo seu vínculo cultural com o meio ambiente, mostra a importância de se preservar a natureza até para a manutenção da sua própria identidade enquanto grupo social.

Doria (2016) e Velázquez *et al.* (2010) também acreditam que o TBC estimula o cuidado com os recursos naturais, por dar às populações tradicionais (que têm uma relação identitária com a natureza) um maior protagonismo na gestão da visitação. Destarte, infere-se que a dimensão ecológica do DLS pode ser promovida pelo TBC.

5.3. Contribuição Social

Esta categoria se refere à característica do TBC de fazer com que a relação entre os atores locais seja mais justa e menos excludente socialmente. Nesse sentido, observou-se que o TBC vai na contramão do turismo de massa voltado a atender prioritariamente os interesses do mercado e que com isso, causa diversos impactos sociais negativos.

Dentre esses impactos, destaca-se a distribuição heterogênea dos benefícios do turismo, tendo os grupos populares papéis mais subalternos e ganhos econômicos limitados na gestão da visitação (Andries *et al.*, 2021). Além disso, por aumentar abruptamente a especulação imobiliária e o custo de vida em determinadas áreas, o turismo de massa implica em um acesso desigual ao território (Andries *et al.*, 2021), fazendo com que apenas as pessoas com um poder financeiro maior consiga usufruir dos potenciais turísticos e até frequentar (ou morar) nos bairros mais valorizados.

Segundo Moheno, Coria e Cruz (2021), o TBC não só se apresenta como uma oportunidade de renda para populações mais pobres, como também contribui para inclusão de grupos socialmente invisíveis. De acordo com González, Echeverría e Ramirez (2020), por partir de experiências autênticas e reais das comunidades tradicionais, o TBC não precisa de grandes aportes financeiros para a realização de práticas turísticas.

Assim, é possível pensar no acesso aos espaços e gestão do turismo não condicionados a quem tem uma grande capacidade econômica. Pode-se indicar, portanto, que o TBC tem um grande potencial de reduzir as desigualdades socioterritoriais para um desenvolvimento local mais sustentável.

5.4. Contribuição Cultural

A quarta categoria traz que o TBC pode contribuir para o DLS pela sua capacidade de valorizar a cultural local, mantendo presente as características identitárias do lugar. Tal contribuição tem muito a ver com a discussão da cultura global *versus* local, no sentido dos elementos simbólicos próprios de um lugar (local) não serem sucumbidos por uma ideia de cultura única ou hegemônica (global).

Segundo Leff (1995), o desenvolvimento sustentável deve ser promovido pelo respeito à diversidade cultural e às peculiaridades simbólicas de cada povo e lugar. Relacionado a isso, os trabalhos analisados na revisão integrativa revelaram que o TBC atua diretamente na manutenção da cultura local. Santos *et al.* (2019), por exemplo, indicaram que:

(...) o turismo de base comunitária considera a capacidade existente do local em acolher os visitantes turistas sempre com a preocupação do resguardo cultural a partir de uma gestão participativa e sustentável, o que possibilita conhecer outras culturas e outros modos de vida (Santos *et al.*, 2019, p. 407).

Isso acontece porque o TBC permite aos visitantes uma experiência e conhecimento mais direto com o estilo de vida dos povos tradicionais (Doria, 2016; Karampela; Andreopoulos; Koutsouris, 2021), seja através da gastronomia, artefatos, danças, etc. Logo, considera-se que o TBC é uma prática que propaga o princípio do DLS de respeitar e preservar as culturas locais.

5.5. Contribuição Política

A contribuição política se refere à capacidade do TBC de aumentar o protagonismo decisório e político da população local nas ações que a impactam diretamente, como a gestão do turismo. Para Kavita e Saarinen (2016), o TBC pode ser pensado como uma ferramenta política, proporcionando às comunidades locais um maior autocontrole e poder sobre as atividades turísticas.

Segundo Doria (2016), por se firmar na autogestão, o TBC mobiliza o empoderamento dos atores locais que o desenvolve, favorecendo até criações de associações que defendam seus interesses. No caso estudado por Mantuano, Olives e Caicedo (2019), o TBC fez parte inclusive da estratégia desenvolvimento, buscando dar uma maior autonomia às comunidades tradicionais na gestão do turismo e produzir benefícios mais locais.

Observa-se assim, que no TBC não há uma relação hierárquica e de submissão econômica entre os seus membros, como pode existir em um turismo baseado na lógica do mercado. Tal característica faz com que a comunidade local consiga ser mais independente e atuante politicamente no turismo e no próprio processo de DLS.

6. CONCLUSÕES

Este artigo mostrou que o TBC pode contribuir para o DLS pela produção de benefícios territoriais endógenos, que equilibram as dimensões: econômica, ecológica, social, cultural e política. Pondera-se que esses benefícios não devem ser vistos como os únicos do TBC para o DLS, nem entendidos como resultantes apenas dele. Até porque o processo de DLS é algo bem complexo e dependente de diversos fatores, que estão inclusive além do turismo.

Portanto, o que este trabalho fez não foi trazer de maneira reducionista o que ocasiona o DLS, partindo unicamente do TBC. Mas sim apresentar como concepções similares se alinham, a ponto do TBC poder ser considerado como modos de gestão da visitação que impulsiona o DLS.

Assim sendo, sugere-se que estudos futuros utilizem o *framework* da Figura 1 para investigar, empiricamente, como o TBC mobiliza o DLS. Isso é necessário até

para validar as categorias emergidas nesta pesquisa, verificando se elas ocorrem de fato. Também seria pertinente analisar os limites e desafios para que TBC contribua com DLS, tendo em vista que cumprir com os princípios do TBC e promover o DLS não é algo fácil.

Como implicações teóricas, este trabalho permite uma melhor compreensão das interseções conceituais entre o TBC e o DLS, que de acordo com Pinheiro (2016) é um tema que deve ser amplamente discutido. No que tange às implicações práticas, os resultados deste estudo reforçam a importância do TBC para gestores públicos subsidiarem políticas públicas e empreendedores comunitários investirem no campo. Ademais, mostram como o DLS pode ser fomentado, através desse modo(s) de gestão do turismo.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, A. L. D.; REYES, J. E. Family Relations and Socio-Ecological Resilience within Locally-Based Tourism: The Case of El Castillo (Nicaragua). **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 1-26, 2020.
- ANDRIES, D. M. *et al.* Sustainable tourism and natural protected areas: exploring local population perceptions in a post-conflict scenario. **Land**, v. 10, n. 3, p. 1-18, 2021.
- ANTERO, C. A. S. *et al.* Arranjos Produtivos Locais e Representação de Interesses no Turismo. **Revista RA'EGA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 55, p. 93-112, 2022.
- ARAÚJO, M. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 2, p. 238-276, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2018.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002.
- BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 1, p. 57-71, 2015.
- CARVALHO, G. O. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 789-792, 2019.
- CORIOLOANO, L. N. M. T.O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In:R. BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**.Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009, p. 277-287.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2017.

DORIA, R. B. El turismo comunitario como iniciativa de desarrollo local: Caso localidades de Ciudad Bolívar y Usme zona rural de Bogotá. **Hallazgos**, v. 13, n. 26, 193-214, 2016.

EMMENDOERFER, M. L. Creative tourist regions as a basis for public policy. In: DUXBURY, N.; RICHARDS, G. (Eds.). **A research agenda for creative tourism**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2019, p. 151-166.

EMMENDOERFER, M. L.; MORAES, W. V. D.; FRAGA, B. O. Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. **El périplo sustentable**, v. 31, 1-18, 2016.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 3, p. 546-559, 2012.

FLICK, U. **Managing Quality in Qualitative Research**. London, UK: SAGE Publications Ltd, 2007.

FRANCO, A. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília, DF: Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

GÓMEZ, C. P. *et al.* Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 5, p. 1213-1227, 2015.

GONZÁLEZ, R. O., ECHEVERRÍA, O.; RAMIREZ, L. C. Modelo de Estrategia de Dogan Aplicado a los Prestadores de Servicios de Turismo con Base Comunitaria, en las Provincias de Imbabura y Pichincha [Ecuador]. **Rosa dos Ventos**, 12(3), p. 555-568, 2020.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020.

HELMSING, A. H. J.; FONSECA, P. E. La economía política institucional del desarrollo local: dos cuentos de turismo en Brasil. **EURE**, v. 37, n. 110, p. 31-57, 2011.

HORÁK, M.; DARKWAH, S. A.; VERTER, N. Tourism as a poverty reduction tool: the case of Mukuni village in the Southern province of Zambia. **ACTA Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendeliana e Brunensis**, v. 62, n. 3, p. 1287-1292, 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes**. Brasília, DF: ICMBio, 2018.

JARAMILLO, C. A. *et al.* Innovación social como estrategia para fortalecer el turismo rural comunitario en Colombia. **Revista Venezolana de Gerencia**, v. 25, n. 89, p. 92-104, 2020.

KARAMPELA, S.; ANDREOPOULOS, A.; KOUTSOURIS, A. “Agro”, “Agri”, or “Rural”: The Different Viewpoints of Tourism Research Combined with Sustainability and Sustainable Development. **Sustainability**, v. 13, n. 17, p. 1-15, 2021.

KAVITA, E.; SAARINEN, J. Tourism and rural community development in Namibia: policy issues review. **Fennia – International Journal of Geography**, v. 194, n. 1, p. 79-88, 2016.

KRONEMBERGER, D.; COSTA, V. G. Desenvolvimento local sustentável e governança ambiental. In: FIGUEIREDO, A. H. (Org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2016, p. 359-392.

LEFF, E. ¿De quien es la naturaleza? Sobre la reapropiación social de los recursos naturales * Los Costos Ambientales y el Valor de la Naturaleza. **Gaceta Ecológica**, v. 37, p. 58-64, 1995.

LEITE, R. P. (2007). Lugares da Política e Consumo de Lugares: nação e patrimônio cultural. In: LEITE, R. P. (Org.). **Contra- usos da Cidade**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, p. 34-95.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento Regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, p. 5-19, 2010.

MALDONADO, C. O. Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009, p. 25-44.

MANCE, E. A. **Fome Zero e Economia Solidária: Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil**. Curitiba, PR: Editora Gráfica Popular, 2004.

MANTUANO, C. A. L.; OLIVES, G. S.; CAICEDO, C. K. L. El emprendimiento social em el turismo comunitario de la provincia de Manabí, Ecuador. **Revista de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Sociales**, v. 21, n. 3, p. 661-680, 2019.

MEGUIS, T., *et al.* Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 3, n. 1, p. 98-120, 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO – Mtur. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

MOHENO, J. M.; CORIA, E. C.; CRUZ, T. F. G. Socio-technical innovation in community-based tourism organizations: a proposal for local development. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 171, n. 6, p. 1-12, 2021.

MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de Base Comunitária na América Latina: Uma Estratégia em Rede. **Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 249-265, 2018.

MORAES, W. V.; RIBEIRO, G. A.; EMMENDOERFER, M. L. Ensaio de uma metodologia com indicadores para o turismo de base comunitária: o caso do Território da Serra do Brigadeiro – Brasil. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 2, p. 297-312, 2013.

MORAES, W. V.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo comunitário e inclusão social: análise do roteiro turístico de base comunitária do Projeto Boas Práticas na Serra do Brigadeiro–MG/Brasil. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET**, v. 5, n. 3, p. 26-35, 2015.

MORAES, W. V.; EMMENDOERFER, M. L.; COSTA, N. M. C. Las buenas prácticas del turismo de base comunitária em el territorio de la Serra do Brigadeiro (Minas Gerais, Brasil). **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 22, n. 6, p. 1074-1095, 2013.

NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. **Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico**. Fortaleza, CE: FBOMS/Instituto Terramar, 2006.

OKAZAKI, E. A. Community-Based Tourism Model: Its conception and use. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 5, p. 511-529, 2008.

PAULA, J. **Desenvolvimento local: textos selecionados**. Brasília, DF: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, 2008.

PINHEIRO, R. C. S. Turismo de base comunitária como inovação social na gestão do turismo em espaços rurais. Ponta de Lança: **Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 10, n. 19, p. 146-165, 2016.

RABELO, C. *et al.* Tourism through the gaze of stakeholders: the case of Óbidos Lagoon in Portugal. **Tourism Planning and Development**, v. 12, n. 4, p. 447-462, 2015.

SANTOS, L. C. R. *et al.* Arranjo Institucional e Socioproductivo Correlações e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 8, n. 3, p. 397-417, 2019.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2014.

SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo – FPA, 2010, p. 41-65.

SNYDER, H. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 104, p. 333-339, 2019.

TAYRA, F. **O conceito do desenvolvimento sustentável**. São Paulo, SP: USP, 2009.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2012.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005.

VARGAS, M. V. R.; OCAÑA, A. F. O.; CHAVIANO, E. L. M. Modelo para la gestión integrada del turismo comunitario en Ecuador, caso de estudio Pastaza. **Revista de Estudios Cooperativos**, v. 123, p. 250-275, 2017.

VELÁZQUEZ, G., *et al.* Community-based tourism and the development of local small businesses in rural Baja California, Mexico. **WIT Transactions on Ecology and the Environment**, v. 142, p. 653-663, 2010.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – WCED. **Our Common Future**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1987.

ARTIGO II²

BOA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: uma análise dos seus principais atributos

Resumo: O Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) é um processo endógeno – baseado nos recursos e necessidades da localidade – que visa melhorar a qualidade de vida da sociedade pelo equilíbrio de vários fatores territoriais. Apesar dos potenciais benefícios do DLS, sua promoção não é algo casual, mas que necessita da articulação e direcionamento adequado dos esforços de atores territoriais, ou seja, da boa governança pública territorial. A partir dessa problemática, este trabalho objetivou identificar os elementos que caracterizam a boa governança pública territorial para o DLS. Tal investigação ocorreu por uma revisão integrativa da literatura, interpretando os dados pela técnica análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que os principais atributos para uma boa governança territorial voltada ao DLS são associados ao: acesso; engajamento; representatividade; transparência; reponsabilidade sustentável; e eficácia dos seus mecanismos. Assim, este estudo contribui na compreensão dos aspectos que qualificam a governança pública territorial para o DLS.

Palavras-chave: Boa Governança Pública Territorial; Desenvolvimento Local Sustentável; Revisão Integrativa da Literatura; Análise de Conteúdo Temática.

GOOD TERRITORIAL PUBLIC GOVERNANCE FOR SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT: an analysis of its main attributes

Abstract: Sustainable Local Development (DLS) is an endogenous process – based on local resources and needs – which aims to improve society's quality of life by balancing various territorial factors. Despite the potential benefits of the DLS, its promotion is not something casual, but requires the articulation and adequate direction of the efforts of territorial actors, that is, good territorial public governance. Based on this problem, this work aimed to identify the elements that characterize good territorial public governance for the DLS. This investigation took place through an integrative literature review, interpreting the data using the thematic content analysis technique. The results indicated that the main attributes for good territorial governance focused on DLS are associated with: access; engagement; representativeness; transparency; sustainable responsibility; and effectiveness of its mechanisms. Thus, this study contributes to the understanding of the aspects that qualify territorial public governance for the DLS.

Keywords: Good Territorial Public Governance; Sustainable Local Development; Integrative Literature Review; Thematic Content Analysis.

² Este artigo teve uma versão publicada nos anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública 2023: https://sbap.org.br/ebap-2023/anais/documento_final-159.pdf

BUENA GOBERNANZA PÚBLICA TERRITORIAL PARA EL DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE: un análisis de sus principales atributos

Resumen: El Desarrollo Local Sostenible (DLS) es un proceso endógeno -basado en los recursos y necesidades locales- que tiene como objetivo mejorar la calidad de vida de la sociedad equilibrando diversos factores territoriales. A pesar de los beneficios potenciales de los DLS, su promoción no es algo casual, sino que requiere la articulación y adecuada dirección de los esfuerzos de los actores territoriales, es decir, una buena gobernanza pública territorial. A partir de esta problemática, este trabajo tuvo como objetivo identificar los elementos que caracterizan una buena gobernanza pública territorial para la DLS. Esta investigación se llevó a cabo a través de una revisión integrativa de la literatura, interpretando los datos mediante la técnica de análisis de contenido temático. Los resultados indicaron que los principales atributos para una buena gobernanza territorial enfocada en DLS están asociados con: acceso; compromiso; representatividad; transparencia; responsabilidad sostenible; y eficacia de sus mecanismos. Así, este estudio contribuye a la comprensión de los aspectos que califican la gobernanza pública territorial para el DLS.

Palabras clave: Buena Gobernanza Pública Territorial; Desarrollo Local Sostenible; Revisión Integradora de Literatura; Análisis de Contenido Temático.

1. INTRODUÇÃO

O DLS é uma abordagem desenvolvimentista que considera as peculiaridades locais e o equilíbrio de vários fatores territoriais, visando à promoção do bem-estar da sociedade (Sant'ana; Bento; Pereira, 2022). Dessa forma, o DLS se caracteriza com um desenvolvimento endógeno, que parte dos recursos e potenciais mais particulares da localidade.

A importância do DLS, face a outras perspectivas sustentáveis, deve-se ao fato de além dele priorizar a harmonia de diversos fatores – sobretudo os sociais, ambientais e econômicos – levar em conta a cultura, os interesses e necessidades da população local (Olivera *et al.*, 2020). Vale ressaltar que o alcance de tais pretensões não acontece casualmente, sendo preciso ser mobilizado por instrumentos de gestão que articulam e direcionam os esforços coletivos dos atores territoriais, a exemplo dos mecanismos de governança pública territorial.

Os mecanismos de governança pública territorial podem ser definidos como: iniciativas, integradas por agentes estatais e não estatais, direcionadas a gerir questões públicas referentes a um território (Dallabrida, 2011). Nesse sentido, pode-se dizer que a governança pública territorial é um instrumento fundamental para o

desenvolvimento dos territórios, por promover um espaço de discussão coletiva para compatibilização de interesses e ações dos atores territoriais (Dallabrida; Becker, 2011; Santos *et al.*, 2021; Jørgensen; Fallov, 2022; Ravagnan; Rossi; Amiriaref, 2022).

Segundo Sant'anna, Neto e Marchi (2020), o desenvolvimento territorial depende diretamente da existência e do bom funcionamento da governança. Isso mostra que a governança pública territorial é algo básico, mas que não garante a promoção adequada do DLS, porque ela precisa ser bem estruturada e conduzida, ou seja, ser “boa”. A concepção de boa governança pública territorial se ampara em princípios que variam de acordo com o contexto e a teoria que fundamenta cada estudo (Pires *et al.*, 2011).

Por conta disso, é importante identificar quais deles podem ser utilizados para caracterizar a boa governança pública territorial voltada ao DLS – tendo em vista também que esse é um assunto que precisa ser mais discutido academicamente (Santos *et al.*, 2021). Dessa forma, esta pesquisa partiu do seguinte questionamento: **Quais os principais atributos para uma boa governança pública territorial voltada ao DLS?**

Para responder a essa questão, foi realizada uma investigação exploratória qualitativa, através de uma revisão integrativa da literatura, direcionada aos artigos que constam nos portais *Scopus* e *Web of Science*. Já a interpretação dos dados, ocorreu com base na técnica análise de conteúdo do tipo temática, identificando dos textos analisados as categoriais expressivas para o objetivo deste trabalho.

Objetiva-se aqui, através da análise dos estudos consultados, verificar os atributos básicos que caracterizam uma boa governança pública territorial para o DLS. Assim, esta pesquisa contribuirá teoricamente para compreender os fatores que delinham uma governança pública territorial ideal, especificamente para o DLS. De acordo com Santos *et al.* (2021), isso é uma problemática que precisa ser mais debatida.

Como implicação prática, os resultados desta investigação podem amparar ações que visem melhorar os mecanismos de governança pública territorial voltados ao DLS – que é uma abordagem desenvolvimentista importante (Assis; França; Coelho, 2019; Sant'ana; Bento; Pereira, 2022; Verschoore; Prisco; Monticelli, 2023),

mas que necessita de instrumentos de gestão coletiva bem estabelecidos e conduzidos (Sant'anna; Neto; Marchi, 2020).

Este artigo está estruturado pelos seguintes tópicos: esta introdução, que contextualizou e apresentou o problema estudado; dois de referencial teórico, discorrendo sobre as concepções de DLS e boa governança pública territorial; metodologia, indicando o tipo de pesquisa e os procedimentos para a coleta e análise dos dados; resultados e discussão, com os apontamentos da revisão integrativa da literatura; e as considerações finais, tratando das conclusões, limitações, sugestões para estudos futuros e relevância do trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento é um assunto muito tratado, sendo definido e estudado pelas mais diferentes perspectivas (Bresser-Pereira, 2014; Alves; Melo; Signorelli, 2020). De modo mais geral, pode-se indicar que o desenvolvimento seria algo com a pretensão de melhorar as condições de vida da sociedade (Bresser-Pereira, 2014). Por conta de toda sua variedade semântica e para evitar a utilização de um conceito extremamente amplo, que pode resultar no uso indiscriminado do termo, é importante delimitar que tipo de desenvolvimento o estudo está se referindo.

Este trabalho se baseia na ideia de DLS, enquanto um desenvolvimento territorial e sustentável mais específico. O DLS é considerado como um desenvolvimento territorial por buscar melhorar o bem-estar da população por relações socioterritoriais (da sociedade com os elementos materiais e imateriais do território) contínuas (Kronemberger; Costa, 2016).

Pondera-se que o desenvolvimento local não deve ser entendido como um desenvolvimento territorial de escala micro, pelos seus benefícios e influências não se restringirem ao que está sendo demarcado como local (Silveira, 2010). Mas precisa ser visto com um tipo de desenvolvimento territorial no sentido de natureza, que parte de atributos socioterritoriais mais peculiares, que se expressam particularmente no local (Tenório, 2012).

Nesse sentido, o local seria uma representação territorial com elementos tangíveis e intangíveis próprios (Kronemberger; Costa, 2016), podendo ser remetido: a um bairro, em comparação ao seu município; a um município, em comparação ao

seu estado; a um estado, em comparação a sua região; etc. Portanto, o recorte do que é ou não local dependerá muito do contexto estudado. Todavia, deve-se partir da prerrogativa de ser um território mais peculiar face a outro mais amplo.

Já em relação a sua articulação ao desenvolvimento sustentável, ela ocorre pelo DLS buscar o equilíbrio de diferentes fatores territoriais. Segundo Feil e Schreiber (2017), Rytova, Gutman e Sousa (2021) e Nurwidyaningrum *et al.*, (2022), o desenvolvimento sustentável tem a pretensão de melhorar a qualidade de vida da população de forma mais duradoura e para isso harmoniza, sobretudo, a dimensão social, econômica e ambiental/ecológica. O Quadro 1 abaixo indica as características de cada uma delas:

Quadro 1 – Dimensões gerais a serem equilibradas para o desenvolvimento sustentável

Dimensão	Característica
Social	Ocorre quando há relações sociais justas, com respeito às diferenças e à dignidade da pessoa humana.
Econômica	É a geração de ganhos econômicos e a sua distribuição de modo equitativo, possibilitando o sustento de diversas pessoas.
Ambiental	Refere-se à preservação e conservação dos bens naturais, mantendo a sua existência e qualidade para o uso das futuras gerações.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar dessas dimensões serem as mais gerais, muitas definições de desenvolvimento sustentável indicam outras, a exemplo de Carvalho (2019), que além delas traz a cultural, a histórica e a política. Ademais, alguns autores consideram o desenvolvimento sustentável como um resultado da sustentabilidade, enquanto outros fazem o inverso, entendendo-o como um processo para se chegar ao intento final que é a sustentabilidade (Sartori; Latrônico; Campos, 2014).

Neste trabalho, o DLS é entendido como um processo, tendo em vista a dinamicidade das relações socioterritoriais que o caracteriza. No que tange as dimensões a serem equilibradas, será considerada de forma exemplificativa – não taxativa, pois dependerá de quais práticas serão analisadas associativamente a ele – as três mais comuns (ambiental, social e econômica).

Apresentadas as concepções de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável, é possível discorrer como surgiu e o que é propriamente o DLS. Por mais que o debate sobre o desenvolvimento sustentável exista desde a década de 1970 – pelas discussões que antecederam o Relatório de Brundtland, publicado em 1987 e que trouxe a primeira definição mais amplamente aceita do termo – a sua

articulação à natureza local dos territórios só ocorreu em 1990 (Fernández *et al.*, 2019).

Por muitos anos a população local foi apenas a parte impactada, não também a corresponsável pela condução do desenvolvimento sustentável (Sant'ana; Bento; Pereira, 2022). O DLS ganhou evidência a partir do entendimento de que a população local precisaria ser mais protagonista na gestão do desenvolvimento sustentável (Fernández *et al.*, 2019). Isso porque, observou-se que seria necessário se atentar à cultura, aos interesses e aos recursos da localidade (Olivera *et al.*, 2020).

Assim, pode-se indicar que o DLS é uma abordagem desenvolvimentista que visa, pelo equilíbrio de determinados fatores territoriais, produzir benefícios duradouros para as pessoas, partindo das demandas e dos vínculos identitários locais (Assis; França; Coelho, 2019; Santos *et al.*, 2021; Sant'ana; Bento; Pereira, 2022; Verschoore; Prisco; Monticelli, 2023). O DLS se caracteriza, portanto, como um processo endógeno, que entende que para melhorar as condições de vida humana é preciso conhecer os potenciais e interesses dos atores locais, que são impactados diretamente por ele.

Acontece que, para conhecer tais potenciais e interesses, é fundamental a existência de espaços para os atores territoriais-locais interagirem e tomarem decisões coletivamente, a exemplo dos mecanismos de governança pública territorial (Santos *et al.*, 2021). Por isso, cabe compreender o que são os mecanismos de governança pública territorial e identificar quando sua atuação ocorre de forma adequada. Essa discussão será feita no próximo tópico, através da concepção de boa governança pública territorial.

3. BOA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL

A discussão sobre governança ganhou maior destaque na década de 1930, no âmbito do setor privado (Álvares; Giacometti; Gusso, 2008). Esse movimento se associava à ideia de que os proprietários das empresas e demais *stakeholders* (grupos de interesses) precisariam de mecanismos para expor e alinhar as suas pretensões às ações dos gestores (Bovaird; Löffler, 2003; Teixeira; Gomes, 2019).

No setor público a governança se difundiu, enquanto mecanismo de gestão, apenas nos anos de 1990 (Tribunal de Contas da União – TCU, 2014). Sua proposta é bem similar à corporativa, de gerar um espaço de diálogo e compatibilização de interesses, só que com uma diferenciação em relação aos agentes. A governança pública parte do entendimento de que a sociedade é a proprietária dos recursos públicos e do Estado (Teixeira; Gomes, 2019), por isso os gestores públicos precisam prestar contas da sua atuação (Bevir, 2011; Bovaird; Löffler, 2003).

Além disso, os mecanismos de governança pública passaram a ser utilizados para ouvir os problemas dos cidadãos e suas demandas, visando atendê-las (Lima; Ronconi, 2018; Neto *et al.*, 2019). No decorrer dos anos, a governança pública foi tendo vários enfoques, dentre eles, o de ser voltada à gestão coletiva dos territórios. Nesse cenário, emerge a concepção de governança pública territorial, muitas vezes apresentada apenas pelo termo “governança territorial”.

A governança pública territorial pode ser definida como: iniciativas, constituídas por diferentes atores, que se dedicam a gerir questões públicas de um determinado território (Dallabrida, 2003). Complementarmente, Calvo e Fernández (2021) e Jørgensen e Fallov (2022) indicam que a governança pública territorial visa promover um ambiente de multiplicidade de ideias para pensar em estratégias que gerarão benefícios a um território. O objetivo central da governança territorial é o desenvolvimento dos territórios (Pires *et al.*, 2018; Alaoui; Mamoun, 2021; Lara *et al.*, 2021) – entendendo que, para isso, deve-se ouvir sua população e permitir que ela interaja com outros atores-chave desse processo, como os governamentais (Dallabrida, 2003).

Apesar da governança pública ser fundamental para o desenvolvimento territorial – inclusive pela sua natureza local sustentável – a sua existência não é suficiente, pois ela precisa ser estruturada e conduzida de forma adequada (Dallabrida; Becker, 2011; Sant’anna; Neto; Marchi, 2020). Ou seja, não basta que haja interação entre o governo e a sociedade para a tomada de decisão, mas que isso aconteça satisfatoriamente. Dessa forma, é necessário discorrer como a boa governança pública territorial (ou governança pública territorial estabelecida adequadamente) pode ser caracterizada.

A boa governança pública se associa à criação e manutenção de um sistema de gestão coletiva sustentável (Ostrom, 1990; Besley; Persson, 2011; Rothstein,

2011). Além disso, esse termo historicamente se refere ao fortalecimento da participação da sociedade civil nas políticas públicas, a fim de garantir uma alocação de recursos públicos legítima, transparente, eficiente e responsiva (Vieira; Barreto, 2019).

De maneira geral, uma governança pública territorial é considerada boa quando os propósitos do seu mecanismo são alcançados (Pires *et al.*, 2011), não apenas em relação aos resultados, mas também ao modo que se chegou a eles (United Nations Economic and Social Commission for Asia, 2009). Isso mostra que os atributos para uma boa governança pública variam de acordo com os seus intentos, por mais que também possam ser firmados por elementos básicos, como: a transparência; a representatividade; a participação igualitária, etc.

Neste trabalho, o intento da governança pública territorial analisado é a promoção do DLS. Logo, serão identificados os principais requisitos a serem atingidos para uma gestão coletiva do território adequada, voltada especificamente a essa abordagem desenvolvimentista. O próximo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos empregados para tal objetivo.

4. METODOLOGIA

Este estudo se classifica como uma pesquisa exploratória qualitativa: qualitativa, por não visar realizar generalizações e investigar o problema por uma perspectiva subjetiva (Flick, 2007); e exploratória, por buscar explicar e descrever melhor um tema ainda difuso, a fim de aprimorar seu entendimento e amparar trabalhos subsequentes (Oliveira, 2011).

A coleta dos dados ocorreu por uma revisão integrativa da literatura. De acordo com Snyder (2019), essa técnica procura sumarizar o que diversos estudos revelam sobre um determinado assunto. Ressalta-se que isso não é feito de forma meramente descritiva, mas essencialmente a partir da articulação analítica de ideias dispersas (Snyder, 2019).

A revisão integrativa foi direcionada aos artigos disponíveis nas bases *Scopus*³ e *Web of Science*⁴. Depois de diversos testes para a captação de trabalhos

³<https://www.scopus.com/>

⁴<https://www.webofscience.com/wos/woscc/basic-search>

que abordassem o tema estudado – com o uso de palavras sinônimas e em diferentes idiomas – foram definidos os seguintes termos de pesquisa: “*territorial governance*” and “*local development*”; “*territorial governance*” and “*sustainable development*”. Eles se direcionaram aos resumos, títulos e palavras-chave de artigos publicados em qualquer ano e periódico. O Tabela 1 abaixo traz o número de trabalhos encontrados por termos de pesquisa e base:

Tabela 1 – Artigos encontrados por termos de pesquisa e base

Termos de Pesquisa	Bases de Periódicos	
	<i>Scopus</i>	<i>Web of Science</i>
“ <i>territorial governance</i> ” and “ <i>local development</i> ”	12	9
“ <i>territorial governance</i> ” and “ <i>sustainable development</i> ”	23	19

Fonte: Elaborada pelo autor.

A coleta dos dados aconteceu entre os dias 30/02/2023 e 31/02/2023. Destaca-se que a mesma foi realizada por um registro institucional (via *login* CAFE) no site Periódicos CAPES⁵, que habilitou o acesso aos artigos das bases *Scopus* e *Web of Science* que ficariam restritos. Descontando os artigos que apareceram repetidamente nas bases, foram encontrados ao todo 42. Leu-se o resumo de cada um deles para verificação de aderência à temática desta pesquisa. Após essa etapa, foram selecionados 30 artigos para a análise na íntegra.

A análise deles se baseou na técnica análise de conteúdo do tipo temática. De acordo com Bardin (2018), essa técnica identifica dos registros dos dados os núcleos semânticos relevantes às pretensões do estudo. Tais núcleos foram organizados por códigos e categorias. Os códigos são as considerações dos artigos que revelam algo para o objetivo deste trabalho e as categorias são agrupamentos dos códigos que têm significados similares. O Quadro 2 apresenta o roteiro com as etapas da coleta e análise desta revisão integrativa da literatura:

Quadro 2 – Roteiro da revisão integrativa da literatura

Etapas	
1 ^a	Inicialmente, definiu-se o escopo geral dos artigos a serem mapeados. Baseado no objetivo geral desta investigação, estabeleceu-se que eles deveriam tratar: da relação entre a governança dos territórios (podendo o seu “caráter público” ser discutido implicitamente) e o DLS (podendo ser representado apenas pelas palavras desenvolvimento local ou desenvolvimento sustentável).

⁵ <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/acesso-cafe.html>

2ª	Esta etapa delimitou os termos de pesquisa, realizando previamente vários testes com o uso de palavras sinônimas e em diferentes idiomas. Assim, conforme já mencionado, foram escolhidos os seguintes termos: “ <i>territorial governance</i> ” and “ <i>local development</i> ”; “ <i>territorial governance</i> ” and “ <i>sustainable development</i> ”.
3ª	Nesta fase a pesquisa foi realizada, sendo direcionada aos resumos, títulos e palavras-chave dos artigos com acesso aberto publicados em qualquer ano e periódico das bases <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> . Com isso, foram encontrados 42 artigos, descontando os que apareceram repetidamente nas bases.
4ª	Após a pesquisa, os resumos de todos os artigos encontrados foram lidos, excluindo aqueles que não teriam muita aderência ao tema desta investigação. Isso resultou em um último filtro, chegando-se ao número de 30 artigos a serem analisados.
5ª	Os artigos selecionados na 4ª etapa foram lidos integralmente para a codificação dos dados, que é a identificação das considerações expressivas para o objetivo deste trabalho.
6ª	Por fim, os códigos foram categorizados de acordo com as suas similaridades semânticas, para serem apresentados e discutidos como resultados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5. RESULTADOS

Este tópico apresenta e discute os resultados da revisão integrativa da literatura. Nesse sentido, cabe mencionar os 30 trabalhos analisados, que tiveram códigos relacionados às pretensões da presente pesquisa. O Quadro 3 mostra eles em ordem cronológica decrescente por linha:

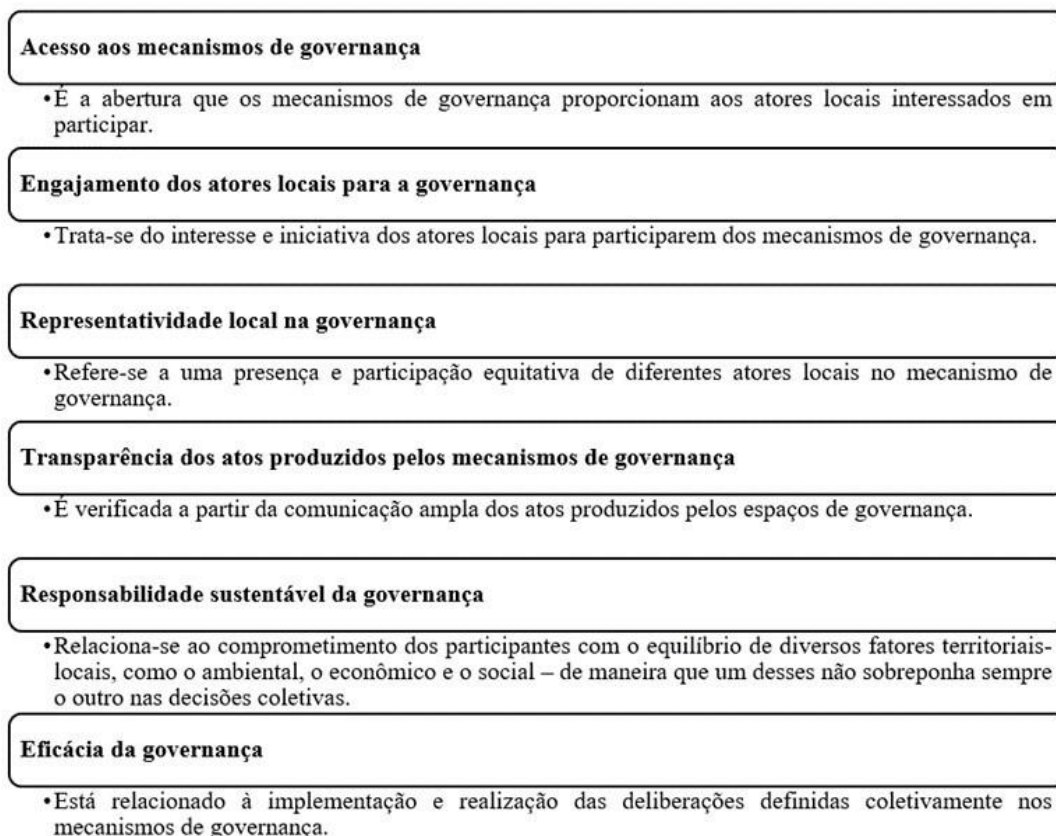
Quadro 3 – Artigos analisados na revisão integrativa da literatura

Kniec e Goszczynski (2022)	Sosa e Morales (2022)	Vercher (2022)
Castanho <i>et al.</i> (2021)	Knickel <i>et al.</i> (2021)	Lopes e Mota (2021)
Castanho, Couto, Pimentel, Carvalho e Sousa (2020)	Castanho, Loures, Cabezas e Velarde (2020)	Gómez <i>et al.</i> (2020)
Jørgensen <i>et al.</i> (2020)	Miedes-Ugarte, Flores-Ruiz e Wanner (2020)	Niang, Bourdin e Torre (2020)
Salcido, Moreno e Muñoz (2020)	Aubin <i>et al.</i> (2019)	Castanho (2019)
Castanho, Gómez e Kurowska-Pysz (2019)	Furmankiewicz e Campbell (2019)	Loperte <i>et al.</i> (2019)
Pereira <i>et al.</i> (2019)	Pineda e Orduz (2019)	Sánchez (2019)
Jarrige (2018)	Mello <i>et al.</i> (2018)	Saviano <i>et al.</i> (2018)
Schmitt e Wiechmann (2018)	Perret e Abrika (2014)	Amisse <i>et al.</i> (2013)
Vincent <i>et al.</i> (2012)	Itçaina (2010)	Leloup, Moyart e Pecqueur (2003)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise dos códigos desses trabalhos resultou na criação de seis categorias, que indicam os principais atributos para uma boa governança pública territorial voltada ao DLS. A Figura 1 traz essas categorias, descrevendo brevemente todas elas.

Figura 1 – Principais atributos para uma boa governança pública territorial voltada ao DLS



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 1 mostra que os principais fatores para qualificar como boa a governança pública territorial voltada ao DLS são: Acesso aos mecanismos de governança; Engajamento dos atores locais para a governança; Representatividade local na governança; Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança; Responsabilidade sustentável da governança; e Eficácia da governança.

Pondera-se que esses fatores não devem ser compreendidos por uma ótica restrita, enxergando-os como os únicos a serem considerados para uma governança pública territorial voltada ao DLS “ideal”. Até porque, a concepção da governança adequada depende dos propósitos de cada mecanismo, em relação aos seus resultados e ao modo da interação e tomada de decisão coletiva. Ou seja, não se pode descontextualizar a ideia de boa governança pública territorial.

Contudo, é possível refletir e indicar os elementos básicos que a literatura sobre o tema tem identificado. É essa a pretensão deste estudo e o que a Figura 1 almeja representar. Nos próximos subtópicos, as categorias (atributos) serão discutidas detalhadamente por meio dos seus códigos.

5.1. Acesso aos mecanismos de governança

O primeiro atributo para uma boa governança pública territorial voltada ao DLS, e talvez o mais basilar, é a abertura e acessibilidade dos mecanismos aos atores locais interessados e aptos a participar. Segundo o estudo de Pereira *et al.* (2019), a governança territorial para a promoção do desenvolvimento local tem que ser estabelecida por um forte sistema participativo, garantindo a presença e atuação da sociedade civil, assim como de representantes do setor privado e público.

Aubin *et al.* (2019) entende que os mecanismos de governança territorial precisam cada vez mais realizar ações que proporcionem a participação das partes interessadas. Sosa e Morales (2022) trazem apontamentos semelhantes, indicando que diferentes atores locais precisam interferir ativamente no território por meio dos espaços de governança, pois só assim seria possível gerir os conflitos de interesses entre eles e pensar em estratégias mais amplas para o DLS.

Portanto, observa-se que o DLS – principalmente por partir dos recursos e necessidades da localidade – precisa ser alicerçado pelo acesso e participação de diversos agentes locais (Lopes; Mota, 2021). Isso porque, como mencionado por Furmankiewicz e Campbell (2019), é o esforço coletivo e a cooperação da população local que promove o desenvolvimento sustentável do território.

5.2. Engajamento dos atores locais para a governança

Esta categoria mostra que além de existir mecanismos de governança pública territorial acessíveis à multiplicidade de atores locais, é importante que eles se sintam motivados a participar. Para tanto, é necessário que eles confiem nas redes de governança e sintam confortáveis a fazer parte delas (Itçaina, 2010).

O estudo Perret e Abrika (2014) mostrou que a mobilização da população local para atuarem nos espaços de governança territorial foi fundamental para o

alcance dos resultados almejados. A mobilização nesse caso ocorreu por relações de confiança, que gerou de um “espírito associativo e solidário” entre a comunidade (Perret; Aбрика, 2014)

Vincent *et al.* (2012) e Castanho, Loures, Cabezas e Velarde (2020) também mencionam que o envolvimento ativo das partes interessadas é um fator essencial para a governança territorial voltada ao desenvolvimento sustentável. Logo, entende-se que só participar não basta, pois os atores locais precisam estar engajados e comprometidos com as ações relacionadas ao DLS (Niang; Bourdin; Torre, 2020).

5.3. Representatividade local na governança

A representatividade na governança diz respeito à disposição e participação equilibrada dos representantes dos mecanismos de governança, de maneira que a população local perceba que seus múltiplos interesses estão sendo minimamente pautados e defendidos. Para Salcido, Moreno e Muñoz (2020) e Vercher (2022), esse é um atributo relevante para a governança territorial, por permitir que as decisões sejam descentralizadas e as necessidades coletivas priorizadas.

É muito comum nos espaços de gestão coletiva de políticas públicas que o governo tenha um poder decisório maior (Leloup; Moyart; Pecqueur, 2003). Contudo, Leloup, Moyart e Pecqueur (2003) e Sánchez (2019) explicam que, para uma adequada atuação dos instrumentos de governança pública territorial, o poder estatal precisa ser horizontalizado entre os atores privados e da sociedade civil.

Schmitt e Wiechmann (2018) apontam que os diferentes grupos sociais locais devem estar presentes nos espaços de interação, para que suas diferentes demandas sejam discutidas e haja a compatibilidade de interesses para o desenvolvimento sustentável. Isso mostra que decisões centralizadas, com intensões e esforços individuais, dificultam a promoção do DLS.

5.4. Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança

Outra categoria identificada foi a transparência, que significa que, para uma boa governança pública territorial, os atos produzidos pelos seus mecanismos

precisam ser amplamente divulgados. Dessa forma, a transparência seria regra, não devendo ocorrer apenas nos casos em que o sigilo seja uma medida incontestável (por motivos de segurança, resguardo de dados pessoais, etc.).

O estudo de Melo *et al.* (2018) apresenta isso, mencionando que a transparência seria um requisito básico para a boa governança dos recursos territoriais. A transparência é um fator primordial para uma gestão territorial aberta e democrática (Miedes-Ugarte; Flores-Ruiz; Wanner, 2020), permitindo que a população local, que participa diretamente ou não da tomada de decisão coletiva, saiba o que acontece nos espaços deliberativos (Knickel *et al.*, 2021).

Assim, pode-se dizer que os mecanismos de governança local têm que elaborar continuamente políticas para solidificar e aumentar a transparência (Castanho, 2019). Até porque, as estratégias de planejamento da governança dos territórios carecem de uma adequada integração e delineamento, que aumenta com uma comunicação transparente entre os seus diferentes *stakeholders* (Castanho; Couto; Pimentel; Carvalho; Sousa, 2020).

5.5. Responsabilidade sustentável da governança

A responsabilidade sustentável da governança se refere ao compromisso dos seus mecanismos com equilíbrio de diversos fatores territoriais-locais (como o econômico, o ecológico, o social, o cultural, o político, etc.) no processo decisório, a ponto de um não sempre sobrepor ao outro. A pesquisa de Amisse *et al.* (2013) destacou isso ao mencionar que o desenvolvimento local tem que focar em diferentes lógicas, percebendo que no caso estudado era necessário aumentar a priorização da preservação do patrimônio histórico e cultural.

Já Gómez *et al.* (2020), constataram a importância de valorizar a dimensão ambiental do território no processo de governança para o desenvolvimento sustentável, de maneira que ela se integre às ações para o crescimento socioeconômico do local. Jarrige (2018) e Castanho *et al.* (2021) também enfatizaram que os mecanismos de governança devem ser constituídos por uma visão mais sistêmica dos múltiplos elementos que envolvem o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Saviano *et al.* (2018), o desenvolvimento sustentável é algo complexo, que precisa condensar a diversidade de interesses e fatores territoriais, sobretudo os relacionados às dimensões econômica, social e ambiental. Logo, observa-se que a responsabilidade sustentável é um dos principais atributos para uma boa governança pública territorial voltada ao DLS.

5.6. Eficácia da governança

Por fim, esta categoria trata da eficácia na governança, que basicamente é a implementação e realização das deliberações definidas coletivamente nesses espaços. Segundo Jørgensen *et al.* (2020) e Kniec e Goszczynski (2022), a eficácia da governança é crucial para o desenvolvimento local, por materializar aquilo que foi pensado pela rede de atores territoriais.

Castanho, Gómez e Kurowska-Pysz (2019) são outros autores que acreditam que o bom desempenho da governança territorial depende da eficácia das suas decisões. Tal posicionamento se associa ao entendimento de que só o diálogo coletivo não basta para a governança pública territorial promover o DLS, mas também que suas deliberações sejam implementadas na prática.

Por conta disso, é fundamental verificar como os governos trabalham para fazer com que as políticas públicas sejam oriundas da sua interação com a sociedade e os demais *stakeholders* do território (Pineda; Orduz, 2019). Além disso, cabe o aperfeiçoamento das ferramentas de gestão para que as pretensões dos mecanismos de governança territorial sejam viáveis e possam se concretizar (Loperte *et al.*, 2019).

6. CONCLUSÕES

Ao longo deste estudo foi possível identificar que os principais atributos para uma boa governança pública territorial voltada ao DLS são: Acesso aos mecanismos de governança; Engajamento dos atores locais para a governança; Representatividade local na governança; Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança; Responsabilidade sustentável da governança; e Eficácia da governança.

Ressalta-se que tais atributos não são entendidos aqui como os únicos necessários para qualificar uma governança pública territorial, nem como os indispensáveis em todos os casos em que se quer estimular o DLS. Mas mostra que, a partir da literatura consultada sobre o tema, esses fatores são considerados os principais para uma interação adequada de diferentes atores territoriais-locais voltada a gerir e promover o DLS.

Dessa forma, este trabalho apresenta como limitação a análise das bases de periódicos específicas, *Scopus* e *Web of Science*. Nesse sentido, sugere-se que estudos futuros sejam realizados através de outras bases. Além disso, seria pertinente a realização de pesquisas teórico-empíricas alicerçadas nas categorias emergidas neste artigo, a fim de validá-las ou revelar novos apontamentos contextualizados.

Apesar dessas limitações, o presente estudo traz contribuições significativas para a problemática. Teoricamente, seus resultados ajudam a compreender como a governança pública territorial para o DLS pode ser caracterizada como “boa ou satisfatória”, que segundo Santos *et al.* (2021) é algo que precisa ser mais discutido pela literatura.

Já como implicação à prática de administração pública, os achados desta revisão servem para evidenciar os elementos essenciais para melhorar os mecanismos de governança territorial voltados a um desenvolvimento endógeno e equilibrado – que é uma proposta desenvolvimentista necessária (Assis; França; Coelho, 2019; Sant’ana; Bento; Pereira, 2022; Verschoore; Prisco; Monticelli, 2023), só que depende da adequada articulação dos esforços coletivos dos atores territoriais de um determinado local (Sant’anna; Neto; Marchi, 2020).

REFERÊNCIAS

ALAOUI, Y; MAMOUN, S. M. The pivotal position of the citizen in the concept of territorial governance. **Journal of North African Research in Business**, v. 2021, p. 1-8, 2021.

ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008.

ALVES, E. L.; MELO, T. R.; SIGNORELLI, M. C. A polissemia do desenvolvimento: diálogos com a sustentabilidade. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v.

9, n. 39-54, 2020.

AMISSE, S. *et al.* Lesréseaux de communautés de pratique dans la dynamique de la gouvernance territoriale horticole: le cas de l'Anjou1. **Géographie, Économie, Société**, v. 15, n. 3, p. 183–203, 2013.

ASSIS, T. R. P.; FRANÇA, A. G. M.; COELHO, A. M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 577-593, 2019.

AUBIN, J. *et al.* Implementing ecological intensification in fish farming: definition and principles from contrasting experiences. **Reviews in Aquaculture**, v. 11, n. 1, p. 149-167, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, PT: Edições 70, 2018.

BESLEY, T.; PERSSON, T. **Pilars of prosperity: state capacity and economic development**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 103-114, 2011.

BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies. **International Review of Administrative Sciences**, v. 69, n. 3, p. 313-328, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93, p. 33-60, 2014.

CALVO, P. M. H.; FERNÁNDEZ, J. G. Iniciativas de diálogo, participación e innovación social para mejorar la gobernanza territorial en el medio rural. **Ciudades**, n. 24, p. 45-64, 2021.

CARVALHO, G. O. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 8, n. 1, p. 789-792, 2019.

CASTANHO R. A. *et al.* Assessing Transportation Patterns in the Azores Archipelago. **Infrastructures**, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2021.

CASTANHO, R. A. Identifying processes of smart planning, governance and management in European border cities. Learning from City-to-City cooperation (C2C). **Sustainability**, v. 11, n. 19, p. 1-15, 2019.

CASTANHO, R. A.; COUTO, G.; PIMENTEL P.; CARVALHO C. B.; SOUSA, Á. Territorial Management and Governance, Regional Public Policies and their Relationship with Tourism. A Case Study of the Azores Autonomous Region. **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 1-16, 2020.

CASTANHO, R. A.; GÓMEZ, J. M. N.; KUROWSKA-PYSZ, J. Assessing land use changes in Polish Territories: Patterns, directions and socioeconomic impacts on territorial management. **Sustainability**, v. 11, n. 5, p. 1-19, 2019.

CASTANHO, R. A.; LOURES, L.; CABEZAS, J.; VELARDE, J. G. The socio-cultural factors in the common strategic planning in european territories: Principles for

sustainable development extracted from borderlands. **WSEAS Transactions on Environment and Development**, 16, 764–775, 2020.

DALLABRIDA, V. R. Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de “concertación público-privada”. **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, v. 1, n. 4, p. 61-94, 2003.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: Circuito de Debates Acadêmicos, 1, 2011, Brasília. **Anais eletrônicos do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2011.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2011.

FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.

FERNÁNDEZ, R. L. *et al.* Epistemological foundations that sustain a research in environmental education for sustainable local development, in the province of El Oro. **Conrado**, v. 15, n. 67, p. 282-287, 2019.

FLICK, U. **Managing Quality in Qualitative Research**. London, UK: SAGE Publications Ltd, 2007.

FURMANKIEWICZ, M.; CAMPBELL, A. From single-use community facilities support to integrated sustainable development: The aims of inter-municipal cooperation in Poland, 1990-2018. **Sustainability**, v. 11, n. 21, p. 357-365, 2019.

GÓMEZ, J. M. *et al.* Land-Use Changes in the Canary Archipelago Using the CORINE Data: A Retrospective Analysis. **Land**, v. 9, n. 7, p. 1-15, 2020.

ITÇAINA, X. Les régimes territoriaux de l'économie sociale et solidaire: le cas du Pays Basque français. **Géographie, Économie, Société**, v. 12, n. 1, p. 71-87, 2010.

JARRIGE, F. Public farmland and urban development: The case of public lands in Lausanne. **Études Rurales**, v. 201, n. 1, p. 140-165, 2018.

JØRGENSEN, A. *et al.* Rural cohesion: Collective efficacy and leadership in the territorial governance of inclusion. **Social Inclusion**, v. 8, n. 4, p. 229-241, 2020.

JØRGENSEN, A.; FALLOV, M. A. Urbanization and the organization of territorial cohesion – results from a comparative Danish case-study on territorial inequality and social cohesion. **Journal of Organizational Ethnography**, v. 11, n. 1, p. 64-78, 2022.

KNICKEL, K. *et al.* Towards More Balanced Territorial Relations —The Role (and Limitations) of Spatial Planning as a Governance Approach. **Sustainability**, v. 13, n. 9, p. 1-18, 2021.

KNIEĆ, W.; GOSZCZYŃSKI, W. Local horizons of governance. Social conditions for good governance in rural development in Poland. **European Countryside**, v. 14, n.

1, p. 27-50, 2022.

KRONEMBERGER, D.; COSTA, V. G. Desenvolvimento local sustentável e governança ambiental. In: FIGUEIREDO, A. H. (Org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016. p. 359-392.

LARA, A. *et al.* Development, urban planning and political decisions. A triad that built territories at risk. **Nat Hazards**, v. 109, p. 1935-1957, 2021.

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. Le développement local en Afrique de l'Ouest: quelle(s) réalité(s) possible(s)? **Mondes en Développement**, v. 124, n. 4, p. 95-112, 2003.

LIMA, J.; RONCONI, L. F. de A. Coprodução de políticas públicas voltadas aos direitos da mulher: o caso do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Florianópolis. **Revista dos Estudantes de Públicas**, v. 3, n. 1, p. 8-28, 2018.

LOPERTE, S. *et al.* The contribution of the scientific research for a less vulnerable and more resilient community: the Val d'Agri (Southern Italy) case. **Geomatics, Natural Hazards and Risk**, v. 10, n. 1, p. 873-897, 2019.

LOPES, R.; MOTA, B. Innovative Local Policies in Portuguese Low-Density Rural Areas. **European Countryside**, v. 13, n. 2, p. 388-409, 2021.

MELLO, E. F. *et al.* The marble production pole in Southern Espírito Santo, Brazil: Regional planning and sustainable development in regions characterized by small-scale mining. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 41, n. 1, p. 36-51, 2018.

MIEDES-UGARTE, B.; FLORES-RUIZ, D.; WANNER, P. Managing Tourist Destinations According to the Principles of the Social Economy: The Case of the Les Oiseaux de Passage Cooperative Platform. **Sustainability**, v. 12, n. 12, p. 1-17, 2020.

NETO, J. A. *et al.* (2019). Governança Pública no Contexto de Implementação das Políticas Públicas. **Razón y palabra**, v. 23, n. 104, p. 459-478, 2019.

NIANG, A.; BOURDIN, S.; TORRE, A. L'économie circulaire, quels enjeux de développement pour les territoires? **Développement Durable & Territoires**, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2020.

NURWIDYANINGRUM, D. *et al.* A human dimension model for the urban vertical housing sustainability through indoor air quality. **Planning Malaysia**, v. 20, n. 21, p. 110-121, 2022.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVERA, C. M. *et al.* Relation between public management and sustainable local development of the cities of Oaxaca, 2000-2017. **Revista iberoamericana de estudios municipales**, n. 22, p. 155-187, 2020.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

- PEREIRA, C. *et al.* Organizational irresponsibilities or absence of territorial governance? Reflections on environmental management in the Minas-Rio Project. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, p. 1-24, 2019.
- PERRET, C.; ABRICA, B. Les systèmes de gouvernance traditionnels en Kabylie à la lumière du concept de capital social. **Mondes en Développement**, v. 42, n. 2, p. 131–144, 2014.
- PINEDA, J. A.; ORDUZ, O. Marco analítico para la gobernanza territorial. La política pública de infancia y adolescencia en Colombia. **Revista CS**, n. 27, p. 89–116, 2019.
- PIRES, E. L. S. *et al.* A governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. **GEOgraphia**, v. 19, n. 41, p. 24-38, 2018.
- PIRES, E. L. S. *et al.* **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro, SP: UNESP – IGCE, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.
- RAVAGNAN, C.; ROSSI, F.; AMIRIAREF, M. Sustainable Mobility and Resilient Urban Spaces in the United Kingdom. Practices and Proposals. **Transportation Research Procedia**, v. 60, p. 164-171, 2022.
- ROTHSTEIN, B. **The quality of government: corruption, social trust and inequality in a comparative perspective**. Chicago: University of Chicago, 2011.
- RYTOVA, E.; GUTMAN, S.; SOUSA, C. Regional Inclusive Development: An Assessment of Russian Regions. **Sustainability**, v. 13, n. 11, p. 57-73, 2021.
- SALCIDO, G. T.; MORENO, A. S.; MUÑOZ, N. B. Analysis of two models of governance: Local agro-food systems of blackberry in Mexico and Colombia. **Estudios Geográficos**, v. 81, n. 289, p. 1-17, 2020.
- SÁNCHEZ, H. Á. Urban and peri-urban agriculture. Territorial rearrangement and potential of urban food systems. **Investigaciones Geográficas**, n. 98, p. 1-21, 2019.
- SANT'ANA, L. C. F.; BENTO, L. S.; PEREIRA, D. C. Desenvolvimento Local e Sustentável: uma realidade possível e necessária. **Studies in Environmental and Animal Sciences**, v. 3, n. 1, p. 37-51, 2022.
- SANT'ANNA, A.; NETO, E. Q.; MARCHI, J. J. Um ensaio sobre o desenvolvimento local desde a ativação social e a governança pública. **Interações**, v. 21, n. 3, p. 597-613, 2020.
- SANTOS, R. R. D. *et al.* Boa governança territorial em pequenos municípios. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. 1-10, 2021.
- SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2014.
- SAVIANO, M. *et al.* The cultural value of protected areas as models of sustainable development. **Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 1-19, 2018.
- SCHMITT, P.; WIECHMANN, T. Unpacking Spatial Planning as the Governance of Place: Extracting Potentials for Future Advancements in Planning Research. **disP - The Planning Review**, v. 54, n. 4, p. 21–33, 2018.

- SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: Dowbor, L.; Pochmann, M. (Orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo – FPA, 2010. p. 41-65.
- SNYDER, H. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 104, p. 333-339, 2019.
- SOSA, M.; MORALES, L. Gestión integral de residuos y recursos hídricos en la región noreste del Uruguay. **Cuadernos del Claeh**, v. 41, n. 115, p. 7-22, 2022.
- TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019.
- TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**: critérios de análise. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2012.
- UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA. **What is good governance?** Bangkok: UNESCAP, 2009.
- VERCHER, N. Environmental Conflicts and Social Innovation on the Balearic Islands (Spain). **Sustainability**, v. 14, n. 9, p. 1-22, 2022.
- VERSCHOORE, J.; PRISCO, B. H.; MONTICELLI, J. M. Desenvolvimento local sustentável: um framework de transformação local alicerçado nas relações sociais em rede. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, p. 231-255, 2023.
- VIEIRA, J. B.; BARRETO, R. T. S. **Governança, gestão de riscos e integridade**. Brasília: ENAP, 2019.
- VINCENT, M. M. *et al.* La géogouvernance: un concept novateur? **CyberGeo**, 2012.

ARTIGO III

PRÁTICAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SEUS DESAFIOS: uma análise a partir do caso do território de Paraty/RJ

Resumo: O Turismo de Base Comunitária (TBC) são modos de gestão das atividades de visitação que têm diversos princípios endógenos-territoriais e sustentáveis. Por conta disso, ele se associa à perspectiva do Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), especialmente as suas dimensões cultural, ecológica, econômica, política e social. No entanto, o alcance desses princípios não é algo simples, pois ocorre pela realização de práticas desafiadoras que os materializam. Em vista disso, este trabalho buscou descrever práticas do TBC que se articulam ao DLS e seus desafios nesse processo. Tal objetivo ocorreu através de um estudo de caso crucial no território de Paraty/RJ, que tem um TBC bem fortalecido e como possibilidades para contribuir com o DLS. A coleta dos dados se deu por levantamentos documentais, aplicação de um questionário semiestruturado e observação direta. A interpretação dos dados se baseou na técnica análise de conteúdo temática. Como resultados, verificou-se práticas de TBC em Paraty articuladas a diferentes fatores do DLS, por meio: da gastronomia; produções artísticas; apresentação de lugares históricos e dos modos de vida que singularizam o território, etc. Já os desafios dessas práticas envolvem questões tanto internas (no campo de atuação comunitário), como externas (que não depende apenas da comunidade). Dessa forma, esta pesquisa ajuda a avançar no entendimento de como ações do TBC aderentes ao DLS são realizadas, que é uma lacuna da literatura. Além disso, mostra alguns gargalos que podem ser superados para que um desenvolvimento endógeno e sustentável seja mais possível.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Desenvolvimento Local Sustentável; Territórios; Paraty/RJ; Estudo de Caso Crucial.

COMMUNITY-BASED TOURISM PRACTICES FOR SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT AND ITS CHALLENGES: an analysis based on the case of the territory of Paraty/RJ

Abstract: *Community-Based Tourism (CBT) are ways of managing visiting activities that have several endogenous-territorial and sustainable principles. Because of this, it is associated with the perspective of Sustainable Local Development (DLS), especially its cultural, ecological, economic, political and social dimensions. However, achieving these principles is not simple, as it occurs through carrying out challenging practices that materialize them. In view of this, this work sought to describe TBC practices that are linked to DLS and its challenges in this process. This objective occurred through a crucial case study in the territory of Paraty/RJ, which has a well-strengthened TBC and possibilities to contribute to the DLS. Data collection took place through documentary surveys, application of a semi-structured questionnaire*

and direct observation. Data interpretation was based on the thematic content analysis technique. As a result, TBC practices in Paraty were found to be linked to different DLS factors, through: gastronomy; artistic productions; presentation of historical places and the ways of life that distinguish the territory, etc. The challenges of these practices involve issues both internal (in the field of community action) and external (which does not depend solely on the community). In this way, this research helps to advance the understanding of how TBC actions that adhere to the DLS are carried out, which is a gap in the literature. Furthermore, it shows some bottlenecks that can be overcome so that endogenous and sustainable development is more possible.

Keywords: Community-Based Tourism; Sustainable Local Development; Territories; Paraty/RJ; Crucial Case Study.

PRÁCTICAS DE TURISMO COMUNITARIO PARA EL DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE Y SUS DESAFÍOS: un análisis a partir del caso del territorio de Paraty/RJ

Resumen: El Turismo de Base Comunitaria (TCC) son formas de gestionar las actividades de visita que tienen varios principios endógeno-territoriales y sostenibles. Por ello, se asocia a la perspectiva del Desarrollo Local Sostenible (DLS), especialmente en sus dimensiones cultural, ecológica, económica, política y social. Sin embargo, alcanzar estos principios no es sencillo, pues se da a través de la realización de prácticas desafiantes que los materialicen. Ante esto, este trabajo buscó describir las prácticas de TBC que están vinculadas al DLS y sus desafíos en este proceso. Este objetivo se produjo a través de un estudio de caso crucial en el territorio de Paraty/RJ, que tiene un TBC bien fortalecido y posibilidades de contribuir al DLS. La recolección de datos se realizó mediante encuestas documentales, aplicación de un cuestionario semiestructurado y observación directa. La interpretación de los datos se basó en la técnica de análisis de contenido temático. Como resultado, se encontró que las prácticas de TBC en Paraty están vinculadas a diferentes factores de DLS, a través de: gastronomía; producciones artísticas; presentación de lugares históricos y de las formas de vida que distinguen el territorio, etc. Los desafíos de estas prácticas involucran cuestiones tanto internas (en el ámbito de la acción comunitaria) como externas (que no dependen únicamente de la comunidad). De esta manera, esta investigación ayuda a avanzar en la comprensión de cómo se llevan a cabo las acciones de TBC que se adhieren a la DLS, lo cual es un vacío en la literatura. Además, muestra algunos obstáculos que pueden superarse para que el desarrollo endógeno y sostenible sea más posible.

Palabras clave: Turismo Comunitario; Desarrollo Local Sostenible; Territorios; Paraty/RJ; Estudio de caso crucial.

1. INTRODUÇÃO

O TBC tem a característica de realizar diversas práticas relacionadas ao DLS, por congregarem os princípios de: enaltecer e reproduzir a cultura do território; preservar os recursos naturais; disseminar a renda das atividades de visitação para a comunidade; dar protagonismo à população local da gestão do turismo; e reduzir a exclusão socioterritorial de pessoas com baixo poder aquisitivo (Almeida; Emmendoerfer, 2023). Esses princípios favorecem, respectivamente, o equilíbrio das seguintes dimensões territoriais no processo de DLS, a cultural, a ecológica, a econômica, a política e a social (Almeida; Emmendoerfer, 2023).

De acordo com Alves e Silva (2021), o DLS é aquele que compatibiliza a equidade social com a conservação ambiental e o crescimento econômico. Por meio dele, há a valorização e consideração das particularidades do território, entendendo que a cultura, os recursos e necessidades dos cidadãos da localidade são fundamentais para se alcançar a sustentabilidade (Assis; França; Coelho, 2019; Dantas; Guenther, 2021; Sant'ana; Bento; Pereira, 2022).

Por mais que o DLS seja um processo com diversos benefícios para melhorar a qualidade de vida da sua população de forma duradoura, ele não é algo simples e que dificilmente ocorre plenamente, pois os desafios a serem superados são muitos (Junqueira, 2000). Nesse sentido, quando se analisa as práticas – do TBC ou outros modos de gestão que podem contribuir para o DLS – é importante também observar seus desafios, que variam de acordo com o objeto de estudo e contexto pesquisado.

Este trabalho tem como objeto de estudo as práticas de TBC que se articulam ao DLS. Segundo Dangi e Petrick (2021), indicar como isso se evidencia é algo que deve ser mais tratado pelos estudos acadêmicos. Além disso, Almeida e Emmendoerfer (2023) mostram como possibilidades de pesquisas futuras, a análise teórico-empírica da promoção das dimensões cultural, ecológica, econômica, política e social do DLS por parte do TBC.

Já o contexto pesquisado foi o território de Paraty/RJ. Isso ocorreu pela estratégia de investigação “estudo de caso crucial do tipo caminho”. Esse tipo de estudo de caso é aquele que mostra como concepções teóricas se materializam em um cenário que pode representá-las (Gerring, 2007).

A escolha de Paraty como *locus* do estudo se justifica por esse território ter um TBC estável e fortalecido comunitariamente (Barros; Rodrigues, 2019; Cardoso,

2016; Martins, 2020; Monteiro, 2017), realizando ações que podem ajudar a estimular o DLS. O TBC de Paraty é composto principalmente por povos tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas (Mendonça *et al.*, 2017).

Com base nisso, o presente artigo objetiva: **descrever práticas de TBC do território de Paraty – associadas às dimensões cultural, ecológica, econômica, política e social – que se articulam ao DLS e seus desafios nesse processo.** Para a coleta dos dados, foram realizados levantamentos documentais, questionários semiestruturados e observações diretas. A interpretação deles se fundamentou na técnica análise de conteúdo temática, que identifica das fontes dos dados os significados relevantes para o objetivo do estudo (Bardin, 2018).

A respeito das suas contribuições, esta pesquisa pode ajudar a indicar como o TBC tem se vinculado ao DLS e o que tem limitado essa relação em um cenário particular. Isso avança na literatura sobre o tema e permite pensar em medidas concretas para que o TBC avance nos seus benefícios a uma proposta desenvolvimentista endógena e sustentável.

2. CARACTERÍSTICAS TERRITORIAIS ENDÓGENO-SUSTENTÁVEIS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O TBC ocorre pela gestão das atividades de visitação por parte de agentes comunitários (Sarabia-Molina; Soares; Lois-González, 2022). Entende-se que comunidades são grupos de pessoas que estabelecem relações de parceria e reciprocidade para buscar um fortalecimento coletivo, considerando seus laços territoriais comuns (Fernandes, 1973). Nesse sentido, o TBC resultaria em arranjos produtivos locais comunitários, constituídos associativamente para a gestão do turismo (Coriolano, 2009).

O TBC se caracteriza como uma proposta de produção do turismo alternativa ao que acontece convencionalmente por uma lógica massificada, que tem priorizado questões econômicas (Araújo, 2011). Ele é uma alternativa principalmente para comunidades que querem oferecer atividades de visitação aderentes ao seu modo de vida e recursos materiais e imateriais. O TBC integra um movimento de turismo responsável, que vem aumentando muito nos últimos anos, sobretudo no final do século XX, tendo em vista a necessidade de amenizar alguns efeitos negativos

oriundos do turismo de massa (Fabrino, 2013), como o favorecimento da gentrificação e a instalação abrupta em áreas de conservação.

A ideia de turismo responsável contrapõe essencialmente atividades de visitação com enfoques mercadológicos (Nascimento; Lanzarini, 2023). O turismo responsável não acredita que o lucro e a rentabilidade não sejam importantes e necessários para a existência do empreendimento turístico, mas defende que ele não tem que ser um fim em si mesmo e sobrepor outros elementos fundamentais.

De acordo com Almeida e Emmendoerfer (2023) e Arratia *et al.* (2022), as práticas de TBC remetem a tal consideração ao se articularem à perspectiva desenvolvimentista do DLS. Isso porque, o TBC busca diversos princípios territoriais-endógenos e sustentáveis, perpassando as dimensões econômica, ecológica, social, cultural e política (Almeida; Emmendoerfer, 2023) – que serão mais detalhadas no próximo tópico, a partir do conceito de DLS.

Dentre os benefícios do TBC para o DLS, Sarabia-Molina, Soares, Lois-González (2022) destacam que ele mobiliza “a participação ativa da comunidade, numa perspectiva intercultural, para a gestão adequada do patrimônio natural e cultural, assentado nos princípios de equidade e distribuição dos benefícios locais” (p. 1, tradução nossa). Lima, Irving e Oliveira (2022), similarmente, mostram que o TBC valoriza a cultura, os recursos naturais e a população local.

Além disso, o TBC tem capacidade de diversificar os serviços turísticos, de maneira que eles respeitem as particularidades da população local (Espinoza; Tarabó; Soares, 2017), não se restringindo a padrões difíceis de serem alcançados. Por meio dele, é possível conhecer os modos de vida de povos tradicionais e dos moradores locais (Santos *et al.*, 2019), evitando uma compreensão distorcida da sua cultura.

Mesmo com todos esses benefícios do TBC para o DLS, a efetivação dessa relação é algo que requer a superação de diversos desafios. Tinoco, Serrallonga e Casellas (2021), por exemplo, mencionam que a sustentabilidade pelo TBC pode ser dificultada pela ausência de colaboração dos atores territoriais interessados, assim como pela baixa capacitação das pessoas e escassez de recursos dos empreendimentos turísticos comunitários, o que coloca em risco a sua própria manutenção.

Com base nisso, este trabalho pretende descrever tanto os desafios como o que tem sido realizado pelo TBC do território de Paraty para o DLS, visando gerar reflexões mais amplas para a literatura. A próxima seção se debruça no conceito de DLS, que fundamentou a análise dos dados do caso estudado.

3. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SUAS DIMENSÕES RELACIONADAS AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O desenvolvimento é um conceito bem polissêmico, sendo composto por diversas abordagens (Alves; Melo; Signorelli, 2020), só que tendo como característica mais geral a de ser um processo voltado a melhorar algo na sociedade (Bresser-Pereira, 2014). O DLS, abordagem que este trabalho enfatiza, passou a ser mais tratado a partir da década de 1990 (Fernández *et al.*, 2019). Seu surgimento enquanto perspectiva parte da consideração que para a promoção do desenvolvimento sustentável de um território – que busca principalmente o equilíbrio entre os aspectos ambiental, social e econômico – é preciso levar em conta as suas particularidades locais (Rizzo *et al.*, 2021).

O principal fundamento do DLS é contemplar as demandas locais, conciliando diferentes fatores territoriais para a sua consolidação em longo prazo (Assis; França; Coelho, 2019; Sant’ana; Bento; Pereira, 2022). Segundo Guarascio (2022), o DLS é mais fortalecido quando ele é fruto da interação de representantes dos cidadãos locais, por meio da discussão das suas necessidades e potenciais do território (Guarascio, 2022).

Dessa forma, o DLS é um desenvolvimento territorial, por ser fruto de relações socioterritoriais. Porém, o termo “local” não deve remeter a uma escala menor de desenvolvimento do território, mas a um desenvolvimento territorial endógeno, que se origina de fatores internos (Tenório, 2012). O local pode indicar, portanto, um país em comparação ao mundo, um estado em comparação ao país, um município em comparação ao estado, etc. Ou seja, a delimitação do que é tido como local é bem variada, pois depende do enfoque de análise. Contudo, precisa ressaltar as especificidades do território em relação a sua natureza mais ampla (ou global).

A respeito do seu caráter sustentável, ele se explica pelo DLS visar, no processo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, o equilíbrio de vários aspectos, como o ambiental, social e econômico (Rizzo *et al.*, 2021). Por mais que esses três aspectos sejam os mais destacados pela literatura, outros também podem ser considerados. Dantas e Guenther (2021), por exemplo, adiciona a cultura e a educação como atributos importantes a serem incorporados ao DLS.

Logo, as dimensões a serem harmonizadas pelo DLS dependem muito do objeto de estudo. Por este trabalho descrever práticas do TBC do território de Paraty/RJ que se articulam ao DLS, utiliza-se como ponto de partida as dimensões indicadas no trabalho de Almeida e Emmendoerfer (2023). O referido estudo indica que as possíveis contribuições do TBC para o DLS acontecem no âmbito dos fatores territoriais cultural, ecológico, econômico, político e social, sendo as características de cada um deles mencionada no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Fatores do DLS que podem ser equilibrados pelo TBC

Fatores	Descrição
Cultural	pelo resgate e valorização da cultura local
Ecológico	pela conscientização da preservação dos recursos naturais locais
Econômico	pela geração de renda para a população local
Político	pelo aumento do protagonismo decisório da população local
Social	pela redução da exclusão socioterritorial na localidade

Fonte: Ajustado de Almeida e Emmendoerfer (2023).

Pondera-se que essas dimensões não devem ser compreendidas como as únicas possíveis, mas as que foram analisadas neste artigo por se relacionarem diretamente aos princípios do TBC. Além disso, a realização desses fatores, seja de forma isolada ou simultaneamente, não é algo simples (Almeida; Emmendoerfer, 2023). O DLS em si não é fácil de ser concretizado, por isso muitas vezes pode ficar no campo do idealismo, entendendo que mesmo que não seja feito inteiramente, é importante para orientar as ações humanas.

Reconhecer isso, no entanto, também não significa deixar de identificar as dificuldades e os desafios a serem superados para que as ações se aproximem do “ideal”. Sendo assim, esta pesquisa também busca verificar o que tem limitado a articulação do TBC de Paraty ao DLS. No próximo tópico, são indicados os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos do presente artigo.

4. METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa, que enxerga seu objeto de estudo de modo subjetivo e singularizado (Flick, 2009). Como estratégia de investigação, realizou-se um estudo de caso crucial caminho (*pathway crucial case*). Segundo Gerring (2007), essa estratégia propõe descrever como concepções teóricas prévias se evidenciam em um contexto específico. Dessa forma, o estudo de caso caminho se sustenta por uma lógica dedutiva (Gerring, 2007), que parte de premissas mais amplas para compreender questões mais específicas (Bryman, 2016).

Esta pesquisa faz isso ao entender que o TBC pode contribuir para o DLS, buscando descrever como essa relação ocorre a partir das práticas e desafios identificados no território de Paraty. A escolha desse *locus* de estudo se deu por Paraty ter um TBC estável e fortalecido comunitariamente (Barros; Rodrigues, 2019), sendo autogerido por populações tradicionais quilombolas, caiçaras e indígenas (Cardoso, 2016), que tem modos de vida compatíveis com a abordagem do DLS (Araújo *et al.*, 2017). Além disso, o TBC de Paraty tem se inserido em espaços importantes para a gestão coletiva do desenvolvimento territorial, como o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

Para a coleta dos dados, foram utilizadas três técnicas: levantamento documental, questionário semiestruturado e observação direta. Segundo Mendonça, Moellwald e Mago (2014), todas elas são aplicáveis e costumam ser utilizadas em estudos de caso.

O levantamento documental, que visa examinar as informações expressas em documentos (May, 2004), foi voltado às reuniões das Atas do COMTUR que ocorreram entre outubro de 2022 e outubro de 2023, disponíveis no site do conselho⁶. Utilizou-se tais documentos como fonte de dados por eles registrarem discussões e deliberações coletivas que o TBC de Paraty está inserido e que podem influenciar no processo de DLS.

O questionário semiestruturado é composto por perguntas de respostas abertas e fechadas (Mendonça; Moellwald; Mago, 2014). Ele foi aplicado remotamente pelo site *Google Forms*, tendo sido compartilhado com pessoas que trabalham com o TBC em Paraty (público-alvo), via *e-mails* e redes sociais

⁶<https://sites.google.com/view/comturparaty?pli=1>

(*whatsapp* e *instagram*). Os contatos dessas pessoas foram adquiridos por pesquisas *online* e por um processo de bola de neve (em que os possíveis respondentes vão indicando outros). Obteve-se 10 respostas, entre 01/08/2023 a 31/10/2023, que não terão os dados pessoais ou que podem indiretamente identificar alguém divulgados neste trabalho, por questões éticas.

Já a observação direta, é uma técnica que o pesquisador vai até ao local de estudo e verifica como fato analisado ocorre (Mendonça; Moellwald; Mago, 2014). A observação direta realizada aconteceu durante o ano de 2023, por meio de: visitas em comunidades de Paraty que realizam TBC; caminhadas em destinos turísticos da região central do município; participação como ouvinte em duas reuniões do COMTUR; e idas a órgãos públicos municipais relacionados ao turismo e cultura. A observação direta realizada não envolveu participação do pesquisador nas ações das pessoas observadas, mas houveram interações e conversas informais.

Os dados coletados foram organizados em: relatórios dos levantamentos documentais; relatórios com as respostas dos questionários; e diários de campo das observações. Essa diversificação de fontes proporciona uma maior confiabilidade nos dados coletados. Ressalta-se que antes da sua aplicação, os instrumentos de coleta passaram por validações de especialistas e foram aprovados por um Comitê de Ética em Pesquisa Universitário, além de seguir os parâmetros éticos da Resolução nº 510/2016⁷.

Por fim, os dados foram analisados pela técnica análise de conteúdo temática, que consiste em captar os significados relevantes para um determinado objetivo (Bardin, 2018). Os significados foram sistematizados por categorias, que indicam as práticas do TBC de Paraty articuladas ao DLS e seus desafios nesse processo – considerando previamente os aspectos cultural, ecológico, econômico, político e social, que representam aproximações entre o TBC e o DLS (Almeida; Emmendoerfer, 2023).

5. RESULTADOS

Durante a pesquisa foram verificadas diversas manifestações de TBC em Paraty, promovidas pela autogestão da população local, através de: gastronomia;

⁷https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581

artesanato e artes plásticas; passeios de barco e outros roteiros conduzidos; danças, músicas e produção de eventos locais; etc. A Figura 1 e 2 abaixo mostra um compilado dessas manifestações do TBC de Paraty:

Figura 1 – TBC em Paraty através da gastronomia, artesanato e artes plásticas



Fonte: Registrada e elaborada pelo autor.

Figura 2 – TBC de Paraty através de passeios de barco e outros roteiros conduzidos, danças, músicas e produção de eventos locais



Fonte: Registrada e elaborada pelo autor.

Pondera-se que nem todos os empreendimentos do TBC de Paraty conseguiram ser identificados. Isso porque, nem todas as pessoas que trabalham com ele localmente responderam ao questionário e permitiram ou conseguiram ser acessadas presencialmente. Além do mais, Paraty é um território bem vasto e efervescente no que tange as suas atividades turísticas, sendo elas praticamente incontáveis e modificadas continuamente ao longo do tempo.

Logo, a análise realizada por este trabalho é situada, representando não todas, mas práticas que costumam ser realizadas pelo TBC de Paraty. Essa seria, portanto, uma limitação inevitável deste estudo. Porém, observou-se que as práticas e seus respectivos desafios a serem descritos se mostraram bem recorrentes, o que possibilitou a saturação dos dados.

Os cinco subtópicos desta parte do artigo, tratados a seguir, apresentam e discutem os resultados da pesquisa, mencionando as categorias reveladas pelo levantamento documental, questionário semiestruturado e observação direta. Conforme mencionado anteriormente, elas representam as práticas do TBC de Paraty relacionadas a dimensões importantes a serem equilibradas endogenamente no processo de DLS e seus respectivos desafios.

5.1. Dimensão cultural

No que se refere à dimensão cultural, verificou-se que ela ocorre através da produção de pratos típicos, tantos de antigos, como pela criação de novos que ressignificam e retratam a gastronomia local. Essa prática foi verificada durante visitas em iniciativas de TBC de Paraty que têm restaurantes e também vendem seus alimentos em eventos gastronômicos (Observação Direta, 2023).

Outras práticas que remetem à dimensão cultural do DLS evidenciadas foram as apresentações musicais e de danças típicas realizadas por artistas locais. A ata de uma das reuniões do COMTUR mostrou a contratação desses artistas para um evento do município (Levantamento Documental, 2022, 2023), além de relatos dos respondentes do questionário e da observação durante uma apresentação musical em um festival na cidade (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023).

Algumas músicas e danças típicas são atreladas, inclusive, a rituais religiosos de povos tradicionais de Paraty, que foi mais uma prática cultural identificada (Observação Direta, 2023). Em certos momentos esses rituais ocorrem através de festejos organizados ou coorganizados pelo TBC, a exemplo da tricentenária Festa do Divino Espírito Santo, que acontece anualmente (Observação Direta, 2023; Levantamento Documental, 2022, 2023).

A produção literária, de artesanatos e artes plásticas que simbolizam a cultura de Paraty também se mostrou uma prática bem característica do TBC. Esses produtos geralmente são criados e comercializados na própria comunidade, no Mercado das Artes de Paraty ou em pontos do centro histórico da cidade (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023).

Ademais, identificou-se a apresentação de monumentos históricos e lugares que particularizam o território. Isso ocorre por meio de visitas guiadas por iniciativas de base comunitária (Levantamento Documental, 2022, 2023; Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023). Há também o conhecimento dos modos de vida dos povos tradicionais locais, principalmente por meio de visitas e hospedagens em comunidades de Paraty caiçaras, indígenas e quilombolas.

Já como desafios para a realização e manutenção dessas práticas, verificou-se a necessidade de fazer com que as futuras gerações continuem propagando os elementos culturais locais. Alguns jovens têm saído das comunidades de Paraty e não conseguido se dedicar à reprodução de atividades turísticas culturais (Questionário Semiestruturado, 2023). Além disso, há o desafio de continuar preservando as matérias-primas dos produtos típicos locais, que ao longo dos anos pode ser ameaçada por processos de poluição e desmatamento, por mais que atualmente elas estejam disponíveis em abundância, principalmente em Unidades de Conservação (Questionário Semiestruturado, 2023).

Outra questão importante, é de ter os artistas e produtos locais considerados e valorizados constantemente nos eventos e ações realizadas no município (pelo poder público ou privado), de modo que eles não sejam sucumbidos por opções de repercussão nacionais e até internacionais (Levantamento Documental, 2022, 2023; Observação Direta, 2023). Por fim, observou-se que se deve conservar o patrimônio histórico e cultural do local, além de suas narrativas, para que elas não se percam e sejam distorcidas ao longo do tempo (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023). O Quadro 2 abaixo apresenta uma síntese dessas práticas e desafios identificados:

Quadro 2 - Práticas realizadas pelo TBC de Paraty articuladas à dimensão cultural do DLS e seus desafios

Dimensão Cultural	
Práticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de pratos típicos (antigos e novos). - Apresentações musicais e de danças típicas com artistas locais. - Realização de festejos e rituais religiosos tradicionais. - Produção de artesanatos e artes plásticas com elementos que remetem à Paraty. <ul style="list-style-type: none"> - Composição e reprodução de textos literários locais. - Apresentação de monumentos históricos e lugares próprios do território. - Compartilhamento dos modos de vida de povos tradicionais locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer com que as futuras gerações continuem reproduzindo os elementos culturais locais. - Preservação das matérias-primas dos produtos típicos locais. <ul style="list-style-type: none"> - Ter os artistas e produtos locais considerados constantemente nos eventos e ações realizadas no município. - Conservar o patrimônio histórico e cultural da localidade, bem como suas narrativas históricas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2. Dimensão ecológica

A dimensão ecológica do DLS foi percebida em relatos de pessoas que trabalham com o TBC de Paraty e disseram que o empreendimento se compromete a realizar o descarte adequado dos resíduos gerados (Questionário Semiestruturado, 2023). Também há as iniciativas de TBC que trabalham com alimentos orgânicos, seja pela compra de agricultores familiares locais ou até pela sua própria produção em horta comunitária (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023).

A preservação da fauna e flora do território também se mostrou com uma prática que tem sido realizada por iniciativas turísticas de base comunitária de Paraty (Levantamento Documental, 2022, 2023). Segundo relatos de uma respondente do Questionário Semiestruturado (2023), isso ocorre pela ideia de manter os modos de vida de povos tradicionais, que tem “uma relação de identidade e reciprocidade com a natureza e por isso precisa sempre cuidar dela”.

Além de atuar com ações mais diretas, o TBC de Paraty também tem desenvolvido atividades educativas para conscientizar os turistas sobre a importância de proteger o meio ambiente, a fim de garantir recursos e qualidade de vida para as futuras gerações (Levantamento Documental, 2022, 2023; Observação Direta, 2023). Apesar de todos esses esforços, verificou-se o desafio de conscientizar as pessoas (não só os turistas, mas também aqueles que pretendem realizar o TBC) sobre a necessidade de mudarem hábitos comuns que são ambientalmente destrutivos (Questionário Semiestruturado, 2023).

De modo mais específico, percebeu-se o desafio de conseguir priorizar a compra de produtos orgânicos, mesmo quando eles forem mais inacessíveis e caros. Em muitos casos, ainda que exista a aquisição da agricultura orgânica, foi inevitável o não uso de produtos industrializados e que tem certos impactos ambientais negativos (Observação Direta, 2023).

As construções indevidas em áreas de reservas naturais em alguns lugares de Paraty foi outro desafio verificado para a o equilíbrio da dimensão ecológica do território (Observação Direta, 2023). Enfim, observou-se a dificuldade de ter espaços públicos estruturados para o correto descarte de lixo durante as atividades de visitação (Levantamento Documental, 2022, 2023), incluindo um sistema frequente de coleta seletiva (Questionário Semiestruturado, 2023). No Quadro 3 a seguir, as práticas e desafios descritos neste subtópico estão sintetizados.

Quadro 3 - Práticas realizadas pelo TBC de Paraty articuladas à dimensão ecológica do DLS e seus desafios

Dimensão Ecológica	
Práticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> - Realização do descarte adequado do lixo. - Produção e compra de alimentos orgânicos locais. - Preservação da fauna e flora nativa do território. - Desenvolvimento de ações educacionais sobre a importância de preservar o meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientizar as pessoas sobre a necessidade de mudarem hábitos inadequados comuns. - Priorizar a compra de produtos orgânicos em situações que eles forem mais inacessíveis e caros. - Deixar áreas de reservas naturais sem construções indevidas. - Ter espaços públicos estruturados para o descarte correto do lixo, incluindo coleta seletiva.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.3. Dimensão econômica

O fator econômico se mostrou na geração de renda através da comercialização de alimentos, tanto *in natura* como de maior valor agregado. Isso ocorre em Paraty através de restaurantes, vendas de produtos agrícolas com entregas em domicílio e em bancas de feiras ou eventos (Levantamento Documental, 2022, 2023; Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023).

Além de alimentos, produtos artísticos também costumam ser produzidos e comercializados pelo TBC de Paraty, como artesanatos, esculturas, quadros, livros, etc. (Levantamento Documental, 2022, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023). Eles são vendidos na comunidade, em eventos e pontos de específicos da cidade, como no Mercado das Artes (Observação Direta, 2023).

A realização de apresentações musicais e de danças também geram renda para os artistas comunitários, ainda que nem sempre sejam remuneradas (Questionário Semiestruturado, 2023). Já uma prática econômica que se mostrou bem frequente e rentável para o TBC de Paraty, foram os passeios e atividades guiadas, que ocorrem através de roteiros conduzidos por atores comunitários (Observação Direta, 2023). Destacam-se também os serviços de hospedagens, sobretudo nas próprias residências de comunitários paratienses que realizam o TBC (Questionário Semiestruturado, 2023).

Como desafios centrais para o fortalecimento econômico do TBC de Paraty, detectou-se a escassez de recursos que muitas pessoas têm para iniciar e investir em um empreendimento, que impede a criação e manutenção deles. A competição com empreendimentos mais estruturados e condensados na região central do município, que foi visto como um desafio para o TBC do território atrair um maior número de turistas e se consolidar economicamente (Levantamento Documental, 2022, 2023; Observação Direta, 2023) – ainda que sua proposta não seja de massificar as atividades de visitação e ele possa coexistir com o turismo convencional.

Por último, verificou-se o desafio proporcionar às pessoas que trabalham com TBC em Paraty um acesso frequentemente à capacitação e apoio técnico para que elas consigam realizar uma boa gestão do seu negócio (Questionário Semiestruturado, 2023). No município, há poucas instituições e oportunidades para esse importante processo de formação (Observação Direta, 2023). O Quadro 4 apresenta, resumidamente, as práticas e desafios tratados neste subtópico.

Quadro 4 - Práticas realizadas pelo TBC de Paraty articuladas à dimensão econômica do DLS e seus desafios

Dimensão Econômica	
Práticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> - Venda de alimentos <i>in natura</i> e com valor agregado. - Venda de artesanatos, artes plásticas, livros e demais artefatos produzidos localmente - Negociação de apresentações musicais e de danças de artistas locais. - Comercialização de passeios e experiências de visitação turística conduzidos por comunitários. - Serviços de hospedagens na própria comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escassez de recursos para iniciar e investir no empreendimento de TBC. - Competição com empreendimentos mais estruturados e centralizados. - Acesso frequente à capacitação e apoio técnico para a boa gestão do negócio.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.4. Dimensão política

Em relação à dimensão política, ela foi percebida pelas iniciativas de TBC darem aos atores comunitários autonomia na gestão do turismo (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023) – o que muitas vezes não acontece no turismo massificado, que coloca a população local para assumir papéis mais subalternos (Fabrino; Costa; Nascimento, 2012).

Ademais, ela se evidenciou em momentos que os representantes do TBC do COMTUR pautaram os interesses e direitos de povos tradicionais e comunidades locais (Levantamento Documental, 2022, 2023). Outra prática do TBC de Paraty que tem sido realizada e que aumenta capacidade política da população local, é o estabelecimento de vínculos colaborativos entre as pessoas que vivem na comunidade e atores externos que visam fortalecer o turismo no território (Levantamento Documental, 2022, 2023; Observação Direta, 2023).

Destaca-se que a inserção de pessoas das comunidades locais em espaços de deliberação coletiva acaba ocorrendo pela representatividade que o TBC passa a ter nesses espaços (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023). Já como desafios, identificou-se a necessidade de lidar e superar o conflito de interesses dos atores comunitários que integram a organização de TBC (Questionário Semiestruturado, 2023) ou os que interagem externamente com eles (em mecanismos de governança) (Levantamento Documental, 2022, 2023). Tais conflitos podem impedir a construção de um esforço comum para o DLS.

Observou-se também o desafio das iniciativas de TBC de Paraty conseguirem participar dos espaços de governança contínua e profusamente. Isso porque, nem todas as pessoas que trabalham com o TBC no território estão inseridas em espaços de governança ou interagem frequentemente com outros atores territoriais (Questionário Semiestruturado, 2023). O Quadro 5 descreve as práticas e desafios políticos discutidos aqui:

Quadro 5 - Práticas realizadas pelo TBC de Paraty articuladas à dimensão política do DLS e seus desafios

Dimensão Política	
Práticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> - Dar autonomia aos atores comunitários para gerir o turismo. - Reivindicar os direitos de povos tradicionais e de comunidades locais. - Estabelecer um vínculo colaborativo entre as pessoas que trabalham com o TBC ou querem o seu fortalecimento localmente. - Inserir atores comunitários em espaços de deliberação coletiva, caso eles sejam abertos aos representantes do TBC. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lidar com o conflito de interesses dos próprios atores comunitários que integra o empreendimento de TBC e fora dele. - Participar contínua e profusamente de espaços de governança e interagir com outros atores territoriais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5. Dimensão social

A última dimensão analisada, a social, foi evidenciada pelo TBC fortalecer a relação entre as comunidades de Paraty e seus territórios, a ponto de aumentar o grau de pertencimento e apropriação da localidade (Observação Direta, 2023). Segundo um respondente do Questionário Semiestruturado (2023), o TBC “fez com que a comunidade ficasse mais resistente a defender o lugar que ela habita” e socialmente fortalecida.

Outra implicação do TBC em Paraty é de manter os territórios onde são realizadas suas atividades acessíveis às populações de renda mais baixa. Isso porque, os custos para morar e visitar o lugar não aumentou abruptamente como ocorre em processos de gentrificação oriundos do turismo massificado (Observação Direta, 2023).

A terceira prática socialmente importante é de possibilitar que o turismo seja singularizado e não padronizado. O TBC de Paraty tem respeitado e representado os modos de vida das populações locais, mantendo suas tradições e com atividades que simbolizam a diversidade e autenticidade da cultura local (Levantamento Documental, 2022, 2023; Observação Direta, 2023).

De acordo com o que foi verificado durante a Observação Direta (2023), os desafios são: lidar com a especulação imobiliária de diversos lugares de Paraty, que pode dificultar a consolidação e impactos sociais do TBC lá, como é o caso do centro histórico da cidade; e ter diversas políticas públicas que garantam às pessoas socialmente vulneráveis o direito de acesso à cidade – a exemplo do que já acontece com o Cinema Municipal da Praça de Paraty, que tem todas suas sessões gratuitas (Paraty/RJ, 2023). Tais práticas e desafios estão dispostas no Quadro 6.

Quadro 6 - Práticas realizadas pelo TBC de Paraty articuladas à dimensão social do DLS e seus desafios

Dimensão Social	
Práticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a relação entre comunidade e seu território. - Manter o território acessível à população de renda baixa, evitando processos de gentrificação. - Fazer com que o turismo seja mais singularizado, não distorcendo os modos de vida da população local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lidar com a alta especulação imobiliária de determinados lugares de Paraty. - Ter diversas políticas públicas que garantam às pessoas socialmente vulneráveis o direito de acesso à cidade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

6. CONCLUSÕES

Este artigo mostrou que o TBC de Paraty realiza diferentes práticas articuladas aos fatores cultural, ecológico, econômico, político e social do DLS. Também indicou que a promoção do DLS é um processo repleto de desafios, como os mencionados nos resultados. Isso reforça a concepção de que o DLS tem um caráter de “idealismo”, sendo uma coisa que mesmo não ocorrendo inteiramente, é importante para qualificar as ações humanas e que fica mais concretizável com o fortalecimento dos modos de gestão aderentes à sua abordagem, como o TBC.

Além disso, pondera-se que as práticas e desafios identificados neste trabalho são situados ao contexto de Paraty, ainda que também possam ser observados em diferentes lugares que têm um TBC consolidado. Outra limitação deste artigo, é que ele não descreve absolutamente todas as práticas do TBC de Paraty associadas ao DLS e seus desafios, mas indica as que foram evidenciadas em relação as cinco dimensões analisadas e à capacidade metodológica da pesquisa.

Nesse sentido, sugere-se que estudos se dediquem na investigação de novas manifestações do TBC em Paraty para o DLS, que é um território bem diversificado e dinâmico em suas atividades turísticas. Também seria interessante analisar outros casos empíricos, no Brasil ou no exterior. A investigação de como os atores do TBC têm se organizado para superar os desafios que restringem o atendimento de seus princípios, é outro tema relevante a ser estudado.

No mais, destaca-se que este trabalho contribui com a literatura ao refletir e mostrar como o TBC tem materializado ações e posicionamentos para o DLS (levando em conta suas limitações e desafios), o que é uma lacuna teórica (Dangi; Petrick, 2021) – principalmente face aos aspectos cultural, ecológico, econômico, político e social (Almeida; Emmendoerfer, 2023). Do ponto de vista prático, compreender isso ajuda avançar na criação de medidas e superação de gargalos para realização de atividades responsáveis e consonantes a uma abordagem de desenvolvimento endógena e sustentável, cada vez mais necessária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2023.
- ALVES, E. L.; MELO, T. R.; SIGNORELLI, M. C. A polissemia do desenvolvimento: diálogos com a sustentabilidade. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 9, n. 39-54, 2020.
- ALVES, Y.; SILVA, C. N. O turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação brasileiras. **Revista Comunicação Universitária**, v. 1 n. 2, p.1-19, 2021.
- ARAÚJO, M. O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 2, p. 238-276, 2011.
- ARAÚJO, W. A. *et al.* Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações**, v. 18, n. 4, p. 5-18, 2017.
- ARRATIA, E. M. *et al.* Cooperativismo como una herramienta para el turismo de base comunitaria. La respuesta desde la literatura. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, p. 195-208, v. 20, n. 1, 2022.
- ASSIS, T. R. P.; FRANÇA, A. G, M.; COELHO, A. M. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 577-593, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, PT: Edições 70, 2018.
- BARROS, A. L. R.; RODRIGUES, C. G. O. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, n. 93, p. 33-60, 2014.
- BRYMAN, A. **Social research methods**. New York, NY: Oxford, 2016.
- CARDOSO, D. S. Apontamentos sobre o turismo de base comunitária a partir da análise de duas regiões díspares: região do Cariri (Ceará) e região da Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro). In: Seminário da ANPTUR, 13, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos do XIII Seminário da ANPTUR**. São Paulo, SP: ANPTUR, 2016.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009. p. 277-287.
- DANGI, T. B.; PETRICK, J. F. Enhancing the role of tourism governance to improve collaborative participation, responsiveness, representation and inclusion for sustainable community-based tourism: a case study. **International Journal of Tourism Cities**, v. 7, n. 4, p. 1029-1048, 2021.

DANTAS, M. W.; GUENTHER, M. Extensão Universitária e Desenvolvimento Local Sustentável: Uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. 1-14, 2021.

ESPINOZA, L. C. G.; TARABÓ, A. E. M.; SOARES, J. R. R. Turismo comunitario y desarrollo local en la ruta del Spondylus (Ecuador): una combinación posible para enfrentar la pobreza. **Revista Espacios**, v. 38, n. 58, p. 1-13, 2017.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 3, p. 546-559, 2012.

FERNANDES, F. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo, SP: Nacional, 1973.

FERNÁNDEZ, R. L. *et al.* Epistemological foundations that sustain a research in environmental education for sustainable local development, in the province of El Oro. **Conrado**, v. 15, n. 67, p. 282-287, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

GERRING, J. Is There a (Viable) Crucial-Case Method? **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 3, p. 231-253, 2007.

GUARASCIO, C. Networks of solidarity economy, tools for local development and social innovation. **International Review of Economics**, v. 69, p. 383-400 (2022).

JUNQUEIRA, R. G. P. Agendas sociais: desafio da intersetorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 117-130, 2000.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, p. 1-15, 2022.

MARTINS, J. T. **A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ): uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2020.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MENDONÇA, A. W.; MOELLWALD, M. C. E.; MAGO, D. D. **Metodologia para estudo de caso: livro didático**. Palhoça, SC: UnisulVirtual, 2014.

MENDONÇA, T. C. *et al.* Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, 2017.

MONTEIRO, T. L. **Ação política e resistência territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo - Paraty, Rio de Janeiro**.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

NASCIMENTO, F. G.; LANZARINI, R. Turismo Responsável: contribuições para uma reflexão conceitual. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v.13, n. 1, p. 62-82, 2023.

PARATY/RJ. **Programação do Cinema da Praça**. Disponível em: <<https://paraty.com.br/programacao-do-cinema-da-praca/>>. Acesso em: 03/04/2024.

RIZZO, C. *et al.* A fuzzy expert system for sustainable local development. **Regional Studies**, v. 56, n. 5, p. 808-817, 2022.

SANT'ANA, L. C. F.; BENTO, L. S.; PEREIRA, D. C. Desenvolvimento Local e Sustentável: uma realidade possível e necessária. **Studies in Environmental and Animal Sciences**, v. 3, n. 1, p. 37-51, 2022.

SANTOS, L. C. R. *et al.* Arranjo Institucional e Socioproductivo Correlações e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 8, n. 3, p. 397-417, 2019.

SARABIA-MOLINA M. Y.; SOARES J. R. R.; LOIS-GONZÁLEZ R.C. Innovations in Community-Based Tourism: Social Responsibility Actions in the Rural Tourism in the Province of Santa Elena–Ecuador. **Sustainability**, v. 14, n. 20, p. 1-20, 2022.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2012.

TINOCO, M. M. S.; SERRALLONGA, S. A.; CASELLAS, M. D. V. Community-Based Tourism and Stakeholder's Collaboration: Lessons between Mexico and Spain. **Journal of Environmental Management and Tourism**, v. 12, n. 6, p. 1716-1728, 2021.

ARTIGO IV

INSERÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL: um estudo em Paraty/RJ considerando atributos que a qualifica

Resumo: O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma abordagem de gestão do turismo com princípios sustentáveis que pode contribuir para o enaltecimento da cultura local e desenvolvimento endógeno do território. No entanto, a consolidação de muitas propostas do TBC tem necessitado da influência e cooperação de outros agentes, o que pode ocorrer através da sua participação adequada na Governança Pública Territorial (GPT). Com base nesse entendimento e na lacuna da literatura sobre o tema, este trabalho objetiva analisar como o TBC tem participado da GPT, considerando elementos centrais para a qualificação dessa participação. A pesquisa ocorreu por meio de um estudo de caso em Paraty/RJ, que tem iniciativas de TBC bem estabelecidas e com acesso a mecanismos da governança local. A coleta dos dados envolveu levantamento documental, observação direta e questionário semiestruturado. Já interpretação deles, foi oriunda de uma análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que por mais que a inserção do TBC na GPT analisada seja repleta de limitações que impedem trocas mais frutíferas, ela se mostrou fundamental para alavancar princípios e práticas endógeno-sustentáveis – revelando a importância de fomentar e desenvolver a participação de atores comunitários na gestão pública do turismo.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Governança Pública Territorial; Planejamento Territorial; Gestão Pública do Turismo; Paraty/RJ.

INSERTION OF COMMUNITY-BASED TOURISM IN TERRITORIAL PUBLIC GOVERNANCE: a case study in Paraty/RJ considering attributes that qualify it

Abstract: *Community-Based Tourism (CBT) is a tourism management approach with sustainable principles that can contribute to enhancing local culture and endogenous development of the territory. However, the consolidation of many CBT proposals has required the influence and cooperation of other agents, which can occur through their adequate participation in Territorial Public Governance (TPG). Based on this understanding and the gap in the literature on the topic, this work aims to analyze how the CBT has participated in the TPG, considering central elements for the qualification of this participation. The research took place through a case study in Paraty/RJ, which has well-established CBT initiatives and access to local governance mechanisms. Data collection involved documentary survey, direct observation and a semi-structured questionnaire. Their interpretation came from a thematic content analysis. The results indicated that even though the insertion of CBT in the analyzed TPG is full of bottlenecks that prevent more fruitful exchanges, it proved to be fundamental to leveraging endogenous-sustainable principles and practices –*

revealing the importance of fostering and developing the participation of community actors in public tourism management.

Keywords: *Community-Based Tourism; Territorial Public Governance; Territorial Planning; Public Tourism Management; Paraty/RJ.*

**INSERCIÓN DEL TURISMO COMUNITARIO EN LA GOBERNANZA PÚBLICA
TERRITORIAL: un estudio de caso en Paraty/RJ considerando atributos que lo
califican**

Resumen: *El Turismo de Base Comunitaria (TCC) es un enfoque de gestión turística con principios sostenibles que puede contribuir a mejorar la cultura local y el desarrollo endógeno del territorio. Sin embargo, la consolidación de muchas propuestas del TBC ha requerido de la influencia y cooperación de otros agentes, lo que puede darse a través de su adecuada participación en la Gobernanza Pública Territorial (GPT). A partir de este entendimiento y del vacío en la literatura sobre el tema, este trabajo tiene como objetivo analizar cómo el TBC ha participado en el GPT, considerando elementos centrales para la calificación de esa participación. La investigación se realizó a través de un estudio de caso en Paraty/RJ, que cuenta con iniciativas de TBC bien establecidas y acceso a mecanismos de gobernanza local. La recolección de datos implicó encuesta documental, observación directa y un cuestionario semiestructurado. Su interpretación surgió de un análisis de contenido temático. Los resultados indicaron que, aunque la inserción del TBC en el GPT analizado está llena de obstáculos que impiden intercambios más fructíferos, resultó fundamental para aprovechar principios y prácticas endógenas-sostenibles, revelando la importancia de fomentar y desarrollar la participación de los actores comunitarios. en la gestión pública del turismo.*

Palabras clave: *Turismo Comunitario; Gobernanza Pública Territorial; Planificación Territorial; Gestión Pública del Turismo; Parati/RJ.*

1. INTRODUÇÃO

O TBC se articula a um movimento político que defende a realização de atividades de visitação mais responsáveis em comparação ao turismo convencional massificado, ocorrendo por modos de gestão que propõem promover benefícios mais coletivos para uma determinada comunidade e seu território como um todo (Sarabia-Molina; Soares; Lois-González, 2022). Tais benefícios envolvem o protagonismo da comunidade na condução de atividades turísticas, a valorização da cultura local, o fortalecimento econômico comunitário e o uso cuidadoso dos recursos naturais (Almeida; Emmendoerfer, 2023a; Sarabia-Molina; Soares; Lois-González, 2022).

Apesar das diversas contribuições que o TBC traz para o desenvolvimento sustentável de um território, sobretudo por uma perspectiva endógena, as suas práticas precisam ser disseminadas para que seus efeitos ocorram mais amplamente (Sebele, 2010). Para tanto, é fundamental que o TBC consiga interagir com outros atores territoriais, visando alinhar interesses e produzir esforços coletivos propulsores (Dionisio; Silva; Nisi, 2019). Essa importante interlocução do TBC com *stakeholders* de um lugar pode ser consolidada pela sua inserção em espaços de governança pública, especialmente a territorial (Almeida; Emmendoerfer, 2023a).

Segundo Dallabrida (2011), a GPT acontece quando a gestão de assuntos públicos de um território é feita através de mecanismos de discussão e tomada de decisão compostos por diversos grupos sociais e institucionais, de modo que todos eles consigam se posicionar e tenham poder decisório. Dessa forma, os mecanismos de GPT podem tratar da elaboração de estratégias para o desenvolvimento ou a identificação dos problemas sociais de um território.

De acordo com Almeida e Emmendoerfer (2023b) e Empinotti, Sulaiman e Sinisgalli (2023), esse processo dialógico gerado pela GPT, por mais que seja importante, não é algo simples, mas repleto de desafios. Um dos principais seria a compatibilização de interesses de grupos com prioridades e realidades distintas (Almeida; Emmendoerfer, 2023b). Além do mais, a mera existência de espaços de governança não significa que ela está sendo bem conduzida, com os seus processos e resultados ocorrendo conforme desejado. Portanto, a GPT não deve apenas existir, mas também precisa ser qualificada, ou seja, “Boa” (Bataglia; Costa; Galvão Júnior, 2023).

Por conta disso, este trabalho parte do pressuposto que a participação do TBC na GPT precisa ser analisada a partir dos fatores que qualificam seus mecanismos, a exemplo dos indicados por Almeida e Emmendoerfer (2023c) e que serão utilizados como referência neste trabalho. Deve-se também ressaltar que o envolvimento de representantes do TBC em espaços de governança é um tema que ainda precisa ser mais estudado pela literatura (Dangi; Petrick, 2021), sobretudo por pesquisas situadas e de maior profundidade.

Com base nessa problemática, este trabalho visa responder ao seguinte questionamento: como representantes do TBC têm participado da GPT, face a fatores importantes para a sua qualificação? Tal investigação foi feita por meio de

um estudo de caso no território de Paraty/RJ. Esse município foi estudado por ter um TBC bem estabelecido, referência em âmbito nacional (Barros; Rodrigues, 2019; Cardoso, 2016) e com acesso a espaços de gestão coletiva do território – ainda que não seja de forma abrangente.

A pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa, utilizando como estratégia de investigação o estudo de caso crucial do tipo caminho (*pathway crucial case*), que busca, dedutivamente, compreender como concepções teóricas se revelam em um determinado contexto (Gerring, 2007). A coleta dos dados ocorreu por meio de questionário semiestruturado, observação direta e levantamento documental. Já a interpretação deles, se baseou em uma análise de conteúdo do tipo temática.

Assim, objetivou-se **mostrar a maneira que os representantes do TBC do território de Paraty/RJ têm participado da GPT, verificando o que acontece e pode ser melhorado para uma interação qualificada**. Como contribuições práticas, este trabalho identifica gargalos a serem superados para a desenvolvimento da participação de representantes comunitários do turismo na governança pública de Paraty. Já teoricamente, ele avança no entendimento de como iniciativas de TBC têm se envolvido em espaços de interlocução com outros atores territoriais – o que é uma lacuna da literatura (Dangi; Petrick, 2021).

2. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A IMPORTÂNCIA DA SUA INTERAÇÃO COM OUTROS ATORES TERRITORIAIS

Desde o final do século XX, vem ganhando força a discussão sobre o fomento de práticas turísticas mais responsáveis, que foquem não apenas em benefícios financeiros, mas também contemplem questões relacionadas à preservação do patrimônio ambiental, cultural e histórico dos lugares (Fabrino, 2013). Uma abordagem de gestão do turismo que tem sido frequentemente indicada como aderente a essa proposta mais responsável é o TBC (Barreto; Lanzarini, 2023).

O TBC surgiu em populações rurais da América Latina, começando a ser identificado nos anos de 1980 (Maldonado, 2009). De acordo com este autor, o seu surgimento tem relação com o entendimento das comunidades de que é possível obter renda por meio da realização de atividades de visitação que representem o seu próprio estilo de vida, sem necessitar atender a padrões de gestão distantes da

sua realidade financeira e cultural. Dessa forma, o TBC se apresenta como uma alternativa para populações tradicionais e com base cultural local gerirem atividades turísticas como protagonistas e a partir do seu próprio contexto social – diferente do que costuma acontecer em um turismo massificado convencional.

Segundo Tuyen *et al.* (2023), o TBC se caracteriza pela produção de atividades turísticas que enaltecem os elementos identitários e preservam os recursos ambientais de um lugar. Ele se organiza por arranjos cooperativos de gestão do turismo, que criam um ambiente colaborativo para que os ganhos econômicos sejam difundidos para diversas famílias do local (Masotti, 2023).

Por mais que o TBC promova ações responsáveis que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma localidade e promova uma gestão colaborativa para seus benefícios se potencializarem, é importante que ele interaja com outros atores territoriais (Sebele, 2010). Até porque, diversos problemas socioterritoriais só podem ser resolvidos por uma atuação coletiva, não apenas por uma postura isolada de um determinado grupo. Nesse sentido, é pertinente que o TBC também dialogue com outros *stakeholders* do seu território, o que pode acontecer pela sua participação em organismos de governança (Almeida; Emmendoerfer, 2023a).

No entanto, esse processo não é algo simples, mas repleto de dificuldades. Almeida e Emmendoerfer (2023b), por exemplo, identificaram como principais desafios para o TBC participar efetivamente dos mecanismos de GPT: encontrar espaços abertos para a sua participação; engajar representantes a participarem e se manterem participando; superar a prevalência decisória do Estado, sobretudo nos espaços de governança criados pelo poder público; e enfrentar os interesses meramente mercadológicos, quando eles são predominantes na discussão coletiva.

Obviamente, que cada contexto tem os seus desafios e nuances específicas e os resultados deste trabalho indicam o que acontece no caso de Paraty. De início, até para ser possível a realização da pesquisa, identificou-se que o TBC de Paraty tem representações que participam de espaços de governança do território, a exemplo do Conselho Municipal de Turismo, onde foi realizada uma observação direta. Só que antes de se aprofundar no caso de Paraty, será tratado, no próximo tópico, a concepção de GPT e os elementos fundamentais para o seu bom funcionamento.

3. GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL E OS PRINCIPAIS ATRIBUTOS QUE A QUALIFICA

A governança pública se difundiu mais amplamente no final do século XX (TCU, 2014), articulando-se à proposta de um novo modelo de administração pública, mais aberto à participação da sociedade no planejamento dos serviços públicos (Silvestre, 2019). A GPT – também chamada de governança territorial – foi se mostrando ao longo dos anos como uma governança pública com uma proposta mais específica de gestão dos territórios.

Cabe destacar, que a GPT não é restrita à participação do Estado, por mais que muitas vezes ele seja o ator promotor dos seus mecanismos. Ela também pode ser composta apenas por grupos não estatais, desde que eles busquem gerir coletivamente assuntos públicos territoriais (Dallabrida, 2011). Apesar dessa possibilidade, este trabalho se aprofundou e focou na análise de um espaço de GPT que tem representações estatais do governo municipal e não estatais do TBC (através da realização de uma observação direta).

Dessa forma, a GPT pode ser entendida como arranjos voltados a gerir assuntos públicos de um território, congregando a participação de diferentes representações sociais e institucionais em um processo de tomada de decisão coletiva (Dallabrida, 2011). A GPT parte da concepção que políticas públicas efetivas para o desenvolvimento de um território dependem do envolvimento de múltiplos atores (Lopes; Mota, 2021). Isso porque, a identificação dos problemas a serem resolvidos precisa considerar as necessidades de distintas realidades.

Além do mais, por meio da GPT é possível compreender melhor a complexidade dos assuntos públicos e pensar em soluções mais criativas, pela diversidade de ideias (Ferrão, 2010). Segundo Calvo e Fernández (2021), os espaços de governança são um campo fértil para prospectar estratégias que não poderiam ser vislumbradas por um ator separadamente. Outro elemento importante é que tais espaços favorecem a fiscalização social, principalmente das ações realizadas pelo Estado (Ferrão, 2010).

Mesmo que a GPT seja algo fundamental para a promoção do desenvolvimento de um território, a sua existência não garante que ela está sendo

bem estabelecida e gerando os resultados esperados. Muitos mecanismos de governança não têm um poder decisório igualitário entre os seus membros e nem chegam a realizar aquilo que foi deliberado coletivamente (Almeida; Emmendoerfer, 2023b). Experiências como essas sucumbem a descentralização do poder decisório e podem ser usados apenas para validar um posicionamento individual.

Nesse sentido, quando se estuda a GPT também é importante avaliar a sua qualidade (Bataglia; Costa; Galvão Júnior, 2023), tanto em relação ao modo que ela está sendo conduzida como aos seus resultados. Todavia, a qualidade da GPT não é algo rígido, mas que varia de acordo com as suas pretensões e pode ser estudada a partir de fatores a serem verificados. Por essa pesquisa analisar o TBC, que realiza práticas que fomentam o desenvolvimento local sustentável, ela usa como referência os principais atributos para uma Boa GPT indicados por Almeida e Emmendoerfer (2023c), que decorreu de uma revisão da literatura. O Quadro 1 abaixo descreve cada um deles.

Quadro 1 – Atributos centrais a serem analisados para uma Boa GPT

Atributos	Descrição
Acesso aos mecanismos de governança	É a abertura que os mecanismos de governança proporcionam aos atores locais interessados em participar.
Engajamento dos atores locais para a governança	Trata-se do interesse e iniciativa dos atores locais para participarem dos mecanismos de governança.
Representatividade local na governança	Refere-se a uma presença e participação equitativa de diferentes atores locais no mecanismo de governança.
Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança	É verificada a partir da comunicação ampla dos atos produzidos pelos espaços de governança.
Responsabilidade sustentável da governança	Relaciona-se ao comprometimento dos participantes com o equilíbrio de diversos fatores territoriais-locais, como o ambiental, o econômico e o social – de maneira que um desses não sobreponha sempre ao outro nas decisões coletivas.
Eficácia da governança	Está relacionada à implementação e realização das deliberações definidas coletivamente nos mecanismos de governança.

Fonte: Adaptado de Almeida e Emmendoerfer (2023c).

Portanto, a participação do TBC de Paraty nos espaços de GPT foi analisada a partir: do acesso aos mecanismos de governança; do engajamento dos atores locais para a governança; da representatividade local na governança; da transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança; da responsabilidade sustentável da governança; e da eficácia da governança. Com isso, verificou-se o que existe e pode ser melhorado em relação ao caso estudado.

Pondera-se que esses atributos não devem ser entendidos como os únicos elementos que indicam que a GPT está ocorrendo de forma adequada ou boa, até porque isso depende muito do conjuntura e perspectiva analítica. Outro destaque importante é que a concepção de Boa GPT deve ser vista como algo ideal, que mesmo não se materializando plenamente pode servir de parâmetro para compreender o que tem sido realizado em um determinado contexto. O próximo tópico apresenta os procedimentos metodológicos, mencionando como os dados da pesquisa foram interpretados face aos atributos do Quadro 1.

4. METODOLOGIA

Este trabalho parte de uma abordagem qualitativa, que analisa o objeto de estudo por uma perspectiva subjetiva e contextualizada (Bryman, 2016). Como estratégia de investigação, foi realizado um estudo de caso crucial do tipo caminho (*pathway* crucial case). Essa estratégia consiste em analisar como concepções teóricas mais amplas se constituem em um cenário específico (Gerring, 2007). Dessa forma, o estudo de caso crucial parte de uma lógica dedutiva (Gerring, 2007), descrevendo manifestações situadas de um determinado fenômeno que podem ajudar a consolidar, repensar ou até redefinir uma teoria.

A concepção teórica prévia desta pesquisa é que: a adequada participação do TBC nos espaços de GPT favorece o alcance dos seus objetivos e implicações para o desenvolvimento de um território. A partir disso, foi analisada a inserção do TBC de Paraty nesses espaços, a fim de verificar o que existe e pode ser melhorado nesse processo.

A escolha de Paraty como caso se deve as suas características singulares em relação ao tema estudado. Paraty é amplamente reconhecida como uma cidade que preserva e reproduz (inclusive, ressignificando) suas tradições, através da arquitetura, culinária, artesanato, festejos, etc. (Caponero; Giraldi; Leite, 2019; Souza, 2008). Além disso, conta com uma das maiores áreas de mata atlântica preservada do país (Barros; Rodrigues, 2019; Caponero; Giraldi; Leite, 2019).

Tais distinções contribuíram para que Paraty recebesse, no ano de 2019, o título de Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – sendo a única cidade do Brasil com esse

reconhecimento do tipo misto, para os patrimônios cultural e natural (Ministério do Turismo, 2022). Paraty também é um território ocupado por povos tradicionais – especialmente quilombolas, indígenas e caiçaras – que têm se organizado em comunidades e autogerido atividades de visitação (Mendonça *et al.*, 2017).

Ao longo dos anos, diversas comunidades de Paraty (tanto tradicionais como outras de base local) foram realizando e consolidando um TBC no território, sendo referência para muitos estudos (Mendonça *et al.*, 2017). Além disso, o TBC passou a ter representações em espaços de governança pública locais, como no Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), no Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e no Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que envolvem também outros municípios da Serra da Bocaina. Devido a tudo isso, considera-se Paraty como um caso importante a ser estudado.

A coleta dos dados ocorreu a partir de três técnicas: questionário semiestruturado; observação direta; e levantamento documental. O questionário semiestruturado consiste em um grupo de perguntas fechadas e abertas a serem respondidas sem uma interlocução direta com o pesquisador (Filippo; Pimentel; Wainer, 2011). Ele foi direcionado a pessoas que trabalham com o TBC em Paraty, sendo aplicado de forma *online* por meio da ferramenta *Google Forms*. O formulário foi compartilhado por *e-mail* e em contas de redes sociais pessoais e institucionais associadas ao TBC no local, ficando disponível entre os dias 01/08/2023 e 31/10/2023. A partir de um processo de bola de neve, em que os contatados foram encaminhados para outros potenciais respondentes, obteve-se 10 respostas.

A observação direta é basicamente a ida do pesquisador ao local onde o fenômeno analisado ocorre, para de registrar percepções que não seriam possíveis de outra maneira (Mendonça; Moellwald; Mago, 2014). Ela foi realizada durante o ano de 2023, por meio de: visitas a comunidades de TBC do território; *tour* na região do centro histórico, principalmente em destinos turísticos; participação em duas reuniões do COMTUR como ouvinte; e idas a instituições públicas municipais associadas ao turismo e cultura. Destaca-se que durante a observação não houve participação do pesquisador nas práticas observadas, mas aconteceram conversas livre (sem um roteiro prévio) sobre o tema estudado, sendo elas registradas nas notas de campo.

Já o levantamento documental foi direcionado: às leis de criação dos colegiados locais, verificando as representações do TBC nesses espaços; aos sites institucionais dos espaços de governança identificados; e às Atas das reuniões do COMTUR realizadas nos anos de 2022 e 2023, tais documentos foram utilizados por serem públicos⁸ e registrarem momentos de interação dos representantes do TBC com outros atores territoriais – no principal espaço de governança pública turística em âmbito municipal (Trentin, 2016). Ressalta-se que os dados das Atas foram triangulados com a participação como ouvinte no COMTUR, podendo verificar se os registros dos documentos condizem com o que costuma acontecer.

Entende-se, portanto, que essa multiplicidade das fontes proporcionou uma maior segurança e confiança nos dados obtidos. Também é importante mencionar que os instrumentos de coleta dos dados (roteiros do questionário, observação e levantamento documental) foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade e estão em conformidade com as diretrizes éticas da Resolução nº 510/2016⁹.

Para interpretação dos dados, realizou-se uma análise de conteúdo do tipo temática. Segundo Rosa e Mackedanz (2021), essa técnica busca captar, das fontes dos dados, elementos semânticos que respondem ao problema de pesquisa. No caso deste trabalho, os elementos semânticos foram organizados por categorias que indicam a participação do TBC de Paraty/RJ nos espaços de GPT, no que tange: ao acesso aos mecanismos de governança; ao engajamento dos atores locais para a governança; à representatividade local na governança; à transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança; à responsabilidade sustentável da governança; e à eficácia da governança – que são fatores centrais para analisar a qualidade dessa participação (Almeida e Emmendoerfer, 2023c).

5. RESULTADOS

Nesta parte do artigo são indicados os resultados da pesquisa, mostrando como o TBC de Paraty tem participado da GPT. Previamente, até para possibilitar a realização da pesquisa, identificou-se espaços de governança pública em âmbito

⁸<https://sites.google.com/view/comturparaty/in%C3%ADcio>

⁹https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581

local que conta com representantes do TBC, como as reuniões do COMTUR ilustradas na Figura 1:

Figura 1 - Espaços de GPT de Paraty com representantes do TBC



Fonte: COMTUR (2024).

Ressalta-se que a participação dos atores do TBC de Paraty na GPT não deve ser vista de modo unidimensional, mas como algo que varia de acordo com a influência política e introdução individual de cada pessoa nesses mecanismos. No entanto, serão analisadas questões mais gerais e recorrentes de Paraty, que poderão fomentar ações que qualifiquem a governança territorial e, conseqüentemente, o seu processo de produção de políticas públicas. Dessa forma, será indicado nos subtópicos deste capítulo o que existe e pode ser melhorado em relação a cada um dos principais fatores a serem considerados para a análise da qualidade da GPT, segundo Almeida e Emmendoerfer (2023c).

5.1. Acesso aos mecanismos de governança

Antes de iniciar um levantamento documental mais profundo, foi enviado um *e-mail* ao governo municipal perguntando quais instituições e espaços de governança do município têm articulação e representações do TBC. A partir disso, foi obtida a seguinte informação:

“As iniciativas de TBC em Paraty tem uma participação na Secretaria de Cultura, inclusive por meio de representação nas temáticas do Conselho de Políticas Culturais (com cadeiras que abrangem o tema, mas NÃO exclusivas sobre TBC). Porém, a Secretaria de Turismo é o principal órgão municipal em assuntos relacionados ao desenvolvimento da área. No

Conselho de Turismo, a temática é constante, junto ao conceito de Turismo de Experiência” (Observação Direta, 2023).

Com base nisso e em outras evidências documentais, o trabalho focou a análise ao COMTUR (de forma mais direta) e ao CMPC (de forma mais indireta). No entanto, deve-se destacar que atores do TBC podem participar de outros espaços da governança municipal que associam a sua atuação, como os conselhos municipais de Defesa ao Meio Ambiente, de Pesca, de Agricultura, etc.

Além desses espaços que são promovidos pela Prefeitura, foi analisado o FCT. Mesmo que o FCT não seja um colegiado promovido pelo governo municipal, ele conta com o apoio da Prefeitura de Paraty (Levantamento Documental, 2024). Porém, o FCT não é voltado apenas às questões territoriais de Paraty, mas da Serra da Bocaina de modo geral, que é uma região que contempla outros municípios (Levantamento Documental, 2024).

No que se refere ao acesso no COMTUR, observou que o TBC ocupa a vaga para “d) povos tradicionais”, prevista na Lei Municipal nº 2.341/2021, que consta no ANEXO I (Levantamento Documental, 2021; Observação Direta, 2023). O TBC também pode participar de outras vagas setoriais do colegiado, como titular ou suplente, caso atenda aos critérios para ocupá-las: a) Meios de Hospedagem; b) Agências e Operadoras de Turismo; c) Bares e Restaurantes; e) Das microempresas e prestadoras autônomas de serviços de apoio ao turismo; Sociedade Civil Organizada; g) Instituições com finalidades turísticas e culturais; h) Instituições públicas fiscalizadoras (Levantamento Documental, 2021).

Ou seja, eles não estão restritos a participar apenas da vaga para povos tradicionais, por mais que essa seja mais direcionada ao TBC do território. Seus atores podem, inclusive, serem membros do executivo municipal e ocuparem uma das seis vagas (três para titular e três para suplente) destinadas ao poder público.

Outro espaço de GPT abertos à participação do TBC de Paraty é o CMPC, através da vaga para povos e comunidades tradicionais, conforme a Lei nº 1.997/2015, que consta no ANEXO II (Levantamento Documental, 2015). Assim como o COMTUR, o CMPC tem outras vagas da sociedade civil que podem ser preenchidas por atores do TBC de Paraty: artes visuais; audiovisual e cinema; música; artes cênicas; patrimônio material e imaterial; biblioteca, livro, leitura e literatura; e equipamentos e instituições culturais (Levantamento Documental, 2015).

No caso do FCT, de acordo com as suas diretrizes que se encontram no ANEXO III, a participação é mais aberta e não tem um caráter consultivo e deliberativo para as políticas públicas locais como os conselhos municipais (Levantamento Documental, 2018). Porém, busca, através de uma rede colaborativa, “(...) monitorar a situação de implementação das políticas, planos, projetos e ações públicas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais” (Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, 2018).

Em relação ao que pode ser melhorado, percebeu-se que o TBC poderia ter acesso a diferentes representações nesses espaços. Durante a Observação Direta (2023), um ator comunitário relatou que muitas iniciativas de TBC menores e que não têm tanta articulação política acabam não conseguindo participar dos conselhos por eles serem limitados a um pequeno número de membros. Com isso, é até possível participar como convidados, pois os espaços são abertos, mas o poder de voto acaba ficando com atores mais representativos, que nem sempre contempla todas as iniciativas de TBC de Paraty (Levantamento Documental, 2023; Observação Direta, 2023).

Outro ponto que se apresentou como algo a ser melhorado é a exclusividade de vagas para representantes do TBC na GPT. Como mencionado anteriormente, muitas das vagas que o TBC preenche pode ser ocupada por outros grupos territoriais (Levantamento Documental, 2025, 2021), o que mostra uma certa imprevisibilidade no acesso deles à GPT, especialmente tendo direito a voto. O Quadro 2 abaixo sintetiza o que existe e pode ser melhorado no caso de Paraty no que tange ao acesso do TBC na governança:

Quadro 2 – Participação do TBC na GPT em Paraty em relação ao acesso

Acesso aos mecanismos de governança	
O que existe	O que pode ser melhorado
<ul style="list-style-type: none"> - Acesso ao COMTUR, por meio de representações com direito a voto fixa e móvel. - Acesso ao CMPC, por meio de representações com direito a voto fixa e móvel. - Acesso ao FCT, por meio representações com direito a voto fixas, mas o mecanismo não é associado diretamente à produção de políticas públicas estatais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Considerar que o TBC precisa ter acesso para diferentes representações nesses espaços. - Aumentar a exclusividade de vagas para representantes do TBC na GPT.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2. Engajamento dos atores locais para a governança

Em relação ao engajamento dos atores do TBC de Paraty para participarem da GPT, observou-se que isso envolve diferentes nuances e varia de acordo com a pessoa. Durante a Observação Direta (2023), alguns comunitários que participam da GPT relataram que se sentem motivados a fazer isso por saberem que nesses espaços as suas demandas são ao menos ouvidas, principalmente pelo poder público. Uma representante inclusive, disse: “(...) quando vou ao conselho e ao fórum, consigo levar os problemas que enfrentamos e também apresentar o que temos produzidos para o turismo de Paraty, isso é muito importante e faz com que a gente não se sinta isolado (Observação Direta, 2023).

Durante as reuniões do COMTUR, diversas vezes representantes do TBC e de outros grupos da sociedade civil mencionaram que o mecanismo possibilita a compatibilização de interesses e esforços para fortalecer o turismo no local (Levantamento Documental 2022, 2023; Observação Direta, 2023). Segundo um representante, o Conselho organiza e proporciona “(...) trocas de informações e deliberações em grupo que dificilmente seriam possíveis de outra maneira” (Observação Direta, 2023). Dessa forma, isso também se mostrou um motivo fundamental para eles estarem participando da GPT.

Apesar de algumas pessoas se sentirem engajadas a se envolver na GPT de Paraty, outras indicaram que não participam por acreditarem que não têm um perfil político e que já existem pessoas que podem fazer essa função – mesmo que nem sempre haja uma interação mais direta para o encaminhamento de suas pautas (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023). Nesse sentido, acredita-se que é necessário um movimento por parte dos provedores dos mecanismos de GPT de Paraty para conscientizar os atores do TBC de que sua participação e posicionamento é fundamental, mesmo que ela seja feita indiretamente por um representante ou com participação sem direito a voto.

Outro problema identificado em relação ao engajamento é que alguns agentes do TBC indicaram que não participam, especificamente dos conselhos municipais, por entenderem que eles servem apenas para validar as ações que o governo já irá fazer (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023). Isso mostra que para haver engajamento nesses espaços, é essencial que o poder público proporcione as condições necessárias para que os atores de TBC de Paraty confiem

na GPT e sintam-se parte dela. O Quadro 3 a seguir ilustra o que existe e pode ser melhorado em relação ao engajamento dos atores do TBC para a GPT de Paraty.

Quadro 3 - Participação do TBC na GPT em Paraty em relação ao engajamento

Engajamento dos atores locais para a governança	
O que existe	O que pode ser melhorado
<ul style="list-style-type: none"> - Há pessoas motivadas para participar da GPT por entender que nesses espaços suas demandas podem ser ouvidas. - Há pessoas engajadas a participar por entender que através desses espaços é possível unir interesses e fortalecer o turismo do local. - Há pessoas que não participam por entender que não têm um perfil político e que já existem representantes fazendo isso. - Há pessoas que não participam, especificamente dos conselhos municipais, por acreditarem que esses espaços só servem para validar as ações que o governo já irá fazer. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientizar os atores do TBC que sua participação e posicionamento é importante, mesmo que ela seja feita indiretamente por um representante ou com participação sem direito a voto. - Proporcionar as condições necessárias para que os atores de TBC de Paraty confiem nos espaços de GPT e sintam-se parte dele.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.3. Representatividade local na governança

Verificou-se que há representantes do TBC em mecanismos de GPT de Paraty, por meio de vagas fixas, como a de povos e comunidades tradicionais e vagas móveis, que podem ser ocupadas por pessoas que têm um empreendimento de TBC ou não. Isso foi indicado no subtópico 5.1. Acesso aos mecanismos de governança, identificando essas representações no COMTUR, CMPC e FCT.

Apesar de existir tais representações, algumas pessoas relataram que as vagas fixas para o TBC não contemplam a diversidade das comunidades e empreendimentos de Paraty que atuam com ele (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado). Assim, a representatividade do TBC na GPT do território acaba ficando mais próxima do ideal quando seus atores se inserem em vagas que não são exclusivas (Observação Direta, 2023). A partir disso, entende-se que é pertinente aumentar o número de vagas exclusivas para representações do TBC na GPT de Paraty.

Outro elemento importante de destacar é que nem todas as iniciativas de TBC de Paraty participam ou encaminham seus posicionamentos para representantes da GPT. Além dos relatos de comunitários durante a Observação Direta (2023), alguns

respondentes do Questionário Semiestruturado (2023) mostraram que há uma ausência significativa de participação (direta ou indireta) na governança de pessoas que trabalham com o TBC no território: “Mais gente da comunidade poderia estar participando” e “Nem todas as pessoas conseguem participar sempre”. Nesse sentido, entende-se que é preciso mobilizar reuniões prévias para que todas as iniciativas de TBC do território, que queiram, consigam fazer encaminhamentos para seus representantes na GPT.

Também foi observado que por mais que as deliberações dos conselhos sejam fruto de uma tomada de decisão coletiva e distribuída por meio de representações, algumas vezes elas seguem encaminhamentos diferentes do que foi definido por um posicionamento mais exclusivo do poder público (Observação Direta, 2023; Levantamento Documental, 2023). Portanto, também é importante ampliar a capacidade deliberativa dos espaços de GPT para que as decisões sejam de fato representativas, conforme os parâmetros distributivos da votação.

Quadro 4 - Participação do TBC na GPT de Paraty em relação à representatividade local

Representatividade local na governança	
O que existe	O que pode ser melhorado
<ul style="list-style-type: none"> - Há representantes de TBC em mecanismos de governança de Paraty por meio de vagas fixas (povos tradicionais) e móveis. - Nem todas as iniciativas de TBC participam ou encaminham seus posicionamentos para representantes da GPT de Paraty. - Por mais que as deliberações sejam fruto de uma tomada de decisão coletiva e distribuída por meio de representações, algumas questões públicas territoriais acabam tendo encaminhamentos distintos do que foi deliberado – principalmente por um posicionamento mais exclusivo do poder público. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar as vagas fixas de representações do TBC na GPT de Paraty. - Mobilizar reuniões prévias para que todas as iniciativas de TBC do território, que queiram, consigam fazer encaminhamentos para seus representantes na GPT. - Ampliar a capacidade deliberativa dos espaços de GPT.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.4. Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança

A concepção de transparência é bem polissêmica, neste trabalho ela está sendo considerada como a publicação (de diferentes formas) dos atos produzidos nos espaços de GPT. Além disso, ela varia de acordo com o mecanismo, por isso foi feita uma análise mais específica do COMTUR, CMPC e FCT – ainda que alguns apontamentos também sejam gerais, através de relatos dos atores comunitários.

No caso do COMTUR, identificou-se o site institucional do próprio conselho¹⁰, onde consta as representações, as legislações relacionadas (a sua lei de criação, já mencionada, e o regimento, que está no ANEXO IV), o Fundo Municipal de Turismo e as Atas de todas as reuniões (Levantamento Documental, 2024). Outros canais de comunicação oficiais do COMTUR é o *e-mail* e o perfil do *instagram*, onde são compartilhadas algumas fotos e informações das ações desenvolvidas (Levantamento Documental, 2024).

Já o CMPC concentra seu canal de comunicação no site da Secretaria Municipal de Cultura¹¹, disponibilizando para contato: o telefone; o *e-mail*; e perfis nas redes sociais do *facebook*, *instagram* e *youtube* (Levantamento Documental, 2024). Dessa forma, diferente do COMTUR, não foi identificado um site exclusivo do conselho, que consta as atas das reuniões e legislação relacionada (Levantamento Documental, 2024). No site da Secretaria de Cultura também não há uma disposição segmentada para a localização de documentos próprios do CMPC, diferente da organização do site do COMTUR.

No caso do FCT, há um site institucional¹², onde são publicados boletins informativos sobre as ações, notícias e campanhas do Fórum (Levantamento Documental, 2024). O FCT também tem conta nas redes sociais *vimeo*, *facebook* e *instagram*, divulgando neles vídeos, fotos e informes dos seus encontros (Levantamento Documental, 2024).

Vale destacar que as informações desses espaços de GPT também são transmitidas de forma mais direta, física ou digitalmente (por meio de mensagens individuais ou em grupos com os seus membros) (Observação Direta, 2023). Por mais que exista toda essa estrutura de comunicação nos espaços de GPT mencionados, alguns atores do TBC disseram que têm dificuldades em acessar informações mais específicas, mesmo quando elas estão disponíveis eletronicamente (Observação Participante, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023).

Observou-se que há pessoas que trabalham com o TBC no território que têm um letramento digital baixo e não conseguem encontrar as informações de outra

¹⁰ <https://sites.google.com/view/comturparaty>

¹¹ <https://www.culturaparaty.rj.gov.br/>

¹² <https://www.forumdecomunidadestradicionais.org/>

forma (Observação Participante, 2023). Nesse sentido, indica-se a importância de também consolidar os meios de comunicação físicos destes mecanismos, para que as informações fiquem mais acessíveis.

Outro ponto a ser ressaltado, é que informações fundamentais do funcionamento da governança não estão dispostas em todos os sites para uma pronta e fácil localização, como: a lei e/ou regimento do mecanismo; a ata ou documento similar com as pautas, discussões e deliberações das reuniões; e os dados da despesas financeiras (quando houverem). Apenas o site do COMTUR que tem essas informações de forma mais organizada e para um acesso mais direto (Levantamento Documental, 2024). Nesse sentido, indica-se que é pertinente melhorar a organização e disponibilidade de dados gerais da GPT. O Quadro 5 abaixo sumariza o que existe e pode ser melhorado em relação à transparência da governança:

Quadro 5 - Participação do TBC na GPT em Paraty em relação à transparência

Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança	
O que existe	O que pode ser melhorado
<ul style="list-style-type: none"> - No caso do COMTUR, os atos são divulgados no site institucional do próprio conselho, onde consta: as representações, as legislações relacionadas, o Fundo Municipal de Turismo e as Atas de todas as reuniões. Além disso, há comunicações por redes sociais. - No caso do CMPC, os atos são divulgados no site da Secretaria Municipal de Cultura, não havendo uma disposição segmentada deles. Além disso, há comunicações por redes sociais. - No caso do FCT, os atos são divulgados no site institucional do próprio Fórum, onde consta: ações; notícias; e campanhas realizadas. Além disso, há comunicações por redes sociais. - Comunicações de forma mais direta, física ou digitalmente (por meio de mensagens individuais ou em grupos com os seus membros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidar também a divulgação física dos atos produzidos pela GPT, para que pessoas com pouco ou nenhum letramento digital também consigam saber o que foi realizado. - Melhorar a organização e disponibilidade de dados gerais da GPT nos sites oficiais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.5. Responsabilidade sustentável da governança

A responsabilidade sustentável da governança, é um fator bem amplo a ser analisado, pois ela pode envolver diferentes nuances no processo decisório. No

caso deste estudo, foi verificado especificamente se os mecanismos de GPT que os atores do TBC de Paraty estão inseridos têm se comprometido em ponderar nas suas deliberações fatores ambientais, sociais e econômicos – de modo que seus encaminhamentos sejam considerados equilibrados.

Durante a pesquisa identificou-se que as deliberações nos espaços de GPT de Paraty têm contemplado fatores ambientais. Um exemplo disso, foram os encaminhamentos em algumas reuniões do COMTUR voltados a desenvolver um sistema de monitoramento do descarte adequado do lixo no território (Levantamento Documental, 2022, 2023). Este trecho da ata da reunião do COMTUR menciona a deliberação feita a partir de uma pauta ambiental:

“Os Conselheiros citaram projeto antigo de monitoramento por câmeras, que pode servir não apenas para prevenir práticas criminosas, como auxiliar no monitoramento do descarte irregular do lixo por moradores e estabelecimentos comerciais”. “(...) a Guarda Municipal irá implantar um sistema de monitoramento no prédio onde atualmente funciona o CIT – Centro de Informações Turísticas território (Levantamento Documental, 2023).

Também foram identificados encaminhamentos coletivos associados a pautas sociais, como a organização de uma campanha para conscientizar os turistas sobre a importância da diversidade cultural, de raça, de gênero e orientação sexual (Levantamento Documental, 2023). Tal encaminhamento chegou a ser realizado, assim como outros de cunho social definidos em espaços de GPT de Paraty (Levantamento Documental, 2023; Observação Direta, 2023).

No que se refere à dimensão econômica, um exemplo foi a realização de uma feira que foram convidados pelo COMTUR, para vender seus produtos, iniciativas de TBC e outras do turismo do território (Levantamento Documental, 2023; Observação Direta, 2023). No CMPC e FCT também foram identificadas pautas recorrentes relacionadas às dimensões econômica, social e ambiental (Levantamento Documental, 2023; Observação Direta, 2023).

Pondera-se que a contemplação dos três principais fatores para o desenvolvimento sustentável (ambiental, social e econômico) depende muito da pauta a ser deliberada e dos recursos disponíveis. Por conta disso, não se pode descrever aqui que os espaços de GPT analisados são sempre sensíveis e absolutamente comprometidos com questões sustentáveis. Mas é possível indicar

que eles têm desenvolvido ações aderentes com as três dimensões, como foi exemplificado.

Outra observação que deve ser feita é que o entendimento do que é sustentável nem sempre é algo unânime, pois varia de acordo com a perspectiva de cada indivíduo e grupo social. Logo, quanto mais grupos sociais envolvidos no processo deliberativo, mais amplas podem ser as decisões de cunho sustentável. Nesse sentido, verificou-se por meio da Observação Direta (2023) e respostas ao Questionário Semiestruturado (2023) que muitos os atores comunitários do turismo local ainda não conseguem apresentar nos espaços de GPT o que julgam importante em relação aos fatores ambientais, sociais e econômicos. A partir disso, entende-se que a GPT deve ouvir mais os atores comunitários externos para que as ações de cunho sustentáveis sejam mais abrangentes e sólidas.

A responsabilidade sustentável da governança não requer apenas discussões e decisões coletivas que presem o equilíbrio entre múltiplos fatores, mas também a materialização do que foi comprometido. Ao longo do estudo constatou-se que em Paraty a realização de ações com caráter sustentável, mesmo quando elas são oriundas das deliberações da GPT, nem sempre acontecem, seja em sua totalidade ou até parcialmente (Observação Direta, 2023; Questionário Semiestruturado, 2023). Como causas, observou-se a falta de recursos disponíveis e priorização política. Em vista disso, indica-se a necessidade de aumentar os investimentos e priorização da implementação de políticas públicas turísticas de caráter sustentável.

Quadro 6 - Participação do TBC na GPT em Paraty em relação à responsabilidade sustentável

Responsabilidade sustentável da governança	
O que existe	O que pode ser melhorado
<ul style="list-style-type: none"> - As deliberações têm contemplado pautas ambientais. - As deliberações têm contemplado pautas sociais. - As deliberações têm contemplado pautas econômicas. - Nem todos os atores comunitários do turismo local conseguem apresentar para a GPT o que julgam importante em relação aos fatores ambientais, sociais e econômicos. - A realização de ações com caráter sustentável, mesmo quando elas são fruto de uma deliberação coletiva, nem sempre se são implementadas – devido à falta de recursos disponíveis e priorização política. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ouvir mais atores comunitários sobre o que eles julgam importante em relação aos fatores ambientais, sociais e econômicos. - Aumentar os investimentos e priorização da implementação de políticas públicas turísticas de caráter sustentável.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.6. Eficácia da governança

O último atributo analisado, eficácia, trata-se da concretização das deliberações geradas pela GPT. Ou seja, parte da ideia que não basta apenas discutir e tomar decisões coletivamente, mas realizar ou certificar se o que foi proposto aconteceu. Observou-se que muitas ações deliberadas pelos espaços de GPT de Paraty que o TBC participa têm sido realizadas. No entanto, algumas não chegam acontecer plenamente, nem mesmo parcialmente, por diferentes razões.

Há questões territoriais que precisam de um empenho prático dos próprios representantes que se comprometeram a fazer e, às vezes, isso não ocorre, conforme a indicação de um respondente do Questionário Semiestruturado (2023): “Algumas coisas não têm o esforço de todos os representantes e acabam não sendo realizadas”. Ademais, em muitos momentos é necessário envolver atores externos na implementação do que foi definido, seja uma empresa contratada para realizar o serviço ou mesmo uma atuação mais geral da população local.

Durante a Observação Direta (2023) e o Levantamento Documental (2022, 2023), identificou-se casos que a empresa contratada não entregou o serviço/produto da forma desejada ou como havia prometido e situações que a própria população não cooperou para que desse certo. Portanto, acredita-se que é preciso melhorar a colaboração – tanto entre os próprios representantes, como entre eles e os atores externos – de modo que todos contribuam para que as ações oriundas da GPT se realizem conforme proposto.

Outro elemento percebido sobre a eficácia, foi que em determinados momentos faltaram recursos (seja por um planejamento equivocado ou falta de priorização política) para o poder público implementar por completo ou até parcialmente, através de políticas públicas, o que foi deliberado na GPT (Observação Direta, 2023; Levantamento Documental, 2022, 2023). Um dos respondentes do Questionário Semiestruturado (2023) chegou a indicar que a não concretização das deliberações também ocorre porque “muitas vezes não conseguimos apoio do governo”.

Em razão disso, sugere-se ampliar os investimentos e a inclusão, na agenda de políticas públicas locais, as ações deliberadas pela GPT. Também é fundamental melhorar o planejamento orçamentário durante os períodos de proposição e concretização do que foi definido na GPT. O Quadro 7 a seguir sintetiza os principais apontamentos discutidos neste subtópico:

Quadro 7 - Participação do TBC na GPT em Paraty em relação à eficácia

Eficácia da governança	
O que existe	O que pode ser melhorado
<ul style="list-style-type: none"> - Algumas coisas para se efetivarem necessitam da contribuição de determinados representantes da GPT e de atores externos não estatais e estatais. - Nem sempre todos os representantes da GPT e atores externos fazem o que se comprometeram para que as deliberações sejam realizadas. - Às vezes faltam recursos e encaminhamento do poder público para implementar por completo ou até parte do que foi deliberado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a colaboração, tanto entre os próprios representantes como entre eles e os atores externos, de modo que todos contribuam para que as ações oriundas da GPT se realizem conforme proposto. - Ampliar os investimentos e a inclusão, na agenda de políticas públicas locais, das ações deliberadas pela GPT. - Melhorar o planejamento orçamentário durante a proposição e concretização do que foi definido na GPT.

Fonte: Elaborado pelo autor.

6. CONCLUSÕES

Este artigo mostrou como o TBC de Paraty tem participado da GPT, a partir da indicação do que acontece e o que pode ser melhorado para a qualificação da sua inserção e dos próprios espaços. Percebeu-se que por mais que o COMTUR seja a principal arena de deliberação de questões públicas relacionadas ao turismo em âmbito municipal (Trentin, 2016), a GPT desses assuntos não se restringe a ele – sendo composta por outros mecanismos (como o CMPC e FCT) e iniciativas (como reuniões internas em comunidades, nem sempre possíveis de serem registradas). A relação desses mecanismos e iniciativas de GPT não é estabelecida de forma coordenada, havendo a proposição de múltiplos encaminhamentos que se fragmentam e por vezes se complementam.

Verificou-se também que por mais que exista diversos gargalos que fragiliza esse processo de interação – como a falta mobilização e participação ampla dos atores comunitários, mesmo que indireta (sem exercer funções de representação); a não divulgação plena e acessível dos seus atos; e a não implementação, total ou até parcial, de algumas proposições coletivamente deliberadas – a GPT tem sido

fundamental para a consolidação dos princípios e práticas do TBC no caso estudado.

Nesse sentido, acredita-se que essa participação na GPT, ainda que distante do ideal, tem contribuído para que o TBC de Paraty se fortaleça ainda mais e seja referência para iniciativas emergentes de outros territórios. Todavia, pondera-se que isso não deve ser visto de forma unidimensional, porque a participação varia de acordo com cada pessoa (seja por conta da sua influência política, interesse, acesso, etc.).

A presente pesquisa se limitou a analisar questões mais gerais e recorrentes da GPT, não captando peculiaridades relacionadas à participação (ou não) de uma comunidade ou iniciativa. Por conta disso, sugere-se que estudos futuros investiguem peculiaridades na participação que possam fazer sentido apenas para uma comunidade ou iniciativa de TBC, seja em Paraty ou outro território.

Apesar das suas limitações, este artigo avança na compreensão de como o TBC tem se envolvido na governança territorial e potencializado sua proposta de turismo responsável a partir disso, o que segundo Dangi e Petrick (2021) é uma lacuna da literatura. Do ponto de vista prático, seus resultados apresentam um importante diagnóstico dos desafios a serem superados para que a integração do TBC na GPT de Paraty e os próprios produtos gerados por esses espaços sejam mais qualificados.

Além disso, esta pesquisa revela que a participação de atores comunitários na gestão pública do turismo é fundamental para pensar e executar propostas endógeno-sustentáveis para o desenvolvimento do território. Isso pode servir de base para aprimorar o processo de coprodução de políticas públicas não apenas no caso analisado, mas também em outros contextos similares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Dimensões socioterritoriais que o turismo de base comunitária pode coproduzir através da governança pública. **Informe GEPEC**, v. 27, n. 2, p. 9-28, 2023a.

ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. O turismo de base comunitária e seus principais desafios para uma participação efetiva nos mecanismos de governança pública territorial. **Revista Turismo Estudos e Práticas**, v. 12, n. 1, 1-17, 2023b.

ALMEIDA, T. C. EMMENDOERFER, M. L. Boa governança pública territorial para o desenvolvimento local sustentável: uma análise dos principais atributos que a caracteriza. In: Encontro Brasileiro de Administração Pública, 10, 2023, Brasília, **Anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública**. Brasília, DF: SBAP, 2023c.

BARRETO, L. M. T. S.; LANZARINI, R. **Turismo Responsável no Brasil**. Natal, RN: SEDIS-UFRN; Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2023.

BARROS, A. L. R.; RODRIGUES, C. G. O. Educação diferenciada e turismo de base comunitária nos territórios caiçaras de Paraty (RJ). **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

BATAGLIA, M. J.; COSTA, S. L.; GALVÃO JUNIOR, L. C. Zoneamento industrial e governança territorial do município de Itapevi/SP: análise temporal da expansão da indústria farmacêutica no desenvolvimento local. **Latin American Journal of Business Management**, v. 14, n. 1, p. 135-155, 2023.

BRYMAN, A. **Social research methods**. New York, NY: Oxford, 2016.

CALVO, P. M. H.; FERNÁNDEZ, J. G. Iniciativas de diálogo, participación e innovación social para mejorar la gobernanza territorial en el medio rural. **Ciudades**, n. 24, p. 45-64, 2021.

CAPONERO M. C.; GIRALDI, R. C.; LEITE, E. Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade. **Revista Confluências Culturais**, v. 8, n. 2, p. 42-53, 2019.

CARDOSO, D. S. Apontamentos sobre o turismo de base comunitária a partir da análise de duas regiões díspares: região do Cariri (Ceará) e região da Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro). In: Seminário da ANPTUR, 13, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos do XIII Seminário da ANPTUR**. São Paulo, SP: ANPTUR, 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. **Início**. 2024. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/comturparaty/in%C3%ADcio>>. Acesso em: 03/04/2024.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: Circuito de Debates Acadêmicos, 1, 2011, Brasília. **Anais eletrônicos do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2011.

DANGI, T. B.; PETRICK, J. F. Enhancing the role of tourism governance to improve collaborative participation, responsiveness, representation and inclusion for sustainable community-based tourism: a case study. **International Journal of Tourism Cities**, v. 7, n. 4, p. 1029-1048, 2021.

DIONISIO, M.; SILVA, C.; NISI, V. Fostering Interaction Between Locals and Visitors by Designing a Community-Based Tourism Platform on a Touristic Island. In: IFIP TC 13 International Conference, 17, 2019, Paphos, **Annals of IFIP TC 13 International Conference**. Paphos, CY: Springer, 2019. p. 768-787.

EMPINOTTI, V.; SULAIMAN, S. N.; SINISGALLI, P. A. A. No caminho da intersetorialidade: as bases para uma governança ambiental territorial na

Macrometrópole Paulista. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 61, p. 332-348, 2023.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e planejamento**, v. 17, p 129-139, 2010.

FILIPPO, D.; PIMENTEL, M.; WAINER, J. Metodologia de pesquisa científica em sistemas colaborativos. In: PIMENTEL, M.; FUKS, H. (Orgs.). **Sistemas Colaborativos**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. p. 379-404.

GERRING, J. Is There a (Viable) Crucial-Case Method? **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 3, p. 231-253, 2007.

LOPES, R.; MOTA, B. Innovative Local Policies in Portuguese Low-Density Rural Areas. **European Countryside**, v. 13, n. 2, p.388-409, 2021.

MALDONADO, C. O. Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem, 2009, p. 25-44.

MASOTTI, D. R. A relação entre a gestão do turismo de base comunitária e a economia solidária. **Revista Eletrônica Anima Terra, Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes – FATEC-MC**, v. 8, n. 16, p.46-60, 2023.

MENDONÇA, A. W.; MOELLWALD, M. C. E.; MAGO, D. D. Metodologia para estudo de caso: livro didático. Palhoça, SC: UnisulVirtual, 2014.

MENDONÇA, T. C. et al. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Conheça 23 Patrimônios da Humanidade que ficam no Brasil**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/patrimonios-da-humanidade-no-brasil-23-lugares-que-todo-mundo-deveria-conhecer>>. Acesso em: 03/04/2024.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA. **Fortalecimento do FCT**. 2018. Disponível em: <<https://www.otss.org.br/fortalecimento-do-fct>>. Acesso em: 03/04/2024.

ROSA, L. S.; MACKEDANZ, L. F. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, v.16, p. 1-23, 2021.

SARABIA-MOLINA M. Y.; SOARES J. R. R.; LOIS-GONZÁLEZ R.C. Innovations in Community-Based Tourism: Social Responsibility Actions in the Rural Tourism in the Province of Santa Elena–Ecuador. **Sustainability**, v. 14, n. 20, p. 1-20, 2022.

SEBELE, L. S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. **Tourism Management**, v. 31, n. 1, p. 136-146, 2010.

SILVESTRE, H. C. **A (Nova) Governança Pública**. Brasília, DF: ENAP, 2019.

SOUZA, M. M. **Paraty, a cidade e as festas**. Rio de Janeiro, RJ: Ouro Sobre Azul, 2008.

TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 3, p. 645-658, 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria**. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

TUYEN, T. V. *et al.* Community-based tourism as social entrepreneurship promoting sustainable development in coastal communities: a study in Thua Thien Hue province, Central Vietnam. **Maritime Studies**, v. 22, n. 8, 2023.

ARTIGO V

CAPACIDADE DA GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL DE ENVOLVER O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: uma análise do caso de Paraty/RJ

Resumo: O Turismo de Base Comunitária (TBC) são modos de gestão do turismo que têm diversos fundamentos articulados ao Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). No entanto, o alcance pleno deles tem dependido em grande parte da interação com outros atores territoriais, ou seja, de Governança Pública Territorial (GPT). Com base nisso e na consideração de que é preciso avançar no entendimento do assunto, este trabalho objetiva identificar como os mecanismos de GPT podem envolver o TBC no processo de copromoção do DLS. Tal pesquisa foi realizada através de um estudo de caso em Paraty/RJ, por esse território ter espaços de GPT aberto às iniciativas de TBC e que discutem pautas relacionadas ao DLS. A coleta dos dados ocorreu por levantamentos documentais, observação direta e pela aplicação de um questionário semiestruturado. Já a interpretação deles partiu da técnica análise de conteúdo temática. Os resultados indicaram que a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS por meio da: conecessidade; copotencialidade; coefetividade; e colegitimidade. Dessa forma, este trabalho contribui para compreender a capacidade dos mecanismos de GPT de ajudar o TBC a copromover um desenvolvimento endógeno e sustentável de territórios, que é uma lacuna da literatura.

Palavras chave: Governança Pública Territorial; Turismo de Base Comunitária; Desenvolvimento Local Sustentável; Planejamento Territorial.

CAPACITY OF TERRITORIAL PUBLIC GOVERNANCE TO INVOLVE COMMUNITY-BASED TOURISM IN SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT: an analysis of the Paraty/RJ case

Abstract: *Community-Based Tourism (CBT) are tourism management modes that have different foundations linked to Sustainable Local Development (SLD). However, their full reach has largely depended on interaction with other territorial actors, that is, on Territorial Public Governance (TPG). Based on this and the consideration that it is necessary to advance in understanding the subject, this work aims to identify how GPT mechanisms can involve the CBT in the SLD co-promotion process. This research was carried out through a case study in Paraty/RJ, as this territory has TPG spaces open to CBT initiatives and which discusses issues related to SLD. Data collection occurred through documentary surveys, direct observation and the application of a semi-structured questionnaire. Their interpretation came from the thematic content analysis technique. The results indicated that TPG can involve CBT in the SLD co-promotion process through: co-necessity; co-potentiality; co-effectiveness; and co-legitimacy. In this way, this work contributes to understanding the ability of TPG mechanisms to help CBT to co-promote endogenous and sustainable development of territories, which is a gap in the literature.*

Keywords: *Territorial Public Governance; Community-Based Tourism; Sustainable Local Development; Territorial Planning.*

**CAPACIDAD DE LA GOBERNANZA PÚBLICA TERRITORIAL PARA
INVOLUCRAR EL TURISMO COMUNITARIO EN EL DESARROLLO LOCAL
SOSTENIBLE: un análisis del caso de Paraty/RJ**

Resumen: El Turismo de Base Comunitaria (TBC) son métodos de gestión turística que tienen diferentes fundamentos vinculados al Desarrollo Local Sostenible (DLS). Sin embargo, su alcance total ha dependido en gran medida de la interacción con otros actores territoriales, es decir, de la Gobernanza Pública Territorial (GPT). Con base en esto y en la consideración de que es necesario avanzar en la comprensión del tema, este trabajo tiene como objetivo identificar cómo los mecanismos del GPT pueden involucrar al TBC en el proceso de copromoción del DLS. Esta investigación se realizó a través de un estudio de caso en Paraty/RJ, ya que este territorio cuenta con espacios GPT abiertos a iniciativas de TBC y que discuten cuestiones relacionadas con DLS. La recolección de datos se produjo mediante encuestas documentales, observación directa y la aplicación de un cuestionario semiestructurado. Su interpretación provino de la técnica del análisis de contenido temático. Los resultados indicaron que GPT puede involucrar a TBC en el proceso de copromoción de DLS a través de: conectividad; copotencialidad; coefectividad; y colegitimidad. De esta manera, este trabajo contribuye a comprender la capacidad de los mecanismos GPT para ayudar a TBC a copromover el desarrollo endógeno y sostenible de los territorios, lo cual es un vacío en la literatura.

Palabras claves: Gobernanza Pública Territorial; Turismo Comunitario; Desarrollo Local Sostenible; Planificación Territorial.

1. INTRODUÇÃO

O TBC foi identificado inicialmente na década de 1980, em comunidades rurais da América Latina (Teixeira; Vieira; Mayr, 2019). Segundo estes autores, desde o seu surgimento, o TBC tem sido um modo de gestão das atividades de visitação que apresenta princípios que vão na contramão do turismo massificado convencional (que carrega uma lógica predominantemente mercadológica). Dentre eles, destaca-se a busca do TBC em dar protagonismo decisório aos atores locais (Qi; Pforr; Dit, 2024), valorizar a cultura de populações tradicionais, realizar atividades que preservem os recursos ambientais e dinamizar os ganhos econômicos do turismo (Almeida; Emmendoerfer, 2023; Graciano; Holanda, 2020).

Por conta disso, o TBC é considerado como uma abordagem de gestão do turismo que se associa à proposta do DLS. De acordo com Almeida e Emmendoerfer (2023), o DLS é uma perspectiva desenvolvimentista que visa, de

forma endógena (a partir dos recursos e necessidades locais), equilibrar diferentes fatores, como o ambiental, cultural, econômico, político e social.

Dessa forma, acredita-se que o TBC é uma prática que pode ajudar a promover o DLS, por harmonizar endogenamente fatores territoriais-locais importantes para a gestão e realização de atividades de visitação sustentáveis (Almeida; Emmendoerfer, 2023; Betti; Denardin, 2019; Braga; Selva, 2016). Entretanto, isso não é algo simples, mas que se torna mais possível pela inserção do TBC em espaços de articulação e deliberação coletiva (Graciano; Holanda, 2020), como os mecanismos de GPT.

Os mecanismos de GPT são iniciativas, integradas por múltiplos representantes (governamentais e não governamentais), voltadas a discutir e gerir assuntos públicos relacionados a um território em específico (Dallabrida; Becker, 2003). Eles são essenciais para o DLS por fazer com que a gestão do desenvolvimento sustentável seja realizada com os atores locais, não apenas para eles (Fernández *et al.*, 2019). Por meio da GPT o DLS é promovido intencionalmente, ou melhor, “copromovido”, pelo esforço coletivo para realizar ações articuladas aos princípios dessa perspectiva desenvolvimentista.

Ademais, quando há na GPT representantes que defendem princípios socioambientais responsáveis, como os do TBC, o fomento ao DLS passa a ser mais possível (Almeida; Emmendoerfer, 2023). Apesar dessa evidente relação, a literatura ainda necessita avançar na discussão da capacidade da governança de favorecer o alcance dos objetivos do TBC (Dangi; Petrick, 2021; Graciano; Holanda, 2020; Rocca; Zielinski, 2022), que são aderentes à proposta do DLS. Com base nessa lacuna, este trabalho parte do seguinte questionamento: Como os mecanismos de GPT podem envolver o TBC no processo de copromoção do DLS?

A investigação desse questionamento ocorreu por um estudo de caso em Paraty/RJ. A escolha de Paraty se justifica por esse território ter iniciativas de TBC bem estabelecidas, comparada a outras localidades nacionais (Barros; Rodrigues, 2019). Além disso, identificou-se previamente que Paraty tem alguns mecanismos de GPT com potencial de promover o DLS pela inserção de representantes do TBC, que serão indicados nos resultados do estudo.

Assim, objetivou-se: **explicar, com base no caso de Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS**. Tal pretensão é importante pela GPT ser considerada como um instrumento que potencializa os efeitos do TBC para o DLS (Graciano; Holanda, 2020), examinando-se aqui como essa relação se evidencia empiricamente em um contexto propício a ela, que é o caso do território de Paraty.

A pesquisa se deu através de levantamentos documentais, observação direta e pela aplicação de um questionário semiestruturado. Os dados foram interpretados pela técnica análise de conteúdo temática, identificando categorias que indicam como os mecanismos de GPT podem envolver o TBC no processo de coprodução do DLS. Nos três próximos tópicos, é apresentado o referencial teórico que fundamentou a presente pesquisa.

2. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: SUA ORIGEM NO CONTEXTO ESTUDADO E DEFINIÇÃO DA LITERATURA

Conforme mencionado na Introdução, as primeiras manifestações de gestão do turismo que emergiram o conceito de TBC foram em comunidades rurais da América Latina, no final do século XX (Teixeira; Vieira; Mayr, 2019). Segundo estes autores, o TBC surgiu como uma importante oportunidade de renda para parte da população latino-americana que enfrentava sérios problemas socioeconômicos. Além disso, o TBC foi mostrando sua relevância como uma prática que reforçaria a relação de pertencimento dos povos tradicionais com seu território, além de estimular a economia local e realizar ações compatíveis à preservação do patrimônio cultural e natural (Mielkes; Pelgas, 2013).

Particularmente no Brasil, o TBC vem sendo discutido desde a década de 1990, mas só a partir de 2005 passou a ser pautado em agendas institucionais, por meio de uma Declaração elaborada no V Fórum Social Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre/RS (Neuhaus; Silva, 2006). O TBC constou nesse documento como um modo de turismo contrário a uma lógica de gestão centralizada e alheia às necessidades das populações locais (Kunjuraman, 2022; Qi; Pforr; Dit, 2024), predominante no turismo convencional (Neuhaus; Silva, 2006).

Em Paraty/RJ e na região da Serra da Bocaina (Brasil), o TBC passou a ser mais mobilizado após o ano de 2007, com a fundação do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) (Mendonça *et al.*, 2017). Estes autores destacam que Fórum foi criado com a proposta de ser um importante espaço político para fortalecer os povos tradicionais da Serra da Bocaina, principalmente pela inserção deles em atividades econômicas, culturais e socioeducativas centrais para a região e que valorizam a sua identidade. Com isso, o TBC no território de Paraty rapidamente foi visto como uma prática essencial a ser fomentada, por envolver povos locais indígenas, caiçaras e quilombolas (Mendonça *et al.*, 2017).

Ao longo dos anos, o TBC de Paraty foi se estruturando e consolidando (Cardoso, 2016), sendo em 16 de novembro de 2022 aprovada a Política Municipal do TBC de Paraty (Paraty/RJ, 2022). Isso foi fruto de articulações políticas dos atores comunitários do local, principalmente através da sua participação em espaços de discussão e deliberação coletiva – como o próprio FCT e os conselhos municipais de turismo e política cultural.

Conhecer a origem do TBC, principalmente no contexto estudado, ajuda a compreender melhor suas principais características e definição. Segundo Llupart (2022) Moraes *et al.* (2020) e Sarabia-Molina, Soares e Lois-González (2022), o TBC ocorre pela autogestão do turismo por parte dos atores comunitários. Já Albuquerque, Nascimento e Nóbrega (2023), entendem que o TBC “surge da ideia de desenvolver um turismo de base local, em que a população residente deve ser a principal beneficiada, planejando, conduzindo e mantendo a prática turística dentro de seu território” (p. 298).

O TBC seria, portanto, uma maneira particular de gerir empreendimentos turísticos, visando o protagonismo comunitário, a valorização da cultura popular, a descentralização dos ganhos econômicos e o uso responsável dos recursos naturais (Almeida; Emmendoerfer, 2023; Graciano; Holanda, 2020). Por conta disso, o TBC tem sido considerado como aderente à proposta de um desenvolvimento endógeno e sustentável, que é o DLS (Almeida; Emmendoerfer, 2023; Betti; Denardin, 2019; Braga; Selva, 2016). A seguir, os principais aspectos dessa abordagem desenvolvimentista são apresentados, assim como a sua pertinência em países emergentes.

3. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E SUA RELEVÂNCIA EM PAÍSES EMERGENTES

Por muito tempo as abordagens desenvolvimentistas – inclusive as sustentáveis, que vêm sendo discutidas amplamente desde a década de 1970 – desconsideravam a natureza local do território (Fernández *et al.*, 2019). Isso só começou a mudar por volta da década de 1990 (Fernández *et al.*, 2019), quando ficou mais evidente o entendimento de que para proporcionar qualidade de vida à geração atual e futura, além da harmonia entre as dimensões social, ambiental e econômica (que tipificam o desenvolvimento sustentável), seria necessário considerar os interesses, recursos e a cultura do território (Olivera *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável precisaria não ser só para, mas também pensado com a população local. O DLS se estabelece desse entendimento, de que os elementos que particularizam um território devem estar inclusos no processo do desenvolvimento sustentável (Marín-González *et al.*, 2022; Raposo-González, 2022; Sorea *et al.*, 2023). Dessa forma, o DLS seria, além de sustentável, um desenvolvimento territorial. Só que não um desenvolvimento territorial semanticamente micro, porque seus benefícios e influências extrapolam o território tido como local. Mas com um sentido de natureza, que se constitui de atributos bem próprios do território, isto é, do seu caráter local (Pollice, 2010).

Ressalta-se que a ideia de “local” pode remeter a qualquer delimitação geográfica com aspectos mais singulares comparada a outra mais ampla (ou global), como: país (local) e mundo (global); estado (local) e país (global); município (local) e estado (global), etc. Por conta disso, deve-se reforçar que o DLS não é um desenvolvimento territorial e sustentável insulado geograficamente, mas sim endógeno, que considera os problemas, necessidades e recursos característicos de um território.

Muitos estudiosos têm enfatizado a necessidade de se avançar nessa perspectiva desenvolvimentista, principalmente em países emergentes, com grande dependência tecnológica e econômica dos tidos como centrais e desenvolvidos (Pacheco; Benini, 2018). Furtado (1974) foi um dos precursores desse discurso, indicando que o desenvolvimento endógeno seria o caminho para o Brasil e os demais países periféricos prospectarem um real desenvolvimento – mudando suas relações com os países desenvolvidos de “dependentes” para “interdependentes”.

Para tanto, é essencial que haja interação entre a população territorial-local, aliando seus interesses e criando um esforço coletivo para que esse processo se fortaleça amplamente. Por isso é importante a existência de mecanismos de governança pública, além de atores comprometidos com princípios endógenos e sustentáveis – como são os do TBC (Almeida; Emmendoerfer, 2023). Na próxima sessão, a concepção de GPT e a sua relação com o desenvolvimento dos territórios são discutidas mais a fundo.

4. GOVERNANÇA PÚBLICA TERRITORIAL E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

Os espaços de governança existem desde os tempos mais antigos (Tribunal de Contas da União, 2014), só que eles foram ganhar mais visibilidade apenas na década de 1930, no âmbito corporativo (Álvares; Giacometti; Gusso, 2008). Segundo estes autores, a governança corporativa surgiu e se disseminou com o objetivo de fazer com que os gestores das empresas prestassem contas e aliassem seus posicionamentos aos acionistas e proprietários delas – considerando que muitas estavam deixando de ser geridas pelos seus donos para serem administradas por profissionais especializados.

Já no setor público, a governança passou a ser utilizada mais amplamente um pouco depois, no final do século XX (Tribunal de Contas da União, 2014). Seu objetivo foi fazer com que as políticas públicas tivessem uma maior participação dos cidadãos (Bevir, 2011; Bovaird; Löffler, 2003). Ademais, os mecanismos de governança pública viriam para atender ao princípio da transparência, divulgando os atos produzidos pelo governo e seus gestores públicos (Silvestre, 2019).

No que tange à concepção de GPT (que este trabalho foca), pode-se dizer que ela é uma governança pública voltada a resolver questões de um determinado território. Assim sendo, cabe compreender o que se caracteriza como território. O território é entendido aqui não como uma simples delimitação geográfica, mas como um espaço apropriado, construído, desconstruído e reconstruído pelas relações sociais que se estabelecem continuamente nele (Dallabrida; Becker, 2003; Haesbaert, 2006; Santos; Silveira, 2001; Saquet, 2007).

Nesse sentido, a GPT se apresenta como um mecanismo voltado a compatibilizar os interesses dos atores territoriais para criar estratégias que visem melhorar as relações e os modos de vida do território (Jørgensen; Fallov, 2022; Ravagnan; Rossi; Amiriaref, 2022; Robert-Boeuf, 2023). Lima (2019) apresenta um entendimento similar a esse, indicando que a GPT é um: “(...) processo de coordenação de atores visando desenvolver o capital social, intelectual, político e material e de coordenação do desenvolvimento territorial baseado na criação de coesão territorial sustentável em diferentes níveis” (p. 133).

Observa-se que GPT é fundamental para o desenvolvimento territorial sustentável, inclusive pela sua natureza local (Fuini, 2012; Pires *et al.*, 2018). Dentre os diferentes mecanismos de GPT existentes no Brasil, destaca-se os conselhos gestores de políticas públicas, as audiências públicas, os orçamentos participativos e quaisquer outros instrumentos de gestão pública coletiva direcionado a um território (Dallabrida; Becker, 2003).

5. METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como qualitativo, partindo de uma perspectiva subjetiva para analisar um objeto de estudo – não generalizando seus apontamentos, mas provocando reflexões para o tema como um todo (Mendonça; Moellwald; Mago, 2014). A estratégia de investigação realizada foi um estudo de caso crucial do tipo caminho, também conhecido como *pathway crucial case*. Essa estratégia busca mostrar como concepções teóricas prévias se evidenciam em um contexto específico (Gerring, 2007). Dessa forma, o *pathway crucial case* ocorre por uma lógica dedutiva, focando em realizar uma descrição situada de um fenômeno, tendo a pretensão de deixar um entendimento teórico mais explícito, inclusive em relação as suas limitações (Gerring, 2007).

O entendimento teórico que este trabalho parte é que: a GPT pode envolver o TBC na copromoção do DLS, ampliando os seus efeitos nesse processo. Como base nisso, foi estudado o caso do território de Paraty/RJ. Paraty é reconhecida por ter uma das maiores reservas de mata atlântica remanescentes do Brasil e preservar (por meio da sua arquitetura, gastronomia, festejos, etc.) um patrimônio cultural que remete às origens históricas do país (Caponero; Giraldi; Leite, 2019).

Além disso, Paraty é composta por diversas comunidades – sobretudo tradicionais, como caiçaras, quilombolas e indígenas – que ao longo dos anos foram desenvolvendo e consolidando iniciativas de TBC (Barros; Rodrigues, 2019; Mendonça *et al.*, 2017). No que se refere especificamente a sua inserção na governança pública em âmbito local, destaca-se que representantes do TBC vêm tendo acesso e participado dela, através do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que também contempla outros municípios da Serra da Bocaina. Por conta de todas essas características, Paraty é considerado como um caso pertinente sobre o tema estudado a ser analisado.

Para a coleta dos dados foi realizada uma observação direta, um levantamento documental e um questionário semiestruturado. A observação direta é uma técnica que ocorre através do registro, por parte do pesquisador, das suas percepções em relação ao que foi verificado durante a sua ida no local onde o objeto estudado se manifesta (Mendonça; Moellwald; Mago, 2014).

Nesta pesquisa, ela não envolveu participação nas práticas observadas, ocorrendo por meio de: visitas a empreendimentos de TBC em Paraty; passeios no centro histórico da cidade, que tem uma concentração do fluxo turístico do território; idas e coleta de informações com órgãos públicos municipais relacionados ao turismo e cultura; e participação como ouvinte em duas reuniões do COMTUR, que é o principal instrumento da governança pública turística de Paraty (Trentin, 2016) – por concentrar as deliberações coletivas das políticas públicas municipais do setor. Ressalta-se que ao longo da observação direta, que se deu em diferentes momentos no ano de 2023, também foram registrados dados de conversas abertas sobre o tema estudado, respeitando as diretrizes éticas da Resolução nº 510/2016¹³.

Por sua vez, o levantamento documental, que examina dados expressos em registros documentais (Lima Junior *et al.*, 2021), foi voltado: às atas das reuniões do COMTUR entre os anos de 2022 e 2023, que são documentos públicos¹⁴ e que indica de certo modo como tem sido realizadas as discussões e deliberações no principal espaço de governança turística do município; aos sites institucionais do poder público local e dos espaços de GPT; e à legislação de criação ou

¹³ https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581

¹⁴ <https://sites.google.com/view/comturparaty/in%C3%ADcio>

funcionamento de espaços de GPT de Paraty associados diretamente ao TBC – COMTUR, CMPC e FCT.

Já o questionário semiestruturado, que é um conjunto de questões fixas com repostas abertas e fechadas, teve como público alvo pessoas que trabalham com o TBC em Paraty. A sua aplicação ocorreu de modo online, por meio do site *Google Forms*. O compartilhamento foi realizado através de contas de redes sociais e *e-mails*, institucionais ou pessoais, de atores do TBC de Paraty. Destaca-se que isso partiu de um processo de bola de neve, em que as pessoas que o recebiam compartilhavam como outros possíveis respondentes. O questionário ficou disponível para preenchimento entre os dias 1 de agosto de 2023 e 31 de outubro de 2023, coletando 10 respostas.

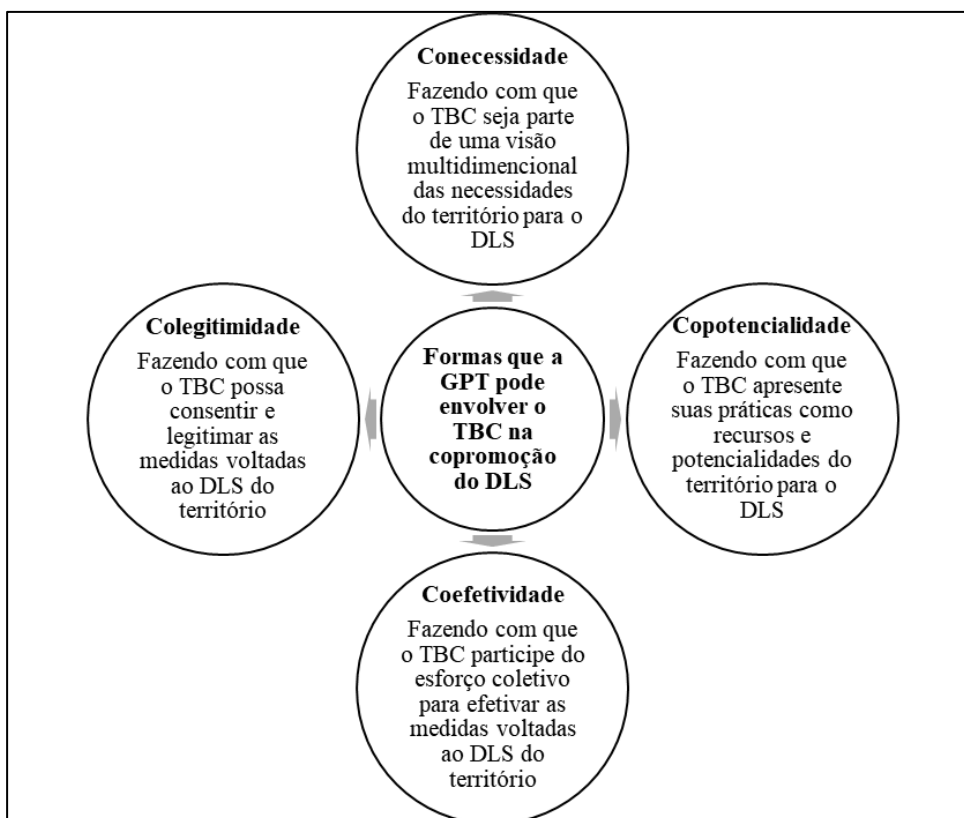
A triangulação dessas três fontes (observação, documentos e questionário) é algo que traz uma maior segurança aos dados coletados, por diversificar as formas de verificação da veracidade das informações. Também deve ressaltar que os instrumentos de coleta dos dados, os roteiros da observação, levantamento e questionário, foram validados por especialistas e aprovados por um comitê de ética universitário.

A interpretação dos documentos se baseou na técnica análise de conteúdo temática, que extrai deles os seus núcleos de sentido relacionados à finalidade do estudo (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021). Os núcleos de sentido foram sistematizados neste trabalho por códigos e categorias. Os códigos são considerações das fontes dos dados relativas ao objetivo geral desta pesquisa e as categorias são representações de vários códigos com ideias comuns. Ressalta-se que as categorias foram emergidas durante a análise dos dados, não sendo definidas previamente.

6. RESULTADOS

Nesta parte do trabalho são apresentadas e discutidas as categorias reveladas na análise dos dados. Elas indicam, a partir dos códigos analíticos identificados no caso de Paraty, como os mecanismos de GPT podem envolver o TBC no processo de copromoção do DLS. A Figura 1 sintetiza e descreve essas categorias.

Figura 1 - Principais formas que a GPT pode envolver o TBC na copromoção do DLS



Fonte: Elaborada pelo autor.

A análise de conteúdo temática dos dados da observação direta, levantamento documental e questionário semiestruturado indica que os mecanismos de GPT podem envolver o TBC no processo de copromoção do DLS por quatro elementos principais: conecessidade; copotencialidade; coefetividade; e colegitimidade.

Ressalta-se que eles não devem ser entendidos como as únicas contribuições da GPT para inserir o TBC em uma atuação coletiva e articulada voltada ao DLS. Mas como os atributos fundamentais da GPT percebidos no caso de Paraty/RJ. Portanto, o presente trabalho não permite nem busca generalizar seus achados. Diferente disso, sua proposta é trazer iluminações para o tema como um todo, através de um exemplo do fenômeno estudado que deve ser contextualizado.

Também cabe destacar que a partir da observação direta realizada em reunião do COMTUR, verificou-se que as atas representam a dinâmica que costuma ocorrer nesse que é o principal colegiado de interação entre atores estatais e não estatais do TBC para a governança pública turística do município. Diante disso,

entende-se que as considerações das atas associadas ao objetivo desta pesquisa são códigos que podem ser utilizados.

De modo complementar, mesmo que não envolvendo participação nas reuniões e análise de atas (que nesse caso, não estão publicamente disponíveis), investigou-se a estruturação de outros dois espaços de governança pública local que conta com atores do TBC, o CMPC e o FCT. Isso foi feito com base: na pesquisa em sites e legislações com as informações desses mecanismos; e de modo mais geral, em registros durante a observação direta e nas respostas ao questionário, que não se restringiram a um espaço de GPT em específico, mas à percepção de pessoas do TBC em relação a sua participação em quaisquer um deles. Nos subtópicos a seguir, os códigos básicos dos resultados são mencionados, fundamentando suas respectivas categorias.

6.1. Conecessidade

A conecessidade é uma categoria que mostra que a GPT pode fazer com que o TBC contribua na identificação dos problemas e necessidades do território a serem considerados no processo de DLS. Assim, a GPT possibilita que o TBC seja parte de um olhar territorial multidimensional. Isso se relaciona à concepção de GPT apresentada por Jørgensen e Fallov (2022), enquanto um instrumento para captar diferentes percepções e interesses dos atores territoriais.

A ata do dia 01/03/2023 traz esse elemento quando a representação do TBC indica, junto com os demais representantes do COMTUR, a necessidade de implementar um projeto municipal chamado “Observatório de Turismo” – que teria a capacidade de levantar dados sobre o perfil dos visitantes da cidade (Levantamento Documental, 2023). Na reunião do dia 13/06/2023, os membros dos COMTUR se manifestaram sobre a pertinência de ajustar um Plano de Manejo de uma Estação Ecológica do município, que versava sobre ações de monitoramento para preservação da biodiversidade do território (Levantamento Documental, 2023).

Neste caso, levantou-se a necessidade de aumentar os períodos de monitoramento, entendendo que o controle precisava ser mais contínuo. Além destes exemplos, a conecessidade ficou evidente em outras reuniões do COMTUR, como nas do dia 09/01/2023, 14/04/2022, 20/04/2022, etc. quando os

representantes do colegiado levantaram questões a serem melhoradas no território (Levantamento Documental, 2022, 2023).

A partir do Levantamento Documental (2023) em sites de comunicação do CMPC e do FCT também foi verificado que esses espaços se propõem a receber demandas dos atores que realizam TBC em âmbito local. No caso do CMPC, a abertura é prevista na Lei Municipal nº 1.997 de 2015¹⁵ e no FCT isso consta nas suas diretrizes básicas¹⁶. Também houveram respostas ao Questionário Semiestruturado (2023) e um relato de ator comunitário durante a Observação Direta (2023), indicando que a sua participação tem acontecido, dentre outras maneiras, por meio da: “apresentação de problemas a serem resolvidos para melhorar o turismo na comunidade”.

Dessa forma, observa-se que os mecanismos de GPT podem envolver o TBC na copromoção do DLS, de modo que ele seja um ator importante para identificar as necessidades e prioridades do local. Pondera-se que na GPT isso é feito coletivamente, não sendo a visão do TBC sempre a predominante, porque ela é apenas um dos diversos posicionamentos.

6.2. Copotencialidade

A segunda categoria se refere à capacidade dos espaços de GPT de fazer com que os representantes do TBC apresentem suas práticas e conhecimentos como potencial do território para o DLS. Diferente da anterior que está mais relacionada à análise dos problemas e prioridades, a copotencialidade traz um caráter mais sugestivo acerca das estratégias endógenas a serem definidas. Pires *et al.* (2018) já haviam destacado essa característica dos espaços de GPT de gerar um ambiente coletivamente propositivo.

No caso da GPT de Paraty, esse elemento também ficou bem evidente. Na reunião do dia 05/07/2022, por exemplo, a representação dos povos tradicionais propôs que o conselho invista na criação do samba-enredo do carnaval da escola de samba paulista Acadêmicos do Tatuapé – considerando uma proposta recebida

¹⁵ https://www.paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/aldir-blanc/Lei%20Municipal1997_2015%20Criacao%20do%20Sistema%20Municipal%20de%20Cultura.pdf

¹⁶ <https://www.forumdecomunidadestradicionais.org/fct-10>

anteriormente (Levantamento Documental, 2022). Segundo ele, o tema da escola poderia retratar a cultura, história e biodiversidade de Paraty.

Outra reunião que a copotencialidade apareceu foi na do dia 01/02/2022, que alguns conselheiros sugeriam que o poder público direcionasse recursos para revitalizar trilhas em um lugar periférico do município, fazendo com que ele passe a ser um destino bem procurado pelos visitantes de Paraty (Levantamento Documental, 2022). As reuniões do dia 24/05/2022, 15/07/2022, 22/12/2022, etc. também tiveram proposições de representantes locais (Levantamento Documental, 2022).

Alguns respondentes do Questionário Semiestruturado (2023) chegaram a relatar que através da GPT de Paraty conseguem propor ações para melhorar o turismo no local: “por mais que nem tudo seja de fato executado, nós temos conseguido sugerir ações que ocorreram”; “a governança tem permitido que a gente faça parte da elaboração das políticas do turismo”. Também percebeu na Observação Direta (2023) em uma reunião do COMTUR a geração de ideias coletivamente, visando criar estratégias a serem implementadas no município.

Nota-se, portanto, que a GPT pode inserir o TBC no processo de DLS ao possibilitar que seus atores apresentem estratégias baseadas nas suas concepções e modos de vida. Muitas delas, como a exemplificada na reunião do dia 05/07/2022, fundamentam-se no potencial dos recursos tangíveis e intangíveis do local (Levantamento Documental, 2023).

6.3. Coefetividade

A terceira categoria revela que a GPT pode não só fazer com que o TBC ajude a identificar as necessidades e potenciais do território, como também atue para que as medidas voltadas ao DLS, deliberadas coletivamente, efetivem-se. Segundo Fuini (2012), a GPT, além de ser um instrumento de discussão, tem o papel de mobilizar um esforço conjunto para o desenvolvimento do local.

Isso ficou foi percebido na ata do dia 01/02/2023, em que os representantes se comprometeram a ajudar na conscientização contra o turismo predatório, informando aos turistas regras básicas para o uso adequado dos espaços a serem visitados (Levantamento Documental, 2023). Na reunião do dia 17/05/2023, a

representante do TBC e outros participantes se disponibilizaram a ajudar na inserção de informações sobre suas respectivas localidades para o aplicativo dos roteiros turísticos de Paraty que estava sendo desenvolvido (Levantamento Documental, 2023; Observação Direta, 2023).

Isso porque, como moradores, saberiam melhor dos pontos positivos e destinos a serem visitados em cada lugar, fazendo com que o aplicativo seja mais condizente aos serviços oferecidos. As reuniões dos dias 01/09/2022, 01/11/2022, 10/11/2022, etc., de diferentes maneiras, também mostraram a participação múltipla dos membros do conselho para efetuarem as decisões deliberadas (Levantamento Documental, 2022).

No FCT e CMPC, a participação dos membros das reuniões na execução das propostas desses espaços foi algo também identificado (Levantamento Documental, 2023), tendo uma recorrente colaboração, por exemplo, na realização de eventos e feiras voltadas ao oferecimento de produtos turísticos, que ocorrem frequentemente no município (Observação Direta, 2023).

Nesse sentido, infere-se que GPT pode implicar em uma intervenção ativa do TBC e outros atores para realizarem as ações direcionadas ao DLS propostas em reuniões. Isso faz com que sua atuação para o DLS não fique somente no âmbito do diálogo e tomada de decisão, havendo participação para a concretização dos encaminhamentos.

6.4. Colegitimidade

A última categoria emergida na análise dos dados foi a colegitimidade. Tal categoria traz que a GPT pode fazer com que os atores do TBC legitimem as medidas para o DLS, ao concordarem com as deliberações desses espaços. Lima (2019) enfatizou essa característica dos mecanismos de governança territorial, por eles resultarem em apontamentos mais representativos territorialmente, diferente de uma ação oriunda apenas das escolhas do governo municipal.

No caso do COMTUR de Paraty, a legitimidade das representações territoriais (previstas legalmente no conselho) se manifesta quando seus membros entram em consenso e deliberam uma determinada decisão da reunião. A formalização da inscrição de Paraty como um Destino Turístico Inteligente do SEBRAE, que ocorreu

na reunião do dia 13/10/2022, foi um exemplo de legitimidade territorial que contou com o consentimento da representação do TBC (Levantamento Documental, 2022).

De acordo com a ata, essa inscrição tem a finalidade de fazer com que Paraty busque alternativas para interagir com turistas através de recursos tecnológicos, atraindo mais visitantes e gerando oportunidades de renda a população local. Com o crivo de diferentes representações locais, o desenvolvimento de ferramentas digitais para a promoção do turismo se tornou mais aceito pela população do território.

De acordo com a Lei 1.997/2015, as decisões do CMPC dependem, ao menos, da manifestação favorável da maioria simples dos seus membros (Levantamento Documental, 2023), o que traz representatividade e legitimidade ao que está sendo definido. Respondentes do Questionário Estruturado (2023) também indicaram que a participação do TBC na governança é necessária por representar aquilo que a comunidade pensa sobre o que está sendo produzido enquanto política pública.

Na reunião do dia 23/05/2023, a colegitimidade ocorreu quando os representantes do conselho aprovaram a destinação de recursos do Fundo Municipal de Turismo para a manutenção da Casa da Cultura de Paraty, que estava passando por dificuldades financeiras e precisava de um apoio para continuar realizando suas importantes ações culturais (Levantamento Documental, 2023). Outros exemplos de legitimação de medidas voltadas ao DLS através do COMTUR, podem ser identificados nas atas do dia 14/03/2023, 01/02/2023 e 30/11/2022, etc. (Levantamento Documental, 2022, 2023).

7. CONCLUSÕES

O presente artigo mostrou, a partir do caso de Paraty/RJ, que a GPT é um instrumento fundamental para envolver o TBC no processo de copromoção do DLS, principalmente por meio da: conecessidade, fazendo com que o TBC seja parte de uma visão multidimensional das necessidades do território para o DLS; copotencialidade, fazendo com que o TBC apresente suas práticas como recursos e potencialidades do território para o DLS; coefetividade, fazendo com que o TBC participe do esforço coletivo para efetivar as medidas voltadas ao DLS do território; e

colegitimidade, fazendo com que o TBC possa consentir e legitimar as medidas voltadas ao DLS do território.

Essas categorias mostram que a GPT pode, de diferentes maneiras, envolver o TBC no processo do DLS e alavancar o alcance de seus princípios. Pondera-se que elas não devem ser entendidas como as únicas possibilidades dos mecanismos de GPT envolverem o TBC no DLS, sim como as mais evidentes no contexto estudado. É importante deixar isso claro porque este trabalho não visa generalizar seus achados, mas gerar reflexões para o tema e servir de referência para estudos de casos em que o TBC participa ou pode vir a participar de mecanismos de governança.

Também deve-se ressaltar que este artigo não analisou as dificuldades a serem superadas para que cada uma dessas formas de envolvimento ocorra plenamente e de modo qualificado. Procurou-se, portanto, identificar os potenciais básicos da inserção do TBC na GPT especificamente para a copromoção do DLS. Em vista disso, sugere-se que pesquisas futuras investiguem os desafios enfrentados pelo TBC no seu envolvimento na GPT para o DLS. Além disso, é pertinente a realização de pesquisas teórico-empíricas em outros territórios com base nas categorias apresentadas aqui, a fim de verificar sua replicabilidade.

No que tange as suas contribuições, este estudo avança no entendimento da capacidade da governança de impulsionar o alcance dos objetivos de caráter endógeno-sustentável do TBC, que segundo Dangi e Petrick, (2021), Graciano e Holanda (2020), Rocca e Zielinski (2022) é uma lacuna teórica. Já como implicação mais prática, os resultados desta pesquisa mostram a importância da GPT para envolver atores territoriais primordiais (como os do TBC) e pensar em estratégias coletivas para o desenvolvimento equilibrado dos territórios, sem desconsiderar a sua cultura, história e recursos materiais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. C. B.; NASCIMENTO, F. G.; NÓBREGA, W. R. M. Dialogando com os conceitos de Turismo de Base Comunitária e Turismo Criativo. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 11, n. 1, p. 298-319, 2023.

- ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2023.
- ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008.
- BARROS, A. L. R.; RODRIGUES, C. G. O. Differentiated education and Community-Based Tourism in the caçara territories of Paraty (RJ). **Ambiente & Sociedade**, v. 22, p. 1-20, 2019.
- BETTI, P.; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, p. 1-15, 2019.
- BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 103-114, 2011.
- BOVAIRD, T.; LÖFFLER, E. Evaluating the quality of public governance: indicators, models and methodologies. **International Review of Administrative Sciences**, v. 69, n. 3, p. 313-328, 2003.
- BRAGA, M. B.; SELVA, V. S. F. O turismo de base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento local? **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 10, n. 1, p. 38-53, 2016.
- CAPONERO M. C.; GIRALDI, R. C.; LEITE, E. Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade. **Revista Confluências Culturais**, v. 8, n. 2, p. 42-53, 2019.
- CARDOSO, D. S. Apontamentos sobre o turismo de base comunitária a partir da análise de duas regiões díspares: região do Cariri (Ceará) e região da Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro). In: Seminário da ANPTUR, 13, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos do XIII Seminário da ANPTUR**. São Paulo, SP: ANPTUR, 2016.
- CARDOSO, M. R. G., OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 98-111, 2021.
- DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2003.
- DANGI, T. B.; PETRICK, J. F. Enhancing the role of tourism governance to improve collaborative participation, responsiveness, representation and inclusion for sustainable community-based tourism: a case study. **International Journal of Tourism Cities**, v. 7, n. 4, p. 1029-1048, 2021.
- FERNÁNDEZ, R. L.; CALATAYUD, M. M.; PEÑA, R. M.; URQUIZA, D. E. P. Epistemological foundations that sustain a research in environmental education for sustainable local development, in the province of El Oro. **Conrado**, v. 15, n. 67, p. 282-287, 2019.
- FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terr@ Plural**, v. 8, n. 1, p. 225-249, 2024.

- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1974.
- GERRING, J. Is There a (Viable) Crucial-Case Method? **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 3, p. 231-253, 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
- GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Bibliometric analysis of scientific literature on community-based tourism from 2013 to 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.
- JØRGENSEN, A.; FALLOV, M. A. Urbanization and the organization of territorial cohesion – results from a comparative Danish case-study on territorial inequality and social cohesion. **Journal of Organizational Ethnography**, v. 11, n. 1, p. 64-78, 2022.
- KUNJURAMAN, V. Exploring the Role of Social Capital in Community-Based Tourism in Bum Bum Island, Semporna, Sabah, Malaysia. **International Journal of Business and Society**, v. 23, n. 3, p. 1632-1648, 2022.
- LIMA JUNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.
- LIMA, I. G. Governança territorial. **GEOgraphia**, v. 21, n. 46, p. 131-135, 2019.
- LLUPART, M. R. N. Theoretical Model for the Analysis of Community-Based Tourism: Contribution to Sustainable Development. **Sustainability**, v. 14, n. 17, p. 1-41, 2022.
- MARÍN-GONZÁLEZ, F.; MOGANADAS, S. R.; PAREDES-CHACÍN, A. J.; YEO, S. F.; SUBRAMANIAM, S. Sustainable Local Development: Consolidated Framework for Cross-Sectoral Cooperation via a Systematic Approach. **Sustainability**, v. 14, n. 11, p. 1-33, 2022.
- MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.
- MENDONÇA, A. W.; MOELLWALD, M. C. E.; MAGO, D. D. **Metodologia para estudo de caso: livro didático**. Palhoça, SC: UnisulVirtual, 2014.
- MENDONÇA, T. C. M.; SANTOS, R. O.; LOPES, P. C. B.; ANDRADE, S. R.; MORAES, A. P. V. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, p. 328-356, 2017.
- MIELKE, E. C.; PELGAS, F. V. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2013.
- MORAES, E. A.; IRVING, M. A.; LEITE, R. M.; PEDRO, R. M. L. R.; OLIVEIRA, E. Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos

investigativos no contexto brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 122, p. 145-168, 2020.

NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. **Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico**. Fortaleza, CE: FBOMS/Instituto Terramar, 2006.

OLIVERA, C. M.; GARCÍA, K. A. M.; SÁNCHEZ, L. A. M.; VELASCO, A. E. M. Relation between public management and sustainable local development of the cities of Oaxaca, 2000-2017. **Revista iberoamericana de estudios municipales**, n. 22, 155-187, 2020.

PACHECO, A. P. D. C.; BENINI, E. G. A Economia Criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de Celso Furtado. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 2, p. 324-337, 2018.

PARATY/RJ. Projeto de Lei n. 45, de 22 de agosto de 2022. **Institui a política municipal de turismo de base comunitária no âmbito do município de Paraty e dá outras providências**. Paraty, RJ: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: <https://paraty.rj.leg.br/site/wp-content/uploads/2022/11/projeto_lei_045_2022054.pdf>. Acesso em: 03/04/2024.

PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; FIGUEIREDO FILHO, W. B.; MENDES, E. L. A governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. **GEOgraphia**, v. 19, n. 41, p. 24-38, 2018.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 7-24, 2010.

QI, F.; PFORR, C.; DIT, T. J. Exploring the regenerative potential for community-based ecotourism in the Niah National Park in Sarawak, Malaysia. **Journal of Ecotourism**, v. 23, n. 3, p. 1-9, 2024.

RAPOSO-GONZÁLEZ, J.-J. Patrimonio agrícola y desarrollo local sostenible. Caracterización del paisaje tradicional del viñedo de Bollullos Par del Condado (Huelva). **Revista electrónica de Patrimonio Histórico**, n. 30, p. 130–156, 2022.

RAVAGNAN, C.; ROSSI, F.; AMIRIAREF, M. Sustainable Mobility and Resilient Urban Spaces in the United Kingdom. Practices and Proposals. **Transportation Research Procedia**, v. 60, p. 164-171, 2022.

ROBERT-BOEUF, C. Promoting Rural Regeneration and Sustainable Farming near Cities Thanks to Facilitating Operators in France? The Case of the Versailles Plain's Association Governance Model. **Sustainability**, v. 15, n. 9, p. 1-16, 2023.

ROCCA, L. H. D.; ZIELINSKI, S. Community-based tourism, social capital, and governance of post-conflict rural tourism destinations: the case of Minca, Sierra Nevada de Santa Marta, Colombia. **Tourism Management Perspectives**, v. 43, p. 1-12, 2022.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Território e Sociedade no início do século 21**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.

SARABIA-MOLINA, M. Y.; SOARES, J. R. R.; LOIS-GONZÁLEZ, R. C. Innovations in Community-Based Tourism: Social Responsibility Actions in the Rural Tourism in the Province of Santa Elena–Ecuador. *Sustainability*, 14(20), 1-20, 2022.

SILVESTRE, H. C. **A (Nova) Governança Pública**. Brasília, DF: ENAP, 2019.

SOREA, D.; DEFTA, M.; POPESCU, I. M. Journeys to Significant Places in Orthodoxy as a Source of Sustainable Local Development in Romania. *Sustainability*, v. 15, n. 7, 1-26, 2023.

TEIXEIRA, F. R.; VIEIRA, F. D.; MAYR, L. R. Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters. **Turismo: Visão e Ação**, v. 21, n. 2, p. 2-21, 2019.

TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 3, p. 645-658, 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria**. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2014.

INTERRELAÇÕES DOS ARTIGOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

1. ARTICULAÇÃO DOS RESULTADOS DOS ARTIGOS

Ao longo do ARTIGO I foi possível identificar, a partir de uma revisão integrativa da literatura, que o Turismo de Base Comunitária (TBC) tem princípios endógenos-sustentáveis que podem contribuir para o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), por meio das dimensões territoriais: cultural, de valorizar a cultura local; ecológica, de ajudar na conscientização da preservação dos recursos naturais locais; econômica, de gerar renda para a população local; política, de aumentar o protagonismo decisório da população local; e social, de reduzir a exclusão socioterritorial na localidade.

Todavia, é importante ressaltar que a concretização de cada um desses princípios depende das práticas que o TBC estudado realiza. Por conta disso, eles foram analisados no contexto de Paraty, por meio da pesquisa teórico-empírica do ARTIGO III. Os resultados desta pesquisa revelaram que, apesar dos desafios enfrentados, o TBC de Paraty tem realizado práticas relacionadas a todas as cinco dimensões do DLS indicadas na revisão da literatura.

No caso da cultura, ela ocorre por meio da: elaboração de pratos típicos (antigos e novos); apresentações musicais e de danças típicas com artistas locais; realização de festejos e rituais religiosos tradicionais; produção de artesanatos e artes plásticas com elementos que remetem à Paraty; composição e reprodução de textos literários locais; apresentação de monumentos históricos e lugares próprios do território; e compartilhamento dos modos de vida dos povos tradicionais locais.

No aspecto ecológico, identificou-se práticas do TBC de Paraty voltadas: à realização do descarte adequado do lixo; à produção e compra de alimentos orgânicos locais; à preservação da fauna e flora nativa do território; e ao desenvolvimento de ações educacionais sobre a importância de preservar o meio ambiente.

Já a dimensão econômica se manifestou através: da venda de alimentos *in natura* e com valor agregado; venda de artesanatos, artes plásticas, livros e demais artefatos produzidos localmente; negociação de apresentações musicais e de danças de artistas locais; comercialização de passeios e experiências de visita

turísticas conduzidos por comunitários; e serviços de hospedagens na própria comunidade.

De outro modo, o fator político se apresentou pelo TBC de Paraty: dar autonomia aos atores comunitários para gerir o turismo; reivindicar os direitos de povos tradicionais e de comunidades locais; estabelecer um vínculo colaborativo entre as pessoas que trabalham com o TBC ou querem o seu fortalecimento localmente; e inserir atores comunitários em espaços de deliberação coletiva, caso eles sejam abertos aos representantes do TBC.

Por fim, no âmbito social, identificou-se no caso de Paraty a característica de: fortalecer a relação entre comunidade e seu território; manter o território acessível à população de renda baixa, evitando processos de gentrificação; e fazer com que o turismo seja mais singularizado, não distorcendo os modos de vida da população local. Com base no caso de Paraty, constatou-se que o TBC não apenas tem princípios articulados ao DLS, como também tem realizado práticas associadas a essa abordagem desenvolvimentista.

Entendendo que as práticas do TBC associadas ao DLS são potencializadas pela interação com outros atores que ocorrem em espaços de GPT, foi investigada a inserção do TBC de Paraty nesses espaços. Tal inserção, no entanto, partiu de atributos que qualificam a GPT, ou seja, que são considerados importantes para uma boa gestão coletiva de assuntos públicos territoriais.

Os seis atributos de qualificação da GPT utilizados para analisar o caso do território de Paraty foram oriundos da revisão integrativa realizada no ARTIGO II. O primeiro deles foi o “acesso aos mecanismos de governança”, que é a abertura dos mecanismos aos atores locais interessados em participar. O segundo, “engajamento dos atores locais para a governança”, trata-se do interesse e motivação dos atores locais para participarem desses espaços.

Outro elemento foi a “representatividade local na governança”, que se refere a uma presença e participação equitativa de diferentes atores locais na governança. Também identificou como um fator importante a ser verificado, a “transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança”, que ocorre a partir da comunicação ampla dos atos produzidos nesses espaços.

O quinto atributo, a “responsabilidade sustentável da governança”, relaciona-se ao comprometimento dos participantes com o equilíbrio de diversos fatores territoriais-locais, como o ambiental, o econômico e o social – de maneira que um desses não sobreponha sempre ao outro nas decisões coletivas. E, por fim, a “eficácia da governança”, que é a implementação e realização das deliberações definidas coletivamente nos mecanismos.

Destaca-se, porém, que a existência em maior ou menor medida de cada um deles vai variar conforme o caso estudado. Por isso, o ARTIGO IV, fez uma investigação teórico-empírica, analisando o que existe e pode ser melhorado no que tange à participação do TBC de Paraty na GPT face a esses seis atributos.

No que se refere ao acesso, constatou-se que em Paraty o TBC tem vagas fixas e móveis com direito a voto para participar do Conselho Municipal do Turismo (COMTUR) – que é o principal espaço de espaço da governança pública turística do município (Trentin, 2016) – e do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Ademais, há representações fixas do TBC no Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) – que não se vincula diretamente ao governo municipal e à produção das suas políticas públicas, mas articula atores comunitários de diferentes municípios da Serra da Bocaina com o objetivo de fortalecer as comunidades tradicionais (Mendonça *et al.*, 2017).

Sobre o engajamento, observou-se que em Paraty há pessoas do TBC interessadas em participar da GPT por entender que nesses espaços suas demandas são ouvidas e ser possível unir esforços com outros atores. Em contrapartida, algumas pessoas também relataram que não participam por não terem um perfil político ou não confiarem no mecanismo de GPT – entendendo que muitas vezes eles só servem para validar o que o governo já irá fazer.

No que diz respeito à representatividade, pode-se dizer que há representações com vagas fixas e móveis para atores do TBC de Paraty comporem a GPT do território. Porém, nem todas as iniciativas de TBC do local participam desses espaços (ainda que seja como ouvinte, sem direito a voto), discutindo e encaminhando seus posicionamentos para os representantes comunitários. Também foi observado que por mais que as deliberações da GPT seja fruto de uma tomada de decisão coletiva e distribuída por meio de representações, algumas questões

públicas territoriais acabam tendo encaminhamentos distintos do que foi deliberado – principalmente por um posicionamento mais exclusivo do poder público.

A transparência dos atos produzidos pela GPT que o TBC de Paraty participa tem ocorrido através da publicação em canais oficiais do COMTUR, CMPC e FCT. Cada canal de publicação eletrônico tem suas características. O COMTUR conta com um site próprio (não da secretaria municipal que ele é vinculado) e mais detalhado que o do CMPC, tendo todas as atas das suas reuniões e documentos legislativos do colegiado. O site do FCT tem publicações mais informativas, sobre suas campanhas e ações, não disponibilizando coisas muito regimentais como os conselhos, até porque tem propostas e características diferentes. Além disso, verificou-se que a comunicação dos atos da GPT também ocorre de forma mais direta, física ou digitalmente (por meio de mensagens individuais ou em grupos com os seus membros).

Sobre a responsabilidade sustentável, foi visto que a GPT analisada tem deliberado questões associadas às pautas ambientais, sociais e econômicas. Contudo, muitos atores comunitários do turismo local não conseguem apresentar para a GPT o que julgam importante em relação a isso. Outro ponto identificado foi que a realização de ações com caráter sustentável, mesmo quando são fruto de uma deliberação coletiva, nem sempre são implementadas – devido à falta de recursos disponíveis e priorização política.

No último atributo analisado, eficácia, verificou-se que algumas decisões para se efetivarem necessitam da contribuição de determinados representantes da GPT de Paraty e de atores externos não estatais e estatais. Acontece, que nem sempre todos os representantes da GPT e atores externos fazem o que se comprometeram para que as deliberações sejam realizadas. Além disso, às vezes faltam recursos e encaminhamento do poder público para implementar por completo ou até em parte o que foi deliberado.

Além da participação associada a esses atributos, percebeu-se que a GPT de Paraty não se restringe ou concentra em um único mecanismo, como o COMTUR que é o principal deles. Mas se fragmenta em diversos outros, a exemplo do CMPC e o FCT, bem como em demais iniciativas de gestão coletiva do território, que podem ocorrer internamente, como reuniões em comunidades que realizam TBC. Mais um destaque a ser indicado é que a relação entre os mecanismos e iniciativas

de GPT, que tem agentes do TBC, não ocorre de forma coordenada, resultando em múltiplos encaminhamentos que às vezes se duplicam, divergem em certa medida e se complementam.

Após investigar empiricamente a participação do TBC na GPT em Paraty, elaborou-se o ARTIGO V. Esse que foi o último artigo da Tese buscou explicar, com base no caso de Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS. Com isso, foram reveladas quatro categorias que indicam as principais formas de envolvimento.

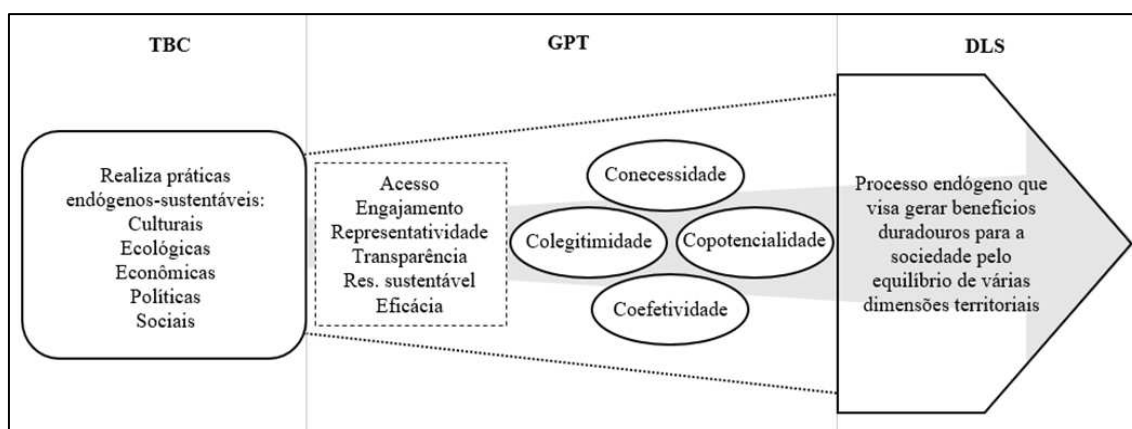
A primeira delas foi a “conecessidade”, que ocorre quando a GPT faz com que o TBC seja parte de uma visão multidimensional das necessidades do território para o DLS. A segunda, “copotencialidade”, que mostrou que a GPT faz com que o TBC apresente suas práticas como recursos e potencialidades do território para o DLS.

A terceira foi a “cofetividade”, pela GPT fazer com que o TBC participe do esforço coletivo para concretizar as medidas voltadas ao DLS do território. Por último, indicou-se a “colegitimidade”, percebendo a capacidade da GPT de fazer com que o TBC possa consentir e legitimar as medidas voltadas ao DLS do território.

Destaca-se que essas formas de envolvimento não devem ser compreendidas como as únicas contribuições que a GPT proporciona para que o TBC copromova o processo de DLS, mas as mais evidentes no caso de Paraty. Além do mais, deve-se ressaltar que elas se ampliam ou restringem a depender da qualidade da GPT – que se vincula aos atributos citados anteriormente.

Com base na articulação dos resultados dos cinco artigos desta Tese, foi elaborado o quadro teórico da Figura 1, que busca atingir o seu objetivo geral e indicar como a GPT pode auxiliar o TBC a copromover o DLS:

Figura 1 – Como a GPT pode auxiliar o TBC a copromover o DLS



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 1 mostra que o TBC realiza práticas endógenas-sustentáveis culturais, ecológicas, econômicas, políticas e sociais que se associam à proposta do DLS. Quando seus representantes se inserem na GPT para discutir e deliberar coletivamente questões públicas territoriais, eles acabam sendo envolvidos em uma interação que proporciona a conecessidade (identificação de problemas por múltiplos atores), copotencialidade (proposição de ações por múltiplos atores), coefetividade (realização de ações por múltiplos atores) e colegitimidade (legitimação das ações por múltiplos atores).

Esses quatro resultados das interações na GPT potencializarão os efeitos do TBC para a copromoção do DLS. Porém, tais efeitos podem ser maiores ou menores a depender da qualidade da GPT, que permeiam o acesso, engajamento, representatividade, transparência, responsabilidade sustentável e eficácia. Por isso, a Figura 1 traceja os atributos que qualificam a GPT e, conseqüentemente, a potencialização que seus mecanismos podem gerar para que o TBC copromova o DLS – porque existe uma variação de acordo com o contexto analisado.

Com base nesta articulação dos resultados dos cinco artigos da pesquisa e do quadro teórico da Figura 1 que representa o alcance do seu objetivo geral, discorre-se no próximo tópico as conclusões finais da Tese, indicando: os principais achados do trabalho; as suas limitações; sugestões para estudos futuros; e suas contribuições teóricas e práticas.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

Os apontamentos desta Tese mostram que o TBC de Paraty realiza ações relacionadas ao DLS pelas dimensões cultural, ecológica, econômica, política e social. Identificou-se também que existem diversos gargalos que dificultam uma realização mais plena dessas práticas, a exemplo: do movimento de gentrificação que ocorre no território, fruto da valorização imobiliária gerada pela expansão da turistificação da cidade nas últimas décadas; e do conflito de interesses com outros agentes territoriais que partem de uma perspectiva mais massiva e mercadológica de realização do turismo.

Além disso, verificou-se que o TBC de Paraty tem conseguido participar de espaços de GPT, inclusive dos que têm uma interlocução mais direta com o Estado e são voltados a produzir políticas públicas municipais para o turismo. No entanto, essa participação ainda tem muitas coisas a serem melhoradas, como: a mobilização e envolvimento de mais pessoas que trabalham com o TBC no território, ainda que participando apenas como ouvintes dos conselhos ou repassando suas demandas aos representantes comunitários desses espaços; e a capacidade de implementação das suas deliberações da governança, através de um melhor planejamento orçamentário, priorização política ou atuação daqueles que se comprometeram a fazer o que foi deliberado.

De modo mais geral foi possível concluir que, apesar dos desafios que o TBC pode enfrentar para realizar práticas compatíveis com os seus princípios endógenos-sustentáveis e dos elementos a serem melhorados em determinados mecanismos de interação coletiva, a GPT tem um papel fundamental de potencializar as ações desses modos de gestão das atividades de visitação para o DLS. Isso ocorre por meio da conecessidade, copotencialidade, coefetividade e colegitimidade que a GPT gera ao processo de copromoção do DLS, que se expandem ou não a depender da sua qualidade.

Portanto, percebe-se a relevância de fazer com que a produção das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável de territórios não seja restrita a poucos atores, estatais ou não estatais. Mas passe a envolver diversos grupos sociais, especialmente, de comunidades locais, que vivenciam e são impactadas diretamente pelas mudanças que ocorrem no território. Assim, é possível mobilizar

relações colaborativas e qualificar mecanismos de governança pública, que potencializam práticas para o DLS.

Pondera-se que este trabalho se limitou a fazer um estudo qualitativo que destaca as particularidades e questões recorrentes do território de Paraty. Nesse sentido, não foi possível identificar relações ainda mais específicas que representam uma única comunidade ou iniciativa de TBC do município. Nem retratar características mais amplas de um cenário regional, nacional ou global.

Por conta disso, sugere-se que estudos futuros – por uma abordagem qualitativa ou quantitativa – utilizem os apontamentos e categorias indicados por este trabalho para analisar as implicações do TBC para o DLS e a sua inserção na GPT, a partir de recortes territoriais-metodológicos mais específicos ou abrangentes que os realizados nesta Tese. Também é pertinente investigar contextos similares ao território de Paraty (em relação à governança, turismo, população, etc.).

Como contribuições teóricas desta Tese, destaca-se seu detalhamento na articulação entre o TBC e o DLS, que é um tema que ainda precisa ser progressivamente discutido (Dangi; Petrick, 2021; Lindström, 2020; Pinheiro, 2016). Ademais, seus resultados avançam na compreensão de como a inserção do TBC em instrumentos de governança pública pode ajudar no alcance e disseminação dos seus princípios endógenos-sustentáveis – que segundo Dangi e Petrick (2021), Graciano e Holanda (2020) e Lindström (2020) é algo que precisa ser mais abordado pela literatura.

Já sob uma ótica mais prática, sobretudo para o campo da administração pública, o presente estudo indica possibilidades para qualificar mecanismos de GPT e a importância de incluir o TBC neles – considerando as características que ele tem de favorecer o desenvolvimento autossustentável de um território, a partir do seu patrimônio material e imaterial.

REFERÊNCIAS

DANGI, T. B.; PETRICK, J. F. Enhancing the role of tourism governance to improve collaborative participation, responsiveness, representation and inclusion for sustainable community-based tourism: a case study. **International Journal of Tourism Cities**, v. 7, n. 4, p. 1029-1048, 2021.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Bibliometric analysis of scientific literature on community-based tourism from 2013 to 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 161-179, 2020.

LINDSTRÖM, K. N. Ambivalence in the evolution of a community-based tourism sharing concept: a public governance approach. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 20, n. 3, p. 302-315, 2020.

MENDONÇA, T. C. *et al.* Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, 2017.

PINHEIRO, R. C. S. Turismo de base comunitária como inovação social na gestão do turismo em espaços rurais. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 10, n. 19, p. 146-165, 2016.

TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 3, p. 645-658, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Roteiro da Revisão Integrativa da Literatura

Trabalhos analisados		
Artigos relacionados aos respectivos temas com acesso aberto – por meio do <i>login</i> CAFE no Periódicos CAPES – nas bases <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> .		
Objetivo	Temas	Itens a serem investigados
a) Identificar as possíveis contribuições do TBC para o DLS;	Contribuições do TBC para o DLS	Os prováveis benefícios do TBC para o DLS, fundamentados na literatura sobre o tema.
b) Verificar os principais atributos que caracterizam uma Boa GPT para o DLS;	Atributos que qualificam a GPT para o DLS	Os elementos centrais que qualificam a GPT para o DLS, indicados pela literatura.

APÊNDICE II – Roteiro da Pesquisa Documental

Documentos analisados		
Atas das reuniões do COMTUR realizadas nos anos de 2022 e 2023.		
Tema		
Dados sobre Desenvolvimento Local Sustentável		
Objetivos	Subtemas	Itens a serem apurados
<p>c) Descrever práticas do TBC do território de Paraty/RJ que se articulam ao DLS e seus desafios nesse processo;</p> <p>e) Explicar, com base no caso de Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS.</p>	Dimensão cultural	Apurar como os representantes do TBC têm se posicionado em relação às pautas culturais mecanismo de GPT. Além disso, verificar se algo tem dificultado seu posicionamento em relação às pautas culturais.
	Dimensão ecológica	Apurar como os representantes do TBC têm se posicionado em relação às pautas ecológicas discutidas no mecanismo de GPT. Além disso, verificar se algo tem dificultado seu posicionamento em relação às pautas ecológicas.
	Dimensão econômica	Apurar como os representantes do TBC têm se posicionado em relação às pautas econômicas no mecanismo de GPT. Além disso, verificar se algo tem dificultado seu posicionamento em relação às pautas econômicas.
	Dimensão política	Apurar como os representantes do TBC têm se posicionado em relação às pautas políticas no mecanismo de GPT. Além disso, verificar se algo tem dificultado seu posicionamento em relação às pautas políticas.
	Dimensão social	Apurar como os representantes do TBC têm se posicionado em relação às pautas sociais no mecanismo de governança territorial. Além disso, verificar se algo tem dificultado seu posicionamento em relação às pautas sociais.
	Contribuições para o DLS (livre)	Apurar se a participação dos representantes do TBC no mecanismo de GPT pode contribuir, de algum modo, para a copromoção do DLS. Além disso, verificar fatores que podem dificultar essas contribuições.
Tema		
Dados sobre Governança Pública Territorial		
Preâmbulo		
Governança Pública Territorial (GPT) consiste em espaços, compostos por diferentes representações, voltados a gerir assuntos públicos de um território. Exemplos de espaços de GPT: Fóruns Territoriais; Conferências Públicas; Conselhos Municipais, etc.		
Objetivos	Subtemas	Itens a serem apurados nos documentos
<p>d) Mostrar a maneira que os representantes do TBC do território de Paraty/RJ têm participado da GPT, considerando os principais atributos que a qualifica;</p>	Acesso aos mecanismos de governança	Apurar como é o acesso e a abertura do mecanismo de GPT para receber os atuais e novos representantes, em especial, do TBC. Identificar se algo tem dificultado o acesso e a abertura aos representantes do TBC.
	Engajamento dos atores locais para a governança	Apurar se os representantes do TBC se sentem estimulados ou não a participar do mecanismo de GPT. Identificar os possíveis motivos para o estímulo ou desestímulo deles em participar.

e) Explicar, com base no caso de Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS.	Representatividade local na governança	Apurar se as discussões e decisões do mecanismo de GPT ocorrem democraticamente, com a participação igualitária dos diversos atores relacionados ao assunto pautado. Identificar se outra representação, do TBC ou não, deveria participar do mecanismo de GPT.
	Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança	Apurar como os atos (ações, posicionamentos ou decisões) produzidos pelo mecanismo de governança são publicados. Complementarmente, conferir como são respondidas as solicitações de informações de pessoas externas ao mecanismo. Além disso, identificar se algo tem dificultado a comunicação e transparência dos atos produzidos pelo mecanismo de governança.
	Responsabilidade sustentável da governança	Apurar se o mecanismo de GPT consegue equilibrar os diferentes interesses e fatores apresentados na discussão coletiva (como o cultural, o ecológico, o econômico, o político e o social). Identificar se algum interesse e ou fator tem sido priorizado na discussão e deliberação coletiva.
	Eficácia da governança	Apurar se as deliberações coletivas do mecanismo têm sido implementadas ou realizadas. Conferir como a implementação das deliberações costumam ocorrer e se elas variam de acordo com o que foi deliberado. Além disso, identificar se algo tem dificultado a implementação de determinadas deliberações.
	Participação e desafios (livre)	Apurar como os representantes do TBC atuam no mecanismo de GPT. Identificar se algo tem dificultado sua participação.

APÊNDICE III – Roteiro do Questionário Semiestruturado

Público-alvo		
Representantes do TBC que participam dos mecanismos de GPT em Paraty.		
Tema		
Dados sobre Desenvolvimento Local Sustentável		
Preâmbulo		
O Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) é um processo endógeno (com base nos recursos e necessidades locais) que visa gerar benefícios duradouros para a sociedade pelo equilíbrio de várias dimensões territoriais – como a cultural, a ecológica, a econômica, a política e a social.		
Objetivos	Subtemas	Questões
<p>c) Descrever práticas do TBC do território de Paraty/RJ que se articulam ao DLS e seus desafios nesse processo;</p> <p>e) Explicar, com base no caso de Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS.</p>	Dimensão cultural	<p>2- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade cultural (como a produção de práticas que remetem às tradições locais)?</p> <p style="text-align: center;">() Sim. () Não.</p> <p>2.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p>2.2- Caso entenda que há algum desafio que impeça ou limite a realização de atividades culturais por parte de sua iniciativa de TBC, descreva abaixo:</p> <p style="text-align: center;">_____</p>
	Dimensão ecológica	<p>1- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade ecológica (a exemplo da preservação ou a conservação dos recursos naturais do local)?</p> <p style="text-align: center;">() Sim. () Não.</p> <p>1.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p>1.2- Caso entenda que há algum desafio que impeça ou limite a realização de atividades ecológicas por parte de sua iniciativa de TBC, descreva abaixo:</p> <p style="text-align: center;">_____</p>
	Dimensão econômica	<p>3- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade econômica (como a geração de trabalho e renda para as pessoas da localidade)?</p> <p style="text-align: center;">() Sim. () Não.</p> <p>3.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p>3.2- Caso entenda que há algum desafio que impeça ou limite a realização de atividades econômicas por parte de sua iniciativa de TBC, descreva abaixo:</p> <p style="text-align: center;">_____</p>
	Dimensão política	<p>4- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade política (como dar protagonismo</p>

		<p>decisório às pessoas da localidade)?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>4.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):</p> <p>_____</p> <p>4.2- Caso entenda que há algum desafio que impeça ou limite a realização de atividades políticas por parte de sua iniciativa de TBC, descreva abaixo:</p> <p>_____</p>
	Dimensão social	<p>5- A sua iniciativa de TBC realiza alguma atividade social (como impactar no bem-estar da população local)?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>5.1- Caso tenha respondido "Sim", descreva qual(ais):</p> <p>_____</p> <p>5.2- Caso entenda que há algum desafio que impeça ou limite a realização de atividades sociais por parte de sua iniciativa de TBC, descreva abaixo:</p> <p>_____</p>
	Contribuições para o DLS (livre)	<p>6- Você acredita que sua iniciativa de TBC pode contribuir para a promoção do DLS, considerando a definição de DLS do preâmbulo deste questionário?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>6.1- Caso tenha respondido "Sim", explique o porquê:</p> <p>_____</p> <p>6.2- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê:</p> <p>_____</p>
<p>Tema</p> <p>Dados sobre Governança Pública Territorial</p> <p>Preâmbulo</p> <p>Governança Pública Territorial (GPT) consiste em espaços, compostos por diferentes representações, voltados a gerir assuntos públicos de um território. Exemplos de espaços de GPT: Fóruns Territoriais; Conferências Públicas; Conselhos Municipais, etc.</p>		
Objetivos	Subtemas	Questões
d) Mostrar a maneira que os representantes do TBC do território de Paraty/RJ têm participado da GPT, considerando os principais atributos que a qualifica;	Indagação sobre a participação ou não	7- Você participa de algum espaço de GPT? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.
e) Explicar, com base no caso de	Acesso aos mecanismos de governança	8- Na sua opinião, o espaço de GPT que você participa é acessível às representações que devem participar dele? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Parcialmente. <input type="checkbox"/> Não. 8.1- Caso tenha respondido "Parcialmente", explique o porquê:

Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS.		<p>_____</p> <p>8.2- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê:</p> <p>_____</p>
	Engajamento dos atores locais para a governança	<p>9- Você se sente motivado a participar do seu GPT?</p> <p>() Sim. () Parcialmente. () Não.</p> <p>9.1- Caso tenha respondido "Parcialmente", explique o porquê:</p> <p>_____</p> <p>9.2- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê:</p> <p>_____</p>
	Representatividade local na governança	<p>10- Você entende que as discussões e decisões da GPT ocorrem representativamente (com a participação igualitária dos diversos atores relacionados ao assunto pautado)?</p> <p>() Sim. () Parcialmente. () Não.</p> <p>10.1- Caso tenha respondido "Parcialmente", explique o porquê:</p> <p>_____</p> <p>10.2- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê:</p> <p>_____</p>
	Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança	<p>11- Os atos (ações, posicionamentos ou decisões) produzidos pela GPT costumam ser divulgados?</p> <p>() Sim. () Parcialmente. () Não.</p> <p>11.1- Caso tenha respondido "Parcialmente", explique o porquê:</p> <p>_____</p> <p>11.2- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê:</p> <p>_____</p>
	Responsabilidade sustentável da governança	<p>12- Você acredita que a GPT consegue equilibrar os diferentes interesses e fatores apresentados na discussão coletiva (como o cultural, o ecológico, o econômico, o político e o social)?</p> <p>() Sim. () Parcialmente. () Não.</p> <p>12.1- Caso tenha respondido "Parcialmente", explique o porquê:</p> <p>_____</p> <p>12.2- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê:</p> <p>_____</p>

	Eficácia da governança	<p>13- As deliberações coletivas da GPT têm sido implementadas ou realizadas?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Parcialmente. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>13.1- Caso tenha respondido "Parcialmente", explique o porquê: _____</p> <p>13.2- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê: _____</p>
	Participação e desafios (livre)	<p>14- Você acredita que participa adequadamente da GPT, considerando a definição de GPT do preâmbulo deste questionário?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Parcialmente. <input type="checkbox"/> Não.</p> <p>14.1- Caso tenha respondido "Sim", explique o porquê: _____</p> <p>14.2- Caso tenha respondido "Parcialmente", explique o porquê: _____</p> <p>14.3- Caso tenha respondido "Não", explique o porquê: _____</p>

APÊNDICE IV – Roteiro da Observação Direta

Pontos de Observação		
A observação direta ocorreu através de: participações como ouvinte nas reuniões do COMTUR; idas a órgãos públicos municipais; caminhadas no centro histórico da cidade; e visitas a comunidades tradicionais locais que trabalham com o TBC.		
Tema		
Dados sobre Desenvolvimento Local Sustentável		
Objetivos	Subtemas	Itens a serem observados
<p>c) Descrever práticas do TBC do território de Paraty/RJ que se articulam ao DLS e seus desafios nesse processo;</p> <p>e) Explicar, com base no caso de Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS.</p>	Dimensão cultural	Observar se TBC de Paraty tem contribuído para a realização de alguma atividade cultural. Além disso, verificar se existem desafios que impeçam ou limitem a realização de atividades culturais por parte deles.
	Dimensão ecológica	Observar se TBC de Paraty tem contribuído para a realização de alguma atividade ecológica. Além disso, verificar se existem desafios que impeçam ou limitem a realização de atividades ecológicas por parte deles.
	Dimensão econômica	Observar se TBC de Paraty tem contribuído para a realização de alguma atividade econômica. Além disso, verificar se existem desafios que impeçam ou limitem a realização de atividades econômicas por parte deles.
	Dimensão política	Observar se TBC de Paraty tem contribuído para a realização de alguma atividade política. Além disso, verificar se existem desafios que impeçam ou limitem a realização de atividades políticas por parte deles.
	Dimensão social	Observar se TBC de Paraty tem contribuído para a realização de alguma atividade social. Além disso, verificar se existem desafios que impeçam ou limitem a realização de atividades sociais por parte deles.
	Contribuições para o DLS (livre)	Observar se a participação do TBC de Paraty no mecanismo de GPT pode contribuir, de algum modo, para a copromoção do DLS.
	Tema	
Dados sobre Governança Pública Territorial		
Preâmbulo		
Governança Pública Territorial (GPT) consiste em espaços, compostos por diferentes representações, voltados a gerir assuntos públicos de um território. Exemplos de espaços de GPT: Fóruns Territoriais; Conferências Públicas; Conselhos Municipais, etc.		
Objetivos	Subtemas	Foco da Observação
<p>d) Mostrar a maneira que os representantes do TBC do território de Paraty/RJ têm participado da GPT, considerando os principais atributos que a qualifica;</p> <p>e) Explicar, com</p>	Acesso aos mecanismos de governança	Observar o acesso e a abertura do mecanismo de GPT para receber os atuais e novos representantes, em especial, do TBC de Paraty. Verificar se algo tem dificultado o acesso e a abertura desses mecanismos aos representantes do TBC.
	Engajamento dos atores locais para a governança	Observar se os representantes do TBC se sentem estimulados ou não a participar do mecanismo de GPT. Verificar os possíveis motivos para o estímulo ou desestímulo deles em participar.

base no caso de Paraty/RJ, como a GPT pode envolver o TBC no processo de copromoção do DLS.	Representatividade local na governança	Observar se as discussões e decisões do mecanismo de GPT ocorrem democraticamente, com a participação igualitária dos diversos atores relacionados ao assunto pautado. Verificar se outra representação, do TBC ou não, deveria participar do mecanismo de GPT.
	Transparência dos atos produzidos pelos mecanismos de governança	Observar como os atos (ações, posicionamentos ou decisões) produzidos pelo mecanismo de governança são publicados. Complementarmente, verificar como são respondidas as solicitações de informações de pessoas externas ao mecanismo. Além disso, identificar se algo tem dificultado a comunicação e transparência dos atos produzidos pelo mecanismo de governança.
	Responsabilidade sustentável da governança	Observar se o mecanismo de GPT consegue equilibrar os diferentes interesses e fatores apresentados na discussão coletiva (como o cultural, o ecológico, o econômico, o político e o social). Verificar se algum interesse e ou fator tem sido priorizado na discussão e deliberação coletiva.
	Eficácia da governança	Observar se as deliberações coletivas do mecanismo têm sido implementadas ou realizadas. Verificar como a implementação das deliberações costumam ocorrer e se elas variam de acordo com o que foi deliberado. Além disso, identificar se algo tem dificultado a implementação de determinadas deliberações.
	Participação e desafios (livre)	Observar como os representantes do TBC atuam no mecanismo de GPT. Verificar se algo tem dificultado sua participação.

ANEXOS

ANEXO I – Lei nº 2.341 de 27 de dezembro de 2021



DIÁRIO OFICIAL

Paraty | Estado do Rio de Janeiro | 27 de dezembro de 2021 | Edição Nº 0990-A - EXTRA | Ano 05
**ATOS DO PODER EXECUTIVO E DEMAIS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
 DIRETA E INDIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PARATY

Expediente:

Órgão Oficial do Município de Paraty/RJ, criado pela Lei Municipal nº 2.107 de 11 de agosto de 2017.

Edição, impressão e disponibilização: Secretaria Executiva de Governo.

Edições do Diário Oficial do Município podem ser acessadas no portal da Prefeitura de Paraty:

www.paraty.rj.gov.br

Lei nº. 2.341/2021

"Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, revoga a Lei nº. 1.920/2013 e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARATY**, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Turismo de Paraty – COMTUR PARATY – é órgão consultivo e deliberativo das políticas públicas de turismo, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo e com as seguintes finalidades:

I – Propor as diretrizes de trabalho da Diretoria do COMTUR e do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Turismo - FUNTURISMO;

II – Responsabilizar-se por propor diretrizes e por oferecer subsídios para a formulação e implantação das Políticas Públicas de Turismo de Paraty, e acompanhar as ações necessárias à sua implantação;

III – Subsidiar o Secretário Municipal de Turismo na elaboração e avaliação do Plano Municipal de Turismo – PMT e de seus programas, projetos e atividades de promoção e incentivo ao turismo local, nacional e internacionalmente;

IV – Responsabilizar-se pela gerência dos recursos do Fundo Municipal de Turismo, criado pela Lei 998/95, bem como por aprovar os programas e projetos turísticos em conformidade com o PMT;

V – Ser um mecanismo de proposição de medidas de difusão e amparo ao turismo, em colaboração e articulação com os demais organismos públicos e privados envolvidos, bem como com todas as secretarias municipais de Paraty;

VI – Articular-se com outros municípios, em especial fortalecendo a instância de governança regional da Costa Verde, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e com o Governo Federal em prol do desenvolvimento do turismo de Paraty;

VII – Analisar e propor à Administração Municipal normas que contribuam para a produção e adequação de legislação turística e correlata, visando a defesa do consumidor e a qualidade do Turismo Municipal, em colaboração com os demais organismos públicos e privados envolvidos;

VIII – Apoiar as comunidades tradicionais na sua estruturação como atrativos legítimos do turismo cultural e de base comunitária, compartilhando seus saberes e fazeres, enfatizando o respeito às tradições, costumes e crenças;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
 RUA JOSÉ BALBINO, 142 – PONTAL – PARATY/RJ | CEP: 23970-000
 TEL: 24 3371-9900

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PARATY

Edição Nº 0990-A - EXTRA | segunda-feira, 27 de dezembro de 2021

IX - Constituir câmaras e comissões especiais, técnicas e outras, estabelecendo suas competências e composição, visando análise e parecer de assuntos específicos votados como necessários, propondo normas, regulamentos e soluções para o melhor funcionamento do setor;

X - Trabalhar em prol da integração e produtividade de toda a cadeia produtiva da atividade turística;

XI - Criar competências para selos certificadores de boas práticas, com premiações e projetos para beneficiar fiscais;

XII - Atuar na proposição e validação do Plano Diretor nos tópicos que envolvem a atividade turística;

XIII - Zelar para que o desenvolvimento da atividade turística no município se faça sob a égide da ética e da sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política;

Art. 2º - O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR PARATY - será nomeado pelo Executivo Municipal, sendo composto por membros eleitos por representação setorial, em assembleia geral convocada para essa finalidade com 30 dias de antecedência e ampla divulgação, conforme disposições a seguir:

Membros do Executivo Municipal

a) Secretaria de Turismo: indicação de 1 representante e seu suplente.

b) Secretaria de Desenvolvimento urbano e Meio Ambiente: indicação de 1 representante e seu suplente.

c) Secretaria de Cultura: indicação de 1 representante e seu suplente.

Membros Representantes Setoriais

a) Dos Meios de Hospedagem: 1 representante e seu suplente.

b) Das Agências e Operadoras de Turismo: 1 representante e seu suplente.

c) Dos Bares e Restaurantes: 1 representante e seu suplente.

d) Povos Tradicionais: 1 representante e seu suplente. **(REDAÇÃO DADA PELA EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Nº. 001/2021)**

e) Das microempresas e prestadoras autônomas de serviços de apoio ao turismo: 1 representante e seu suplente. **(REDAÇÃO DADA PELA EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Nº. 001/2021)**

f) Da Sociedade Civil Organizada: 1 representante e seu suplente.

g) Instituições com finalidades turísticas e culturais: 1 representante e seu suplente. **(REDAÇÃO DADA PELA SUBEMENDA ADITIVA Nº. 001/2021)**

h) Instituições públicas fiscalizadoras: 1 representante e seu suplente. **(REDAÇÃO DADA PELA SUBEMENDA ADITIVA Nº. 001/2021)**

Parágrafo Único - O Executivo Municipal está autorizado a alterar a composição constante no caput, com base em deliberação tomada pelo COMTUR PARATY em assembleia, sempre que a demanda prática mostrar ser necessária, em reunião especialmente marcada para esta finalidade, a qual será convocada com antecedência de 30 dias e ampla divulgação. Havendo a obrigatoriedade das entidades listadas acima, da letra A até a letra F (Membros Representantes Setoriais), de comprovação das suas atividades dentro da legalidade, tendo a obrigatoriedade de estar registrados em ata os nomes de seu representantes.

Art. 3º- As reuniões do COMTUR PARATY são públicas e dela poderão participar, com direito a voz, mas não a voto, convidados em geral dos membros integrantes do Conselho e representantes de entidades públicas e privadas, bastando inclusão prévia na pauta e conforme procedimento sob responsabilidade do Secretário Executivo do Conselho.

Parágrafo Único - A prioridade de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo - FUNTURISMO - dependerá da decisão em assembleia do COMTUR PARATY, que reflete ampla representação da sociedade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY

RUA JOSÉ BALBINO, 142 - PONTAL - PARATY/RJ | CEP: 23970-000
TEL: 24 3371-9900

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PARATY

Edição Nº 0990-A - EXTRA | segunda-feira, 27 de dezembro de 2021

Art. 4º - Para o cumprimento de suas finalidades o COMTUR PARATY poderá:

- a) Eleger e credenciar, em assembléia, entidades, instituições e órgãos públicos e privados para receber auxílios e subvenções do FUNTURISMO, de acordo com os programas e projetos aprovados;
- b) Constituir grupos de trabalho para acompanhar programas e projetos;
- c) Nomear, dentre os seus membros, representantes para contatos com terceiros;
- d) Convocar, por decisão da maioria de seus membros, reunião ordinária ou extraordinária, e propor pautas de trabalho;

Parágrafo Único - O COMTUR PARATY utilizará a infra-estrutura pública e privada existente no município, e o resultado econômico das taxas serão aplicadas na organização e contratação geral de ações voltadas para as melhorias turísticas do município.

Art. 5º - O FUNTURISMO, criado pela Lei 998/95, é o mecanismo de suporte financeiro do COMTUR PARATY, constituído pelos recursos indicados na Lei 1362/03.

Art. 6º - A gerência do FUNTURISMO será feita pelo Conselho gestor do Fundo Municipal de Turismo, composto por cinco membros eleitos entre os integrantes do COMTUR PARATY, em deles o Secretário de Turismo, que é o seu Presidente.

Art. 7º - O quórum mínimo para as deliberações do COMTUR PARATY e Conselho Gestor do FUNTURISMO, bem como os procedimentos reguladores e de inclusão e exclusão de membros, e as normas a serem seguidas nas convocações e nas assembléias, será de 2/3. **(REDAÇÃO DADA PELA EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Nº. 001/2021)**

§ 1º - O Regimento Interno do COMTUR PARATY será apresentado em proposta da equipe técnica da Secretaria Municipal de Turismo, para ser aprovada em assembléia geral convocada para essa finalidade, com 30 dias de antecedência e ampla divulgação, com direito a voto seus membros titulares, na ausência do titular seu respectivo suplente.

§ 2º - O COMTUR deverá anualmente realizar audiência pública para a prestação de contas, estando esta sujeita a aprovação ou veto da Câmara Municipal de Vereadores. **(REDAÇÃO DADA PELA EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Nº. 001/2021)**

§ 3º - Em caso de reprovação, o conselho será destituído e nova assembléia deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias para a eleição dos novos integrantes. **(REDAÇÃO DADA PELA EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Nº. 001/2021)**

Art. 8º - O COMTUR PARATY será dirigido por uma Diretoria composta por quatro membros:

I - o Presidente

II - o Vice-Presidente

III - o Conselheiro

IV - o Secretário Executivo

§ 1º - O Presidente, o Vice-Presidente e o Conselheiro serão eleitos entre os membros do Conselho e o Secretário Executivo será um representante da Secretaria de Turismo, indicado pelo Secretário.

§ 2º - O COMTUR PARATY poderá destituir sua Diretoria e o Conselho Gestor do FUNTURISMO, desde que deliberado em assembléia e cabendo de imediato a convocação de nova eleição, no prazo de 30 dias.

Art. 9º - A composição do COMTUR PARATY e o mandato de sua Diretoria, assim como do Conselho Gestor do FUNTURISMO, respeitarão o prazo de DOIS ANOS e serão normatizados pelo Regimento Interno, podendo o Presidente do COMTUR PARATY ser reeleito somente uma vez.

§ 1º - O Presidente, o Vice-Presidente e o Conselheiro serão eleitos entre os membros do Conselho e o Secretário Executivo será um representante da Secretaria de Turismo, indicado pelo Secretário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
RUA JOSÉ BALBINO, 142 - PONTAL - PARATY/RJ | CEP: 23970-000
TEL: 24 3371-9900

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PARATY

Edição Nº 0990-A - EXTRA | segunda-feira, 27 de dezembro de 2021

§ 2º - O COMTUR PARATY poderá destituir sua Diretoria e o Conselho Gestor do FUNTURISMO, desde que deliberado em assembléia e cabendo de imediato a convocação de nova eleição, no prazo de 30 dias.

Art. 10 - As competências dos membros do COMTUR PARATY e de sua Diretoria serão estabelecidas e normatizadas pelo Regimento Interno.

Art. 11 - As funções dos membros do COMTUR PARATY, da sua Diretoria e do Conselho Gestor do FUNTURISMO não serão remuneradas, mas serão considerados relevantes serviços prestados ao município.

Art. 12 - O funcionamento do COMTUR PARATY focará a viabilização de Políticas Públicas de Turismo no município e a organização do Plano Municipal de Turismo, sempre atualizados e conduzidos de acordo com programas e projetos deliberados em assembléia.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº. 1.920/2013. **(REDAÇÃO DADA PELA EMENDA MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Nº. 001/2021)**

Prefeitura de Paraty, em 19 de novembro de 2021

Luciano de Oliveira Vidal
Prefeito de Paraty

ALTERA A DATA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO DE AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (MERENDEIRA) E AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR (SERVENTE) – Nº 002/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Dispõe sobre o Edital de Processo Seletivo Simplificado para contratação por prazo determinado de Agente de Alimentação Escolar (merendeira) e Agente de Limpeza Escolar (servente) – nº 002/2021, e dá outras providencias, para atender o interesse do município.

A Secretaria Municipal de Educação altera a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária por prazo determinado de Agente de Alimentação Escolar (merendeira) e Agente de Limpeza Escolar (servente) – Nº 002/2021.

Parágrafo único

Altera a redação do parágrafo 3º artigo 3.7 do edital do Processo Seletivo 002/2021, que passar a ter a seguinte redação:

3.7 O resultado final será divulgado no dia **03/01/2021**, no diário oficial do município, através do site da prefeitura municipal de Paraty (<http://www.pmparaty.rj.gov.br>).

Paraty, 28 de dezembro de 2021

Gabriela Dutra Gibrail
Secretária Municipal de Educação
Mat. 302.982

ALTERA A DATA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR PRAZO DETERMINADO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – Nº 003/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Dispõe sobre o Edital de Processo Seletivo Simplificado para contratação por prazo determinado de Professor de Educação Básica I – nº 003/2021, e dá outras providencias, para atender o interesse do município.

A Secretaria Municipal de Educação altera a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária por prazo determinado de Professor de Educação Básica I – Nº 003/2021.

Parágrafo único

Altera a redação do parágrafo 8º artigo 8.3 do edital do Processo Seletivo 003/2021, que passar a ter a seguinte redação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
RUA JOSÉ BALBINO, 142 – PONTAL – PARATY/RJ | CEP: 23970-000
TEL: 24 3371-9900

ANEXO II – Lei nº 1.997 de 21 de maio de 2015



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
 SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO

LEI Nº 1997/2015.

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Paraty, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.

Carlos José Gama Miranda, Prefeito Municipal de Paraty, Estado do Rio de Janeiro faço saber que a Câmara Municipal de Paraty **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula no município de Paraty e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Paraty, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

Das definições e dos Princípios

Art. 3º O Sistema Municipal de Cultura - SMC - visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultural de todos, estabelecer novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais e criar instâncias de participação de todos os segmentos sociais atuantes no



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

meio cultural, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e do Conselho de Política Cultural, compactuando as políticas de cultura entre os entes federados.

Art. 4º Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC - que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento de bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

Da Estrutura

SEÇÃO I

Dos Componentes

Art.5º Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - coordenação:

a) Secretaria Municipal de Cultura - SECULT.

II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

- a) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
 - b) Conferência Municipal de Cultura – CMC;
 - c) Fórum Municipal de Cultura – FMC.
- III - instrumentos de gestão:
- a) Plano Municipal de Cultura - PMC;
 - b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
 - c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC.

SEÇÃO II

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura -SMC

Art. 6º A Secretaria Municipal de Cultura – SECULT, criada pela Lei Complementar nº 011/2010 é órgão superior, regido pelo seu estatuto, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

SEÇÃO III

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 7º Constituem-se as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SMC:

- I- Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
- II- Conferência Municipal de Cultura – CMC;
- III - Fórum Municipal de Cultura – FMC.

Do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC

Art. 8º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO

social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

§ 1º O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 2º Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

§ 3º A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, na sua composição

§ 4º A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar a representação do Município de Paraty, por meio da Secretaria Municipal de Cultura - SECULT e de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal.

Art. 9º O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 16 (dezesesseis) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) **Secretaria Municipal de Cultura, sendo o titular representado pelo Secretário de Cultura; (Redação dada pela Emenda Modificativa nº 001/15)**

b) Secretaria Municipal de Educação;

c) Secretaria Municipal de Promoção Social;

d) Secretaria Municipal de Meio - Ambiente;

e) Secretaria Municipal de Turismo;

f) Secretaria Municipal de Esportes;

g) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

h) Câmara municipal;

II - 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

a) Câmara Setorial de Artes Visuais;

b) Câmara Setorial de Audiovisual e Cinema;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

- c) Câmara Setorial de Música;
- d) Câmara Setorial de Artes Cênicas;
- e) Câmara Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais;
- f) Câmara Setorial de Patrimônio material e imaterial;
- g) Câmara Setorial das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura;
- h) Equipamentos e Instituições culturais.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Da Conferência Municipal de Cultura – CMC

Art. 10 A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que compõem o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal de Cultura – SECULT convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

Do Fórum Municipal de Cultura – FMC



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

Art. 11 O Fórum Municipal de Cultura de Paraty, instituído pela Lei no. 1896/2013, será integrado ao Sistema Municipal de Cultura como instância de Articulação e Pactuação, de caráter exclusivamente consultivo.

Parágrafo único. O Fórum Municipal de Cultura – FMC – integrará a plenária do Conselho Municipal de Política Cultural, com um representante eleito e seu respectivo suplente, sem direito a voto.

SEÇÃO IV

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 12º Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Plano Municipal de Cultura - PMC;
- II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
- III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Do Plano Municipal de Cultura - PMC

Art. 13 O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 14º A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura – SECULT que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

- I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II - diretrizes e prioridades;
- III - objetivos gerais e específicos;
- IV - estratégias, metas e ações;
- V - prazos de execução;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e

XIX - indicadores de monitoramento e avaliação.

Do Fundo Municipal de Cultura – FMC

Art. 15º Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FMC, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 16º O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 17 O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

Art. 18 São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Paraty e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

III - contribuições de mantenedores;

IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

V - doações e legados nos termos da legislação vigente;

VI - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VII - saldos de exercícios anteriores; e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

VIII - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 19 O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura - SECULT na forma estabelecida na sua regulamentação por Decreto e apoiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos. (Redação dada pela Emenda Modificativa nº 001/15).

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC

Art. 20 Cabe à Secretaria Municipal de Cultura - SECULT desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIC.

Art. 21 O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e com institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

SEÇÃO V

Dos Sistemas Setoriais

Art. 22 Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 23 Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura - SMC:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY
SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO**

I - o Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL

II - outros que venham a ser constituídos.

Art. 24 As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25º Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.


Art. 26º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraty, 21 de maio de 2015.


Carlos José Gama Miranda

Prefeito Municipal

ANEXO III – Diretrizes do Fórum de Comunidades Tradicionais



OBSERVATÓRIO
DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA

[INÍCIO](#)
[SOBRE](#)
[ÁREAS DE ATUAÇÃO](#)
[NOTÍCIAS](#)
[RÁDIO](#)
[BIBLIOTECA](#)
[CONTATO](#)



FORTALECIMENTO DO FCT

Criado em 2007 a partir da união de lideranças indígenas, quilombolas e caiçaras de diferentes comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, o Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) é um movimento social de defesa dos direitos humanos que atua ao lado da Fiocruz, desde 2009, por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

Desde então, a Fiocruz e o FCT estabeleceram como prioridade fortalecer as lideranças e os espaços de representação do FCT para que o próprio movimento qualifique suas bandeiras de luta em áreas como saneamento ecológico, agroecologia, turismo de base comunitária (TBC), promoção da saúde, educação diferenciada, justiça socioambiental, cartografia social, comunicação e monitoramento territorializado da Agenda 2030.

Entre outras ações, integramos em nossa equipe pesquisadores indígenas, caiçaras e quilombolas associados ao FCT. Igualmente, integramos em nosso Colegiado de Coordenação lideranças do Fórum de Comunidades Tradicionais, da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e da Comissão Guarani Yvyrupá (CGY), organização que representa os povos Guarani no sul e sudeste do Brasil.

Além disso, o OTSS provê recursos diversos para viabilizar a realização de reuniões, partilhas, encontros, articulações e mobilizações em rede promovidas pelo FCT. Entre estas ações, estão espaços formativos para monitorar a situação de implementação das políticas, planos, projetos e ações públicas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais; para promover denúncias de violação de seus direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais e difusos nos órgãos de proteção; e para ampliar a concertação entre essas comunidades em relação à promoção de seus direitos humanos e territoriais. A produção de uma base de informações e dados georreferenciados sobre o território, incluindo metodologias participativas como a Cartografia Social; saneamento ecológico; educação diferenciada; incubadora de tecnologias sociais; agroecologia; turismo de base comunitária.

◀ ◆ ▶

**PELO PROTAGONISMO E PERMANÊNCIA
DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
EM SEUS TERRITÓRIOS.**



ANEXO IV – Regimento Interno COMTUR Paraty



REGIMENTO INTERNO COMTUR PARATY

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I: Objetivos

Art. 1º - O COMTUR PARATY - Conselho Municipal de Turismo, conforme disposto pela Lei Municipal nº 2.341 de 27 de dezembro de 2021, atua como órgão consultivo e deliberativo, que foca a viabilização das Políticas Públicas de Turismo, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º - Além do estabelecido pela Lei Municipal nº 2.341/2021, ao COMTUR PARATY compete:

- I - Estabelecer diretrizes e oferecer subsídios para a formulação e implantação das Políticas Públicas de Turismo de Paraty, e acompanhar as ações necessárias à sua implementação;
- II - Propor medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos no Município;
- III - Opinar, previamente, sobre Projetos de Leis que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- IV - Indicar representantes para, em nome do município, integrarem delegações a congressos, convenções, reuniões ou novos acontecimentos que ofereçam interesse à política municipal de turismo;
- V - Organizar e promover amplos debates, junto com a Secretaria Municipal de Turismo, sobre os assuntos de interesse turístico para o Município;
- VI - Verificar o funcionamento e atualizações do inventário da oferta turística e orientar sua melhor divulgação;
- VII - Sugerir formas de captação de recursos junto a órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de estimular intercâmbios para o desenvolvimento do turismo no Município;
- VIII - Colaborar na normatização e elaboração do calendário turístico do Município;
- IX - Aprovar o seu regimento interno;
- X - Constituir câmaras e comissões especiais, técnicas e outras, visando a análise e elaboração de pareceres sobre assuntos específicos;
- XI - Fomentar a integração do Município a programas estaduais, federais e outros;
- XII - Promover parcerias com órgãos e instituições públicos, mistos ou privados, nacionais ou internacionais de turismo ou afins;
- XIII - Fomentar estudos de capacidade de carga e suporte, e articulação dessas informações para monitoramento do crescimento do turismo no Município, a fim de propor e definir medidas que atendam à sua capacidade turística;
- XIV - Buscar meios para desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando ordenar o fluxo de turistas ao Município, respeitada sua capacidade receptiva assim como seu patrimônio ambiental e cultural, atendendo as limitações do inciso XIII;

- XV - Propor diretrizes para um trabalho coordenado de ordenamento e planejamento entre serviço público, a iniciativa privada e sociedade civil organizada, bem como em consonância com os anseios das comunidades receptoras;
- XVI - Contribuir para a promoção de campanhas de conscientização sobre a atividade turística na comunidade;
- XVII - Examinar e emitir parecer sobre as contas que lhe forem apresentadas, referente aos planos e programas de trabalho executados pela Secretaria de Turismo;
- XVIII - Fiscalizar, por meio do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Turismo, a captação, o repasse e a destinação dos recursos de competência do FUNTURISMO;
- XIX - Acompanhar a destinação e aplicação dos recursos financeiros, consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Turismo, com vistas a zelar pelo patrimônio público;
- XX - Ser apartidário e sem distinção de gênero, etnia ou credo.

SEÇÃO II: A Diretoria

Art. 3º - O COMTUR PARATY é constituído por até trinta e dois membros, conforme disposto pela Lei Municipal nº 2.341/2021, representantes indicados pelos órgãos, entidades, cooperativas, associações ou organizações, respectivamente indicados por seus pares, em reunião convocada para essa finalidade com trinta dias de antecedência e ampla divulgação.

Art. 4º - A estrutura de Direção do COMTUR PARATY está estabelecida pela Lei Municipal nº 2.341/2021:

- I - Presidente
- II - Vice-Presidente
- III - 1º Conselheiro
- IV - Secretário Executivo (indicado da Secretaria de Turismo)

Art. 5º - Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Turismo:

- I - Representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;
- II - Presidir as reuniões do Conselho e assinar as atas com o Secretário;
- III - Convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos quarenta e oito horas de antecedência, por contato telefônico ou e-mail;
- IV - Coordenar as atividades do Conselho: organizando a ordem do dia das reuniões ordinárias e enviando a pauta aos membros, no prazo mínimo de cinco dias de antecedência; abrindo, prorrogando, encerrando ou suspendendo as reuniões do Conselho;
- V - Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;
- VI - Adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo Conselho, da execução dos projetos e propostas de interesse turístico do Município;
- VII - Convidar pessoas de interesse do Conselho para participar das reuniões, com direito a voz e não a voto, com o objetivo de colaborar com o Conselho;
- VIII - Ter voto de minerva em caso de empate;

IX - Decidir sobre questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos o Regimento;

X - Assinar os livros e documentos destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XI - Representar em nome do Conselho, ou delegar representação aos membros, para manter os contatos com as autoridades e órgãos afins.

Art. 6º - Ao Vice-Presidente do Conselho Municipal de Turismo compete colaborar com o Presidente, substituindo-o nos impedimentos.

Art. 7º - Ao Secretário Executivo do Conselho Municipal de Turismo compete:

I - Assessorar o Presidente na elaboração das pautas das reuniões e nas matérias técnicas;

II - Secretariar as reuniões do Conselho e manter os conselheiros informados sobre os trabalhos desenvolvidos;

III - Responsabilizar-se pelas atas das reuniões, contando com a colaboração de outros Conselheiros voluntários, e assiná-las com o Presidente;

IV - Manter atualizados todos os documentos e arquivos do Conselho, bem como receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrar e tomar as providências necessárias.

Art. 8º - Ao Conselheiro compete colaborar com o Secretário Executivo, substituindo-o na ausência ou impedimento, e auxiliar o Presidente e Vice em suas funções.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES

SEÇÃO I: Procedimentos

Art. 9º - O Conselho Municipal de Turismo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, por convocação com no mínimo uma semana de antecedência.

Art. 10º - O Conselho Municipal de Turismo reunir-se-á extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros titulares. Sendo necessária a presença de, no mínimo, cinquenta por cento de seus membros. Serão convocadas com no mínimo cinco dias de antecedência.

Art. 11º - A primeira chamada será em quinze minutos e deve ter no mínimo metade de seus membros. A segunda chamada será após quinze minutos da primeira e deve ter mínimo de 1/3 dos membros. Não havendo quórum a reunião será adiada para a semana seguinte.

Art. 12º - As reuniões do Conselho serão abertas ao público, sendo-lhes concedido o direito de voz pela Presidência desde que não haja interferência no bom andamento dos trabalhos.

SEÇÃO II: Ordem de Trabalho

Art. 13º - A Ordem do Dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão, acompanhados dos respectivos pareceres.

Art. 14º - A ordem dos trabalhos do Conselho será a seguinte:

I - Verificação do quórum;

- II - Abertura da sessão;
- III - Informar Conselheiros ausentes;
- IV - Leitura da ata da reunião anterior se solicitado, com suas retificações se houverem;
- V - Aprovação da ata;
- VI - Leitura do expediente e ordem do dia;
- VII - Discussão e votação das matérias que tiveram adiamento de pauta;
- VIII - Discussão e votação das matérias inscritas para a ordem do dia;
- IX - Comunicados e assuntos de interesse;
- X - Encerramento da sessão.

SEÇÃO III: Discussões das Matérias

Art. 15º - Para efeito de deliberação após a leitura do expediente, o Presidente submeterá o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.

Parágrafo único. O período de discussão de cada matéria será previamente fixado pelo Presidente, cabendo a cada membro o mesmo espaço para debater os assuntos.

Art. 16º - Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, sendo permitido apenas um adiamento, e facultado a qualquer membro do Conselho pedir vista em matéria, desde que não seja matéria adiada da reunião anterior.

Parágrafo único. O prazo de vista será de dez dias.

Art. 17º - Durante as discussões, os membros do Conselho poderão:

- I - Apresentar emendas ou substitutivos;
- II - Levantar questões de esclarecimento em caso de dúvidas;
- III - Opinar sobre os relatórios apresentados;
- IV - Propor questões de encaminhamento, com providências para a instrução do assunto em debate;
- V - Levantar questões de ordem, sempre que o Plenário fugir às regras deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Os Conselheiros devem conter suas falas dentro do prazo fixado pelo Presidente para a questão em discussão, podendo solicitar prorrogação do prazo por apenas uma vez.

SEÇÃO IV: Votação

Art. 18º - A votação poderá ser simbólica ou nominal, com no mínimo 50% mais um de quórum.

§1º - A votação simbólica far-se-á conservando-se sentados os que aprovam e levantados os que desaprovam a proposição.

§2º - A votação simbólica será regra geral para as votações, somente sendo abandonada por solicitação de qualquer membro, aprovada pelo plenário, e sendo encaminhada a votação nominal.

§3º - A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou não à proposição.

Art. 19º - Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente declarará quantos votos foram favoráveis ou contrários.

Parágrafo único. Havendo dúvidas sobre o resultado, o Presidente poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Art. 20º - Não poderá haver voto por delegação setorial.

Art. 21º - Todas as decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos presentes em reuniões ordinárias e registradas em Ata.

Art. 22º - O Vice-Presidente, quando não estiver no exercício da Presidência, o Secretário Executivo e os Conselheiros terão direitos a voto e voz, como os demais membros.

Art. 23º - As decisões do COMTUR PARATY definidas em plenária resultarão em Atos Administrativos, podendo denominar-se Ofícios, Deliberações, Pareceres e Moções. Os membros do COMTUR PARATY podem também apresentar Proposições e Homenagens.

§ 1º - Essas peças serão redigidas e assinadas pelos relatores e pelo Presidente, e deverão ser apresentadas ao Secretário Executivo do Conselho, até dez dias após a respectiva aprovação pelo plenário.

§ 2º - As decisões serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente do COMTUR apenas o voto de desempate. O voto será restrito aos membros titulares.

SEÇÃO V: Atas

Art. 24º - As decisões do Conselho serão registradas em ata.

Parágrafo Único - As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho, pelo Secretário Executivo e por todos os membros presentes à reunião, conforme Lista de Presença.

Art. 25º - Ata é o registro escrito do resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho.

Art. 26º - As atas deverão conter:

- I - Dia, mês, ano, local e hora da abertura e encerramento da reunião;
- II - O nome do presidente ou de seu substituto legal;
- III - Os nomes dos membros que comparecerem à reunião, a justificativa dos ausentes, bem como o registro dos eventuais convidados;
- IV - O registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados na ordem do dia, dos atos administrativos a serem publicados, mencionando-se sempre a natureza dos estudos efetuados.

Art. 27º - O Secretário Executivo terá o prazo de uma semana para finalizar e enviar as atas por correio eletrônico. Os Conselheiros presentes à reunião terão o prazo de dez dias para enviar suas considerações por correio eletrônico com cópia a todos os demais Conselheiros.

Art. 28º - As atas somente serão lidas no início das reuniões quando solicitado por qualquer membro, sendo consideradas aprovadas caso não tenha havido manifestação por correio eletrônico.

Art. 29º As atas serão registradas em livro próprio, cuja guarda é de responsabilidade do Secretário Executivo do Conselho.

CAPÍTULO III DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

SEÇÃO I: Ofícios, Deliberações, Pareceres e Moções

Art. 30º - O COMTUR PARATY manifesta oficialmente as suas decisões por meio de Ofícios, Deliberações, Pareceres e Moções, que devem ser apresentados em papel timbrado, numerados, datados e assinados pelo Presidente ou seu substituto.

§1º - Os Ofícios são a forma oficial de emitir correspondência pelo COMTUR PARATY.

§2º - As Deliberações são os atos que exprimem as decisões tomadas em Plenária, devendo ser emitidas após cada sessão juntamente com a Ata.

§3º - Os Pareceres são os documentos técnicos que apresentam a conclusão de um assunto sobre o qual foi solicitado vista, ou o documento com o resultado apresentado pelos Grupos de Trabalho ao finalizarem sua missão. Devem ser assinados pelos responsáveis.

§4º - As Moções são atos que exprimem decisões coletivas de aplausos ou repúdio a determinada ação.

SEÇÃO II: Proposições e Homenagens

Art. 31º - Todos os membros do COMTUR PARATY podem solicitar Proposições e Homenagens.

§1º - As Proposições são as propostas de pautas, projetos e alterações sugeridas pelos membros do Conselho em Plenária no momento previsto na Ordem de Trabalho.

§2º - As Homenagens são os atos expedidos pelo COMTUR PARATY homenageando indivíduos que tenham realizado ilustre trabalho para o desenvolvimento das ações deste Conselho. Podem ser solicitadas por Proposição, devendo ser aprovadas em Plenária e emitidas em papel timbrado, numeradas, datadas e assinadas pelo Presidente.

CAPÍTULO IV DOS CONSELHEIROS

SEÇÃO I: Provimento e Mandato

Art. 32º - A função dos membros do COMTUR é um trabalho voluntário e não remunerado, considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 33º - Conforme disposto na Lei Municipal nº 2.341/2021 a composição do COMTUR PARATY respeitará o prazo de dois anos, sendo abertas vagas para novos integrantes, mediante Assembleia convocada para essa finalidade, com trinta dias de antecedência e ampla divulgação, havendo votação entre os interessados, conforme Artigo 3º deste Regimento Interno.

§1º - A nomeação dos representantes indicados pelos órgãos, entidades, cooperativas, associações ou organizações, respectivamente indicados por seus pares, mediante votação por maioria presente, será por portaria do Executivo Municipal.

§2º - Não havendo preenchimento de todas as representações nas Assembleias convocadas para essa finalidade, o COMTUR PARATY será nomeado pelo Executivo Municipal com as representações interessadas presentes, podendo as demais, que não estiverem com a cadeira preenchida, manifestarem interesse e ingressar a composição no decorrer dos dois anos de provimento.

Art. 34º - É da competência dos Membros do Conselho:

- I - Comparecer às sessões do Conselho;
- II - Eleger, entre seus pares, o Presidente, o Vice-Presidente e o Conselheiro;
- III - Estudar os assuntos de pauta que lhes forem submetidos, considerando os planos já existentes;
- IV - Participar das discussões e deliberações do Conselho, apresentando proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- V - Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
- VI - Pedir vista de pareceres ou resoluções e solicitar o andamento de discussões e votações;
- VII - Requerer urgência para discussão e votação de assuntos não incluídos na ordem do dia, bem como preferência nas votações e discussões de assuntos de interesse emergente;
- VIII - Obedecer às normas regimentais;
- IX - Assinar atas, resoluções e pareceres;
- X - Apresentar retificações ou impugnações das atas;
- XI - Apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relativos à sua atribuição;
- XII - Desempenhar as atividades que lhes forem atribuídas pelo Presidente, apresentando o competente relatório;
- XIII - Comunicar previamente à Diretoria, a ausência ou a impossibilidade de comparecer às reuniões para as quais forem convocados.

Art. 35º - Os membros do Conselho estarão dispensados de comparecer às sessões, por ocasião de férias ou de licenças, que lhes forem regularmente concedidas pelos respectivos órgãos, repartições ou empresas onde desenvolverem suas atividades, devendo comunicar ao Conselho com antecedência, salvo motivo urgente ou de força maior, devidamente justificado.

Art. 36º - Cumpre aos Conselheiros Suplentes somente a responsabilidade de suprir de imediato a perda de mandato do titular de sua respectiva cadeira, podendo participar das reuniões e deliberações como qualquer indivíduo que não componha o Conselho, sem direito a voto.

SEÇÃO II: Exclusão e Substituição

Art. 37º - Os membros do Conselho perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

- I - Falta injustificada a três reuniões do Conselho, consecutivas ou não, pelo período de sua gestão;
 - §1º - Receberão faltas os membros que não justificarem sua ausência até o prazo de publicação da Ata da última reunião.
- II - Prática de atos irregulares ou de improbidade.

§1º - O Presidente do Conselho é a autoridade competente para declarar a perda de mandato de qualquer membro, depois de apurada a infração ou falta grave do membro que possui direito à defesa antes da decisão final, cabendo recurso aos membros do Conselho, que decidirão por maioria absoluta em plenária.

§2º - Caso haja exclusão e a perda do mandato os demais conselheiros devem buscar com urgência um substituto, que completará o mandato do substituído.

SEÇÃO III: Ética e Representação Fora do Conselho

Art. 38º - Os Conselheiros, representantes da sociedade civil e do governo, são agentes públicos, tendo obrigação de agir sob Ética compatível com os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e de outras normas legais; devendo desempenhar suas funções primando pelos princípios constitucionais, em particular o da legalidade, impessoalidade, moralidade, ética, publicidade e eficiência.

Art. 39º - O Art. 4º da Lei Municipal nº 2.341/2021 estabelece que para o cumprimento de suas finalidades o COMTUR PARATY poderá nomear, dentre os seus membros, representantes para contatos com terceiros, que deverão atuar de acordo com o Art. 37º acima.

CAPÍTULO V DOS GRUPOS DE TRABALHO

SEÇÃO I: Constituição

Art. 40º - O Presidente do Conselho Municipal de Turismo poderá constituir Comissões para estudos e trabalhos especiais, relacionados à competência do Conselho.

§1º - As Comissões constituídas terão no mínimo três integrantes, podendo delas participar não membros do COMTUR, desde que aprovado em plenário.

§2º - As Comissões terão seus respectivos Coordenadores designados pelos próprios integrantes da Comissão.

§3º - As Comissões obedecerão a um prazo, para apresentação dos resultados obtidos durante o estudo ou trabalho.

SEÇÃO II: Programas de Trabalho e Prazos

Art. 41º - As Comissões estabelecerão o seu programa de trabalho, cujo resultado será apreciado pelo Conselho Municipal de Turismo.

Art. 42º - As Comissões extinguir-se-ão, uma vez aprovado pelo plenário o relatório dos trabalhos que executarem.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I: Da Comissão Eleitoral

Art. 43º - A Comissão Eleitoral será criada para eleição da Diretoria e composta por três membros que não pertençam a nenhuma das chapas concorrentes. As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas por maioria simples de seus integrantes.

SEÇÃO II: Da Eleição

Art. 44º - A eleição para a escolha da Diretoria será por voto secreto. Havendo chapa única, será por aclamação.

§ 1º - A convocação para a reunião da eleição deverá ser feita com antecedência mínima de quinze dias da reunião em que se informará a data limite para a inscrição de chapas.

§ 2º - Na mesma convocação a Comissão Eleitoral definirá a data, local e horário da eleição e informará onde estarão disponíveis detalhes sobre as chapas.

§ 3º - Após o requerimento do candidato a Presidente de cada chapa a Comissão Eleitoral se obriga a fornecer, sob protocolo, no prazo máximo de dois dias, o nome e endereço eletrônico de todos os membros do Conselho.

§ 4º - Não serão aceitas chapas incompletas.

§ 5º - As chapas concorrentes deverão ser encaminhadas com uma declaração de aceitação de cada participante.

§ 6º - É vedada a participação do candidato a presidente, vice-presidente ou conselheiros em mais de uma chapa.

§ 7º - À Comissão Eleitoral caberá verificar a elegibilidade dos membros de cada chapa.

§ 8º - A eleição se realizará com no mínimo cinquenta por cento mais um dos membros do Conselho.

§ 9º - Antes de iniciada a votação, cada candidato a Presidente que desejar, poderá fazer uso da palavra para expor as linhas gerais de seu programa de ação, por tempo previamente estipulado pela Comissão Eleitoral, sendo expressamente vedados ataques pessoais, sob pena de ser cassada a palavra pela Comissão Eleitoral.

§ 10º - Somente poderão votar os membros titulares do Conselho, na sua ausência representados pelo respectivo suplente, e a votação será efetuada de maneira nominal.

§ 11º - Terminada a apuração, a chapa que obtiver o maior número de votos será declarada eleita.

§ 12º - Será permitida apenas uma reeleição consecutiva à presidência.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45º - Os casos omissos nesse Regimento Interno serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 46º - O Regimento Interno poderá ser parcial ou totalmente modificado, através de Resolução, aprovada por dois terços dos componentes do Plenário.

Art. 47º - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PARATY, 04 DE MARÇO DE 2022.